

## SUMÁRIO

7.9.3	Caracterização das Sedes Municipais.....	13
7.9.3.1	Cidade de Altamira.....	16
7.9.3.1.1	Localização e Acessos.....	16
7.9.3.1.2	Histórico de Ocupação na Cidade.....	18
7.9.3.1.4	Dados demográficos.....	23
7.9.3.1.5	Atividade Econômica Urbana.....	28
7.9.3.1.6	Infra-Estrutura.....	29
7.9.3.1.7	Cultura, esporte e lazer.....	48
7.9.3.1.8	Segurança Pública.....	49
7.9.3.1.9	Uso e Ocupação do Solo Urbano.....	53
7.9.3.1.10	Padrão Construtivo.....	62
7.9.3.1.11	Estrutura Administrativa da Prefeitura.....	65
7.9.3.2	Cidade de Vitória do Xingu.....	69
7.9.3.2.1	Localização e Acessos.....	69
7.9.3.2.2	Histórico da Ocupação.....	70
7.9.3.2.3	Dados demográficos.....	70
7.9.3.2.2	Infra-Estrutura.....	73
7.9.3.3	Cidade de Anapu.....	82
7.9.3.3.1	Localização e Acessibilidade.....	82
7.9.3.3.2	Histórico de Ocupação.....	83
7.9.3.3.3	Infra-Estrutura.....	87
7.9.3.4	Cidade de Brasil Novo.....	97
7.9.3.4.1	Localização e Acessibilidade.....	97
7.9.3.4.1	Histórico de Ocupação do Município.....	99
7.9.3.4.2	Dados demográficos.....	100
7.9.3.4.3	Atividade Econômica Urbana.....	103
7.9.3.4.4	Uso e Ocupação do Solo Urbano.....	103
7.9.3.4.5	Padrão construtivo.....	109
7.9.3.4.6	Infra-estrutura.....	110
7.9.3.4.7	Equipamentos urbanos e serviços públicos.....	114
7.9.3.4.8	Estrutura administrativa da Prefeitura.....	116
7.9.3.4.9	Associativismo e Organização Social.....	118
7.9.3.5	Cidade de Senador José Porfírio.....	119
7.9.3.5.1	Localização e acessibilidade.....	119
7.9.3.5.2	Histórico de Ocupação da Cidade.....	121
7.9.3.5.3	Dados demográficos.....	123
7.9.3.5.4	Uso e Ocupação do Solo Urbano.....	125
7.9.3.5.5	Padrão Construtivo.....	133
7.9.3.5.6	Infraestrutura.....	133
7.9.3.5.7	Equipamentos urbanos e serviços públicos.....	138
7.9.4	Caracterização das subáreas rurais, localidades e comunidades ribeirinhas....	143
7.9.4.1	Subárea Rural 1 - Volta Grande do Xingu.....	148
7.9.4.2	Subárea Rural 2: Trecho de Vazão Reduzida Margem Direita.....	173
7.9.4.3	Subárea 3: Jusante.....	198
7.9.4.4	Subárea 4: Reservatório do Xingu Margem Esquerda.....	218
7.9.4.5	Subárea 5: Reservatório do Xingu Margem Direita.....	246
7.9.5	Considerações Finais.....	272

## LISTA DAS FIGURAS

FIGURA 7.9.3-1 - Localização da Cidade de Altamira no Estado do Pará .....	17
FIGURA 7.9.3-2 - Inserção do Município de Altamira na Microrregião de Altamira.....	18
FIGURA 7.9.3-3 - Evolução da Ocupação Urbana da Cidade de Altamira - 1911 - 2002 .....	21
FIGURA 7.9.3-4 - Ocupação no Bairro Mutirão em 2004.....	22
FIGURA 7.9.3-5 - Ocupação no Bairro Mutirão em 2005.....	22
FIGURA 7.9.3-6 - Eixos Viários da Cidade de Altamira.....	30
FIGURA 7.9.3-7 - Eixos Viários da Cidade de Altamira.....	31
FIGURA 7.9.3-8 - ETA da COSAMPA na Cidade de Altamira.....	33
FIGURA 7.9.3-9 - Adutora da COSAMPA na Cidade de Altamira .....	33
FIGURA 7.9.3-10 - Estação de captação de água em Altamira .....	34
FIGURA 7.9.3-11 - Balsa de Captação de Água no Rio Xingu.....	34
FIGURA 7.9.3-12 - Sistemas de Saneamento Ambiental da Cidade de Altamira .....	35
FIGURA 7.9.3-13 - Sistemas de Saneamento Ambiental da Cidade de Altamira .....	36
FIGURA 7.9.3-14 - Lançamento da Galeria de Drenagem no Rio Xingu .....	37
FIGURA 7.9.3-15 - Típica Instalação Sanitária no Igarapé Altamira.....	37
FIGURA 7.9.3-16 - Lixão de Altamira .....	39
FIGURA 7.9.3-17 - Catadores de Lixo .....	39
FIGURA 7.9.3-18 - Palafitas no Igarapé Altamira.....	41
FIGURA 7.9.3-19 - Poste da CELPA com Ligações Clandestinas.....	42
FIGURA 7.9.3-20 - Agência dos Correios no Bairro Brasília .....	44
FIGURA 7.9.3-21 - Centro Infantil Ermelinde Krautler CIEK no Bairro Aparecida.....	46
FIGURA 7.9.3-22 - EMEF Dom Clemente Geiger no Bairro Aparecida.....	46
FIGURA 7.9.3-23 - EMEF Artur Teixeira no Jardim Altamira.....	46
FIGURA 7.9.3-24 - Escola EMEF Geraldo Emídio no Bairro Bela Vista.....	46
FIGURA 7.9.3-25 - Centro Federal de Educação Tecnológica no Bairro Nova Colina.....	46
FIGURA 7.9.3-26 - Universidade Estadual do Pará no Bairro Mutirão .....	46
FIGURA 7.9.3-27 - Hospital Municipal São Rafael no Bairro Centro .....	47
FIGURA 7.9.3-28 - Posto de Saúde no Bairro Brasília.....	47
FIGURA 7.9.3-29 - Posto de Saúde e Creche no Bairro Bela Vista .....	47
FIGURA 7.9.3-30 - Posto de Saúde no Bairro Nova Colina.....	47
FIGURA 7.9.3-31 - Posto de Saúde no Bairro Mutirão .....	48
FIGURA 7.9.3-32 - Posto de Saúde no Bairro Boa Esperança .....	48
FIGURA 7.9.3-33 - Orla do Xingu .....	48
FIGURA 7.9.3-34 - Praça no Bairro Esperança .....	48
FIGURA 7.9.3-35 - Ginásio Poliesportivo no Bairro Brasília .....	49
FIGURA 7.9.3-36 - Quadra de Esportes no Bairro SUDAM II.....	49
FIGURA 7.9.3-37 - Quartel da Polícia Militar.....	50
FIGURA 7.9.3-38 - Centro de Recuperação Regional de Altamira.....	50
FIGURA 7.9.3-39 - Corpo de Bombeiros no Bairro Aparecida.....	51
FIGURA 7.9.3-40 - Projeto SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia) .....	51
FIGURA 7.9.3-41 - Uso do Solo na Cidade de Altamira.....	54
FIGURA 7.9.3-42 - Zoneamento da Cidade de Altamira, 2003.....	57
FIGURA 7.9.3-43 - Perímetro Urbano da Cidade de Altamira, 2003.....	58
FIGURA 7.9.3-44 - Bairro Boa Esperança - Cidade de Altamira - 2007.....	60
FIGURA 7.9.3-45 - Vetores de Expansão na Cidade de Altamira.....	62
FIGURA 7.9.3-46 - Tipologias Vernáculas/ Históricas .....	64
FIGURA 7.9.3-47 - Tipologia de Invasão no Igarapé Ambé .....	65
FIGURA 7.9.3-48 - Pontes Precárias (“Estivas”) no Igarapé Altamira .....	65

FIGURA 7.9.3-49 - Prefeitura Municipal no Bairro SUDAM I .....	67
FIGURA 7.9.3-50 - EMATER no Bairro SUDAM I .....	67
FIGURA 7.9.3-51 - Vista Geral da Cidade de Vitória do Xingu, a Partir do Rio Xingu.....	70
FIGURA 7.9.3-52 - Avenida Manoel Félix de Farias .....	73
FIGURA 7.9.3-53 - Rua de Vitória do Xingu .....	73
FIGURA 7.9.3-54 - Terminal de Passageiros Dorothy Stang .....	73
FIGURA 7.9.3-55 - Cais de Atracação e Embarcações tipo “Gaiolas” .....	73
FIGURA 7.9.3-56 - Bomba D’água sem Caixa.....	74
FIGURA 7.9.3-57 - Caixa D’água Principal .....	74
FIGURA 7.9.3-58 - Solução Local para Esgoto Sanitário .....	75
FIGURA 7.9.3-59 - Esgoto Correndo em Canaletas na Sarjeta .....	75
FIGURA 7.9.3-60 - Caminhão de Lixo em Vitória do Xingu.....	76
FIGURA 7.9.3-61 - Resíduo Sólido Proveniente de Frigorífico.....	76
FIGURA 7.9.3-62 - Posto de Saúde em Vitória do Xingu .....	77
FIGURA 7.9.3-63 - Praça Central de Vitória do Xingu.....	77
FIGURA 7.9.3-64 - Igreja de Nossa Senhora Auxílio dos Cris .....	77
FIGURA 7.9.3-65 - Cidade de Vitória do Xingu .....	78
FIGURA 7.9.3-66 - Situação da cidade de Vitória do Xingu com relação à expansão Urbana .....	79
FIGURA 7.9.3-67 - Casa de Madeira.....	80
FIGURA 7.9.3-68 - Casa de Taipa .....	80
FIGURA 7.9.3-69 - Palafitas no Igarapé do Gelo .....	81
FIGURA 7.9.3-70 - Acesso Rodoviário a Anapu.....	83
FIGURA 7.9.3-71 - Parte do Nucleamento Original.....	83
FIGURA 7.9.3-72 - Ocupação ao Longo da Rodovia .....	84
FIGURA 7.9.3-73 - Vista Geral de Anapu .....	84
FIGURA 7.9.3-74 - Vias sem Pavimentação nem Calçadas .....	87
FIGURA 7.9.3-75 - Sistema Viário, com Parte da Via Alfaltada .....	87
FIGURA 7.9.3-76 - Vista das Habitações em Nível Inferior ao da Rua .....	88
FIGURA 7.9.3-77 - Reservatório de Água ao Nível do Chão.....	89
FIGURA 7.9.3-78 - Reservatório de Água Elevado.....	89
FIGURA 7.9.3-79 - Construção em Palafitas sobre Igarapé .....	89
FIGURA 7.9.3-80 - Escola Municipal.....	91
FIGURA 7.9.3-81 - Hospital Municipal.....	91
FIGURA 7.9.3-82 - Situação da Cidade de Anapu com relação à expansão Urbana .....	92
FIGURA 7.9.3-83 - Planta Geral da Cidade de Anapu .....	93
FIGURA 7.9.3-84 - Praça no Canteiro Central da Rodovia.....	94
FIGURA 7.9.3-85 - Praça no Canteiro Central da Rodovia.....	94
FIGURA 7.9.3-86 - Quadra Esportiva junto a Escola Municipal e Reservatório de Água.....	94
FIGURA 7.9.3-87 - Casa de Taipa e Construção em Alvenaria .....	96
FIGURA 7.9.3-88 - Sede da Prefeitura Municipal .....	97
FIGURA 7.9.3-89 - Malha Rodoviária em “Espinha de Peixe” .....	98
FIGURA 7.9.3-90 - Pista de Pouso, ao Lado da Rodovia.....	98
FIGURA 7.9.3-91 - Transporte Utilizado para Acesso às Agrovilas.....	100
FIGURA 7.9.3-92 - Projeto da Agrópolis Brasil Novo.....	104
FIGURA 7.9.3-93 - Cidade de Brasil Novo em 1990 .....	104
FIGURA 7.9.3-94 - Planta da Cidade .....	105
FIGURA 7.9.3-95 - Vista Geral da Cidade .....	106
FIGURA 7.9.3-96 - Av. Castelo Branco .....	106
FIGURA 7.9.3-97 - Praça Geraldo Barbosa.....	107

FIGURA 7.9.3-98 - Praça Geraldo Barbosa.....	107
FIGURA 7.9.3-99 - Pavilhão de Feira Livre junto à Praça .....	107
FIGURA 7.9.3-100 - Posto de Combustível na Lateral da Rodovia.....	108
FIGURA 7.9.3-101 - Espaço da Feira Agropecuária .....	109
FIGURA 7.9.3-102 - Construções na Área Central .....	109
FIGURA 7.9.3-103 - Construções em Bairros Próximos ao Centro .....	109
FIGURA 7.9.3-104 - Construções Afastadas do Centro .....	110
FIGURA 7.9.3-105 - Construções em Bairros Afastados .....	110
FIGURA 7.9.3-106 - Av. Duque de Caxias, com Canteiro Central .....	111
FIGURA 7.9.3-107 - Pista Dupla não Pavimentada, com Canteiro Central .....	111
FIGURA 7.9.3-108 - Poço “Amazônia” de Captação de Água.....	111
FIGURA 7.9.3-109 - Reservatório de Água Elevado.....	111
FIGURA 7.9.3-110 - Canos de Distribuição de Água.....	112
FIGURA 7.9.3-111 - Vazamento em Canos de Água .....	112
FIGURA 7.9.3-112 - Lixão Próximo ao Bairro Vitória Régia.....	113
FIGURA 7.9.3-113 - Escola Municipal São Pedro .....	114
FIGURA 7.9.3-114 - Escola Municipal Terezinha Back .....	114
FIGURA 7.9.3-115 - Quadra Poliesportiva.....	115
FIGURA 7.9.3-116 - Arquibancada Coberta em Área Esportiva.....	115
FIGURA 7.9.3-117 - Complexo Esportivo Cultural .....	115
FIGURA 7.9.3-118 - Centro de Convivência.....	116
FIGURA 7.9.3-119 - Prefeitura Municipal .....	117
FIGURA 7.9.3-120 - Prefeitura Municipal .....	117
FIGURA 7.9.3-121 - Secretaria Municipal de Saúde.....	117
FIGURA 7.9.3-122 - Secretaria Municipal de Educação .....	117
FIGURA 7.9.3-123 - Localização Geográfica do Município de Senador Porfírio.....	120
FIGURA 7.9.3-124 - Ocupação da Cidade a Partir dos Anos 1960.....	122
FIGURA 7.9.3-125 - Macrozoneamento Municipal .....	126
FIGURA 7.9.3-126 - Uso e Ocupação do Solo na Sede Municipal .....	127
FIGURA 7.9.3-127 - Vista Geral da Subárea Urbana Senador José Porfírio .....	128
FIGURA 7.9.3-128 - Praça São Francisco .....	129
FIGURA 7.9.3-129 - Igreja Matriz.....	129
FIGURA 7.9.3-130 - Distribuição dos Bairros e dos Equipamentos Urbanos e Comunitários .....	130
FIGURA 7.9.3-131 - Ponta da Praia do Leme .....	131
FIGURA 7.9.3-132 - Feira do Produtor Rural .....	132
FIGURA 7.9.3-133 - Travessa Edison, que chega ao Rio.....	132
FIGURA 7.9.3-134 - Rua da Cidade .....	132
FIGURA 7.9.3-135 - Construções em Alvenaria .....	133
FIGURA 7.9.3-136 - Construções em Madeira.....	133
FIGURA 7.9.3-137 - Rua Governador Magalhães Barata, no Centro .....	134
FIGURA 7.9.3-138 - Rua Beira Mar, no Bairro Encantado.....	134
FIGURA 7.9.3-139 - Infra-Estrutura Existente em Senador José Porfírio.....	135
FIGURA 7.9.3-140 - Vala de Drenagem Pluvial Coberta.....	136
FIGURA 7.9.3-141 - Vala de Drenagem Pluvial Descoberta .....	136
FIGURA 7.9.3-142 - Vala de Drenagem Pluvial .....	138
FIGURA 7.9.3-143 - Orla do Rio.....	139
FIGURA 7.9.3-144 - Rio Xingu.....	139
FIGURA 7.9.4-1 - Delimitação das Subáreas da AID .....	146
FIGURA 7.9.4-2 - Subárea 1: Volta Grande do Xingu.....	149

FIGURA 7.9.4-3 - Uso do Solo e Cobertura Vegetal da Subárea Volta Grande na ADA.....	153
FIGURA 7.9.4-4 - Vista Geral da Agrovila Leonardo da Vinci .....	162
FIGURA 7.9.4-5 - EMEF Leonardo D’Vinci .....	162
FIGURA 7.9.4-6 - Comércio Acaraú .....	162
FIGURA 7.9.4-7 - Congregação Cristã do Brasil .....	163
FIGURA 7.9.4-8 - Mercadinho Ruan.....	163
FIGURA 7.9.4-9 - Posto de Gasolina Desativado.....	164
FIGURA 7.9.4-10 - Escritório da CEPLAC.....	164
FIGURA 7.9.4-11 - Vista Geral dos Povoados Belo Monte do Pontal (em primeiro plano) e Belo Monte .....	165
FIGURA 7.9.4-12 - Poço e Caixa D’água em Belo Monte.....	166
FIGURA 7.9.4-13 - Cisterna em Belo Monte do Pontal .....	166
FIGURA 7.9.4-14 - Construções em Madeira em Belo Monte.....	167
FIGURA 7.9.4-15 - EMEF Risoleta Neves em Belo Monte do Pontal.....	167
FIGURA 7.9.4-16 - Quadra esportiva em Belo Monte .....	167
FIGURA 7.9.4-17 - Posto do DNIT em Belo Monte do Pontal .....	167
FIGURA 7.9.4-18 - Porto da Balsa - Belo Monte .....	168
FIGURA 7.9.4-19 - Moradia em Madeira - Núcleo de Referência Rural Santo Antônio.....	170
FIGURA 7.9.4-20 - Poço Raso para Abastecimento - Núcleo de Referência Rural São Pedro .....	171
FIGURA 7.9.4-21 - EMEF Luiz Alves Ne - Núcleo de Referência Rural São Pedro .....	171
FIGURA 7.9.4-22 - EMEF Luiz Alves Né - Núcleo de Referência Rural São Pedro .....	171
FIGURA 7.9.4-23 - Subárea 2 - Trecho de Vazão Reduzida Margem Direita .....	175
FIGURA 7.9.4-24 - Uso do Solo e Cobertura Vegetal da Subárea - TVR na AID.....	177
FIGURA 7.9.4-25 - Vista Geral da Ressaca.....	182
FIGURA 7.9.4-26 - Rua da Ressaca.....	182
FIGURA 7.9.4-27 - Disposição Espacial do Povoado Ressaca .....	183
FIGURA 7.9.4-28 - Moradia na Ressaca .....	185
FIGURA 7.9.4-29 - Vista Geral da Ilha da Fazenda .....	187
FIGURA 7.9.4-30 - “Rua” da Ilha da Fazenda.....	187
FIGURA 7.9.4-31 - Disposição Espacial do Povoado Ilha da Fazenda .....	188
FIGURA 7.9.4-32 - Moradia na Ilha da Fazenda.....	190
FIGURA 7.9.4-33 - Vista Geral do Garimpo do Galo .....	190
FIGURA 7.9.4-34 - Rua do Garimpo do Galo .....	190
FIGURA 7.9.4-35 - Disposição Espacial do Povoado Garimpo do Galo .....	191
FIGURA 7.9.4-36 - Relevo dos Povoados Belo Monte do Pontal (em Primeiro Plano) e Belo Monte.....	192
FIGURA 7.9.4-37 - Inclinação Elevada na Via de Acesso à Balsa.....	193
FIGURA 7.9.4-38 - Ravina no Arruamento de Belo Monte .....	193
FIGURA 7.9.4-39 - Cisterna em Belo Monte do Pontal .....	194
FIGURA 7.9.4-40 - EMEF José Andrade Silva em Belo Monte do Pontal.....	194
FIGURA 7.9.4-41 - Pré-Escola Pequeno Príncipe em Belo Monte do Pontal .....	194
FIGURA 7.9.4-42 - Quadra de Esportes em Belo Monte do Pontal .....	195
FIGURA 7.9.4-43 - PETI Rural em Belo Monte do Pontal .....	195
FIGURA 7.9.4-44 - Posto de Saúde e Igreja Assembléia de Deus em Belo Monte do Pontal .....	195
FIGURA 7.9.4-45 - EMEF Itatá.....	196
FIGURA 7.9.4-46 - EMEF Planalto - Núcleo Trans União .....	196
FIGURA 7.9.4-47 - Vista do Núcleo de Referência Rural Itatá.....	197
FIGURA 7.9.4-48 - Moradia - Núcleo de Referência Rural Iatatá .....	197

FIGURA 7.9.4-49 - Posto de Saúde de Itatá .....	197
FIGURA 7.9.4-50 - Posto de Saúde Surubim .....	198
FIGURA 7.9.4-51 - Subárea 3: Jusante .....	200
FIGURA 7.9.4-52 - Uso do Solo e Cobertura Vegetal da Subárea - Jusante na AID .....	202
FIGURA 7.9.4-53 - EMEF Abel Figueiredo - Vila Nova .....	210
FIGURA 7.9.4-54 - EMEF Raimundo Pereira França - Vila Nova .....	210
FIGURA 7.9.4-55 - Posto de Saúde em Vila Nova .....	210
FIGURA 7.9.4-56 - Comercial do José Tenório - Vila Nova .....	211
FIGURA 7.9.4-57 - Igreja Santa Luzia- Vila Nova .....	211
FIGURA 7.9.4-58 - Bar e Restaurante Regina - Vila Nova .....	211
FIGURA 7.9.4-59 - Comercial do Reginaldo Tenório - Vila Nova .....	211
FIGURA 7.9.4-60 - Vista - Vila Nova .....	211
FIGURA 7.9.4-61 - PETI - Vila Nova .....	211
FIGURA 7.9.4-62 - Quadra Poliesportiva - Vila Nova .....	212
FIGURA 7.9.4-63 - Campo de Futebol - Vila Nova .....	212
FIGURA 7.9.4-64 - Cemitério da Vila - Vila Nova .....	212
FIGURA 7.9.4-65 - Posto de Saúde - Núcleo de Referência Rural Alto Brasil .....	213
FIGURA 7.9.4-66 - EMEF Salomão Eschrique - Núcleo de Referência Rural Alto Brasil ..	213
FIGURA 7.9.4-67 - Comercial Brasil - Alto Brasil .....	213
FIGURA 7.9.4-68 - Assembléia de Deus - Alto Brasil .....	213
FIGURA 7.9.4-69 - Quadra Poliesportiva - Alto Brasil .....	214
FIGURA 7.9.4-70 - Caixa D'água - Alto Brasil .....	214
FIGURA 7.9.4-71 - EMEF Bom Pastor - Núcleo de Referência Rural Bom Pastor .....	215
FIGURA 7.9.4-72 - PETI - Bom Pastor .....	215
FIGURA 7.9.4-73 - Comércio do Domingos - Núcleo de Referência Rural Bom Pastor ....	215
FIGURA 7.9.4-74 - Vista do Rio Xingu - Final do Travessão do Bambu .....	216
FIGURA 7.9.4-75 - Congregação Cristã no Brasil - Travessão do Bambu .....	216
FIGURA 7.9.4-76 - Igreja São Francisco de Assis - Bom Pastor .....	216
FIGURA 7.9.4-77 - Padrão Construtivo - Travessão do Bambu .....	216
FIGURA 7.9.4-78 - EMEF Daniel Berg - Agrovila Cilo Bananal .....	217
FIGURA 7.9.4-79 - Posto de Saúde Cecília O. de Souza - Agrovila Cilo Bananal .....	217
FIGURA 7.9.4-80 - Igreja Evangélica - Agrovila Cilo Bananal .....	218
FIGURA 7.9.4-81 - EMEF Padre Eurico Krautler - Núcleo de Referência Rural .....	218
FIGURA 7.9.4-82 - Telefone Público e Torre da TELEMAR - Agrovila Cilo Bananal .....	218
FIGURA 7.9.4-83 - Subárea 4: Reservatório do Xingu Margem Esquerda .....	221
FIGURA 7.9.4-84 - Uso e Cobertura Vegetal da Subárea - Reservatório Xingu - margem Esquerda - AID .....	223
FIGURA 7.9.4-85 - Posto de Saúde - Princesa do Xingu .....	231
FIGURA 7.9.4-86 - EMEF Princesa do Xingu - Princesa do Xingu .....	231
FIGURA 7.9.4-87 - Congregação Cristã no Brasil - Agrovila Princesa do Xingu .....	231
FIGURA 7.9.4-88 - Igreja Católica - Agrovila Princesa do Xingu .....	231
FIGURA 7.9.4-89 - Captação de Água - Agrovila Princesa do Xingu .....	232
FIGURA 7.9.4-90 - Campo de Futebol - Agrovila Princesa do Xingu .....	232
FIGURA 7.9.4-91 - Salão de Festas - Agrovila Princesa do Xingu .....	232
FIGURA 7.9.4-92 - Caixa d'água - Agrovila Princesa do Xingu .....	233
FIGURA 7.9.4-93 - Telemar - Agrovila Princesa do Xingu .....	233
FIGURA 7.9.4-94 - EMEF Carlos Pena Filho - Agrovila Carlos Pena Filho .....	234
FIGURA 7.9.4-95 - Posto de Saúde - Agrovila Carlos Pena Filho .....	234
FIGURA 7.9.4-96 - Congregação Cristã do Brasil- Agrovila Carlos Pena Filho .....	234
FIGURA 7.9.4-97 - Igreja - Agrovila Carlos Pena Filho .....	234

FIGURA 7.9.4-98 - Comercial Nossa Senhora Aparecida - Agrovila Carlos Pena Filho .....	234
FIGURA 7.9.4-99 - Mercadinho do Povo - Agrovila Carlos Pena Filho.....	234
FIGURA 7.9.4-100 - Quadra de Esportes - Agrovila Carlos Pena Filho .....	235
FIGURA 7.9.4-101 - Posto de Saúde - Agrovila Olavo Bilac .....	236
FIGURA 7.9.4-102 - EMEF Duarte da Costa - Agrovila Olavo Bilac .....	236
FIGURA 7.9.4-103 - Quadra de Esportes - Agrovila Olavo Bilac.....	236
FIGURA 7.9.4-104 - Comércio do Manoel - Agrovila Olavo Bilac.....	236
FIGURA 7.9.4-105 - Cemitério - Agrovila Olavo Bilac.....	236
FIGURA 7.9.4-106 - Caixa d'água - Agrovila Olavo Bilac.....	237
FIGURA 7.9.4-107 - Captação de Água - Agrovila Olavo Bilac.....	237
FIGURA 7.9.4-108 - Posto de Saúde Vale - Agrovila Vale Piauiense .....	238
FIGURA 7.9.4-109 - EMEF Professora Eugênia Alves Araújo - Agrovila Vale Piauiense ..	238
FIGURA 7.9.4-110 - Galpão Comunitário - PETI - Agrovila Vale Piauiense.....	239
FIGURA 7.9.4-111 - PETI - Núcleo de Referência Rural Santo Antônio .....	239
FIGURA 7.9.4-112 - EMEF José Porfírio de Miranda - Sagrado Coração de Jesus .....	239
FIGURA 7.9.4-113 - EMEF Santa Juliana - Núcleo Santa Juliana.....	239
FIGURA 7.9.4-114 - Posto de Saúde e EMEF São Lázaro - Núcleo de Referência Rural Serrinha.....	239
FIGURA 7.9.4-115 - Posto de Saúde e EMEF João Besouro - Santo Antônio.....	240
FIGURA 7.9.4-116 - Igreja Católica - Santo Antônio .....	240
FIGURA 7.9.4-117 - Posto de Saúde Santa Terezinha - Gaviãozinho.....	240
FIGURA 7.9.4-118 - Igreja Católica- Núcleo de Referência Rural Serrinha.....	241
FIGURA 7.9.4-119 - Igreja católica - São João Batista .....	241
FIGURA 7.9.4-120 - Igreja Católica- Núcleo de Referência Rural Gaviãozinho.....	241
FIGURA 7.9.4-121 - Congregação Cristã no Brasil - Núcleo de Referência Rural Gaviãozinho .....	241
FIGURA 7.9.4-122 - Igreja Adventista do 7º Dia - Santo Antônio .....	241
FIGURA 7.9.4-123 - Igreja católica - Agrovila Vale Piauiense .....	241
FIGURA 7.9.4-124 - Comércio - Sagrado Coração de Jesus (Pioneira).....	242
FIGURA 7.9.4-125 - Igreja - Sagrado Coração de Jesus (Pioneira) .....	242
FIGURA 7.9.4-126 - Igreja Assembléia de Deus - Agrovila Vale Piauiense .....	242
FIGURA 7.9.4-127 - Casa do representante da Agrovila Vale Piauiense.....	243
FIGURA 7.9.4-128 - Campo de Futebol - Núcleo de Referência Rural Serrinha.....	243
FIGURA 7.9.4-129 - Campo de Futebol - São João Batista .....	243
FIGURA 7.9.4-130 - Campo de Futebol - Núcleo de Referência Rural sagrado Coração de Jesus (Pioneira).....	244
FIGURA 7.9.4-131 - Posto Telefônico - Núcleo de Referência Rural Sagrado Coração de Jesus (Pioneira).....	244
FIGURA 7.9.4-132 - Praia - Núcleo de Referência Rural Santa Juliana .....	245
FIGURA 7.9.4-133 - Praia - Núcleo de Referência Rural Santa Juliana .....	245
FIGURA 7.9.4-134 - Telefone Público - Núcleo de Referência Rural Santa Juliana .....	245
FIGURA 7.9.4-135 - Subárea 5: Reservatório do Xingu Margem Direita.....	248
FIGURA 7.9.4-136 - Uso do Solo e Cobertura Vegetal da Subárea - Reservatório Xingu - Margem Direita - AID .....	250
FIGURA 7.9.4-137 - Aspectos gerais da ocupação com pastagens na Subárea Rural 5 - Reservatório do Xingu Margem Direita .....	253
FIGURA 7.9.4-138 - EMEF Sol Nascente - Agrovila Sol Nascente .....	256
FIGURA 7.9.4-139 - Escola Estadual - Agrovila Sol Nascente.....	256
FIGURA 7.9.4-140 - Bar e Restaurante Amor Real - Agrovila Sol Nascente .....	257
FIGURA 7.9.4-141 - Comércio Três Irmãos - Agrovila Sol Nascente .....	257

FIGURA 7.9.4-142 - Casa do Professor - Agrovila Sol Nascente .....	257
FIGURA 7.9.4-143 - PETI da Agrovila - Agrovila Sol Nascente.....	257
FIGURA 7.9.4-144 - Parque da Vaquejada - Agrovila Sol Nascente .....	258
FIGURA 7.9.4-145 - Posto da FUNASA - Agrovila Sol Nascente .....	258
FIGURA 7.9.4-146 - EMEF Babaquara - Núcleo de Referência Rural Babaquara.....	260
FIGURA 7.9.4-147 - EMEF Novo Horizonte - Núcleo de Referência Rural Travessão Paratizinho .....	260
FIGURA 7.9.4-148 - EMEF Cristo Rei - Núcleo de Referência Rural Travessão dos Cajá..	261
FIGURA 7.9.4-149 - EMEF Nova Vida - Núcleo de Referência Rural Travessão Pimentel (Quatro Bocas).....	261
FIGURA 7.9.4-150 - EMEF Nova Vida - Núcleo de Referência Rural Travessão Pimentel (Quatro Bocas).....	261
FIGURA 7.9.4-151 - EMEF Luz e Vida - Núcleo de Referência Rural Travessão Pimentel (Quatro Bocas).....	261
FIGURA 7.9.4-152 - EMEF Maria de Lurdes - Núcleo de Referência Rural Travessão do Itapuama .....	262
FIGURA 7.9.4-153 - EMEF São Benedito - Núcleo de Referência Rural Travessão do Espelho .....	262
FIGURA 7.9.4-154- EMEF Bom Jardim I - Núcleo de Referência Rural Bom Jardim I - Assurini.....	262
FIGURA 7.9.4-155 - Posto de Saúde Itapuama - Núcleo de Referência Rural Itapuama.....	263
FIGURA 7.9.4-156 - Posto de Saúde - Núcleo de Referência Rural Babaquara .....	263
FIGURA 7.9.4-157 - Igreja São Francisco de Assis- Núcleo de Referência Rural Travessão do Paratizinho .....	263
FIGURA 7.9.4-158 - Igreja Congregação Cristã no Brasil - Núcleo de Referência Rural Travessão Pimentel (Quatro Bocas) .....	263
FIGURA 7.9.4-159 - Igreja Congregação Cristã no Brasil - Núcleo de Referência Rural Travessão do Espelho .....	263
FIGURA 7.9.4-160 - Igreja São Benedito - Núcleo de Referência Rural Travessão do Espelho .....	263
FIGURA 7.9.4-161 - Igreja Divino Espírito Santo - Núcleo de Referência Rural Itapuama.	264
FIGURA 7.9.4-162 - Igreja Nossa Senhora de Nazaré - Núcleo de Referência Rural Ramal dos Crentes.....	264
FIGURA 7.9.4-163- Congregação Cristã no Brasil - Núcleo de Referência Rural Ramal dos Crentes .....	264
FIGURA 7.9.4-164 - Comercial Encontro dos Amigos - Núcleo de Referência Rural Itapuama .....	265
FIGURA 7.9.4-165 - Comercial Itapuama - Núcleo de Referência Rural Itapuama .....	265
FIGURA 7.9.4-166 - Comercial dos Zezinhos - Núcleo de Referência Rural Babaquara....	265
FIGURA 7.9.4-167 - Comércio Mastigado da Jumenta - Núcleo de Referência Rural Ramal dos Crentes.....	265
FIGURA 7.9.4-168 - Comércio do Luiz Pereira - Núcleo de Referência Rural Ramal dos Crentes .....	265
FIGURA 7.9.4-169 - Comércio e Mercaria do Gomes - Núcleo de Referência Rural Travessão dos Cajá .....	266
FIGURA 7.9.4- 170- Comércio São Francisco - Núcleo de Referência Rural Travessão dos Cajá.....	266
FIGURA 7.9.4-171 - Comércio da Maria - Núcleo de Referência Rural Travessão dos Cajá .....	266

FIGURA 7.9.4-172 - Comercial Rodrigues - Núcleo de Referência Rural Bom Jardim I - Assurini.....	266
FIGURA 7.9.4-173 - Merceria 100% Mais Você - Núcleo de Referência Rural Bom Jardim I - Assurini .....	266
FIGURA 7.9.4-174 - Comercial Vagalume- Núcleo de Referência Rural Transassurini .....	266
FIGURA 7.9.4-175 - Comércio do Dilton - Núcleo de Referência Rural Transassurini .....	267
FIGURA 7.9.4-176 - Ponto do Serjão- Núcleo de Referência Rural Transassurini.....	267
FIGURA 7.9.4-177 - Comércio do Manoel Gomes- Núcleo de Referência Rural Transassurini .....	267
FIGURA 7.9.4-178 - Comércio do Luquinhas - Núcleo de Referência Rural Travessão Pimentel (Quatro Bocas).....	267
FIGURA 7.9.4-179 - Açougue Boi Nelore - Núcleo de Referência Rural Travessão Pimentel (Quatro Bocas).....	267
FIGURA 7.9.4-180 - Comércio do Araguaina - Núcleo de Referência Rural Travessão Pimentel (Quatro Bocas).....	267
FIGURA 7.9.4-181 - PETI - Núcleo de Referência Rural Travessão Pimentel (Quatro Bocas) .....	268
FIGURA 7.9.4-182 - Marcenaria - Núcleo de Referência Rural Travessão do Espelho .....	268
FIGURA 7.9.4-183 - Padrão Construtivo - Margem Direita do Rio Xingu.....	269
FIGURA 7.9.4-184 - Final do Travessão do Pimentel.....	269
FIGURA 7.9.4-185 - Travessão do Pimentel - Ponte sobre o Igarapé Ituna - Divisa de Municípios .....	269
FIGURA 7.9.4-186 - Travessão do Pimentel - Entrada do núcleo de referência rural Travessão do Pimentel (Quatro Bocas).....	270
FIGURA 7.9.4-187 - Final do Travessão Itapuama .....	270
FIGURA 7.9.4-188 - Transassurini - Chegada do Travessão Itapuama.....	270
FIGURA 7.9.4-189 - Travessão Morro das Araras .....	270
FIGURA 7.9.4-190 - Final do Travessão dos Cajá - Encontro com o Rio Xingu.....	270
FIGURA 7.9.4-191 - Final do Travessão do Espelho - Encontro com o Rio Xingu.....	271
FIGURA 7.9.4-192 - Travessão do Paratizinho .....	271
FIGURA 7.9.4-193 - Final do Travessão da Firma.....	271
FIGURA 7.9.4-194 - Final do Travessão Bom Jardim .....	271

## LISTA DOS GRÁFICOS

GRÁFICO 7.9.3-1 - População por Subárea Urbana (2000/2007).....	14
GRÁFICO 7.9.3-2 - Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e Países - AID Urbana Total .....	15
GRÁFICO 7.9.3-3 - Pirâmide Etária da População Urbana Total - AID.....	16
GRÁFICO 7.9.3-4 - Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e Países - Altamira.....	24
GRÁFICO 7.9.3-5 - Pirâmide Etária - Altamira .....	27
GRÁFICO 7.9.3-6 - Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e País - Vitória do Xingu .....	71
GRÁFICO 7.9.3-7 - Pirâmide Etária - Vitória do Xingu .....	72
GRÁFICO 7.9.3-8 - Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e Países - Anapu .....	85
GRÁFICO 7.9.3-9 - Pirâmide Etária - Anapu .....	86
GRÁFICO 7.9.3-10 - Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e Países - Brasil Novo .....	101

GRÁFICO 7.9.3-11 - Pirâmide Etária - Brasil Novo .....	102
GRÁFICO 7.9.3-12 - Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e País - Senador José Porfírio .....	123
GRÁFICO 7.9.3-13 - Pirâmide Etária - Senador José Porfírio .....	125
GRÁFICO 7.9.4-1 - População por Localidade (2000/2007) - Subárea Rural 1 Volta Grande do Xingu .....	154
GRÁFICO 7.9.4-2 - Pirâmide Etária - Subárea Volta Grande do Xingu .....	155
GRÁFICO 7.9.4-3 - Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e Países - Subárea Volta Grande do Xingu .....	157
GRÁFICO 7.9.4-4 - População por Localidade (2000/2007) - Subárea Rural 2 .....	178
GRÁFICO 7.9.4-5 - Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e Países - Subárea Trecho de Vazão Reduzida Margem Direita.....	179
GRÁFICO 7.9.4-6 - População por Localidade (2000/2007) - Subárea Rural 3 Jusante .....	204
GRÁFICO 7.9.4-7 - Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e Países - Subárea Jusante.....	205
GRÁFICO 7.9.4-8 - Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e Países - Subárea Reservatório Xingu/Margem Esquerda.....	226
GRÁFICO 7.9.4-9 - População por localidade (2000/2007) Subárea Rural 5 - Margem Direita .....	251
GRÁFICO 7.9.4-10 - Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e Países - Subárea 5 Trecho de Vazão Reduzida Margem Direita .....	252

### LISTA DOS QUADROS

QUADRO 7.9.3-1 Rota, Dias e Horário da Coleta de Lixo em 2006 .....	38
QUADRO 7.9.3-2 Agências de Correio na Cidade de Altamira.....	43
QUADRO 7.9.3-3 Categorias de Uso previstas no Plano Diretor de Altamira, 2003.....	55
QUADRO 7.9.3-4 Zoneamento Urbano previstas no Plano Diretor de Altamira, 2003.....	55
QUADRO 7.9.3-5 Estrutura Administrativa da Prefeitura de Altamira.....	66
QUADRO 7.9.3-6 Agrovilas de Brasil Novo.....	100
QUADRO 7.9.4-1 Relação das Subáreas Rurais da AID e Situação Relativa aos Compartimentos do AHE Belo Monte .....	144
QUADRO 7.9.4-2 Povoados e Aglomerados na Subárea Rural 1 Volta Grande do Xingu..	150
QUADRO 7.9.4-3 Núcleos de referência rural na Subárea Rural 1 - Volta Grande do Xingu .....	150
QUADRO 7.9.4-4 Povoados e Núcleos localizados na Subárea Rural 2 - Trecho de Vazão Reduzida Margem Direita .....	174
QUADRO 7.9.4-5 Localidades existentes na Subárea Rural 3 - Jusante .....	199
QUADRO 7.9.4-6 Representações sobre o AHE Belo Monte na AID .....	209
QUADRO 7.9.4-7 Núcleos de Referência Rural na Subárea Rural 4 .....	220
QUADRO 7.9.4-8 Núcleos de Referência Rural na Subárea 5 - Reservatório Xingu Margem Direita .....	247

### LISTA DAS TABELAS

TABELA 7.9.3-1 Dados Demográficos - Subáreas Urbanas .....	13
TABELA 7.9.3-2 Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e Países - AID Urbana Total .....	14
TABELA 7.9.3-3 Estrutura Etária da População Urbana Total - AID.....	15

TABELA 7.9.3-4 Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e Países - Altamira.....	24
TABELA 7.9.3-5 Estrutura Etária - Altamira .....	27
TABELA 7.9.3-6 N° de Funcionários do Departamento de Limpeza Urbana, segundo sua função .....	37
TABELA 7.9.3-7 Frota e Equipamentos do Departamento de Limpeza Urbana.....	38
TABELA 7.9.3-8 Modalidade de Estabelecimentos de Ensino, Segundo a Dependência Administrativa .....	44
TABELA 7.9.3-9 Bolsas de Estudo Ofertadas pelo Programa Universidade para Todos .....	45
TABELA 7.9.3-10 Capacidade Carcerária da Cidade de Altamira.....	49
TABELA 7.9.3-11 Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e Países - Vitória do Xingu.....	71
TABELA 7.9.3-12 Estrutura Etária - Vitória do Xingu .....	72
TABELA 7.9.3-13 Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e Países - Anapu .....	85
TABELA 7.9.3-14 Estrutura Etária - Anapu.....	86
TABELA 7.9.3- 15 Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e Países - Brasil Novo.....	101
TABELA 7.9.3-16 Estrutura Etária - Brasil Novo .....	102
TABELA 7.9.3-17 Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e País - Senador José Porfírio.....	123
TABELA 7.9.3-18 Estrutura Etária - Senador José Porfírio .....	124
TABELA 7.9.4-1 Subáreas Rurais da AID do AHE Belo Monte .....	147
TABELA 7.9.4-2 Equipamentos Sociais e Estabelecimentos Comerciais na AID Rural.....	148
TABELA 7.9.4-3 Área Ocupada por Classe de Uso do Solo na Subárea 1 .....	152
TABELA 7.9.4-4 Dados Demográficos - Subárea Rural 1 Volta Grande do Xingu .....	154
TABELA 7.9.4-5 Estrutura Etária - Subárea Volta Grande do Xingu.....	155
TABELA 7.9.4-6 Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e Países - Subárea Volta Grande do Xingu .....	156
TABELA 7.9.4-7 Relação de Equipamentos Sociais Disponíveis, Estabelecimentos Comerciais e Outros Equipamentos nas Localidades na Subárea 1 .....	159
TABELA 7.9.4-8 Área Ocupada por Classe de Uso do Solo na Subárea 2 .....	176
TABELA 7.9.4-9 Dados Demográficos - Subárea Rural 2 Trecho de Vazão Reduzida.....	178
TABELA 7.9.4-10 Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e Países - Subárea Trecho de Vazão Reduzida Margem Direita .....	179
TABELA 7.9.4-11 Relação de Equipamentos Sociais Disponíveis, Estabelecimentos Comerciais e Outros Equipamentos nas Localidades na Subárea 2.....	181
TABELA 7.9.4-12 Área Ocupada por Classe de Uso do Solo na Subárea 3 .....	203
TABELA 7.9.4-13 Dados Demográficos - Subárea Rural 3 Jusante .....	203
TABELA 7.9.4-14 Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e Países - Subárea Jusante .....	204
TABELA 7.9.4-15 Relação de Localidades na Subárea 3, Equipamentos Sociais Disponíveis, Estabelecimentos Comerciais e Outros equipamentos.....	207
TABELA 7.9.4-16 Área Ocupada por Classe de Uso do Solo na Subárea 4 .....	224
TABELA 7.9.4-17 Dados Demográficos - Subárea Rural 4 Margem Esquerda.....	225
TABELA 7.9.4-18 Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e Países - Subárea Reservatório Xingu/Margem Esquerda.....	226
TABELA 7.9.4-19 Relação de Localidades na Subárea 4, Equipamentos Sociais Disponíveis, Estabelecimentos Comerciais e Outros Equipamentos.....	228
TABELA 7.9.4-20 Área Ocupada por Classe de Uso do Solo na Subárea 5 .....	249

TABELA 7.9.4-21 Dados Demográficos - Subárea Rural 5 Margem Direita .....	251
TABELA 7.9.4-22 Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e Países - Subárea Trecho de Vazão Reduzida Margem Direita .....	252
TABELA 7.9.4-23 Relação de Localidades na Subárea 5, Equipamentos Sociais Disponíveis, Estabelecimentos Comerciais e Outros Equipamentos .....	254

## LISTA DE ANEXOS

7.9.3-1 - Diagnóstico dos Resíduos Sólidos

### 7.9.3 Caracterização das Sedes Municipais

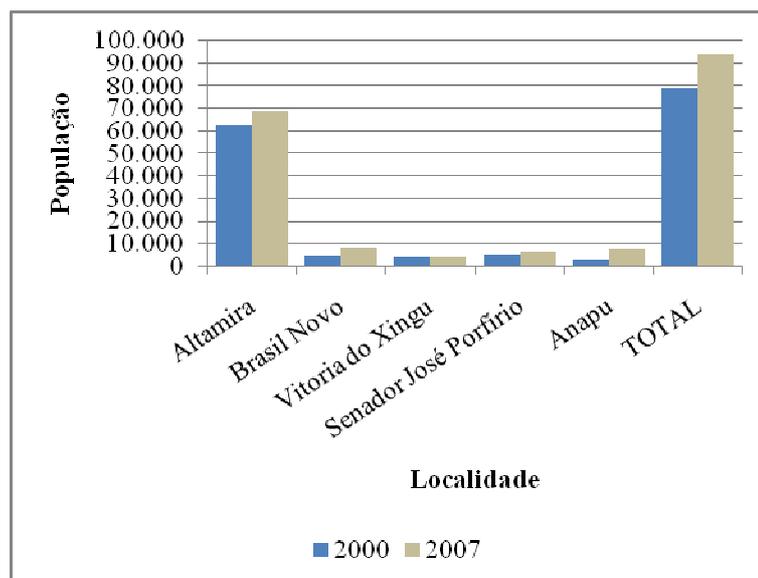
A caracterização das sedes municipais apresentada a seguir visa fornecer um quadro geral das cidades de Altamira, Vitória do Xingu, Anapu, Senador José Porfírio e Brasil Novo, que se localizam nas Subáreas urbanas integrantes da AID. As Subáreas urbanas correspondem a uma área de 86,94 km<sup>2</sup>, representando, portanto, menos de 1,0% do total da AID delimitada. Destaca-se, no conjunto, a cidade de Altamira, que ocupa área de 51,98 km<sup>2</sup>. Brasil Novo e Vitória do Xingu possuem 3,08km<sup>2</sup> cada e Senador José Porfírio e Anapu possuem áreas correspondendo a, respectivamente, 15,84 km<sup>2</sup> e 12,96 km<sup>2</sup>.

A população total residente nas sedes municipais é de 94.463, com 72,7% residindo em Altamira, conforme dados apresentados na **TABELA 7.9.3-1** a seguir. Observa-se, de acordo com a tabela, que embora a taxa de crescimento geométrico para o conjunto das sedes municipais apresente um percentual de 2,59% a/a, as cidades de Brasil Novo e Anapu experimentaram crescimento significativo no período de 2000 a 2007 (**GRÁFICO 7.9.3-1**). A primeira, teve um aumento de população da ordem de 77,0%, indicando uma taxa de crescimento de 8,47% a.a; na segunda, o crescimento populacional foi de 144,8%, correspondendo a uma taxa de crescimento anual de 13,65%.

**TABELA 7.9.3-1**  
Dados Demográficos - Subáreas Urbanas

Município	Localidade	População		Taxa de Crescimento Geométrico (%)	Área (ha)	Densidade Demográfica (hab/Km <sup>2</sup> )	
		2000	2007			2000	2007
Altamira	Altamira	62.285	68.665	1,40	5.198	1.198,2	1.321,0
Brasil Novo	Brasil Novo	4.371	7.721	8,47	308	1.419,2	2.506,8
Vitória do Xingu	Vitoria do Xingu	3.932	4.251	1,12	308	1.276,6	1.380,2
Senador José Porfírio	Senador José Porfírio	5.331	6.278	2,36	1.584	336,6	396,3
Anapu	Anapu	3.083	7.548	13,65	1.296	237,9	582,4
<b>TOTAL</b>		<b>79.002</b>	<b>94.463</b>	<b>2,59</b>	<b>86,94</b>	<b>908,7</b>	<b>1.086,5</b>

**FONTE:** Elaborado a partir dos dados do IBGE. Censo Demográfico 2000 e Contagem da População, 2007.



**FONTE:** Elaborado a partir dos dados do IBGE. Censo Demográfico 2000 e Contagem da População, 2007.

**GRÁFICO 7.9.3-1** – População por Subárea Urbana (2000/2007)

O crescimento populacional observado no período se expressa, também, nos dados que evidenciam o aumento da densidade demográfica em todas as sedes municipais, destacando-se, pela ordem, Brasil Novo, Vitória do Xingu e Altamira com, respectivamente, 2506,8, 1380,2 e 1321,0 hab/km<sup>2</sup>.

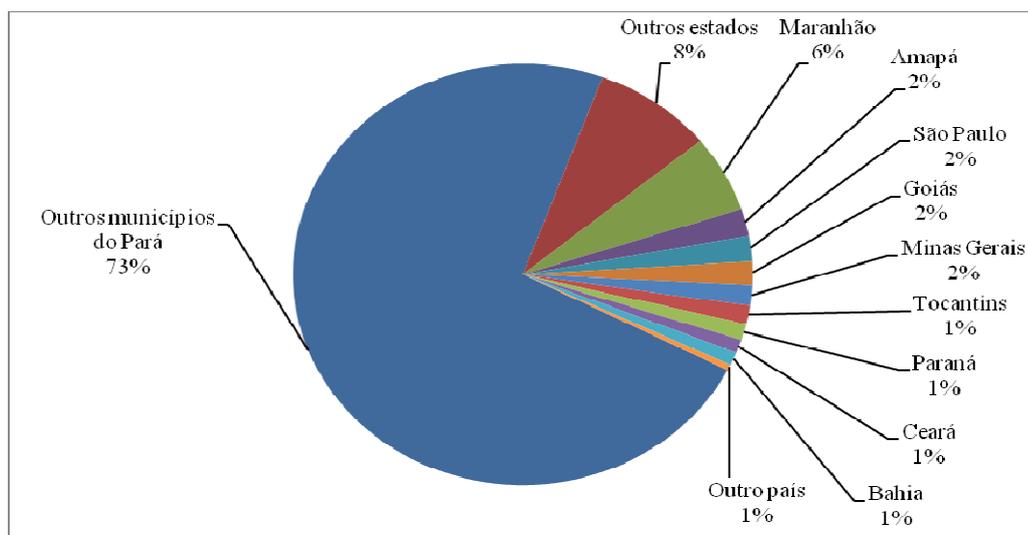
A **TABELA 7.9.3-2** e o **GRÁFICO 7.9.3-2** apresentam a situação de origem da população migrante que reside nas sedes municipais consideradas. Destaca-se que 73,1% da população migrante, que corresponde a 11,3% da população total, tem origem em outros municípios do Pará, ratificando as análises apresentadas no Diagnóstico da AII, que indica este movimento interno como uma característica da região.

**TABELA 7.9.3-2**

Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e Países - AID Urbana Total

Local de Origem	População	%
Outros municípios do Pará	7834	73,1
Outros estados	901	8,4
Maranhão	634	5,9
Amapá	224	2,1
São Paulo	207	1,9
Goiás	195	1,8
Minas Gerais	167	1,6
Tocantins	152	1,4
Paraná	133	1,2
Ceará	109	1,0
Bahia	108	1,0
Outro país	47	0,4
<b>Total</b>	<b>10711</b>	<b>100,0</b>

**FONTE:** IBGE. Contagem de População, 2007.



FONTE: Elaborado a partir dos dados do IBGE. Contagem de População, 2007.

**GRÁFICO 7.9.3-2** - Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e Países - AID Urbana Total

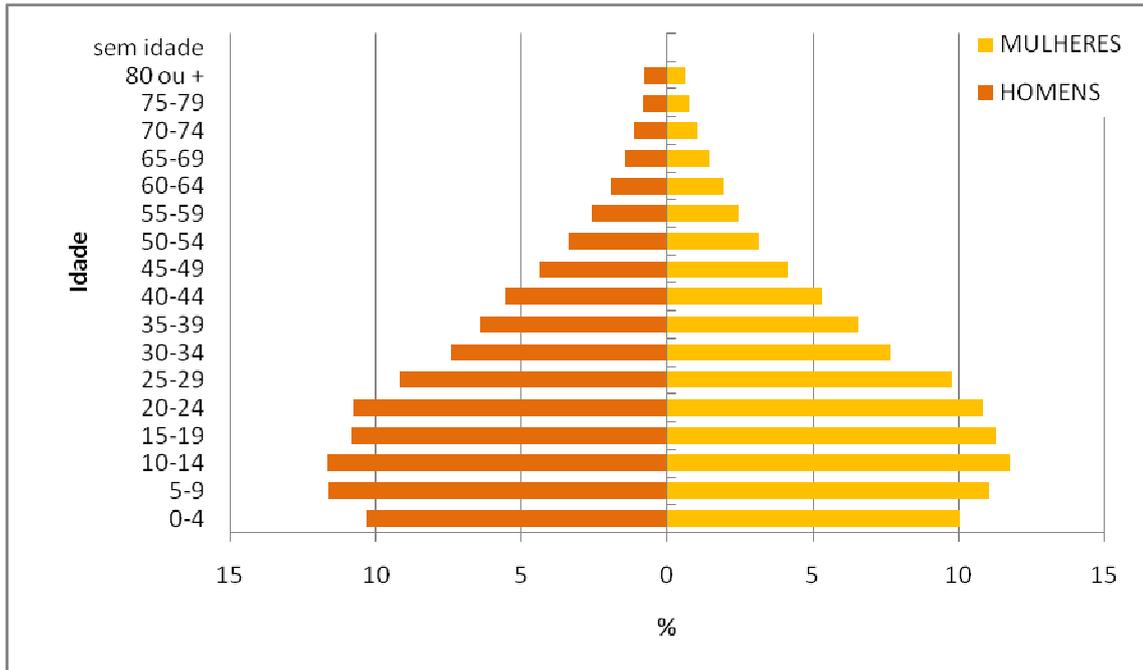
A TABELA 7.9.3-3 e o GRÁFICO 7.9.3-3, a seguir, apresentam os dados relativos à população urbana da AID, relacionados à distribuição por sexo e faixa etária. Observa-se que cerca de 65% da população tem entre 0 e 29 anos, caracterizando uma população predominantemente jovem e uma distribuição relativamente homogênea entre homens e mulheres por idade, com pequenas variações em alguns intervalos de idade, totalizando uma população masculina de 49,5% e feminina de 50,5%.

**TABELA 7.9.3-3**

Estrutura Etária da População Urbana Total – AID

IDADE (anos)	SEXO		TOTAL
	HOMENS	MULHERES	
0-4	4754	4734	9488
5-9	5344	5215	10559
10-14	5378	5543	10921
15-19	4993	5304	10297
20-24	4971	5100	10071
25-29	4225	4595	8820
30-34	3404	3608	7012
35-39	2954	3082	6036
40-44	2552	2501	5053
45-49	2002	1956	3958
50-54	1551	1491	3042
55-59	1187	1143	2330
60-64	892	916	1808
65-69	663	698	1361
70-74	516	483	999
75-79	378	356	734
80 ou +	365	294	659
sem idade	2	7	9
<b>TOTAL</b>	<b>46131</b>	<b>47026</b>	<b>93157</b>

FONTE: IBGE. Contagem da População, 2007.



FONTE: Elaborado a partir dos dados do IBGE. Contagem da População, 2007.

### GRÁFICO 7.9.3-3 - Pirâmide Etária da População Urbana Total - AID

São apresentados, a seguir, os aspectos referentes a cada uma das sedes municipais que integram as Subáreas Urbanas da AID, considerando as informações obtidas, a partir dos seguintes temas: localização e acessos, histórico de ocupação na cidade, dados demográficos, atividade econômica urbana, infra-estrutura, equipamentos e serviços públicos, uso e ocupação do solo urbano, padrão construtivo, estrutura administrativa da prefeitura e associativismo e organização.

#### 7.9.3.1 Cidade de Altamira

##### 7.9.3.1.1 Localização e Acessos

O Município de Altamira, pertence à Microrregião de mesmo nome e tem uma forma de faixa, no sentido Norte-Sul, larga na base e estreitando-se no seu topo onde se situa a sua sede, cuja localização corresponde ao centro do Estado do Pará (FIGURA 7.9.3-1).

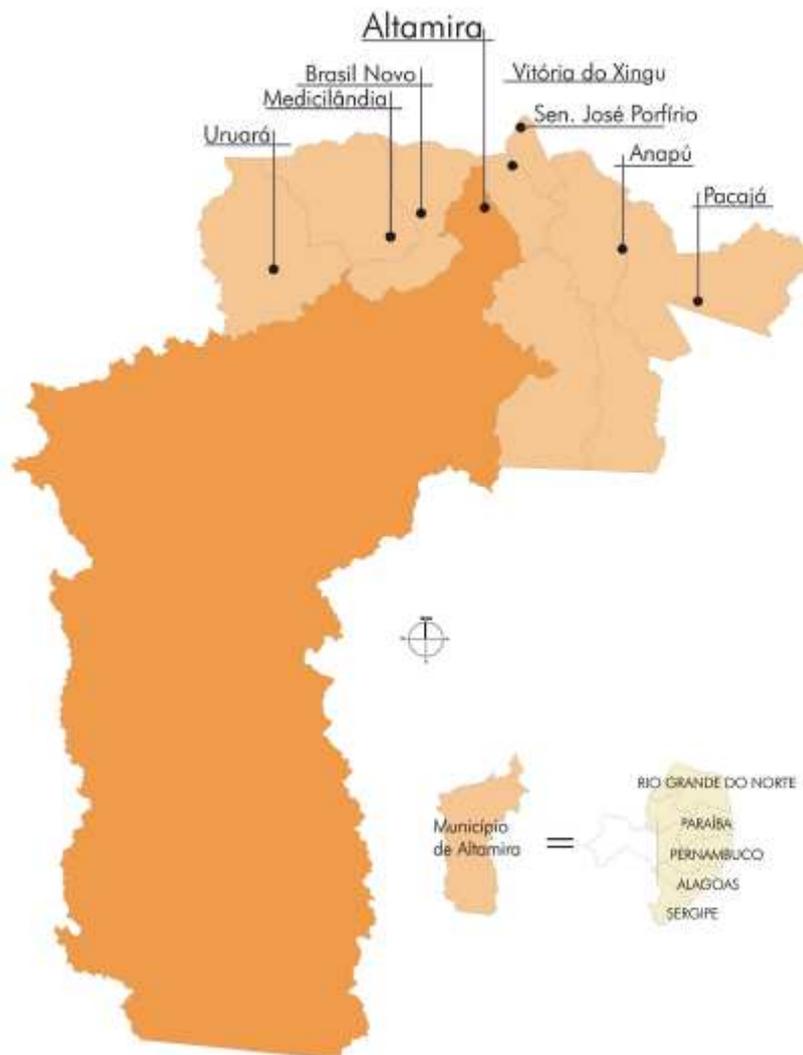


**FONTE:** Projectus Consultoria Ltda. e Prefeitura Municipal de Altamira. Plano Diretor de Altamira, V.1, p. 9, junho de 2003.

**FIGURA 7.9.3-1** – Localização da Cidade de Altamira no Estado do Pará

A cidade de Altamira está situada na margem esquerda do Rio Xingu no início do trecho, desse rio, conhecido como “Volta Grande” (Latitude de 3°2’ e Longitude de 52°2’). Distando 720 km da capital do Estado do Pará, seu principal acesso rodoviário é a rodovia Transamazônica (BR-230), pela rota que passa pela cidade de Tucuruí. O acesso aeroviário é através da rota Belém-Altamira, que dura aproximadamente uma hora, e o hidroviário é indireto, através do Porto Dorothy Stang, na cidade de Vitória do Xingu e da rodovia PA-415 que interliga essas duas cidades.

Limita-se com quase todos os municípios inseridos na AID, com exceção de Anapu, e com os municípios de Medicilândia e Uruará que integram a AII do AHE Belo Monte. Como já mencionado em diversos outros itens, é o maior município do mundo em extensão territorial (159.695,94 km<sup>2</sup>) que equivale à soma das áreas dos Estados de Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte, Paraíba e à metade do Estado de Pernambuco como demonstra a **FIGURA 7.9.3-2**, a seguir.



**FONTE:** Projectus Consultoria Ltda. e Prefeitura Municipal de Altamira. Plano Diretor de Altamira, V.1, p. 9, junho de 2003.

**FIGURA 7.9.3-2** – Inserção do Município de Altamira na Microrregião de Altamira

### 7.9.3.1.2 Histórico de Ocupação na Cidade

Conforme o Diagnóstico da AII, a ocupação não indígena da região em que Altamira está localizada estabeleceu-se segundo dois períodos claramente identificáveis. O primeiro remonta ao século XVIII e se caracterizou pela ocupação das áreas ribeirinhas, sendo o segundo tipicamente contemporâneo, estando associado aos processo de colonização dirigida a partir da década de 1970.

O primeiro período teve sua estrutura espacial herdada do período colonial, expandindo e se consolidando com o *boom* da borracha e com a exploração de outros produtos vegetais, até meados da década de sessenta do século XX. Trata-se de um período iniciado com a conquista e ocupação portuguesa do vale do Amazonas e de seus afluentes – implantação de fortificações militares e missões religiosas – moldado pela exploração extrativista, alicerçado no sistema de aviamento e tendo como suporte uma rede de núcleos articulados pela circulação fluvial.

O segundo período aconteceu nos marcos do processo de colonização dirigida da década de 70 do século XX, com a ocupação das áreas de terra firme, nas margens das estradas. Esse período foi caracterizado pela ruptura e redefinição da estrutura anterior e se alicerçou na agropecuária, na colonização oficial e na interiorização do povoamento por meio de um sistema planejado e misto de ocupação do território – urbanismo rural ou “rurbanismo” – tendo no transporte rodoviário o principal eixo articulador da espacialidade regional.

A instalação do povoado de Altamira remonta à época colonial (Séc. XVIII) e possibilitou o contato e acesso à região do Alto Xingu pela via fluvial Xingu-Iriri, bem como a comunicação e transporte de mercadorias pela rede portuária da época, em direção ao porto de Belém. Sua elevação à condição de município ocorreu em 1912, por meio do decreto no. 1852, tendo passado por uma complexa dinâmica, conforme apontado no Diagnóstico da AII.

A região, no entanto, permaneceu estagnada economicamente até o final do século XIX, quando então teve início a “economia da borracha”, (ver o Diagnóstico da AAR - Os ciclos econômicos e povoamento da região). Essa nova dinâmica estimulou a produção de uma nova estrutura espacial no território hoje correspondente à AII.

Tal estruturação se estabeleceu tendo como centralidade a cidade de Altamira, onde se concentrava a produção extrativa da borracha e de onde a produção partia no lombo de animais até o Porto de Vitória, entreposto comercial, cujo papel principal era a redistribuição no âmbito dos fluxos ascendentes e descendentes de mercadorias. É interessante destacar ter ocorrido, nesse contexto, a construção da ligação rodoviária entre Altamira e Porto de Vitória, estrada que hoje liga essa cidade à sede do município de Vitória do Xingu. Com o novo declínio da borracha, a crise econômica instaurou-se e outras atividades emergiram, a maioria delas no âmbito do extrativismo, setor até então, historicamente, preponderante na região.

A intensificação da ocupação da cidade de Altamira data do início da década de 1970 e ocorreu na esteira da política militar voltada ao desenvolvimento da Amazônia promovida, especialmente, pela construção de rodovias como a Santarém-Cuiabá (BR-163) e a Transamazônica (BR-230). Esta política, centrada no investimento no setor agropecuário, tinha como objetivo diminuir a tensão fundiária, por meio do incentivo econômico e da integração das rodovias sem, contudo, privilegiar qualquer incentivo expressivo ao pequeno produtor. Grandes projetos foram criados pelo Governo Federal, além de instrumentos creditícios e incentivos fiscais que estimulariam o investimento na Amazônia, como já expresso no Diagnóstico da Área de Influência Indireta (AII).

A cidade de Altamira, remanescente do primeiro período, foi submetida a um processo de colonização do INCRA que, com base na estrutura preexistente da cidade, induziu o seu revigoramento e a alçou como centro polarizador do conjunto de novos núcleos urbanos regionais, planejados e espontâneos, emergentes do Plano Integrado de Colonização (PIC).

O padrão de ocupação da cidade foi reestruturado a partir da implantação do PIC, passando a associar o assentamento de colonos nos lotes rurais e o assentamento de colonos em lotes urbanos, compondo um plano urbano-rural de ocupação territorial. Assim a cidade de Altamira cresceu e consolidou sua função de pólo regional tendo em seu entorno próximo as agrópolis e agrovilas instaladas ao longo da rodovia Transamazônica, articulando as atividades econômicas – agricultura e indústria – e as condições de dinamização dos mercados – produção/ consumo, produção/ comercialização, população/ administração pública.

Deste modo, as mudanças ocorridas em meados da década de 1970 no planejamento da política estatal para a Amazônia reorientaram o processo de ocupação desse território, que passou a ter a empresa agrícola como centralidade. Com isso, Altamira passou a ser um dos 15 pólos agropecuários e agro-minerais projetados para o Estado do Pará.

Na realidade, a colonização oficial mudou significativamente a região de Altamira, pois provocou a ruptura brusca no ritmo da vida econômica local e regional. A partir daí, o foco dos investimentos foi direcionado aos setores infra-estruturais (agrovilas e agrópolis e estradas), a agropecuária alterou o padrão de ocupação do espaço e a tradicional economia extrativista deu às atividades agrícolas e pecuárias. Altamira, nessa ocasião, iniciou um processo de revigoração urbano, alicerçada em uma nova base econômica. Esta situação propiciou a expansão da estrutura física da cidade de Altamira, que se fortaleceu como espaço da produção de um novo setor central de comércio e serviços e bancos, novos bairros residenciais, além dos tradicionais bairros de beira-rio.

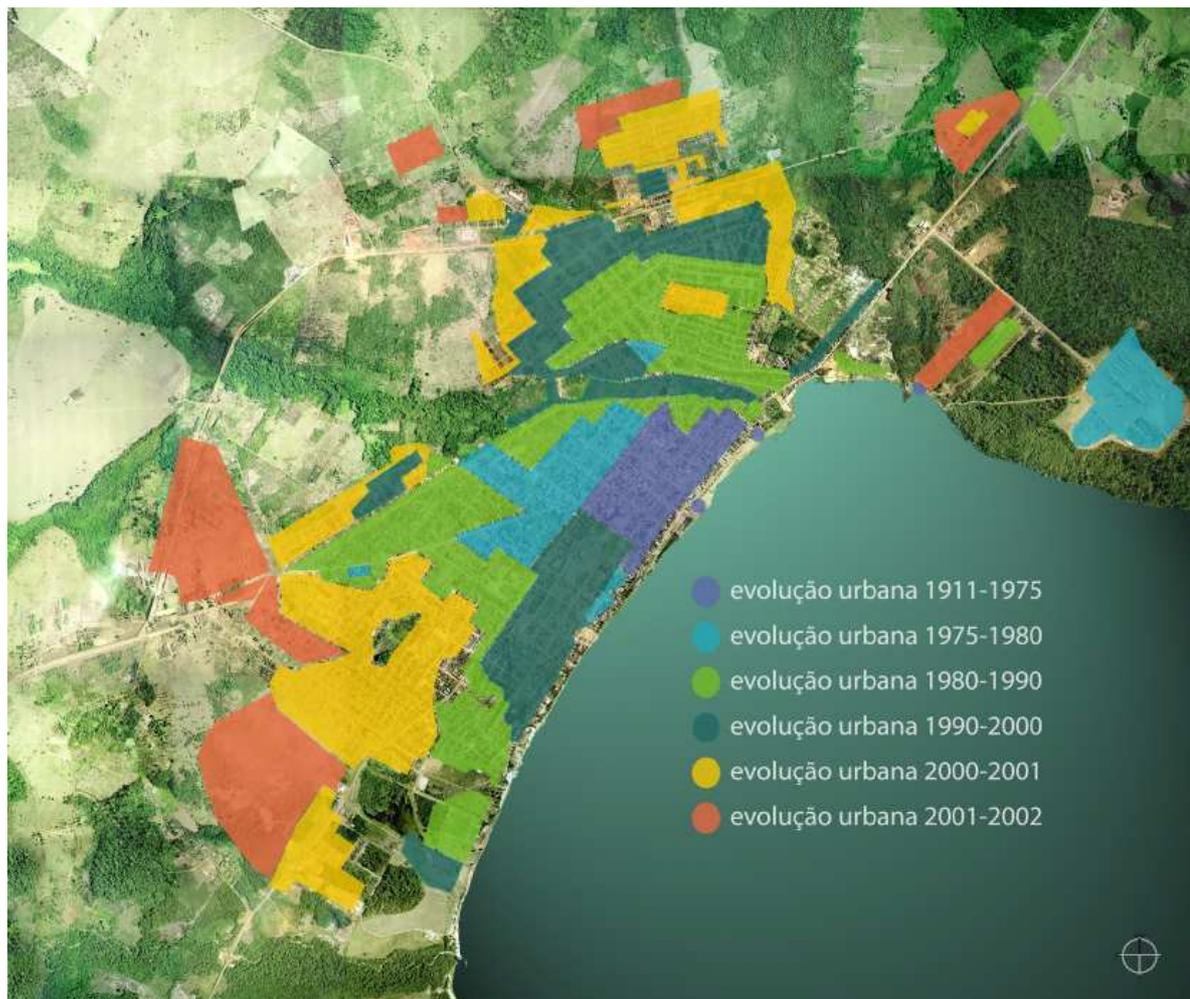
Na segunda metade da década de 1980, localidades como a Ilha Fazenda e Ressaca passaram a atrair pessoas para as atividades de garimpo; quando esta atividade entrou em declínio, foi a cidade de Altamira que recebeu este contingente populacional. Altamira foi se delineando como uma estrutura de serviços e enquanto tal, ponto de apoio social, político e econômico regional. Historicamente a cidade findou por se consolidar como espaço de recepção da mão-de-obra regional liberada.

Nos últimos trinta anos, vários projetos de investimento foram implantados na Amazônia propiciando a atração de contingentes expressivos de população. Neste contexto, os municípios da Transamazônica serviram de ponto estratégico para a colonização, dentre eles a cidade de Altamira, que experimentou um crescimento e um adensamento demográfico desordenados.

Desde 1980, Altamira apresenta maior percentual de população urbana do que rural (72%)<sup>1</sup> que vive na sua sede municipal, principal centro urbano de referência da região sob a influência da Transamazônica e do Rio Xingu no estado do Pará. A dificuldade e precariedade dos acessos nessa região, já comentados em outros itens, mantêm algumas áreas isoladas e tornam a cidade de Altamira o principal pólo de referência e de atração de população. O próprio traçado da cidade expressa esta condição na medida em que a expansão de sua ocupação tem ocorrido a partir da invasão de áreas, chegando às bordas e margens dos Igarapés, espaço sazonalmente inundado pelas “cheias do Xingu” (**FIGURA 7.9.3-3**).

---

<sup>1</sup> Vide item “Caracterização Demográfica” integrante do Diagnóstico da Área de Influência Indireta.



**FONTE:** Projectus Consultoria Ltda. e Prefeitura Municipal de Altamira. Plano Diretor de Altamira, V.1, p. 86, junho de 2003

**FIGURA 7.9.3-3** – Evolução da Ocupação Urbana da Cidade de Altamira - 1911 - 2002

O processo de ocupação de Altamira foi marcado pela relação de desigualdade social e segregação territorial. Diversas áreas ficaram sujeitas a ocupações desordenadas e ilegais e à exploração e à degradação de seus recursos naturais. Com o aumento da população de Altamira nos anos 70 do século passado, ocorreu o inchaço, uma vez que a cidade não estava estruturada para receber os imigrantes que vinham de várias regiões do Brasil. Com isso a ocupação expandiu-se, a partir da década de 1980 sobre as terras planas, os morros, as baixadas e as áreas alagadiças próximas aos Igarapés Altamira, Panelas e Ambé, que cortam a cidade. A comparação das imagens de 2004 e 2005, da região das Olarias no igarapé Ambé, ilustra o avanço continuado da ocupação irregular em áreas de risco, sujeita às periódicas cheias do Rio Xingu, e também áreas consideradas como de preservação permanente pela legislação ambiental (**FIGURA 7.9.3-4** a **FIGURA 7.9.3-5**).



**FONTE:** Imagens Quick Bird, 2004 e 2005  
**FIGURA 7.9.3-4 -** Ocupação no Bairro Mutirão em 2004



**FONTE:** Imagens Quick Bird, 2004 e 2005  
**FIGURA 7.9.3-5 -** Ocupação no Bairro Mutirão em 2005

A expansão urbana da cidade de Altamira se deu a partir de várias modalidades de assentamento: assentamentos planejados, pela Prefeitura Municipal, pela Prelazia do Xingu e por empresas privadas; e assentamentos espontâneos que correspondem às áreas de ocupação irregular.

Os assentamentos planejados datam da época em que cidade estava sob intervenção federal, como “Área de Segurança Nacional”, e atraía grandes contingentes de mão-de-obra. Nesse momento, foram construídas várias unidades habitacionais, a maioria para abrigar funcionários públicos, a serviço dos novos órgãos da administração pública federal. Foram então construídas vilas residenciais e urbanizadas, algumas áreas próximas do centro comercial – bairros SUDAM I (1982) e SUDAM II (1983), cujos lotes foram negociados a preços módicos. Posteriormente, em 1997, novos lotes foram comercializados em áreas mais distantes, próximas a Rodovia Transamazônica – bairro Progresso, cuja construção das habitações se deu sob o regime de mutirão e por isso o bairro passou a se denominar Mutirão. Apesar de ser intenção, na época, atender a população de baixa renda, o número de casas não foi suficiente.

Com relação aos assentamentos instalados pela Prelazia do Xingu, esses datam do início da década de 1970 em terras adquiridas anteriormente (1955) por esta entidade. O loteamento Nossa Senhora da Aparecida resultou da forte pressão de famílias sem moradia que ameaçavam invadir algumas áreas. As terras da Igreja eram nesse momento uma opção, afinal a instituição não oferecia resistência, diferentemente de proprietários particulares. Tendo em vista evitar que a área sofresse um processo descontrolado de favelização e mediante a chegada maciça de migrantes a região a Prelazia realizou um estudo topográfico e encaminhou para registro o loteamento. Ali foram abrigadas famílias pobres e a Prelazia do Xingu viabilizou o assentamento em sistemas de lotes iguais de 10 m de frente por 50 m de fundo, com 30 m destinados a implantação de hortas familiares. As famílias assentadas receberem seus lotes, porém não seriam proprietárias e se comprometeriam através de contratos de locação a pagar uma mensalidade à prelazia. Além disso, não poderiam se mudar sem autorização dos padres. Em 1973 foi instalado o Loteamento Nossa Senhora de Aparecida I, a partir do qual surgiram os Loteamentos Nossa Senhora de Aparecida II (1984), Nossa Senhora de Aparecida III (1985), Loteamento Nossa Senhora de Aparecida IV (1987). É importante destacar que esse assentamento sempre esteve sujeito a alagamentos decorrentes

das enchentes no Igarapé Ambé, o que levou ao aterramento de algumas áreas, sem que o problema fosse solucionado.

Os assentamentos privados foram implantados por empresas imobiliárias e construtoras, em terrenos particulares. Os lotes foram negociados com a população de maior poder aquisitivo em áreas pertencentes a grandes fazendeiros ou de herdeiros dos antigos coronéis da borracha. Como a cidade crescia em ritmo intenso e aumentava a demanda por moradias, esses lotes foram urbanizados e estavam situados em áreas sem inundação. Eram lotes que dispunham de uma melhor estrutura urbana, mais próximos do centro e por isso valorizavam rapidamente.

Esses lotes foram denominados de “Jardins”: Jardim Iracema (1974), o primeiro a ser construído e na década de 80; o Jardim Altamira; Jardim Primavera; Jardim dos Estados e o Jardim Fortaleza (Ivalândia). Posteriormente, na década seguinte a demanda por lotes urbanos cresceu e a iniciativa privada implantou mais 12 assentamentos: Conjunto Alberto Soares; Jardim Independente I, II e III; Jardim Olimpus; Jardim do Sol; Jardim Uirapuru; Jardim Oriente; Jardim Anhanguera; Jardim Novo Paraíso; Bela Vista e o Parque Ipê. Nesses assentamentos o comprador tinha liberdade para definir o tipo de habitação e podia instalar também um pequeno comércio, se assim o quisesse. Com relação ao Conjunto Alberto Soares (1990), as casas foram construídas segundo o padrão da Caixa Econômica Federal, que financiou os imóveis.

O processo de assentamento espontâneo ocorreu nos moldes das tradicionais “invasões” e a chegada de moradores ao local ocorria, na maioria das vezes, mediada por vínculos familiares e pela busca de melhores oportunidades de sustento. Essas invasões movimentavam o comércio de lotes e na década de 90 esse processo foi intensificado e, de certo modo, provocou a emergência de lideranças. Nesse contexto, as populações de baixo poder aquisitivo começaram a invadir áreas alagadas e encostas íngremes. A ocupação nesses termos não tem tipo definido de padronização, as moradias crescem mediante a chegada de novos parentes, formam-se pequenas vilas, com moradias pequenas e passagens estreitas.

Conforme já apontado, a cidade de Altamira é o espaço polarizador da AID e detêm 75% da população do município (IBGE, 2007) e 62% da AID. O seu padrão de urbanização revela a expansão desordenada de sucessivas ocupações advindas de movimentos migratórios que se encaixaram sobrepostos uns aos outros, com a abertura e ampliação de áreas de periferia em processo de crescimento.

#### **7.9.3.1.4 Dados demográficos**

A população residente na sede municipal de Altamira, conforme apresentado anteriormente, é de 68.665 habitantes, correspondendo a mais de 72% da população total das Subáreas Urbanas da AID. Representa, também, mais de 72% do total da população do município, o que revela um grau de urbanização elevado.

Conforme observado anteriormente, a população cresceu, no período entre 2000 e 2007 à razão de 1,4% a.a, taxa esta superior ao que vinha ocorrendo na década de 1990, conforme apontado no Diagnóstico da AII. Conforme observado, Altamira teve um crescimento populacional bastante significativo no período entre 1970 e 1980 – que chegou a 363% - graças aos inúmeros projetos de colonização e ao fato de ser “Área de Segurança Nacional”.

Entre 1980 e 1990, este aumento de população baixou para 74,4%, tendo sido registrado, no Censo Demográfico de 2000 a marca de 32,4%. A partir de 2000 esta taxa se estabiliza, apresentando crescimento anual de 1,4%.

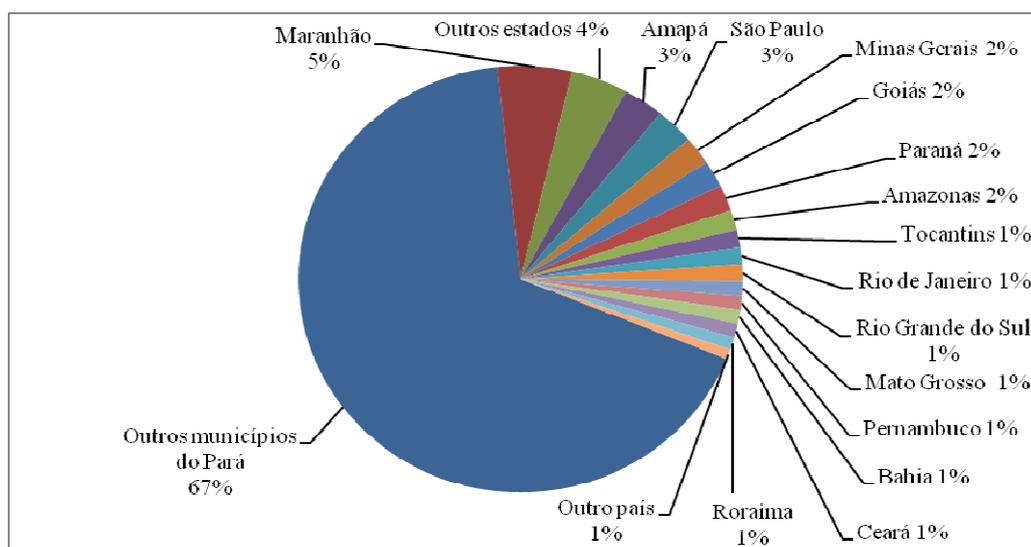
Menos de 10% da população residente, perfazendo um total 6447 pessoas, não é nascida na cidade; destes, a grande maioria é proveniente de outros municípios do Pará e do Maranhão para a cidade de Altamira, conforme demonstram a **TABELA 7.9.3-4** e **GRÁFICO 7.9.3-4**.

**TABELA 7.9.3-4**

Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e Países – Altamira

Local de Origem	População	%
Outros municípios do Pará	4334	67,2
Maranhão	347	5,4
Outros estados	267	4,14
Amapá	191	3,0
São Paulo	180	2,8
Minas Gerais	139	2,2
Goiás	131	2,0
Paraná	126	2,0
Amazonas	98	1,5
Tocantins	86	1,3
Rio Janeiro	83	1,3
Rio Grande do Sul	81	1,3
Mato Grosso	72	1,1
Pernambuco	68	1,1
Bahia	68	1,1
Ceará	67	1,0
Roraima	62	1,0
Outro país	47	0,7
<b>Total</b>	<b>6447</b>	<b>100</b>

FONTE: IBGE. Contagem da População, 2007.



**GRÁFICO 7.9.3-4** - Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e Países – Altamira

Altamira é uma cidade que tende a ser lugar de referência para a população migrante que se movimenta pela região, a maioria oriunda da desmobilização de algumas atividades. Segundo entrevistas realizadas pela pesquisa sócio-antropológica, a cidade aparece como uma alternativa significativa para uma grande parcela de migrantes, conforme ilustrado na entrevista a seguir:

*“a cidade incha em função da falta de oportunidades de trabalho em áreas próximas. Lá pelos idos de 80 quando o garimpo da Ressaca cresceu chegou muita gente, uns ficaram por aqui, outros foram para Ressaca, mas quando o garimpo fracassou a maioria veio para cá e por aqui se instalou com as famílias. Mesmo o cara garimpeiro de fato deixou a família e vai e volta porque acabou fazendo de Altamira sua casa. Depois tem também o pessoal que veio depois da construção de Tucuruí, acabou dando com os costados aqui. Porque? Ora, de Tucuruí pra cá o cabra para em Marabá, não encontra como viver e aí vem vindo, Altamira é a opção seguinte. É assim que raciocina o trabalhador desempregado, ele vai onde pode ter uma chance e veja que a maioria desses trabalhadores já lidou com a terra e no fundo tem esperança de conseguir um pedaço de chão. E Altamira é esse mundão, essa ilusão de que por aqui ainda é possível uma terra”.*  
(representante do Póde Público, Altamira)

Além de migrantes principalmente oriundos de outros municípios do Pará e do Estado do Maranhão, fazem parte da população cerca de 1500 índios que vivem na cidade, denominados, na pesquisa sócio-antropológica, de índios desaldeados<sup>2</sup>. Nesta categoria são incluídos índios de etnias indígenas diversas e dispersas, que residem na cidade. Estes índios não estão sob a jurisdição da FUNAI e da FUNASA, não vivem ou nunca viveram em aldeias, revelando uma situação diversa dos índios que estão sob a jurisdição dessas entidades, que circulam eventualmente por Altamira, local de trânsito da maioria das etnias do Estado do Pará e de Mato Grosso.

A pesquisa sócio-antropológica identificou que os índios pertencentes às etnias Xipaia, Curuaia, Juruna, Kayapó-Xikrin, Kayapó-Kararaô, Arara, Asurini, Araweté, Parakanã, Xipaia e Curuaya com frequência circulam pela cidade. Os Xipaias e Jurunnas são os que têm mais moradores na cidade os quais, na maioria dos casos, habitam as áreas mais pobres, notadamente a região das palafitas.

Foram entrevistados oito índios que não quiseram gravar as entrevistas nem se deixar fotografar. Esse comportamento provavelmente se deve à situação específica desses grupos no espaço urbano, onde é flagrante a discriminação e a rejeição a esta população por parte considerável da sociedade local:

*“Aqui nós temos de tolerar esses índios que roubam, vivem bêbados e ainda são protegidos.”* (Moradora do Bairro Invasão dos Padres)

Ou ainda:

*“Se fala muito em violência em Altamira mas não se fala que os índios fazem por aqui muita coisa errada. É só ir no Conselho Tutelar pra ver como tem caso de abuso sexual*

<sup>2</sup>. Esta questão será objeto de análises específicas a partir de estudos etnoecológicos, devendo ser tratada no item xxxx deste Diagnóstico.

*de criança praticado por índio, todo mundo sabe, tem nome e endereço mas ninguém faz nada. Não se pode encostar um dedo neles que tem barulho, agora se é com um branco, é o maior barraco (...) aqui se faz de um tudo errado e a lei só pega os pequenos. Ser pobre e não ser índio em Altamira é ta perdido, tem que andar certinho, fazer tudo nos conforme. É que não gosto desses índios, fazem muita arruaça quando bebem e fazem sabendo que não serão punidos. Depois ficam desfilando na nossa cara com laptop, máquina de foto, um desaforo...” (Morador, Centro).*

O reconhecimento deste preconceito faz com que os índios residentes em Altamira, em muitos casos, neguem sua identidade indígena, conforme os depoimentos a seguir:

*“Minha avó era índia, mas isso já ficou lá pra trás, ela se casou com branco, minha mãe e meus pais são brancos, é verdade que são filhos de índios, mas já são brancos. Depois não acho bom ser índio aqui porque sempre te olham de forma esquisita, meus filhos são rejeitados porque tem gente que acha que são índios. Sabe como é as pessoas acham que se um índio faz alguma coisa errado que envolve outro o outro vai ser sempre culpado, pois falam que o índio é cuidado, a FUNASA cuida dele a polícia não coloca a mão nele. É muito ruim ser índio aqui, ninguém te acredita, te olham com desconfiança. Nós aqui não somos índios e já passamos as vezes por isso.” (Moradora, Boa Esperança)*

*“Sou um trabalhador comum, branco que vivo do meu esforço. Todo mundo pensa que sou índio porque meu avô e meu pai eram, mas nunca tive relação com os índios, fui criado na cidade e meus pais nunca quiseram que essa situação de ser índio fosse importante na nossa vida. E isso foi bom porque vejo como esses índios que passam por Altamira vivem, as vez estão jogados nas marquises, bêbados. As mulheres as vez vendem seu corpo pra conseguir uma lamparina. O índio só é bacana na televisão, na vida real é uma tristeza ser índio. Mas não vamos mas falar disso, as informações que eu tinha de dar é sobre a vida em Altamira que é difícil pra todos, aqui falta tudo pra a população.” (Morador, Bairro Peixaria).*

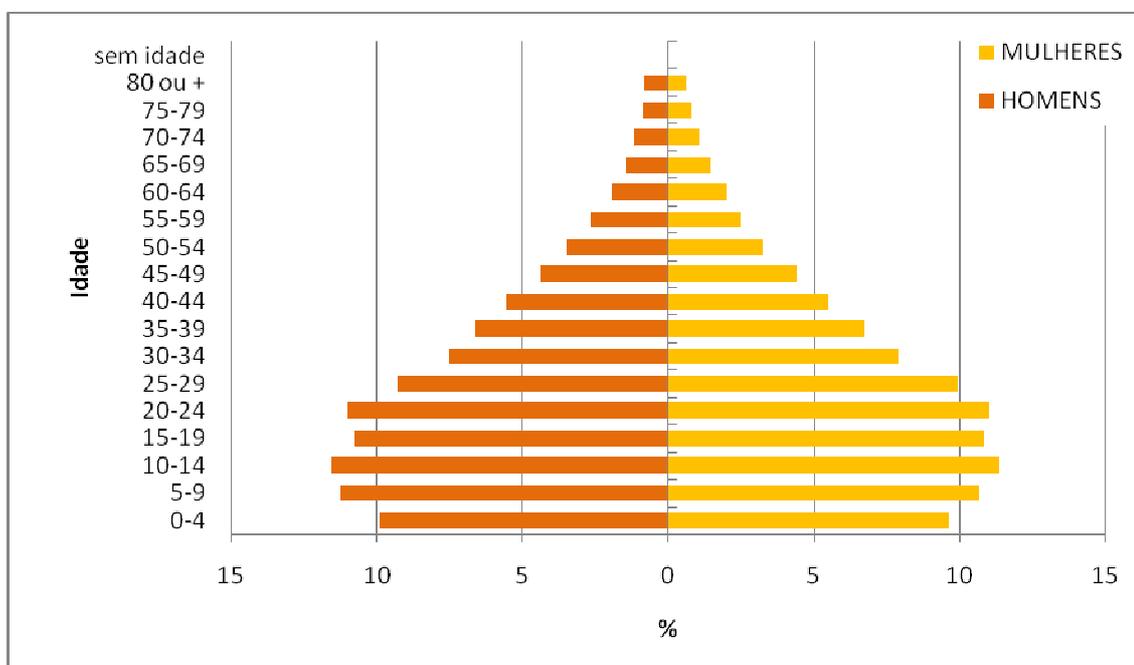
Como se pode depreender destes relatos, a presença indígena na cidade tende a fomentar um desconforto que expressa a diferença entre os não índios – nativos ou migrantes e o índio, protegido, porém “desgarrado” de suas origens. Este quadro reflete o mosaico social complexo – naturais, migrantes, índios – que caracteriza a cidade de Altamira.

A **TABELA 7.9.3-5** e o **GRÁFICO 7.9.3-5**, a seguir, apresentam a distribuição da população segundo estrutura etária e sexo. Os homens totalizam 49,1% e as mulheres 50,9% e esta diferença se mantém em todas as faixas de idade, apresentando um quadro ligeiramente diverso daquele apresentado para o conjunto das Subáreas Urbanas, em que há uma maior homogeneidade em todas as faixas. No entanto, mantêm-se maiores percentuais, caracterizando o perfil de população jovem (especialmente nas faixas de 10 a 14 anos e de 20 a 24 anos), que passa a decrescer a partir dos 30 anos. A população em idade escolar corresponde a 22,4% do total de habitantes da sede municipal de Altamira.

**TABELA 7.9.3-5**  
Estrutura Etária – Altamira

IDADE (anos)	SEXO		TOTAL
	HOMENS	MULHERES	
0-4	3330	3364	6694
5-9	3789	3721	7510
10-14	3887	3976	7863
15-19	3619	3792	7411
20-24	3696	3851	7547
25-29	3109	3473	6582
30-34	2517	2772	5289
35-39	2227	2347	4574
40-44	1871	1925	3796
45-49	1465	1556	3021
50-54	1172	1139	2311
55-59	887	867	1754
60-64	648	704	1352
65-69	479	520	999
70-74	387	383	770
75-79	290	284	574
80 ou +	280	229	509
sem idade	2	7	9
<b>TOTAL</b>	<b>33655</b>	<b>34910</b>	<b>68565</b>

Fonte: IBGE Contagem da População, 2007.



FONTE: Elaborado a partir dos dados do IBGE. Contagem de População, 2007.

**GRÁFICO 7.9.3-5** - Pirâmide Etária – Altamira

### 7.9.3.1.5 Atividade Econômica Urbana

A estrutura produtiva da cidade de Altamira está totalmente associada às atividades produtivas da região, ligadas à cultura e produção extrativista vegetal. Destacam-se, nesse sentido, a indústria extrativista mineral; a indústria de transformação; a indústria de beneficiamento; o comércio (atacadista e varejista) e os serviços.

Na cidade predominam a média, pequena e micro empresas, destacando-se a presença de empresários das Regiões Sudeste e Nordeste do país, notadamente dos estados do Ceará e da Bahia. O grau de informalidade da economia local é acentuado, sendo muito freqüente a utilização de força de trabalho sem carteira assinada, e um baixo nível de remuneração média. Altamira é o principal mercado regional: a maioria dos empresários locais negocia sua produção com outros Estados da federação e com Belém. E as compras governamentais são indicativas do peso do setor público na economia local.

O comércio local e as empresas agropecuárias e industriais têm sua principal clientela na microrregião e em alguns municípios do Oeste do estado, como Santarém, por exemplo. Nesse contexto, a rodovia Transamazônica viabiliza a intensificação das relações entre Altamira e os demais núcleos urbanos, reforçando sua função como entreposto comercial e de serviços. O conjunto de núcleos urbanos instalados nas proximidades de Altamira e objeto do recente processo de municipalização e de adensamento da fronteira agropecuária são responsáveis pela dinamização do comércio da cidade e o desenvolvimento de pequenas indústrias, principalmente no setor alimentício e de confecções.

O setor industrial da cidade está concentrado em torno dos seguintes ramos de atividades: movelaria, serrarias, fabricação de esquadrias, pequenas metalúrgicas, pequenas confecções e beneficiamento de alimentos. Contudo, é importante destacar que a configuração industrial local não apresenta setores com alta produtividade. Três setores devem ser destacados pela particular importância que têm alcançado: a movelaria, a fabricação de esquadrias de madeira e o de confecções. Este último crescendo nos últimos anos na cidade de Altamira, beneficiando-se do Tramoeste e de uma importante demanda localizada na área de influência, principalmente nos municípios de Medicilândia, Uruará e Brasil Novo.

A indústria de beneficiamento de alimentos deve ser destacada em função de suas peculiares ligações com a produção agrícola, constituindo um dos elos de interação do rural com o urbano. Três segmentos aí se destacam:

- Beneficiadores/atacadistas principalmente de arroz e cacau. As empresas deste segmento compram a produção de pequenos e médios produtores numa extensão que vai de Vitória do Xingu (Volta Grande do Xingu) até Medicilândia. Como a oferta é quase sempre grande, geralmente ocorre um rebaixamento no preço dos fornecedores;
- Pequenas manufaturas, algumas bastante especializadas. Estas empresas adquirem sua matéria-prima de produtores consorciados, não tendo poder de determinação de preços, inclusive buscando reduzir custos com a implantação de áreas de plantio próprio;
- Indústrias de torrefação de café e de xarope de guaraná.

O setor comercial e de prestação de serviços em Altamira é bastante expressivo, podendo se identificar os seguintes segmentos:

- Comércio atacadista focado no fornecimento de bens manufaturados e semi-manufaturados, além de produtos alimentícios;
- Comércio varejista – que abriga uma fatia significativa do setor empresarial local, possuindo internamente uma clara divisão entre as lojas e magazines de maior porte, inclusive vários supermercados, e as pequenas lojas de armarinho, confecções e mercearias, bastante proliferadas na cidade.

O comércio na cidade tende a se concentrar na Av. Djalma Dutra, Travessa 10 de Novembro, Travessa Coronel Tancredo e adjacências. As lojas mais populares estão situadas no bairro Brasília. O fornecimento de mercadorias para esse comércio é proveniente, como já exposto, de produtores de fora da região, em sua maior parte. Dentro desse setor houve um expressivo crescimento do número de Supermercados e lojas especializadas, tanto no número de empresas quanto no número de empregos. Este crescimento, bastante expressivo na década de 80, e em menor grau na década de 90, se deu em função do “boom”, da atividade garimpeira na região.

#### 7.9.3.1.6 Infra-Estrutura

##### – Sistema Viário

O sistema viário atual da cidade de Altamira, segundo o Plano Diretor Municipal de 2003 (PDM 2003), foi constituído a partir das ligações rodoviárias que induziram a ocupação urbana – BR-230 (Transamazônica), PA-415 (Rodovia Ernesto Accioly) e Rodovia Magalhães Barata.

A Transamazônica, inicialmente, era mais inserida no tecido urbano e teve sua diretriz deslocada, no sentido Noroeste, certamente para minimizar os conflitos e problemas decorrentes entre um via de tráfego expresso com vias locais de uma cidade. Porém, a cidade deslocou-se nessa direção e, novamente, está inserida em boa parte do perímetro urbano, com suas margens ocupadas de forma regular – dispondo inclusive de serviços urbanos como o bairro do Mutirão e da Liberdade – e irregular ocupando a faixa de domínio dessa rodovia.

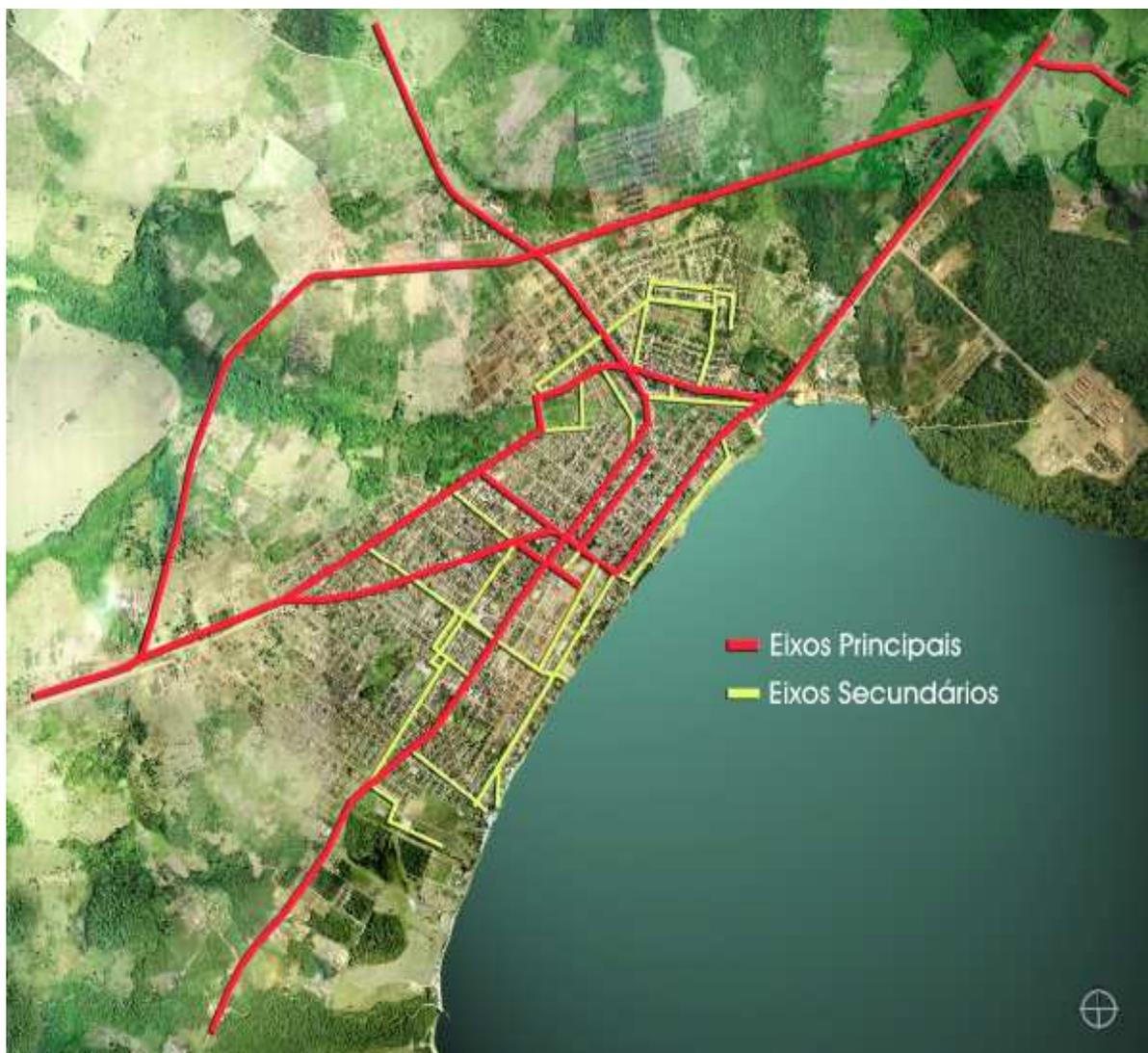
Na revisão do PDM 2003, ainda não concluída, existe a proposta de mais uma vez deslocar essa diretriz, mas se não houver controle rigoroso do uso e ocupação do solo, o problema se repetirá indefinidamente.

Os principais eixos de circulação, além das três rodovias acima citadas, que adentram o perímetro urbano, são: as Avenidas Jáder Barbalho (Via Perimetral), Tancredo Neves, João Rodrigues e João Pessoa; e as Ruas Djalma Dutra e Coronel Porfírio. Os eixos secundários são a Avenida Alacid Nunes; as Ruas Osório de Freitas e Abel Figueiredo; e as Travessas João Coelho e Pedro Gomes; além do Acesso “02” (**FIGURA 7.9.3-6**).

A Rodovia Ernesto Accioly, que liga Altamira a Vitória do Xingu, atravessa os alagados do Igarapé Ambé; na altura da sua foz e passa a se chamar Rua Coronel José Porfírio, quando faz a travessia do Igarapé Altamira, também na foz. Tal via cruza a ADA do AHE Belo Monte, tanto na área do reservatório como na abrangência da cota 100. A Transamazônica também atravessa os alagados do Igarapé Ambé.

A Rodovia Magalhães Barata, no seu entroncamento com a Transamazônica, passa a se denominar Travessa João Coelho a qual, por sua vez, ao cruzar as Ruas Osório de Freitas e Abel Figueiredo passa à categoria de Avenida com o mesmo nome. Nessa altura transpõe o Igarapé Altamira e a área abrangida pela cota altimétrica 100, conectando-se com a Rua Djalma Dutra, na margem direita desse igarapé. Ambas as ruas, Osório de Freitas e Rua Abel Figueiredo, estão na margem esquerda do Igarapé Altamira e contornam a cota altimétrica 100, sendo que a segunda tem seu trecho final no entroncamento com a Rodovia Ernesto Accioly inserido no remanso para um Tempo de Recorrência de 100 anos.

A Rua Djalma Dutra desenvolve-se no sentido Nordeste/ Sudoeste até o entroncamento com o Acesso “02” onde se inicia a Avenida Tancredo Neves que é o acesso ao Aeroporto de Altamira. O traçado da Rua Djalma Dutra é paralelo ao Rio Xingu, bem como o das Ruas Coronel José Porfírio e da Avenida João Pessoa, essa última sendo a que margeia a orla do rio e em alguns trechos está na abrangência da APP.



**FONTE:** Projectus Consultoria Ltda. e Prefeitura Municipal de Altamira. Plano Diretor de Altamira, V.1, p. 102, junho de 2003

**FIGURA 7.9.3-6** – Eixos Viários da Cidade de Altamira

O sistema viário de Altamira também pode ser apreciado no Mapa “Cidade de Altamira – Divisão Administrativa, Infra-Estrutura e Equipamentos Urbanos” (**Desenho 6365-EIA-DE-G93-009 e Desenho 6365-EIA-DE-G93-010**).

Segundo informações da Secretaria Municipal de Viação e Obras, obtidas nas pesquisas de campo em 2007, a cidade de Altamira tem aproximadamente 530 ruas - incluindo avenidas, travessas, passagens, acessos etc., sendo apenas 18,4% pavimentadas, com piso intertravado ou com asfalto (**FIGURA 7.9.3-7**).



**FONTE:** Revisão do Plano de Diretor de Altamira. A Cidade que temos – Leitura Técnica. Versão Preliminar, 2008.

**FIGURA 7.9.3-7** – Eixos Viários da Cidade de Altamira

A conservação em geral é precária, apenas as ruas da área central apresentam boas condições e, segundo o PDM 2003:

*“(...) durante o período de seca, a emissão de poeira ocorre em níveis elevados, resultando em incidência maior de doenças respiratórias e alérgicas, especialmente em crianças e idosos. Já na época das chuvas, o tráfego de veículos e pedestres é dificultado pelo acúmulo de lama.”*

*“(...) As calçadas são quase inexistentes, a sinalização, tanto vertical quanto horizontal, é altamente deficiente, e a cultura local leva a população à não respeitar as regras básicas do trânsito. O resultado é um conflito generalizado no sistema viário e de circulação urbana, gerando grande insegurança e risco para seus usuários.*

Esse conflito é ainda maior por não haver sistemas separados para circulação de veículos de carga pesada e demais veículos. Há que se ressaltar, a preocupação não só com o número de acidentes de tráfego, mas também com a magnitude dos mesmos, já que o espaço é disputado por pedestres, bicicletas, veículos de tração animal, motos, veículos de passeio, veículos de carga leve e veículos de carga pesada.”<sup>3</sup>

Nos bairros de periferia, as ruas além de não serem asfaltadas, não têm sistema de drenagem pluvial conforme relatado a seguir: *“No verão isso aqui é uma poeira só e no inverno, um grande lamaçal. Aqui a gente ou tem doença respiratória no verão por causa da poeira e nas chuvas gripe, doença de pele, e coisas mais sérias”* (moradora, Bairro Brasília).

#### – **Saneamento Ambiental**

O saneamento básico municipal está sob a responsabilidade da Divisão de Saneamento da Secretaria Municipal de Saúde e corresponde aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais e coleta de lixo. Na cidade, 85,73% dos domicílios consomem a água captada em poços construídos, na maioria das vezes, a céu aberto, sem qualquer proteção e, em terrenos inadequados, correndo o risco de contaminação:

*“Nós temos um projeto completo de saneamento básico, já foi feito todo o levantamento. Eu não sei se ele seria, não posso lhe afirmar com certeza, se ele seria específico de esgoto ou sendo de calçamento, porque tinha muito esgoto de rua. A rede de tratamento de água do município trata a água pluvial, a maioria das casas joga a sua rede, a sua tubulação para a rua, que pega essa rede. Então, acaba contaminando ... Na verdade, a rede de captação pega mais em cima do rio e acaba contaminando aqui para baixo, e já vem com contaminação aí de cima, que é pouquíssima coisa, mas vem com contaminação. Mas, apenas 20%, talvez 30% abaixo das residências têm água tratada. A situação aqui é difícil, as pessoas não pagam a água da COSAMPA, porque a COSAMPA não corta a água delas. A pessoa gasta a água à vontade e não tem um odômetro (sic). Então não é vantagem. Tem muito investimento para ser feito e os recursos da prefeitura são poucos, então nós temos que fazer o básico do básico.”* (Secretário de Obras e Viação e Vice-Prefeito do Município de Altamira).

<sup>3</sup> ELETRONORTE/ FADESP/ UFPA. Relatório Integrado do Meio Socioeconômico. Agosto de 2001. In Projectus Consultoria Ltda. e Prefeitura Municipal de Altamira. Plano Diretor de Altamira, V.1, p. 102, junho de 2003.

A maioria dos domicílios urbanos, segundo informações obtidas junto ao Secretário de Obras e Viação não possui canalização própria de água, prevalecendo o uso do poço construído a céu aberto. Grande parte dos moradores faz algum tipo de tratamento na água utilizada, principalmente com hipoclorito de sódio.

#### – Abastecimento de Água

O abastecimento de água da cidade é realizado pela COSAMPA – Companhia de Saneamento do Pará – Regional Baixo Amazonas – que também opera outros sistemas isolados, de pequeno porte, construídos pela prefeitura e operados pelas próprias comunidades locais. O faturamento é realizado por estimativa, por categorias de consumo.

O IBGE indicou, através do Censo Demográfico 2000, que, do total de 14.326 domicílios urbanos recenseados, apenas 24% eram atendidos por algum tipo de rede geral. O levantamento feito para o Plano Diretor em 2003 confirmou esse grave quadro que apresentou ainda uma deterioração, onde das ligações implantadas, cerca de 5.300, apenas 2.500 unidades continuavam no sistema, atendendo 10.300 habitantes, o que correspondia a 16% da população urbana naquela época (65.000 hab.)

A produção de água é de 270 m<sup>3</sup>/h ou 75 litros/s, correspondente a menos da metade da demanda de toda a cidade. O sistema é constituído por uma captação, no próprio Rio Xingu, a jusante do Igarapé Panelas no bairro Jardim Independente II e é dotada de uma estação elevatória, uma adutora de água bruta, uma Estação de Tratamento de Água – ETA (**FIGURA 7.9.3-8**), dois reservatórios de regularização e rede de distribuição. Encontra-se em implantação um conjunto moto-bomba de maior capacidade nominal, com 600 m<sup>3</sup>/h. A adutora é composta por ferro dúctil de 350 mm (**FIGURA 7.9.3-9**).

A ETA é do tipo de filtro ascendente, sem decantação, em função da baixa turbidez das águas do Rio Xingu e é composta pelas unidades de mistura coagulante, floculação-filtração, desinfecção e adição de flúor, além do sistema de lavagem de filtros. A capacidade nominal, segundo a COSAMPA, é de 380m<sup>3</sup>/h. O terreno onde a ETA está implantada permite ampliações, e a rede de distribuição é de tubos de PVC e ferro fundido, com diâmetros que vão de 60 a 250 mm, cobrindo uma extensão total de 60.454 m.



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro de 2008.

**FIGURA 7.9.3-8** – ETA da COSAMPA na Cidade de Altamira



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro de 2008.

**FIGURA 7.9.3-9** – Adutora da COSAMPA na Cidade de Altamira

A rede da cidade de Altamira conta hoje com três reservatórios semi-enterrados, com capacidade de 1.730 m<sup>3</sup>, 240m<sup>3</sup> e 175m<sup>3</sup>, além de dois reservatórios elevados de 200m<sup>3</sup> e 140m<sup>3</sup>.

A água, retirada diretamente do Rio Xingu, como ilustrado nas **FIGURA 7.9.3-10** e **FIGURA 7.9.3-11**, a seguir, é tratada com dosagem de sulfato de alumínio, sendo depois filtrada, para enfim receber dosagens de flúor e cloro.



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro de 2008.

**FIGURA 7.9.3-10** – Estação de captação de água em Altamira



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro de 2008.

**FIGURA 7.9.3-11** – Balsa de Captação de Água no Rio Xingu

Os sistemas de captação, tratamento, reservação e distribuição estão apresentados na **FIGURA 7.9.3-12**, a seguir. No Igarapé Ambé, durante a pesquisa de campo em janeiro de 2008, foi observada uma coleta de água por carros-pipa da prefeitura, para abastecimento das áreas não atingidas pela rede. Porém esta água não passa por nenhum tipo de tratamento e no mesmo ponto pessoas se banhavam e lavavam roupas.



FONTE: Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro de 2008.

**FIGURA 7.9.3-12** – Sistemas de Saneamento Ambiental da Cidade de Altamira

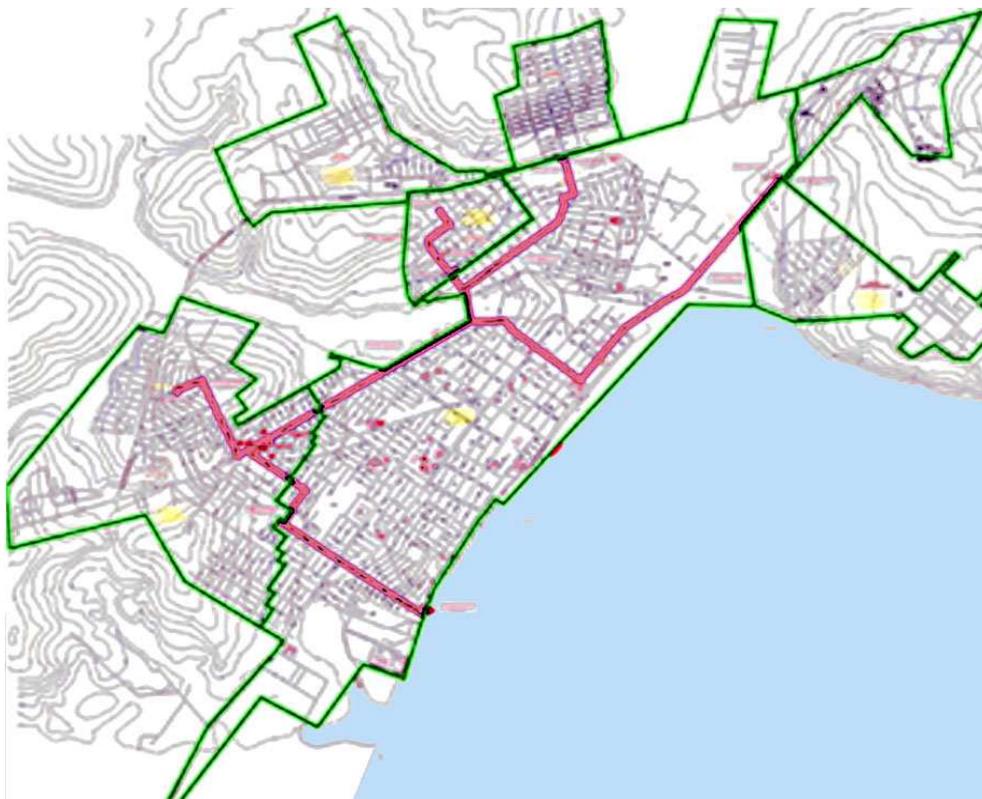
Os sistemas isolados da COSAMPA são compostos apenas de uma captação simples de um poço profundo, que alimenta diretamente um reservatório de distribuição sem tratamento. Estão nessa situação os bairros Mutirão, Boa Esperança, Aparecida e Brasília, e o Conjunto Habitacional Alberto Soares (**FIGURA 7.9.3-12**, acima).

Os bairros mais distantes do centro urbano, na área de expansão da cidade não dispõem desse serviço e a maioria da população abastece-se em poços individuais para o uso doméstico. A situação é mais agravante nos bairros periféricos em situações de risco, como no caso dos moradores das margens dos igarapés. Algumas famílias possuem pequenos poços próximos dos igarapés, os quais acabam sendo inundados no período de chuvas. A água, assim, recebe toda sorte de contaminantes, inclusive coliformes fecais.

Durante a pesquisa de campo, em visita ao escritório local da COSANPA foi examinado o esboço do plano de expansão da rede de abastecimento (**FIGURA 7.9.3-13**), bem como da reforma e manutenção do sistema já existente. Orçado para ter início no corrente ano, é assim descrito pelo Secretário de Obras e Viação e Vice-Prefeito do Município de Altamira:

*“Nós temos um projeto completo de saneamento básico, já foi feito todo o levantamento. Eu não sei se ele seria, não posso lhe afirmar com certeza, se ele seria específico de esgoto ou sendo de calçamento, porque tinha muito esgoto de rua. A rede de tratamento de água do município trata a água pluvial, a maioria das casas joga a sua rede, a sua tubulação para a rua, que pega essa rede. Então, acaba contaminando ... Na verdade, a rede de captação pega mais em cima do rio e acaba contaminando aqui para baixo, e já vem com contaminação aí de cima, que é pouquíssima coisa, mas vem com contaminação. Mas, apenas 20%, talvez 30% abaixo das residências têm água*

*tratada. A situação aqui é difícil, as pessoas não pagam a água da COSAMPA, porque a COSAMPA não corta a água delas. A pessoa gasta a água à vontade e não tem um odômetro. Então não é vantagem. Tem muito investimento para ser feito e os recursos da prefeitura são poucos, então nós temos que fazer o básico do básico.” (Secretário de Obras e Viação e Vice-Prefeito do Município de Altamira).*



**FONTE:** Prefeitura Municipal de Altamira, 2008.

**FIGURA 7.9.3-13** – Sistemas de Saneamento Ambiental da Cidade de Altamira – Rede de Abastecimento de Água

Segundo pesquisa realizada junto aos setores públicos responsáveis pelo saneamento básico, a cidade de Altamira tem recebido investimentos significativos, porém ainda insuficientes, para melhorar suas condições sanitárias. Esses investimentos, se realizados, deverão beneficiar 32 mil pessoas e ampliar o índice de abastecimento de água na cidade. As obras garantirão o atendimento especialmente à população de baixa renda, que terá acesso ao fornecimento de água tratada e de qualidade.

#### **b) Esgotamento Sanitário**

A cidade de Altamira não dispõe de rede de coleta de esgotos, nem sistemas de tratamento. Na área central da cidade que drena para o Rio Xingu os efluentes são interligados à rede de águas pluviais, com sérias conseqüências para a qualidade da água do corpo receptor (**FIGURA 7.9.3-14**). Na área dos igarapés o esgotamento sanitário é inexistente. Região densamente ocupada por palafitas, as instalações sanitárias, quando existem, são pequenas construções isoladas a poucos metros das casas, e os dejetos são jogados diretamente abaixo das palafitas (**FIGURA 7.9.3-15**). Os hospitais, clínicas e postos de saúde despejam seus efluentes, sem nenhum tratamento, nas galerias de água pluvial que deságuam no Rio Xingu.



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro de 2008.  
**FIGURA 7.9.3-14** – Lançamento da Galeria de Drenagem no Rio Xingu



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro de 2008.  
**FIGURA 7.9.3-15** – Típica Instalação Sanitária no Igarapé Altamira

A princípio, devido à situação da área urbana e aos sistemas de deságüe das redes, existe uma dificuldade ao se adotar sistemas de tratamento por lagoas de estabilização, pois não se dispõe de áreas extensas desocupadas nas partes mais baixas da cidade. Uma opção seriam as estações compactas de tratamento de efluentes.

**c) Manejo e Disposição de Resíduos Sólidos**

O manejo e a disposição de resíduos sólidos são de responsabilidade da Secretaria Municipal Obras, Viação e Infra-Estrutura, através do Departamento de Limpeza Urbana que realiza as atividades de coleta domiciliar e de entulhos, varrição e capina. Conforme informações desse departamento, em 2006, os serviços eram realizados por 156 funcionários, conforme distribuição apresentada na **TABELA 7.9.3-6**.

**TABELA 7.9.3-6**  
Nº de Funcionários do Departamento de Limpeza Urbana em 2006, segundo sua função

Função	Quantidade de Funcionários
Administrador (chefe do Departamento)	1
Motoristas (dois no poli-guindaste, cinco nas caçambas, dez nos coletores)	17
Operadores de mini-tractor	4
Operadores de pá mecânica	2
Garis ( 36 coletores, dois no poli-guindaste, oito nos mini-tractores e seis nas caçambas	52
Garis de áreas (três no cais, dois no mirante, três no CCC, quatro na Secretaria de Obras, quatro no mercado municipal, dois no setor de água e um na Prefeitura)	25
Garis de Varrição	26
Garis de capina de rua	12
Garis do cemitério	4
Copeiras de apoio aos trabalhadores	2
Secretária	1
Limpeza do prédio do Departamento de Limpeza Urbana	1
Mecânico	1
Encarregados	2
Fiscais	3
Vigias	3

**FONTE:** Departamento de Limpeza Urbana (2006). In Revisão do Plano de Diretor de Altamira. A Cidade que temos – Leitura Técnica. Versão Preliminar, 2008.

Ainda segundo dados do Departamento de Limpeza Urbana para o ano de 2006, a coleta de resíduos atendia 80% da população, sendo feita “porta a porta” por meio de uma frota de veículos e equipamentos próprios (**TABELA 7.9.3-7**), seguindo os roteiros e períodos indicados no **QUADRO 7.9.3-1**. A estimativa do departamento, em 2006, foi de 50.588 m<sup>3</sup> relativos aos resíduos domiciliares, comerciais, dos serviços de saúde pública, das feiras e mercados, e de parte dos entulhos<sup>4</sup>.

**TABELA 7.9.3-7**  
Frota e Equipamentos do Departamento de Limpeza Urbana em 2006

Equipamentos	Aplicação	Manutenção	Quantidade
Coletores Compactadores	Coleta de Lixo	Regular	4
Poli-guindaste	Coleta de Lixo	Regular	1
Caçambas Basculantes	Coleta de Lixo e Entulhos, Poda de Árvores	Regular	3
Pá Mecânica	Coleta de Lixo e Entulhos, Aterro, Terraplanagem	Regular	2
Mini-Trator	Terraplanagem e aberturas de estradas	Regular	4
Motos	Apoio	Regular	2

**FONTE:** Departamento de Limpeza Urbana (2006). In Revisão do Plano de Diretor de Altamira. A Cidade que temos – Leitura Técnica. Versão Preliminar, 2008.

**QUADRO 7.9.3-1**  
Rota, Dias e Horário da Coleta de Lixo em 2006

Nº Roteiro	Dias da Semana	Horário	Rota dos Bairros e Instituições
1	Segundas, Quartas e Sextas	7h:30 às 12h:30	PREMEM, Jardim do Sol, Esplanada do Xingu, Quartel do 51º BIS, Quartel da PM, Aeroporto, Penitenciária, Xingu Praia Clube, Independente III, Peixaria Beira-Rio, Conjunto Alberto Soares, Subestação e Projeto Esperança
2	Segundas, Quartas e Sextas	12h:30 às 18h:00	Independente I e II, SUDAM II, Jardim Oriente, Jardim dos Estados e Uirapuru
3	Diariamente	18h:00 às 24h:00	SUDAM I e Centro
4	Terças, Quintas e Sábados	7h:30 às 12h:30	Aparecida, Rua Fausto Pereira, Triângulo e Mutirão
5	Terças, Quintas e Sábados	12h:30 às 18h:00	Alto da Brasília, ARESSA, Boa Esperança, Jardim Primavera, Baixão do Aparecida, Colinas, Ivanlândia e Liberdade
6	Diariamente	7h:30 às 12h:30	Coleta dos hospitais, mercado, matadouro e Baixão do Tufi

**FONTE:** Departamento de Limpeza Urbana (2006). In Revisão do Plano de Diretor de Altamira. A Cidade que temos – Leitura Técnica. Versão Preliminar, 2008.

O destino desses resíduos sólidos tem sido, há pelo menos 13 anos, um terreno situado na margem esquerda da Transamazônica, sentido Itaituba, na bacia do Igarapé Altamira, área de expansão da cidade no bairro Liberdade (**FIGURA 7.9.3-16**). Não existe manejo adequado e a previsão é que essa área se esgote em pouco tempo. A equipe que está elaborando a revisão do PDM, versão 2008, constatou a existência de 20 pessoas, trabalhando diariamente, que catam principalmente materiais plásticos, algum material em alumínio e metais ferrosos (**FIGURA 7.9.3-17**).

<sup>4</sup> **Fonte:** Departamento de Limpeza Urbana (2006). In Revisão do Plano de Diretor de Altamira. A Cidade que temos – Leitura Técnica. Versão Preliminar, 2008.



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro de 2008.

**FIGURA 7.9.3-16** – Lixão de Altamira



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro de 2008.

**FIGURA 7.9.3-17** – Catadores de Lixo

Os serviços de coleta de lixo, segundo entrevistas realizadas pela pesquisa qualitativa, são insuficientes:

*“Altamira é um lixão só, é muito ruim a limpeza urbana e nos bairros mais pobres praticamente não existe, por isso se vê lixo pra todo o canto.”* (Moradora, Baixão do Tufi).

*“Hoje o principal problema dessas palafitas é o lixo em torno das casas próximas aos igarapés, e ele vem aumentando com o passar dos anos a poluição nesta área se expandiu. Aqui vivem famílias carentes, sem condições de comprar suas casas numa área mais adequada, construíram suas moradias cada vez mais próximas dos igarapés. As casas são feitas de madeira e em cima dos paus e não têm sanitários ou fossas. Cada casa tem mais ou menos uns 3 (três) cômodos, e mora muita gente no mesmo local, pois a parentada tá sempre chegando e ficando. A gente anda entre o lixo acumulado em praticamente todas as partes.”* (moradora, bairro Aparecida).

*“Teoricamente se tem a coleta diária de lixo, mas ela é fraca e funciona melhor em tempos de eleições. O nosso lixão é uma vergonha, sem tratamento, contaminando o solo. E tem áreas na cidade que é só lixo. A população vive de teimosa”.* (morador, Altamira, Bairro Brasília).

Numerosos lotes urbanos servem como verdadeiros depósitos de lixo. Além disso, são inúmeras as reclamações pela falta de limpeza das ruas e terrenos baldios. Uma das principais reivindicações dos setores organizados da sociedade de Altamira é a construção de um aterro sanitário para a correta destinação do lixo.

Além disso, o lançamento de dejetos nos rios e igarapés também constitui problema para a população; alguns relatos explicitam os problemas relacionados à poluição e suas conseqüências:

*“Aqui era possível pescar vários tipos de peixe, a baixada do Açaizal era muito rica, não tinha sujeira, a poluição foi crescendo ao longo dos anos e muito rápido os rios e igarapés foram contaminados com todo tipo de lixo que são lançados pelas pessoas que ocupam as áreas perto.”* (moradora do ramal São Francisco).

No período dezembro/2008 a fevereiro/2009 foram desenvolvidos estudos específicos sobre a gestão dos resíduos sólidos em Altamira, atualizando os dados obtidos anteriormente e diagnosticando, entre outras questões, os processos de coleta, a população atendida, os volumes diários coletados, as áreas de disposição, assim como a possibilidade de contaminação das águas superficiais e subterrâneas pela disposição incorreta dos resíduos. Os referidos estudos são apresentados no **Anexo 7.9.3-1**.

#### **d) Drenagem Urbana**

A cidade de Altamira cresceu entre as saídas de três igarapés no Rio Xingu: de montante para jusante o igarapé Pannels, o Altamira e o Ambé, sendo este último o de fundo de vale mais largo. Esta área é caracterizada por ambientes sedimentares recentes referentes às planícies de inundação e descargas do material erodido das encostas. De acordo com o rebaixamento do nível de base do próprio Rio Xingu (aprofundamento do entalhe fluvial) alguns terraços fluviais são encontrados sob a atual urbanização. Os terraços são antigas planícies de inundação abandonadas e suspensas em relação ao nível atual do rio. Os depósitos aí encontrados são caracterizados por níveis intercalados de depósitos de argila, associados à baixa energia de deposição do canal. São, portanto, pouco friáveis em relação à erosão e pouco permeáveis em relação à água de sub-superfície. Possuem utilização econômica na produção de tijolos, gerando jazidas de exploração nas áreas inundáveis dos três igarapés. A ocupação está distribuída sobre três compartimentos do relevo:

- os terraços de topografia plana, comportando a maior parte da malha urbana;
- as planícies de inundação, anualmente inundadas no final da época das chuvas;
- as encostas, com topografias côncavas e convexas.

Quanto às planícies de inundação, os problemas já existem hoje. Áreas freqüentemente alagadas pelas cheias fluviais, as planícies não tem capacidade de escoamento e se apresentam intensamente ocupadas nas duas margens do igarapé Altamira nas proximidades de sua foz ( **FIGURA 7.9.3-18**) e, com menor densidade, na foz do igarapé Ambé. Na área de inundação do igarapé Pannels a ocupação é mais dispersa, mas ainda ilustra o mesmo quadro de degradação.



FONTE: Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro de 2008.

**FIGURA 7.9.3-18** – Palafitas no Igarapé Altamira

Estes aspectos dificultam as soluções de deságüe das drenagens urbanas. A ocupação nas encostas ainda é escassa, mas ainda assim algo que merece atenção. A geometria das encostas define grandes áreas convexas que variam em declividade, mas que possuem um comportamento hidrológico e erosivo dispersor de fluxo e são, portanto passíveis de ocupação naquelas menos declivosas. Estas áreas constituem extensa reserva de terrenos onde a ocupação pode ser proposta, respeitando o limite de estabilidade do material no corte de taludes para construções e arruamentos. As encostas côncavas, no entanto, recortam os morros elevados de Altamira formando as reentrâncias das linhas de drenagens. Nelas, sim, a ocupação deve ser restringida, pois além de serem áreas de mananciais, nascentes dos afluentes dos três igarapés da cidade, são também áreas de risco de deslizamentos, na medida em que constituem as frentes de erosão na evolução do relevo. Neste sentido, loteamentos com formatos pré-concebidos, que não levam em consideração a topografia, são problemáticos, como é o caso dos bairros mais recentes com arruamento retangular em encostas com declividades acentuadas e geometrias não retilíneas.

Os eixos de drenagem e seus contornos côncavos não predominam na paisagem, porém são procurados para ocupação dada a proximidade aos cursos d'água. O planejamento da coleta de esgoto e abastecimento de água permitiria que esta ocupação fosse afastada das áreas de convergência das concavidades distribuindo-se pelas encostas convexas, respeitando as curvas de nível e não ocupando as áreas com maior declividade.

Os principais problemas de drenagem encontrados nas pesquisas de campo (janeiro de 2008) referem-se ao sistema de deságüe, ainda que a área urbana tenha outros problemas, como a drenagem de águas pluviais: a maior parte não dispõe de redes de drenos e bueiros e o excesso de águas pluviais escorre pelas vias e canaletas improvisadas. Apenas a área central da cidade, que drena para o Rio Xingu, possui rede de drenagem de águas pluviais, com os bueiros desaguando normalmente acima do nível do Rio Xingu.

Por meio das entrevistas e do levantamento das ocorrências de cheias, a área que consegue drenar para o Rio Xingu praticamente não sofre com as cheias mais frequentes. O oposto ocorre nas planícies de inundação dos igarapés, conforme já mencionado anteriormente.

#### e) Energia Elétrica

A cidade de Altamira é abastecida por energia elétrica desde os anos 1970. Devido às precárias condições de oferta de energia elétrica a cidade sofreu restrições para sua expansão econômica. A construção da Linha de Transmissão do Tramoeste viabilizou a substituição do sistema de termelétrica utilizado na região, pela energia gerada na Usina Hidrelétrica de Tucuruí, permitindo atender os seguintes bairros: Açaizal, Aeroporto, Aparecida, Boa Esperança, Brasília, Catedral, Centro, Cooperfron, Jardim Independente I, Jardim Independente II, Jardim Independente III, Jardim Altamira, Jardim do Sol, Jardim dos Estados, Jaburu, Jardim Oriente, Liberdade, Mutirão, Nova Copacabana, Premem, Recreio SUDAM 1, SUDAM 2, Jardim Uirapuru e São Sebastião.

A CELPA fornece energia a todas as residências no perímetro urbano, bem como para iluminação pública, atendendo 21.239 residências, segundo dados de 2007. A quantidade de ligações clandestinas encontradas em áreas de invasão é notável, como atesta a **FIGURA 7.9.3-19**, a seguir. A CELPA comumente faz “vista grossa”, já que não quer instalar postes em áreas de litígio nem deixar esta população sem energia.

As condições de iluminação pública na cidade de Altamira são deficientes, o que contribui para o aumento da violência urbana. As áreas de periferia urbana tendem a dispor dos piores serviços:

*“saindo do centro da cidade, a população anda no breu, praticamente a iluminação das casas sai pras ruas e de forma muito fraca, porque é fraca dentro de casa, imagina na rua. Aí tem muito assalto, muito crime, é assim por aqui. Melhor ficar nas casas depois que o sol se vai”. (Morador urbano, Altamira)*



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro de 2008.

**FIGURA 7.9.3-19** – Poste da CELPA com Ligações Clandestinas

## f) Sistema de Comunicação

A cidade de Altamira concentra as emissoras de rádio que abrangem a AID como um todo: Rádio Rural de Altamira (AM); Rádio Cidade (FM); e Rádio Vale do Xingu (FM); e as rádios comunitárias que são a forma de comunicação alternativa para as populações rurais e ribeirinhas que habitam a região da Transamazônica e do Baixo Xingu.

Os canais de televisão disponíveis são: TV Liberal (canal local do Pará); TV Globo; e TV Record.

Com relação à mídia escrita, existem na cidade quatro jornais que não circulam com regularidade: A Notícia; O Perfil; Gazeta do Xingu; e Fatos Regionais. O jornal O Liberal, da capital do Estado, Belém, também é encontrado na cidade.

O sistema de telefonia, que é interconectado à rede nacional e internacional por um sistema via satélite, não dá conta de atender a demanda de nenhuma subárea urbana da AID. Em Altamira, que possui o maior nº de acessos, em 2007, existiam 7.381 acessos individuais, para 23.322 domicílios, e 443 acessos públicos<sup>5</sup>. Considerando-se um acesso/domicílio – o que não representa necessariamente a realidade, pois podem existir domicílios com mais de um acesso – verifica-se que o percentual de atendimento é muito baixo, da ordem de 32%.

O acesso à Internet é existente, porém são recorrentes as reclamações quando a velocidade e capacidade. Nos períodos de chuvas intensas, a conexão é bastante precária e espera-se que, através do Programa “Navega Pará” em implantação desde 2007, a situação melhore. No âmbito desse Programa, descrito no item “Planos, Programas e Projetos Co-Localizados”, a cidade de Altamira será uma das Cidades Digitais da Infovia Xingu - Iriri, que já possui lançados 700 km de rede fibra ótica.

Os serviços de correio contam com três Agências (**QUADRO 7.9.3-2**), duas no Bairro Centro –onde, em uma delas funciona o Banco Postal (em convênio com o BRADESCO S/A) – e uma no Bairro Brasília (**FIGURA 7.9.3-20**). Considerando-se as dimensões da cidade, o número de agências é pequeno e concentrado na sua região central.

**QUADRO 7.9.3-2**  
Agências de Correio na Cidade de Altamira

Agência	Dias da Semana	Horário	Localização
ACC I Alto da Brasília	Segunda a Sexta	8h:00 às 17h:00	Avenida João Coelho, 985 – Bairro Brasília
AC Altamira (Banco Postal)	Segunda a Sexta	9h:00 às 17h:00	Travessa Pedro Gomes, 785 – Bairro Centro
AGC CACHOEIRA DA SERRA	...	...	Rua Rio Teles Pires, Lote 5, Quadra 8 – Bairro Centro

**FONTE:** Correios. Disponível em:

<<http://www.correios.com.br/servicos/agencias/default.cfm>>. Acessado em 12/10/2008 às 12h:00.

<sup>5</sup> ANATEL. Disponível em: <<http://sistemas.anatel.gov.br/sis/SistemasInterativos.asp>>. Acessado em 03/07/2008 às 9h59min.



FONTE: Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Agosto de 2008.

FIGURA 7.9.3-20 - Agência dos Correios no Bairro Brasília

g) Equipamentos Urbanos e Serviços Públicos

– Educação

A cidade de Altamira oferece todas as modalidades de ensino (TABELA 7.9.3-8): creche, pré-escolar (FIGURA 7.9.3-21), fundamental (FIGURA 7.9.3-22 a FIGURA 7.9.3-24), médio, profissionalizante (FIGURA 7.9.3-25), superior (FIGURA 7.9.3-26) e o Ensino de Jovens e Adultos – EJA. No entanto, sua população apresentou, em 2004, uma média de 3,96 anos de estudo<sup>6</sup> o que corresponde ao ensino fundamental da 1ª à 4ª séries, incompleto e pode ser considerada uma situação de analfabetismo funcional<sup>7</sup>.

TABELA 7.9.3-8  
Modalidade de Estabelecimentos de Ensino,  
Segundo a Dependência Administrativa

Modalidade	Dependência Administrativa			
	Municipal	Estadual	Federal	Privado
Creche	4			5
Pré-Escolar	18	-	-	9
Fundamental	28	9	-	10
Médio	-	6	-	3
Superior	-	1	1	-
Profissionalizante	-	-	3	-
EJA – Educação Jovens e Adultos	7			
Instituto Esperança de Ensino Superior (IESPES)				1

FONTE: Disponível em: <www.edutabrazil.inep.gov.br>. Acessado em 11/09/2008, às 11h:00.

<sup>6</sup> SEPOF/DIEPI/GEDE, 2004.

<sup>7</sup> UNESCO. Alfabetismo funcional en siete países de América Latina. Santiago: UNESCO, 2000.

Convém destacar que Altamira é a única cidade da AID até agora beneficiada pelo Programa Universidade para Todos – PROUNI.

De acordo com o Ministério da Educação – MEC o Programa Universidade para Todos – ProUni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, o programa oferece isenção de alguns tributos àquelas instituições de ensino que aderem ao Programa.

Dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos, o ProUni conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio conjugando-se, desse modo, inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos.

O ProUni oferece também ações conjuntas de incentivo à permanência dos estudantes nas instituições, como a Bolsa Permanência, o convênio de estágio MEC/CAIXA e o FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, que possibilita ao bolsista parcial financiar até 100% da mensalidade não coberta pela bolsa do programa. O ProUni já atendeu, desde sua criação até o processo seletivo do primeiro semestre de 2008, um total de 7.368 bolsas no Estado do Pará, sendo 5.219 bolsas integrais e 2.149 parciais. Na AID somente o município de Altamira foi beneficiado pelo Programa, tendo sido atendidos um total de 15 estudantes até o primeiro semestre de 2008. (TABELA 7.9.3-9).

**TABELA 7.9.3-9**  
Bolsas de Estudo Ofertadas pelo Programa Universidade para Todos

LOCALIDADE	PERÍODO	NÚMERO DE BOLSAS OFERTADAS		
		Integral	Parcial	Total
Altamira	1 <sup>o</sup> Semestre de 2008	1	2	3
	2 <sup>o</sup> semestre de 2007	5	7	12
	1 <sup>o</sup> semestre de 2007	-	-	-
	2 <sup>o</sup> semestre de 2006	-	-	-
	1 <sup>o</sup> semestre de 2006	-	-	-
	2005	-	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>6</b>	<b>9</b>	<b>15</b>
Estado do Pará	1 <sup>o</sup> Semestre de 2008	985	299	1284
	2 <sup>o</sup> semestre de 2007	615	190	805
	1 <sup>o</sup> semestre de 2007	815	198	1013
	2 <sup>o</sup> semestre de 2006	593	140	733
	1 <sup>o</sup> semestre de 2006	1236	322	1558
	2005	975	1000	1975
<b>TOTAL</b>		<b>5.219</b>	<b>2.149</b>	<b>7.368</b>

**FONTE:** Ministério da Educação. Disponível em: [http://prouni-inscricao.mec.gov.br/PROUNI/quadros\\_informativos.shtm#1](http://prouni-inscricao.mec.gov.br/PROUNI/quadros_informativos.shtm#1). Acessado em 26/11/2008.

A maior parte dos estabelecimentos de ensino estão distribuídos pelos diversos bairros da cidade, embora mais concentrados no Centro e nos bairros situados na Orla do Xingu, como pode ser observado no mapa “Cidade de Altamira – Divisão Administrativa, Infra-Estrutura e Equipamentos Urbanos” (Desenho 6365-EIA-DE-G93-009 e Desenho 6365-EIA-DE-G93-010).



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Agosto de 2008.

**FIGURA 7.9.3-21** – Centro Infantil Ermelinde Krautler CIEK no Bairro Aparecida



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Agosto de 2008.

**FIGURA 7.9.3-22** – EMEF Dom Clemente Geiger no Bairro Aparecida



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Agosto de 2008.

**FIGURA 7.9.3-23** – EMEF Artur Teixeira no Jardim Altamira



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Agosto/2008.

**FIGURA 7.9.3-24** – Escola EMEF Geraldo Emídio no Bairro Bela Vista



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Agosto de 2008.

**FIGURA 7.9.3-25** – Centro Federal de Educação Tecnológica no Bairro Nova Colina



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Agosto de 2008.

**FIGURA 7.9.3-26** – Universidade Estadual do Pará no Bairro Mutirão

– Saúde

Conforme já apresentado, a Cidade de Altamira possui cinco hospitais – um estadual, um municipal (**FIGURA 7.9.3-27**), três privados vinculados ao SUS e uma clínica exclusivamente privada – dos quais dois, segundo o Diagnóstico da AII, possuem a maior resolubilidade no conjunto dos municípios analisados no referido diagnóstico. Existe até um superávit na oferta de leitos hospitalares que atende aos nove municípios circunvizinhos da regional de saúde de Altamira (Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Uruará, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu).

As unidades de saúde localizadas na cidade possuem recursos avançados que realizam procedimentos de alta complexidade como: Tomografia Computadorizada, UTI Adulto, Infantil e Neonatal, Neurocirurgia etc. A recente implantação do Hospital Regional da Transamazônica, já mencionada no Diagnóstico da AII permitiu a realização das maiorias dos procedimentos de alta complexidade, reduzindo grandemente a necessidade de remoções para Belém.

Os Postos de Saúde encontram-se distribuídos pelos bairros da cidade (**FIGURA 7.9.3-28 a FIGURA 7.9.3-32**)



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Agosto de 2008.

**FIGURA 7.9.3-27** - Hospital Municipal São Rafael no Bairro Centro



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Agosto de 2008.

**FIGURA 7.9.3-28** – Posto de Saúde no Bairro Brasília



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Agosto de 2008.

**FIGURA 7.9.3-29** – Posto de Saúde e Creche no Bairro Bela Vista



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Agosto de 2008.

**FIGURA 7.9.3-30** – Posto de Saúde no Bairro Nova Colina



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Agosto de 2008.

**FIGURA 7.9.3-31** – Posto de Saúde no Bairro Mutirão

### 7.9.3.1.7 Cultura, esporte e lazer



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Agosto de 2008.

**FIGURA 7.9.3-32** – Posto de Saúde no Bairro Boa Esperança

As atividades de esporte e lazer, em Altamira como nas cidades da AID, tendem a estar associadas ao uso do rio e de sua orla (**FIGURA 7.9.3-33**) e a presença de praças (**FIGURA 7.9.3-34**), quadras poliesportivas, ginásios (**FIGURA 7.9.3-35**), campos de futebol e quadras localizadas nas unidades escolares e nos bairros (**FIGURA 7.9.3-36**).

A cidade de Altamira dispõe de um cinema e de locadoras de vídeo, estimando-se que o acesso ao cinema se realize preferencialmente através dessas locadoras:

*“(...) por aqui a diversão é a pesca, o futebol e as vezes um cineminha em casa, mas isso é mais pros jovens, são eles que dão dinheiro as locadoras. Os antigos preferem mais uma conversa na praça. Tem também as praias.” (morador de Altamira).*



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Agosto/2008.

**FIGURA 7.9.3-33** – Orla do Xingu



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Agosto de 2008.

**FIGURA 7.9.3-34** – Praça no Bairro Esperança



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Agosto/2008.

**FIGURA 7.9.3-35** – Ginásio Poliesportivo no Bairro Brasília



**FONTE:** Leme Engenharia, Agosto/2008.

**FIGURA 7.9.3-36** – Quadra de Esportes no Bairro SUDAM II

### 7.9.3.1.8 Segurança Pública

#### a) Instituições e Efetivos

O efetivo da Polícia Militar, na cidade de Altamira, é de 220<sup>8</sup> policiais, insuficiente para atender a sua população, conforme já analisado no Diagnóstico da Área de Influência Indireta, onde se utilizou como parâmetro recomendável a relação habitante/policial equivalente a 1/300, menor, portanto, que o recomendado pela ONU, que é de um policial para cada 250 habitantes. Considerando a população total, de 92.105 habitantes em 2007, o déficit é de quase 40%. O Batalhão da Polícia Militar dispõe de apenas um quartel e sete viaturas (**FIGURA 7.9.3-37**).

O Sistema de Execução Penal é composto pelo Centro de Recuperação Regional de Altamira – CRRA (**FIGURA 7.9.3-38**), pelo Centro de Triagem de Altamira – CTA e pela Cadeia Pública. O CRRA e o CTA também apresentam um déficit de capacidade carcerária (**TABELA 7.9.3-10**), decorrente da dependência dos municípios vizinhos dos serviços de Segurança Pública sediados na cidade de Altamira.

**TABELA 7.9.3-10**  
Capacidade Carcerária da Cidade de Altamira

Unidade Prisional	Nº de Presos				Déficit
	Tipo	Capacidade	Provisórios	Condenados	
CRRA <sup>(1)</sup>	156	170	67	237	81
CTA <sup>(1)</sup>	36	51	1	52	16
Cadeia pública	-	54	-	54	-

**FONTE:** Secretaria de Segurança Pública do Pará / Superintendência do Sistema Prisional, 2008.

**NOTAS:** (1) CRRA - Centro de Recuperação Regional de Altamira; CTA - Centro de Triagem de Altamira.

<sup>8</sup> Secretaria de Segurança Pública do Pará / Superintendência do Sistema Prisional, 2008  
6365-EIA-G90-001b



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Agosto de 2008.

**FIGURA 7.9.3-37** – Quartel da Polícia Militar



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Agosto de 2008.

**FIGURA 7.9.3-38** – Centro de Recuperação Regional de Altamira

A Polícia Civil conta com uma delegacia, duas viaturas e um efetivo de 20 funcionários (policiais, escrivão e delegados).

A Guarda Municipal criada em 2003, lei nº 1.521/2003 conta com efetivo de 65 guardas, dos quais doze são mulheres<sup>9</sup> e suas principais atividades estão relacionadas à: segurança e/ou proteção do prefeito e/ou outras autoridades; ronda escolar; proteção de bens, serviços e instalações do município; patrulhamento ostensivo; defesa civil; proteção ambiental; auxílio no ordenamento do trânsito; controle e fiscalização de comércio de ambulantes; auxílio à Polícia Militar e Civil; ações educativas junto à população; patrulhamento de vias públicas; auxílio ao público.

O 9º Grupamento de Bombeiro Militar – GBM (**FIGURA 7.9.3-39**) também atende a toda região de influência de Altamira. O seu efetivo é composto por dois oficiais e 36 praças, que dispõem de um veículo de combate a incêndio, com capacidade de 7.000 litros de água, um veículo para salvamento e uma moto 48 - 250 cilindradas para vistorias.

Existe ainda o 51º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS), um Posto da Polícia Federal e do Serviço de Vigilância da Amazônia (**FIGURA 7.9.3-40**).

<sup>9</sup> Perfil dos Municípios Brasileiros 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/default.shtm>>, acessado em 12/10/2008 às 17h:38min.



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Agosto de 2008.

**FIGURA 7.9.3-39** – Corpo de Bombeiros no Bairro Aparecida



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Agosto de 2008.

**FIGURA 7.9.3-40** – Projeto SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia)

Com relação à justiça, há uma Comarca com três varas e três promotorias. O Fórum existente depende de um juiz substituto, que despacha periodicamente, não dispondo de um juiz titular

## b) Espaço Urbano e Violência

A banalização da violência é um traço marcante na sociedade Altamirense. Foram muitos os relatos que tratam das ocorrências violentas como parte do cotidiano local, sem que se observe qualquer sentimento de desconforto ou surpresa. Muito provavelmente esta situação se explica mediante a certeza de impunidade presente em praticamente todos os relatos:

*“A presença do Estado aqui na região é muito recente, só de uns tempos pra cá, por exemplo passamos a ter aqui representantes do Ministério Público. Durante muito tempo isso aqui era terra de ninguém, não justifica mas era assim e hoje mesmo com a presença do Estado não temos ainda uma justiça efetiva. Aqui se sabe quem são os criminosos, onde moram, qual o crime, a vítima e continua tudo igual. Que ver uma coisa: tem uma ilha aqui perto onde o dono mora com a mulher, molestou as filhas e vive maritalmente com elas, já tem filhos que na realidade são seus netos também e agora está correndo atrás de uma neta. Todo mundo sabe quem é o elemento, mas ninguém faz nada. As vítimas têm medo de denunciar, o cara é violento. Mas tá aí prá todo mundo vê e fica por isso mesmo.”* (Morador atuante no Movimento Social)

Ou ainda:

*“Os crimes aqui são anunciados e depois que acontecem só quem perde é a vítima, porque o criminoso anda por aí impunemente debochando da sociedade. Quando teve o escândalo do médico que junto com uns políticos daqui aliciavam meninas, no final as meninas é que ficaram marcadas duplamente, primeiro pelo roubo de sua infância, segundo porque ao final a sociedade ainda as acusou de sedução. E os bandidos estão aí sem o menor constrangimento, um ou outro saiu da cidade, mas a maioria tá aí. Aqui nos crimes sexuais a sociedade acaba punindo as vítimas, ser mulher nessa sociedade é muito complicado, o desrespeito é grande, a vítima acaba sendo a responsável pelo crime.”* (Militante do Movimento Social)

Na realidade, tem-se um contexto social no qual as chamadas “minorias” – mulheres, crianças, negros e índios – são considerados cidadãos de segunda classe e a despeito da crescente mobilização dos Movimentos Sociais no sentido de fazer justiça, a sociedade em geral ainda transita entre valores que desqualificam esses grupos e a certeza da impunidade diante de crimes que os envolvam. Respalhando esta situação tem-se um contexto no qual a “ilegalidade” é rotineira:

*“Em Altamira tudo é ilegal, se dirige sem carteira de motorista, se estaciona em qualquer lugar, ninguém tem nota fiscal pra dar. Como se vai quere que um cara de posses que matou a mulher seja preso e condenado. É nada, ele compra todo mundo e se bobear faz tudo de novo e continua por aí.” (Moradora, do Centro).*

Os Movimentos Sociais, especialmente as entidades focadas nas lutas de combate à violência contra a mulher, têm avançado na discussão e na resistência, denunciando, promovendo mobilizações, acionando as instâncias competentes. Nesse contexto, a implantação do AHE Belo Monte tem sido motivo de preocupação:

*“Com o número de homens que se espera que cheguem à cidade para a construção da usina, sem que tenhamos uma estrutura eficiente de segurança pública, de serviços de atendimento à saúde da mulher, é uma temeridade. A violência vai crescer e muito e se hoje já foge do nosso controle, com Belo Monte isso aqui vai virar uma área de convulsão social. Será muita irresponsabilidade tentar implantar esse empreendimento sem considerar que culturalmente a violência aqui em Altamira está enraizada e que a impunidade é a grande experiência histórica que temos quando tratamos desse tema.” (Liderança Comunitária).*

Na realidade, tem-se hoje uma lacuna entre o ritmo das mobilizações em torno das lutas, acima mencionadas, e os tempos institucionais necessários para dar à sociedade as respostas que desconstruam a lógica da impunidade constituída ao longo do tempo. E, nesses termos, prevalece o sentimento de “abandono”.

*“Quem é por nós? Ninguém aqui a sociedade está sempre refém de relações de favorecimento. Pra conseguir uma vaga pra um filho doente, precisa ter alguém da família ou um amigo que conheça um político prá encaminhar. Tudo aqui é a poder de pistolão, é por isso que bandido rico não para na cadeia, nem bandido pobre a mando de rico. Porque sabe como é muitas vezes o sinhozinho pra não sujar as mãos contrata um pobre que já se perdeu no crime. Isso aqui não tem jeito não (Morador, Bairro Brasília)*

Esse quadro confirma a instabilidade da população no que se refere às oportunidades de trabalho e de geração de renda, o que repercute na segurança das famílias e na segurança pública. Esclarece-se que a violência decorre em parte dos desajustes na convivência social que tem como uma de suas causas a falta de trabalho e oportunidades e a precariedade das condições de emprego oferecidas.

*“Altamira é uma bomba que pode explodir a qualquer momento. Há lugares na cidade e que não são muito distantes do centro, onde não se pode circular com segurança e isso vem crescendo muito rapidamente. Nos últimos anos só aumentou a insegurança da população, são roubos, furtos, morte, exploração sexual de crianças e jovens, assassinatos, tudo isso na cara das autoridades , mostrando a total ausência de ordem*

*nessa cidade. Estou aqui há mais de 30 anos e me assusta a forma como essa violência cresceu e não é porque a cidade tenha recebido gente de má índole, não. O migrante que chega aqui é de todo o tipo, tem uns aventureiros mas vem muita gente boa que chegou para construir bem essa sociedade. O problema é que aqui predomina a ausência da lei, do Estado. A riqueza está concentrada, faltam oportunidades para o trabalhador, ele sobrevive em condições subumanas, sem saber como vai alimentar sua família e é nesse cenário que a violência se fortaleceu. Os criminosos aqui ficam impunes, crimes hediondos como os que saem na mídia, os responsáveis estão por aí. Ora numa sociedade onde o trabalhador honesto não tem lugar e o crime compensa, o que se pode esperar. A violência hoje é gestada nesse cenário de ilegalidade, impunidade e exclusão social plena..” (Membro do Movimento Social).*

Relatos como o acima apresentado são recorrentes tanto no âmbito de representantes de movimentos sociais, como também entre moradores da cidade e segmentos do poder público:

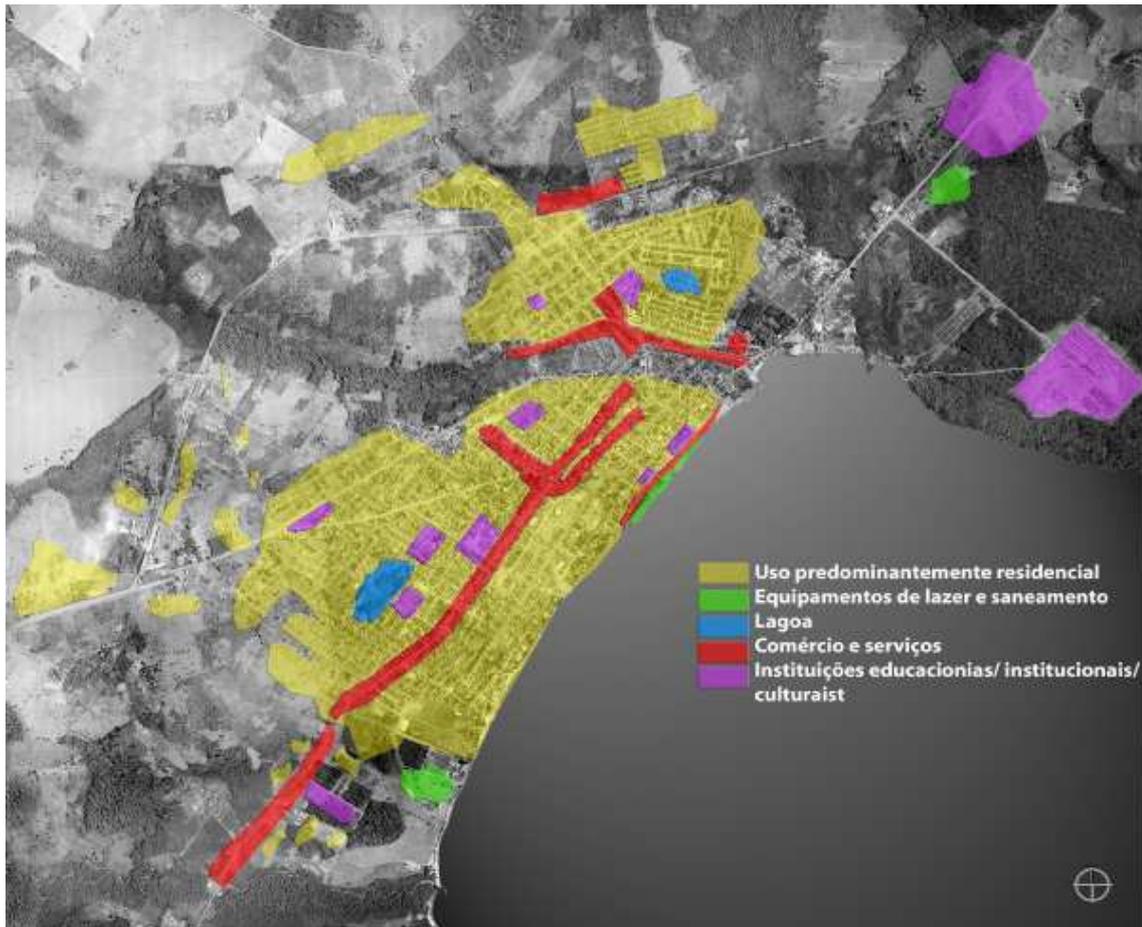
*“A população aqui não tem vez, a riqueza de Altamira está nas mãos dos mesmos exploradores, e nós que somos trabalhadores, que construímos essa cidade, vivemos pedindo serviço e aceitando qualquer coisa que aparece, mesmo sabendo que somos explorados e que não temos o suficiente para dar aos nossos filhos uma vida decente. Eu digo isso, porque já perdi um filho meu pra bandidagem. Foi embora e sei que anda por aí fazendo coisa errada, mas não consegui dar a ele condição de vida melhor, aí o crime deu...” (moradora, bairro Invasão dos Padres).*

Ou ainda:

*“Para todos os segmentos é muito ruim essa violência que cresce em Altamira e a dificuldade de emprego que a população enfrenta. Altamira precisa de investimentos, de injeção de recursos de garantir para a sua população condições dignas de vida e isso inclui emprego, salário decente, serviços essenciais. Mas o empresariado aqui também está com dificuldades, é uma bola de neve, o empresariado está descapitalizado e por isso lança mão de recursos informais para sobreviver, o trabalhador também não tem como sobreviver e por isso aceita qualquer coisa. Os mais jovens, mais impacientes vêem no crime uma saída e assim todos perdemos.” (Liderança empresarial).*

### **7.9.3.1.9 Uso e Ocupação do Solo Urbano**

Em Altamira, o uso do solo é mais diversificado que nas demais subáreas urbanas da AID, apresentando além dos usos residenciais (que predominam), comerciais e de serviços básicos, usos para o lazer, institucionais, culturais e industriais (**FIGURA 7.9.3-41**).



**FONTE:** Projectus Consultoria Ltda. e Prefeitura Municipal de Altamira. Plano Diretor de Altamira, V.1, p. 91, junho de 2003.

**FIGURA 7.9.3-41**– Uso do Solo na Cidade de Altamira

O Plano Diretor vigente, Lei Municipal nº 1.512/03, definiu cinco categorias de uso do solo (QUADRO 7.9.3-3) e um zoneamento composto por dez zonas (QUADRO 7.9.3-4).

### QUADRO 7.9.3-3

Categorias de Uso previstas no Plano Diretor de Altamira, 2003

Categoria de Uso	Sub-Categorias	Descrição
Interesse Ambiental	-	Unidades de conservação, com atividades destinadas à pesquisa científica, turismo monitorado, parques ecológicos e/ou arqueológicos, ao manejo sustentável, a recuperação e o reflorestamento das áreas degradadas
Residencial	UH - uni-habitacional PH - pluri-habitacional	- -
Comercial e Prestação de Serviços	C1	Escritórios e consultórios de profissionais liberais; Serviços pessoais e domiciliares; Comércio de consumo local; Serviços socioculturais; Comércio varejista diversificado; Serviços pessoais e de saúde; Serviços de educação; Serviços de hospedagem; Atividades associadas à recreação
	C2	Postos de abastecimento; Oficinas mecânicas; Estabelecimentos exclusivos para garagem e guarda de autos; Motéis.
	C3	Supermercados; Centros de convenções; Hospitais; Comércio atacadista.
Industrial;	IN1	Industriais perigosas, não compatíveis com as categorias de usos residencial, de comércio e prestação de serviços, condicionadas ao licenciamento ambiental.
	IN2	Industriais de uso incômodo, devendo ser submetidas a métodos adequados de proteção.
Institucional.	-	Usos específicos, como instalações aeroportuárias, militares, educacionais de grande porte ou similares.

**FONTE:** Projectus Consultoria Ltda. e Prefeitura Municipal de Altamira. Plano Diretor de Altamira, V.3, p. 20-22, junho de 2003.

### QUADRO 7.9.3-4

Zoneamento Urbano previstas no Plano Diretor de Altamira, 2003

**Continua**

Nº da Zona	Nome da Zona	Descrição da Zona
I	ZOR – Zona da Orla	Área onde se pretende o incremento de atividades turísticas e recreativas, sendo permitido o uso habitacional das categorias de uso do solo residencial, comercial e de prestação de serviços da subcategoria CS 1
II	ZCH – Zona Central Histórica	Área onde se pretende incentivar a proteção do patrimônio cultural, mantendo a ocupação habitacional das categorias de uso do solo residencial da subcategoria UH e comércio e prestação de serviços da subcategoria CS 1.
III	ZC 1 – Zona Central 1	Área caracterizada por ocupação da subcategoria UH da categoria de uso residencial e das subcategorias CS 1 e CS 2 da categoria comércio e prestação de serviços.
IV	ZC 2 – Zona Central 2	Área caracterizada pela ocupação da categoria de uso do solo residencial onde se pretende incentivar a verticalização e a ocupação dos vazios urbanos com empreendimentos habitacionais e o uso comercial e de prestação de serviços.
V	ZH 1 – Zona Habitacional 1	Área habitacional onde se pretende incentivar a categoria de uso do solo residencial da subcategoria UH sob a forma de condomínios, chácaras de recreio e habitações de interesse social, onde é permitido a categoria de uso do solo de comércio e prestação de serviços da subcategoria CS 1.

### QUADRO 7.9.3-4

Zoneamento Urbano previstas no Plano Diretor de Altamira, 2003

Conclusão

Nº da Zona	Nome da Zona	Descrição da Zona
VI	ZH 2 – Zona Habitacional 2	Área habitacional onde se pretende incentivar a categoria de uso do solo residencial sob a forma da subcategoria UH, sendo admitidos habitação da subcategoria PH, comércio e prestação de serviços da subcategoria CS 1
VII	ZIP– Zona de Interesse Paisagístico	Áreas públicas ou privadas, com atributos naturais importantes para a manutenção do equilíbrio ambiental da área urbana, onde se pretende incentivar a categoria de uso do solo de interesse ambiental.
VIII	ZIA 1	Zona de Indústria e Abastecimento 1 – Áreas caracterizadas pelos usos de atividades de produção e transformação, da subcategoria IN 1 da categoria de uso do solo industrial.
IX	ZIA 2	Zona de Indústria e Abastecimento 2 - Áreas caracterizadas pelos usos de atividades de produção e transformação da subcategoria IN 2 da categoria de uso do solo industrial, de comércio e serviços das subcategorias CS 1 e CS 2, sendo admitida uso habitacional da subcategoria PH.
X	ZSE – Zona de Equipamentos Estruturantes	Áreas públicas ou privadas da categoria de uso institucional.

**FONTE:** Projectus Consultoria Ltda. e Prefeitura Municipal de Altamira. Plano Diretor de Altamira, V.3, p. 23, junho de 2003.

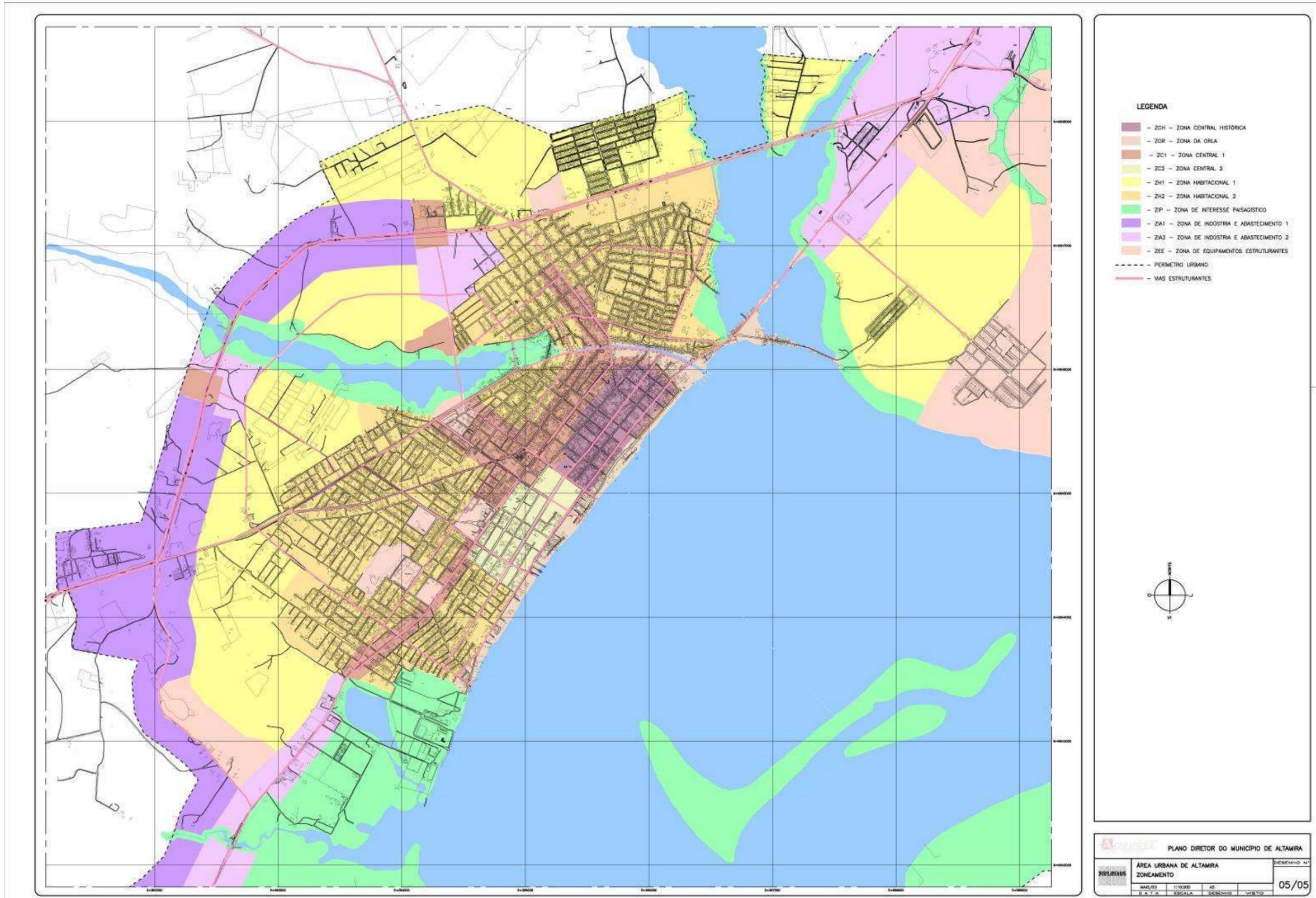
As Zonas Industriais foram previstas ao longo da rodovia Transamazônica, da rodovia Ernesto Accioly e da Avenida Tancredo Neves. Zonas de Interesse Paisagístico foram definidas nos três igarapés e foi criada uma Zona de Orla, ao longo da margem do Rio Xingu, para o incremento de atividades turísticas e recreativas. A Zona Central Histórica foi delimitada com o objetivo de incentivar a proteção do patrimônio cultural.

As Zonas Residenciais, Comerciais e Mistas, em suas diversas categorias, distribuem-se pelo tecido urbano, destacando-se a proposição de incentivar a verticalização em uma área situada próxima a Orla e nas vizinhanças do Centro Histórico.

O Perímetro Urbano, definido nesse Plano Diretor, avança sobre a área rural, em três direções: (i) Sudoeste englobando o aeroporto; (ii) Leste abrangendo a Gleba do Exército onde está instalado o 51º Batalhão de Selva; e (iii) Sudeste incorporando o Rio Xingu, a ilha do Arapujá e a margem direita onde aporta a Balsa que dá acesso à Região do PA Assurini.

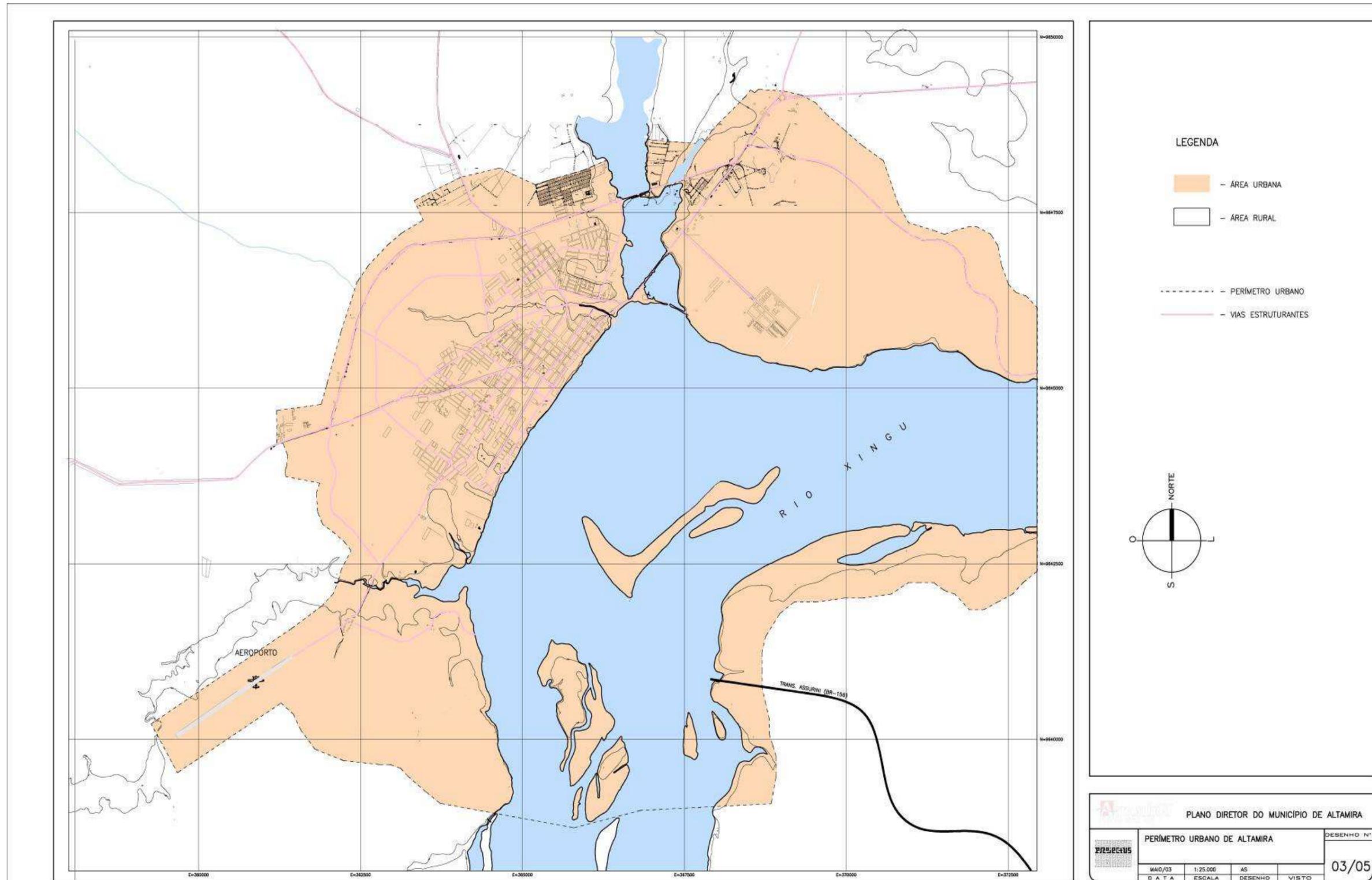
As **FIGURA 7.9.3-42** e **FIGURA 7.9.3-43**, a seguir ilustram o Zoneamento e o Perímetro Urbano da Cidade de Altamira.

Observa-se que o Plano Diretor acima mencionado está sendo revisto atualmente.



FONTE: Projectus Consultoria Ltda. e Prefeitura Municipal de Altamira. Plano Diretor de Altamira, V.2, p. 23, junho de 2003

FIGURA 7.9.3-42 – Zoneamento da Cidade de Altamira, 2003



FONTE: Projectus Consultoria Ltda. e Prefeitura Municipal de Altamira. Plano Diretor de Altamira, V.2, p. 23, junho de 2003

FIGURA 7.9.3-43 - Perímetro Urbano da Cidade de Altamira, 2003

A caracterização do padrão de urbanização de Altamira tem que levar em consideração uma especificidade que a diferencia das demais cidades da região amazônica que experimentaram processo de urbanização semelhante. Em função da dinâmica econômica herdada do passado e a presença do Rio Xingu, o rural e o urbano se confundem, revelando a intensa articulação da cidade com uma temporalidade expressiva da combinação entre as atividades recentes e os modos de vida associados às atividades tradicionais:

*“Altamira é uma cidade curiosa, aqui se pode ver a riqueza que circula nas mãos dos grandes fazendeiros, nas mãos dos madeireiros, pode se ver a pobreza da vida dos que aqui chegaram em busca de oportunidade e que nunca a encontraram mas aqui permaneceram, ou naqueles que vieram como colonos e não conseguiram se manter; mas tem também um tanto de gente que administra a vida entre a cidade e a plantação e o rio e vai levando a vida como se estivesse na Altamira de antigamente. Aqui se pode conhecer a violência mais impressionante, mas também a simplicidade mais tocante na vida dos ribeirinhos que vem a cidade, movimentam as feiras, o comércio e depois somem nas águas do Xingu. Altamira é assim, sem explicação”. (antigo extrativista, Altamira)*

Conforme visto anteriormente, a expansão urbana da cidade de Altamira se deu a partir de várias modalidades de assentamento: assentamentos planejados, pela Prefeitura Municipal, pela Prelazia do Xingu e por empresas privadas; e assentamentos espontâneos que correspondem às áreas de ocupação irregular. Em relação a estes últimos, do ponto de vista legal, se instaura um conjunto de conflitos na justiça e na polícia \_ pessoas que se denominam de “donos da terra” versus ocupantes/ invasores. Eventualmente a Prefeitura Municipal ou a Igreja fazem a mediação desses conflitos.

As áreas de ocorrência dessas invasões estão situadas principalmente nos alagadiços – Igarapés Altamira e Ambé – e deram origem aos seguintes bairros: São Sebastião; Peixaria; Brasília (década de 70); Liberdade; Baixão do Tufi; Boa Esperança e Olaria.

O Bairro Brasília, por exemplo, abrigou migrantes que chegaram atraídos pelo projeto de colonização, vindos das Regiões Nordeste e do Centro-Sul do País. Os bairros Baixão do Tufi, localizado na área de inundação do Igarapé Altamira, e Boa Esperança (**FIGURA 7.9.3-44**), localizado na área de inundação do Igarapé Ambé, são mais recentes, datam da segunda metade dos anos noventa. Seus moradores residem em palafitas, trafegam sobre “pontes precárias de madeira” não dispõem de abastecimento de água e rede de esgoto. Eventualmente algumas obras foram realizadas em ambos os bairros na segunda metade do ano 2000: o aterramento de algumas ruas; a construção de pontes de madeira na Rua dos Operários e na Rua Anchieta; o aterramento na Rua da Amizade; obras que tem alterado o leito original do rio, acentuando os problemas de inundação.



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, 2008.

**FIGURA 7.9.3-44** - Bairro Boa Esperança - Cidade de Altamira – 2007

A cidade de Altamira, de maneira geral, é caracterizada pelo uso misto em toda a área urbana. Não obstante, em algumas áreas, alguns usos predominam.

A área principal de comércio e serviços, historicamente próxima ao Rio Xingu, foi se deslocando ao longo do tempo. Atualmente pode-se caracterizar o cruzamento da Avenida Djalma Dutra com a Travessa Pedro Gomes (assim como os quarteirões vizinhos) como o trecho comercial central da cidade, onde se localizam o mercado municipal e o hospital regional. Ao longo dos eixos, o comércio e os serviços caracterizam alguns trechos de ruas em acordo com as tendências mais ou menos regional e/ou local. Outro trecho com predominância comercial situa-se ao longo da Rua Joaquim Acácio e Travessa João Coelho, atendendo a demanda dos bairros Brasília, Aparecida, Boa Esperança e Jardim Primavera. O padrão comercial nesta última área é mais popular, fundando-se em pequenos comércios.

As próprias áreas de comércio e serviços agrupam-se de acordo com especializações. Assim, os bancos se concentram no trecho da Travessa Pedro Gomes entre a Avenida Djalma Dutra e a Avenida Perimetral. Na estrada para o Aeroporto, no trecho à altura dos Jardins Copacabana e Oriente, se concentram lojas de materiais de construção, oficinas e garagens. Os clubes se concentram no trecho existente entre os bairros Jardim Independente II e III e o Rio Xingu. No trecho da orla, entre o centro histórico e o Rio Xingu, agrupam-se os bares, restaurantes e quadras de esportes que caracterizam de maneira unívoca as formas de uso desta área, sobre tudo no período noturno.

Áreas institucionais encontram-se espalhadas por toda a cidade. Equipamentos esportivos e escolares de maior porte (Estádio Bandeirão, Escola Otacílio Lima, Escola Mirtes Santos, SESI, SENAI, Escola Polivalente de Altamira, Centro Comunitário etc.) se concentram no Jardim Oriente e no Jardim Iracema. Outra área onde se concentram ocupações institucionais ocorre em direção à Rodovia Ernesto Accioly. Na sua vizinhança imediata encontramos as

sedes do Parque de Exposições Agropecuárias, Centro Federal de Ensino Tecnológico do Pará, instalações da UNED/Pará, o 51º Batalhão de Infantaria da Selva (BIS) etc.

O resto da área urbana encontra-se ocupada predominantemente por habitação. Perto da área central, esta habitação adquire características de habitação coletiva. A grande maioria da habitação é habitação unifamiliar. Em certos trechos, junto dos igarapés, esta habitação adquire características subnormais.

Muitos dos lotes residenciais também têm uso misto, existindo em muitas frentes de casas pequenos estabelecimentos comerciais ou de serviços. Esse comércio, bem como os serviços, é bastante variado, indo de vendas de bebidas e comidas típicas à venda de frutas regionais (cupuaçu, bacuri, uxi, taperebá, mari-mari, banana), hortaliças (alface, cebolinha, cheiro-verde), unguentos e plantas medicinais usadas na região. Um detalhe que sobressai nas residências, e que remete às práticas definidoras da origem rural e cabocla, é a plantação de hortaliças, ervas e plantas ornamentais em latas. No bairro Brasília, esse tipo de comércio apresenta uma dinâmica comercial expressiva. Sendo local de residência de pequenos produtores e feirantes, que comercializam seus produtos na Feira dos Produtores localizada no centro da cidade, é tido como o bairro dos feirantes e sítio “da maior feira de Altamira”.

O rio e os igarapés estão intimamente ligados aos hábitos locais, principalmente pela reconstituição da origem populacional e sua relação com as águas. Mulheres e crianças são os maiores freqüentadores dos igarapés. As atividades domésticas básicas têm como suporte as águas do rio e dos igarapés: neles são lavados as roupas, as louças, as bicicletas e os animais usados na tração das carroças.

Os vetores de expansão identificados em Altamira são os seguintes (**FIGURA 7.9.3-45**)

**a) Centro/ Rodovia Ernesto Accioly**

Corresponde a planície de inundação do Igarapé Ambé, uma área de ocupação rarefeita no que se refere a dinâmica comercial e de serviços. Aqui se localizam os seguintes bairros: Bairro, Peixaria, Olaria, Colinas e Conjunto Alberto Soares. Também se localiza uma extensa área pertencente ao 51º Batalhão de Infantaria e Selva (51º BIS) do Exército Brasileiro que, de certo modo, controla a expansão desse vetor.

**b) Centro/ Estrada do Forte Ambé e Maria Bonita**

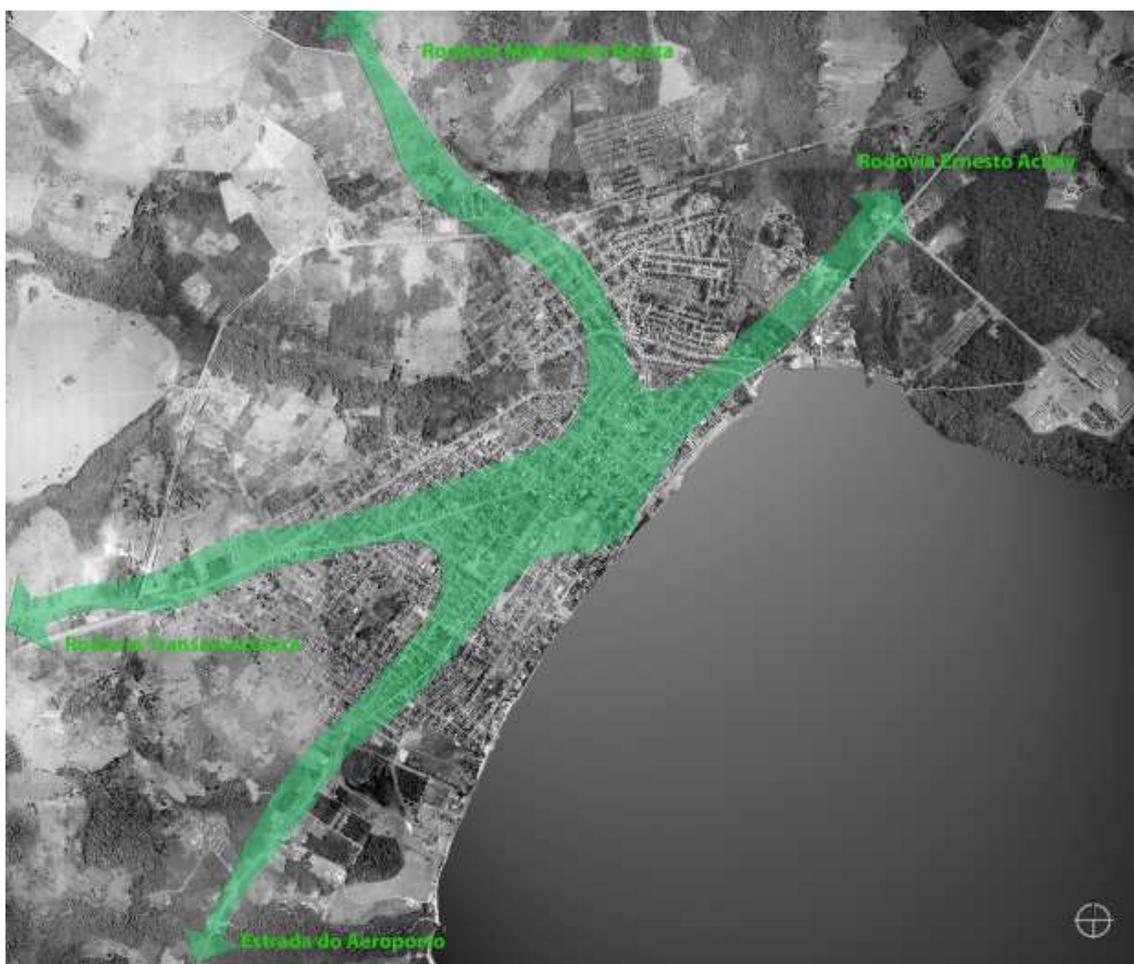
Essa área caracteriza como um sub-centro comercial e de serviço situado no Bairro da Brasília, que tem como vizinhos os bairros Aparecida; Boa Esperança; Jardim Primavera; Progresso (Mutirão); Jardim Altamira; Jardim Fortaleza (Ivalândia); Liberdade e Jardim Santa Anna. Esta área é denominada de “Grande Brasília” e uma parte do local está sujeita as inundações periódicas das bacias dos Igarapés Altamira e Ambé.

**c) Centro/ Rodovia Transamazônica (sentido Brasil Novo)**

Integrada pelos bairros Premem, Jardim Uirapuru, Jardim dos Estados, Jardim Anhanguera, Jardim Oriente, Cooperfron I e II, Jardim Novo Paraíso.

**d) Centro/ Avenida Tancredo Neves (Estrada do Aeroporto)**

Este vetor de expansão urbana está interligado espacialmente aos Jardins Iracema, do Sol e Independentes I e II. São áreas que estão fora das áreas de inundação e onde estão localizados vários serviços/ equipamentos de turismo - Cachoeiras do Pedral, hotelaria, recreação (Xingu Praia Clube); serviço de segurança (Quartel da Polícia Militar); serviços aeroportuários e também algumas unidades de beneficiamento de madeira (serrarias). Trata-se de uma área com potencial de atração para a instalação de novos assentamentos.



**FIGURA 7.9.3-45** – Vetores de Expansão na Cidade de Altamira

**7.9.3.1.10 Padrão Construtivo**

As técnicas construtivas mais encontradas são a taipa, com e sem reboco, e a alvenaria com tijolos de barro maciço. Nos bairros mais populares as edificações são predominantemente de madeira, com telhados de barro, porém, também são encontrados telhados de zinco e fibrocimento nos anexos das edificações ou como reparos. Observa-se o uso de cimento para as calçadas da área urbana e, em alguns trechos, a presença das tijoleiras.

A presença de cimalthas como elemento de acabamento do encontro das paredes com os telhados nas edificações da área histórica é elemento comum. Existe grande incidência do cimento queimado e encerado nos pisos das edificações. Em menor quantidade pode-se encontrar nas edificações mais antigas a presença de ladrilhos hidráulicos, e naquelas mais antigas, pertencentes a pessoas de menor poder aquisitivo, a presença de tijoleiras.

Analisando-se a disposição da planta baixa pode-se destacar a predominância das plantas alongadas devido aos lotes serem estreitos, com presença de sala e longo corredor que distribui os quartos/alcovas, terminando com a cozinha e o banheiro. Nas edificações menores, a predominância da planta baixa é do tipo sala, um ou dois quartos e corredor que liga à cozinha. Nestes casos geralmente o banheiro fica fora da casa.

Podem-se distinguir basicamente três tipologias básicas relacionadas aos momentos históricos dos assentamentos descritos nos “Padrões de Urbanização”:

**a) Tipologias Vernáculas/ Históricas**

Correspondentes ao assentamento inicial (1911-1975) são representadas por quadras grandes, com dimensões médias de 100 x 200 metros, e relativamente irregulares, com formas trapezoidais e/ou retangulares deformadas, decorrentes da adaptação do sistema viário às particularidades do terreno. Em alguns casos excepcionais, as quadras se aproximam de formas mais quadradas.

Não há uma uniformidade na divisão ou sentido longitudinal, apesar de existir uma certa predominância do sentido SW/NE, acompanhando a avenida que margeia o Rio Xingu e a trama do sistema viário das ruas adjacentes. Em trechos minoritários, no entanto, esse sentido muda, introduzindo fatores de surpresa e caracterizando o sistema viário com ruas descontínuas.

Os lotes, normalmente estreitos e profundos, apresentam dimensões relativamente grandes, com médias de 15 x 50 metros. Apesar da tendência retangular, apresentam as mais diversas variações, passando por trapezoidais convexos, até formatos em “L”, com dentes, trapezoidais côncavos, com duas frentes, com três frentes e outras formas.

As construções nos lotes, em termos gerais, ocupam totalmente a testada voltada para a rua, quando há recuos frontais, esses são mínimos. Da mesma forma, lateralmente os afastamentos são pequenos, em uma das laterais, ou inexistentes, com construções ocupando toda a largura do terreno. Os fundos, no entanto, geralmente são livres de construções, sendo ocupados por generosos quintais. São edificadas uma ou mais construção por lote, pegando metade ou mais do terreno, gerando uma densidade de ocupação que, sensorialmente, se apresenta como relativamente alta. São edificações predominantes de um e dois pavimentos.

O espaço público da rua fica bastante emparedado e definido, com unidades residenciais e comerciais abrindo diretamente suas portas na via pública (**FIGURA 7.9.3-46**). O interesse cultural é maior do que o arquitetônico, apesar da existência de alguns exemplares interessantes. O que ressalta são os ambientes urbanos, por representarem formas de ocupação e organização características de uma época.



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Agosto de 2008.

**FIGURA 7.9.3-46** – Tipologias Vernáculas/ Históricas

O uso é caracterizado como misto, com comércio e residência, tendo sido observado ao longo do tempo um deslocamento dos eixos e pontos comerciais dessa área.

**b) Tipologias do Crescimento Posterior**

Representadas pelos parcelamentos da Prefeitura Municipal de Altamira, da Prelazia do Xingu (LOTAP) e particulares, são decorrentes da demanda gerada por fortes contingentes migratórios de funcionários públicos e de comerciantes. Essas tipologias se deram a partir do desmembramento de fazendas da vizinhança imediata, tendo como agentes organizadores a Prefeitura Municipal, a Prelazia do Xingu e particulares. Apesar do fato dessas ocupações ocorrerem por meio de agentes tão diversos, as características dos parcelamentos resultantes apresentam parâmetros de certa maneira uniformes, embora de não existissem, e nem existam, regras uniformes regendo os parcelamentos nem, tampouco, registros regulares em cartórios públicos.

As quadras geradas neste período são menores e mais regulares que na tipologia do assentamento histórico. Suas dimensões oscilam entre 60 x 200 metros, e 50 x 140 metros. As quadras são relativamente retangulares e sua dimensão longitudinal assume os mais diversos sentidos ou orientações: ora acompanhando a trama histórica, ora o traçado da Transamazônica na sua versão original, ou mesmo assumindo orientações ditadas por parâmetros aleatórios. Os lotes também são menores, com tamanhos médios de 10 x 30 ou 25 metros, e formatos decididamente mais regulares.

As formas de ocupação da edificação em relação ao lote são relativamente variadas, ocupando geralmente mais da metade do lote. Na grande maioria com recuos frontais, sem ocupar a testada do lote, e deixando afastamentos laterais em um ou nos dois lados.

O espaço público da rua fica desconstituído, caracterizando-se pela descontinuidade das fachadas afastadas da testada.

### c) Tipologias de Ocupação Irregular

Nas áreas próximas ao Altamira e ao Ambé, a tipologia edilícia enquadra-se na categoria de habitação subnormal (**FIGURA 7.9.3-47**). Precárias, construídas de madeira e sobre estacas, as palafitas são acessíveis apenas pelas “estivas”, pontes instáveis sobre estacas feitas com madeira de refugo em geral cedida pela municipalidade, e Fonte perene de acidentes (**FIGURA 7.9.3-48**).



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-47** – Tipologia de Invasão no Igarapé Ambé



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-48** – Pontes Precárias (“Estivas”) no Igarapé Altamira

#### 7.9.3.1.11 Estrutura Administrativa da Prefeitura

A estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Altamira (**FIGURA 7.9.3-49**) conta, na administração direta com oito Secretarias, sete Conselhos Municipais e quatro órgãos de assessoramento conforme **QUADRO 7.9.3-5**, a seguir.

### QUADRO 7.9.3-5

#### Estrutura Administrativa da Prefeitura de Altamira

Tipo de Órgão	Nome	Função
Secretaria	Administração	Atuar no âmbito administrativo, estruturada em duas Coordenadorias, Planejamento e Desenvolvimento e Administração
Secretaria	Agricultura e Abastecimento	Atuar nas áreas de agropecuária e abastecimento, através da Coordenadoria de Programas Agrícolas e sua Divisão de Abastecimento, Promoção e Extensão Rural.
Secretaria	Educação, Cultura e Desportos	Responsável pelas ações de educação, cultura e desportos, contando com três Coordenadorias, uma para cada área de atuação. A Coordenadoria de Educação é composta por quatro Divisões: Apoio Técnico, Apoio Educacional, Apoio ao Estudante e Municipalização.
Secretaria	Fazenda	Responsável pela arrecadação; administração dos tributos municipais; controle do sistema financeiro; contabilidade; planejamento e desembolso financeiro; guarda e administração dos valores mobiliários; administração da dívida pública; execução financeira da receita e da despesa; controle integral do Tesouro municipal; e cobrança da dívida ativa. Todas essas funções são exercidas pela Tesouraria, Procuradoria Fiscal e pela Coordenadoria de Finanças e suas três divisões: Receita, Despesa e Fiscalização Fazendária.
Secretaria	Gestão do Meio Ambiente e Turismo	Responsável pelo planejamento das atividades do meio ambiente e turismo; pela coordenação e gerenciamento dos projetos e administração dos serviços de abastecimento de água, de esgoto sanitário; e pela administração das unidades de conservação. Conta com a Coordenadoria de Meio Ambiente e sua Divisão de Fiscalização e com a Divisão de Turismo.
Secretaria	Obras, Viação e Infra-Estrutura	Responsável pelas ações de urbanismo, obras, transporte, limpeza pública e saneamento básico, através da Coordenação de Obras e suas duas Divisões: Obras, Urbanismo e Serviços; Transporte e Manutenção, Limpeza Pública, Saneamento Básico, Demarcação e Titulação de Terras; e Fiscalização Rural.
Secretaria	Saúde	Responsável pelas ações de Saúde Pública, estruturada em três Divisões: Assistência à Saúde, Administração e Finanças, Controle, Avaliação e Auditoria.
Secretaria	Trabalho e Promoção Social	Executar ações relativas ao trabalho e promoção social através das Divisões de Assistência Social e de Desenvolvimento Comunitário/Atividades Produtivas da Coordenadoria de Trabalho e Promoção Social e da Coordenadoria do Projeto Esperança que conta com a Divisão Pedagógica e Administrativa.
Conselho Municipal	Desenvolvimento Rural	Viabilizar a participação do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural no seu correspondente, a nível estadual, propondo diretrizes e programas de desenvolvimento rural.
Conselho Municipal	Meio Ambiente	Acompanhar, avaliar e fiscalizar as ações de proteção, conservação e melhoria ambiental
Conselho Municipal	Saúde	Formular estratégias políticas de saúde e do controle de execução desta política
Conselho Municipal	Direitos da Criança e do Adolescente	Formular a política municipal da criança e do adolescente
Conselho Municipal	Educação	Participar dos procedimentos normativos necessários ao gerenciamento do Sistema Municipal de Educação. Avaliar e propor emendas ao Plano Municipal de Educação
Conselho Municipal	Alimentação Escolar	Fiscalizar e controlar a aplicação de recursos destinados à merenda escolar
Conselho Municipal	Desenvolvimento Local	Fixar normas de aplicação e decidir sobre planos, programas e projetos referentes à organização do espaço urbano e ainda julgar recursos referentes à aplicação da legislação urbanística
Assessoramento	Gabinete do Prefeito	Assistir ao Chefe do Executivo
Assessoramento	Procuradoria Geral	Assistir juridicamente ao Chefe do Executivo
Assessoramento	Assessoria Técnica	Assistir tecnicamente ao Chefe do Executivo
Assessoramento	Articulação Institucional	Coordenar as atividades de comunicação junto à imprensa

**Fonte:** Site Oficial da Prefeitura Municipal de Altamira. Disponível em: < <http://www.altamira.pa.cnm.org.br/>>. Acessado em 12/10/2008 às 16h:46min.

O Executivo municipal conta com 203 cargos efetivos, sendo 25 postos-chave e 159 de apoio. Além dos cargos efetivos, existem 74 funções gratificadas para atender à rede escolar e 19 supervisores para a gestão de cemitérios, guarda municipal, Sistema Nacional de Emprego, Junta de Serviço Militar etc. No município estão presentes instituições como o INCRA, Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira – CEPLAC e a EMATER (FIGURA 7.9.3-50), que desenvolvem trabalhos de assistência técnica rural, bem como instituições relacionadas à fiscalização e licenciamento ambiental (IBAMA) e às estatísticas populacionais/ mapeamentos territoriais oficiais (IBGE).



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Agosto de 2008.

**FIGURA 7.9.3-49** – Prefeitura Municipal no Bairro SUDAM I



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Agosto de 2008.

**FIGURA 7.9.3-50** – EMATER no Bairro SUDAM I

Com relação às legislações e instrumentos de gestão, Altamira dispõe de Lei Orgânica, promulgada em 1990, Leis de parcelamento e zoneamento do solo, bem como um código de obras. O Plano Diretor Municipal, lei nº 1515/2003, está fase de revisão e existem leis específicas de Solo criado, Operação urbana consorciada e de Estudo de impacto de vizinhança (instrumentos de política urbana previstos no Estatuto da Cidade). A legislação sobre zona de interesse especial existe para a área ambiental.

Os recursos para a gestão são o Imposto sobre o Patrimônio Territorial e Urbano – IPTU, o Imposto sobre Serviços – ISS, e as taxas sobre iluminação pública, coleta de lixo, limpeza pública e poder de polícia. A Administração Municipal possui cadastro do ISS e Planta Genérica de Valores, ambos informatizados.

#### a) **Associativismo e Organização Social**

A sociedade de Altamira é extremamente atuante no que se refere a sua participação nos Movimentos Sociais. A agenda de lutas sociais e das manifestações públicas na Transamazônica envolve mais de 100 entidades. São representativas das associações de pequenos agricultores, cooperativas de pequenos agricultores, sindicatos de trabalhadores rurais, demais sindicatos, movimentos de mulheres, entidades religiosas, organizações não-governamentais e movimentos ambientalistas, além das entidades vinculadas à Igreja Católica, conforme análises apresentadas no item 7.9.2.9-Volume 21, que também destaca as Entidades Atuantes na AID.

Vários desses movimentos mantêm suas sedes em Altamira, conforme já apresentado anteriormente, mantendo uma atuação em todos os municípios que compõem a AID. É recorrente a presença dessas entidades na mídia local, regional e nacional, bem como é evidente sua capacidade de mobilização social. Um exemplo dessa mobilização pode ser observado na Agenda de Encontros e Movimentos que têm como foco os Povos do Xingu.

Embora com um histórico de mobilizações anteriores, desde meados dos anos 1970, é, sobretudo, a partir da década de 1990 que diversas organizações direcionam seus esforços de mobilização por meio da articulação de redes organizadas em entidades ou associações sindicais (camponesas e de educadores). Este trabalho não pode ser desligado das práticas pastorais, realizadas pela prelazia do Xingu, cuja sede está localizada em Altamira. Alonso e Castro<sup>10</sup> observam que:

*“Através da formação de lideranças e da criação de Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), a ação dos agentes pastorais visava, entre outros aspectos, criar condições de vida mais favoráveis para as famílias de agricultores na área da Transamazônica, num contexto de oposição e de conflito com forças políticas locais, como fazendeiros, madeireiros e comerciantes”.*

Um exemplo dessas práticas é o Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica, de 1991, que ficou conhecido, posteriormente, como Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e do Xingu (MDTX). Outro exemplo é a Fundação Viver, Preservar e Produzir (FVPP), criada em 1992 na cidade de Altamira, formalizando propostas reivindicatórias, articuladoras e propositivas. Através de parcerias com organismos governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais, a FVPP vem implementando políticas em diversas áreas (educação, crédito agrícola, assistência técnica etc.), no sentido de materializar benefícios sociais, especialmente, para as populações “rurais” da região. Segundo as autoras,

*“A FPVV é também uma expressão de mudanças no equilíbrio das relações de força locais ou estaduais na medida em que o efeito político da mobilização popular parece estar contribuindo para alterar não apenas as diferenças de poder local, como também, os diferenciais culturais que as sustentam”.*

Esta mudança no equilíbrio das forças locais se expressa nas propostas da FVPP, calcadas na visão de *sustentabilidade*, e nas propostas de outros agentes – representantes de setores ligados ao comércio, às indústrias, aos pecuaristas e madeireiros -, apoiados na visão do desenvolvimento.

Outro aspecto importante ressaltado pelas autoras diz respeito à posição de destaque que Altamira assumiu, pelas diversas razões já mencionadas, em relação aos demais municípios, que a coloca como a cidade principal da Transamazônica. Isto se deve, também, ao fato de que a cidade capitalizou os efeitos simbólicos que decorrem da centralização de atividades administrativas realizadas pelas instituições que atuam na região, como o Incra, Basa, IBGE, UFPA, Uepa, Funai, Prelazia do Xingu e muitas outras. Estes efeitos decorrem também, das

---

<sup>10</sup> . Alonso, Sara e Castro, Edna. Processo de Transformação e representações do rural-urbano em Altamira. Perspectiva, Belém, 2006.

ações de movimentos sociais, de organizações não governamentais e de entidades, como, FVPP, Fetagri, Cimi, Aimat, Sinbax, presentes na cidade.

A importância da participação legítima - em movimentos sociais e em diversas entidades - para a sociedade local, é destacada nos relatos a seguir, obtidos no âmbito da pesquisa socioantropológica realizada na região.

*“O povo de Altamira é muito atuante, não é a toa que temos aqui várias entidades sociais, o Ministério Público e a Igreja juntos no combate de tudo que vem nos prejudicar e na defesa de nossos direitos. Aqui se tem uma tradição grande de participação que mistura tudo, índio, branco, político, cidadão comum, autoridade, padre, uma salada de fruta mas que funciona. Isso é ser democrático e acho que em Altamira o povo corre atrás de fazer valer essa democracia. Pode até perder e quase sempre perde, mas batalha e isso é muito positivo. Aqui em Altamira a população quando quer é um rolo compressor e tem aliados muito importantes, até de fora do Brasil. Porque isso aqui é Amazônia, um patrimônio da humanidade, não dá pra ser diferente.” (Líder comunitário).*

Ou ainda:

*“Quem chega de fora acha que isso aqui é um lugar onde a pobreza alienou os pobres, mas não é verdade. Aqui o pobre conhece bem os seus direitos e luta por ele. Temos um movimento forte de mulheres que ao longo do tempo contribuiu e vem contribuindo muito para conscientizar a sociedade de sua importância como cidadão. Essa é a diferença entre Altamira e as demais cidades da Amazônia, aqui não se pode passar por cima da sociedade. Já tivemos muitas perdas, já sofremos muita violência, muito sangue já banhou nossa história e trouxe sofrimento pro nosso povo. Mas serviu como aprendizado e hoje tudo que diz respeito a nossa cidade, a nossa gente, tem de ser debatido com nós. Nós somos múltiplo, somos índios, brancos, migrantes, negros, aventureiros, do bem e do mal e dessa mistura, das nossas derrotas e das nossas conquistas e que vem a força de Altamira.” (Liderança comunitária)*

Cabe destacar, ainda, que Altamira é a sede regional do Movimento das Mulheres da Transamazônica, que abrange vários municípios situados ao longo da rodovia Transamazônica e do rio Xingu. Criado em 1991 com objetivo de cuidar dos direitos da sociedade, como acesso a saúde, educação, e cuidados com o ambiente. Este movimento tem sido responsável pela luta ao acesso à água como direito humano fundamental, o cuidado com o lixo e a criação de reservas ambientais na região, as campanhas de combate a violência doméstica etc. A atuação deste movimento é realizada através do corpo-a-corpo, nas igrejas, na vizinhança, nas escolas, nos Conselhos municipais.

### **7.9.3.2 Cidade de Vitória do Xingu**

#### **7.9.3.2.1 Localização e Acessos**

A cidade está situada à beira do Igarapé Tucuruí, afluente da margem esquerda do Rio Xingu (**FIGURA 7.9.3-51**), entre os igarapés Água Boa e Igarapé do Gelo (também conhecido como Gerador).



FONTE: Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-51** - Vista Geral da Cidade de Vitória do Xingu, a Partir do Rio Xingu

#### 7.9.3.2.2 Histórico da Ocupação

Vitória do Xingu foi instalado como Município em 1991, a partir da lei no. 5701. Tem sua origem no “Porto Vitória”, pertencente à Altamira, cujo território foi constituído por parte do território dos municípios de Altamira, Porto de Moz e Senador José Porfírio.

O sítio onde está implantada a sua sede municipal é antigo, tendo surgido no século XIX, quando dois padres capuchinhos aportaram na localidade onde depois foi fundada a localidade de Vitória, em 1869, e mantiveram contatos com os índios Xipaias e Araras.

Posteriormente, o povoado foi dominado Porto Vitória por onde eram transportadas as mercadorias em direção ao porto de Belém, provenientes da região do Alto e Médio Xingu, que não tinham acesso fluvial ao Rio Amazonas por conta do obstáculo, existente até hoje, representado pelas cachoeiras da Volta Grande no Médio Xingu.

#### 7.9.3.2.3 Dados demográficos

A população residente na sede municipal de Vitória do Xingu, conforme apresentado anteriormente, é de 4.251 habitantes, correspondendo a 4,5% do total de habitantes das Subáreas Urbanas da AID. O crescimento populacional no período de 2000 a 2007 foi de 1,12% ao ano. Apresenta densidade demográfica de 1380,2 hab/km<sup>2</sup>, em função da área urbana, que é de 3,08 km<sup>2</sup>.

A população migrante residente em Vitória do Xingu corresponde a menos de 10% da população total e, em 95,3% dos casos, tem por origem outros municípios do Pará, conforme demonstra a **TABELA 7.9.3-11** e o **GRÁFICO 7.9.3-6**, a seguir.

TABELA 7.9.3-11

Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e Países - Vitória do Xingu

Local de Origem	População	%
Outros municípios do Pará	365	95,3
Amapá	7	1,8
Bahia	6	1,6
Outros estados	5	1,31
Outro país	0	0,0
<b>Total</b>	<b>383</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, 2008.

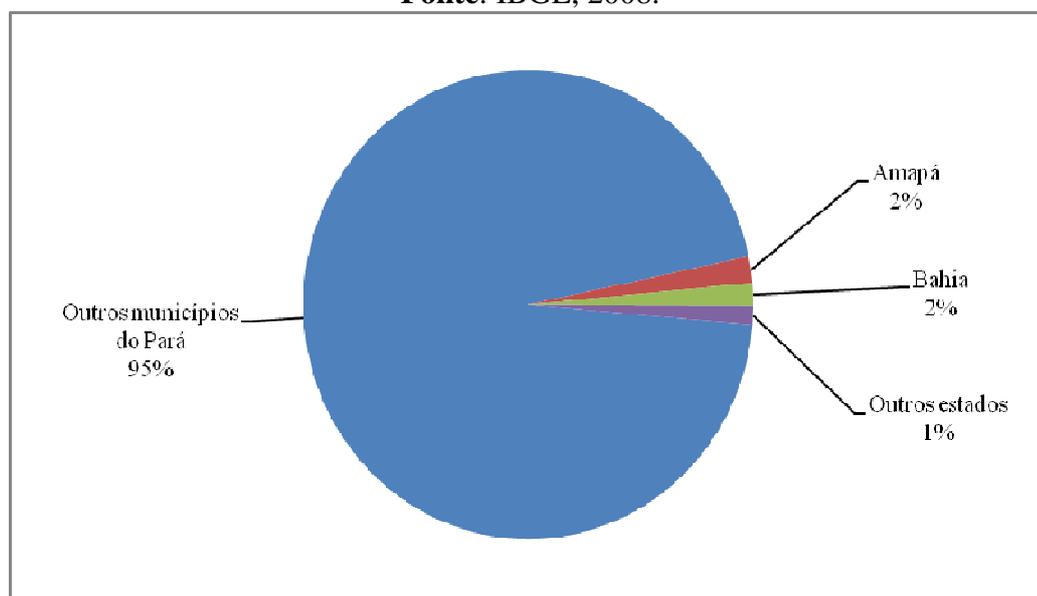


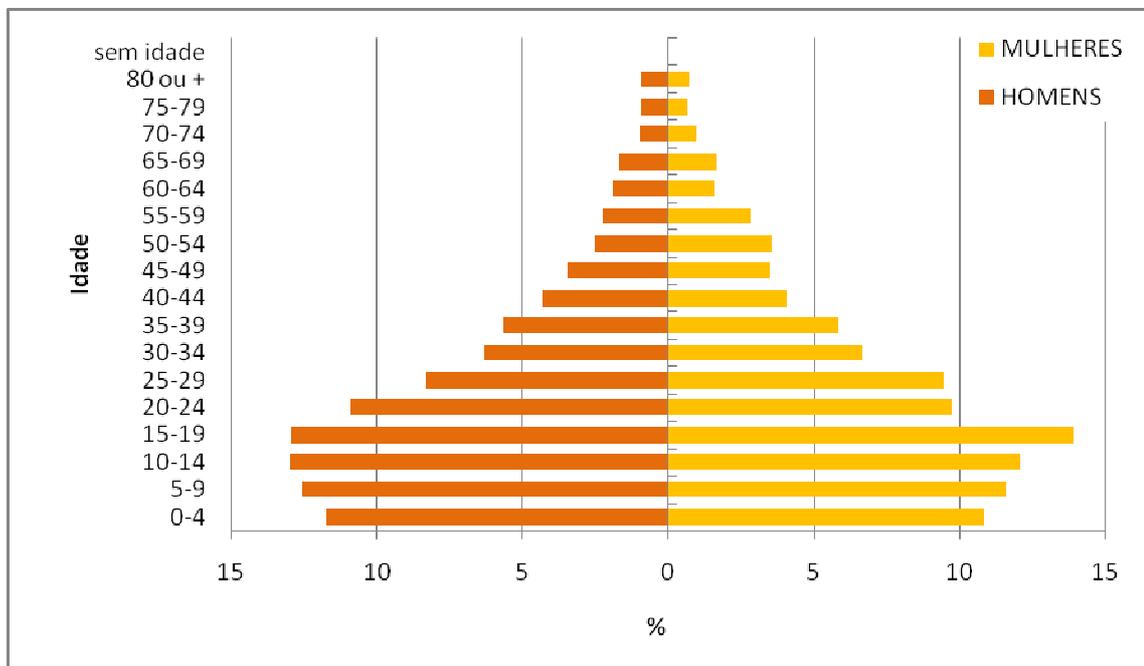
GRÁFICO 7.9.3-6 - Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e País – Vitória do Xingu

A TABELA 7.9.3-12 e o GRÁFICO 7.9.3-7, a seguir, apresentam a distribuição da população segundo estrutura etária e sexo. Os homens totalizam 52,2% e as mulheres 47,8%. Esta diferença atinge cerca de 55% nas de população mais jovem, decrescendo nas faixas etárias superiores. Há uma inversão, inclusive, em relação à sobrepopulação feminina nas faixas entre 50 e 54 e 55 e 59 anos; nas faixas seguintes, a diferença se mantém, embora em percentuais inferiores aqueles apresentados para as faixas mais jovens. Isto revela um quadro diverso daquele apresentado para o conjunto das Subáreas Urbanas, em que há uma maior homogeneidade em todas as faixas. Deve-se observar, que o perfil é de população jovem, com cerca de 68,8% situados nas faixas de até 29 anos, o que pode ser visualizado na pirâmide etária apresentada.

**TABELA 7.9.3-12**  
Estrutura Etária – Vitória do Xingu

IDADE (anos)	SEXO		TOTAL
	HOMENS	MULHERES	
0-4	259	220	479
5-9	277	235	512
10-14	287	245	532
15-19	286	282	568
20-24	241	197	438
25-29	183	192	375
30-34	139	136	275
35-39	125	119	244
40-44	95	83	178
45-49	76	71	147
50-54	55	72	127
55-59	49	58	107
60-64	42	33	75
65-69	37	34	71
70-74	21	20	41
75-79	20	14	34
80 ou +	20	15	35
sem idade	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>2212</b>	<b>2026</b>	<b>4238</b>

**FONTE:** Contagem da População, 2007.



**FONTE:** Elaborado a partir de dados do IBGE. Contagem de População, 2007.

**GRÁFICO 7.9.3-7 - Pirâmide Etária – Vitória do Xingu**

### 7.9.3.2.2 Infra-Estrutura

#### a) Sistema Viário

A principal rua na cidade de Vitória do Xingu é a Avenida Manoel Félix de Farias (**FIGURA 7.9.3-52**), na verdade o prolongamento da PA-415 até o porto. A partir dessa avenida, as demais ruas se desenvolvem, a maioria em terra e em estado precário de conservação (**FIGURA 7.9.3-53**).



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-52** - Avenida Manoel Félix de Farias



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008..

**FIGURA 7.9.3-53** - Rua de Vitória do Xingu

O atual Terminal Hidroviário de Passageiros, Dorothy Stang (**FIGURA 7.9.3-54**), é a porta de entrada e saída da população e dos produtos da AID (**FIGURA 7.9.3-55**) com destino para diversas cidades localizadas nas Hidrovias do Xingu e do Amazonas (Senador José Porfírio, Porto de Moz, Gurupá, Santarém, Belém e Macapá).

A estrutura portuária é administrada pela prefeitura municipal e está localizada às margens do Rio Tucuruí. A despeito das condições precárias que limitam a recepção de embarcações de grande calado e da ausência de investimentos, essa estrutura abriga grandes balsas que transportam gado, madeira e combustível. O Porto da Reicon, de distribuição de combustível, o Porto Délio Fernando, focado no transporte de madeira e gado, e o Porto do Gime, que transporta madeira estão instalados também no Rio Tucuruí.



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-54** – Terminal de Passageiros Dorothy Stang



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008..

**FIGURA 7.9.3-55** - Cais de Atracação e Embarcações tipo “Gaiolas”

**b) Saneamento Ambiental**

A cidade não dispõe de captação nem de sistema organizado de distribuição de água. A água potável é coletada em poços semi-artesianos, armazenada em duas caixas de cimento com 19.000 e 30.000 litros, respectivamente, e distribuída por bombeamento. Existe um *déficit* de 40% desse serviço atingindo as residências localizadas nas cotas mais elevadas por conta da deficiência do equipamento, obrigando alguns moradores a furar seus próprios poços ou buscar água nas residências vizinhas (**FIGURA 7.9.3-56** e **FIGURA 7.9.3-57**).



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-56** – Bomba D'água sem Caixa



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-57** – Caixa D'água Principal

**b.1) Abastecimento de Água**

Outra questão grave para o município é que não há arrecadação fiscal destinada ao abastecimento e tratamento de água. Todos os recursos utilizados são oriundos do Governo Federal e, portanto, caso o equipamento ou mobiliário público esteja danificado, seu reparo atrasa por conta da demora no repasse, resultando em racionamento e falta d'água na cidade de Vitória do Xingu.

**b.2) Esgotamento Sanitário**

Não existe rede de coleta ou tratamento de efluentes. Cada residência adota uma solução, em geral ligação direta com valas e canaletas nas ruas, todas não pavimentadas, com exceção da Avenida Manoel Félix de Faria (**FIGURA 7.9.3-58** e **FIGURA 7.9.3-59**). Os dejetos desembocam nos córregos mais próximos, no caso o rio Tucuruí, o Igarapé do Facão e o Igarapé do Gelo, principais corpos receptores.

Devido ao pequeno porte da cidade e à disponibilidade de áreas uma solução possível que mitigaria a atual situação seria a implantação de fossas sépticas individuais em algumas bacias isoladas.



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-58** – Solução Local para Esgoto Sanitário



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-59** - Esgoto Correndo em Canaletas na Sarjeta

### c) Manejo e Disposição de Resíduos Sólidos

A coleta do lixo é realizada esporadicamente pela prefeitura por meio de um caminhão (**FIGURA 7.9.3-60**) caçamba aberto, que deposita o lixo recolhido - inclusive o proveniente do posto de saúde e o do frigorífico (**FIGURA 7.9.3-61**) instalado nas proximidades da cidade - em um valão, sem qualquer tipo de cuidado ou tratamento. O lixo acumulado nas residências nos períodos em que não há coleta é deixado na estrada de acesso ao lixão ou em frente às casas, muitas vezes se espalhando pelas ruas.

No período dezembro/2008 a fevereiro/2009 foram desenvolvidos estudos específicos sobre a gestão dos resíduos sólidos em Vitória do Xingu, diagnosticando, entre outras questões, os processos de coleta, a população atendida, os volumes diários coletados e as áreas de disposição. Os referidos estudos são apresentados no **Anexo 7.9.3-1**.



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-60** – Caminhão de Lixo em Vitória do Xingu



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-61** – Resíduo Sólido Proveniente de Frigorífico

#### **d) Drenagem Urbana**

A área urbana não dispõe de sistemas de drenagem de águas pluviais e como já descrito, a cidade está situada à beira do Igarapé Tucuruí, entre os igarapés Água Boa e Gerador, também chamado de Igarapé do Gelo. O principal problema de drenagem está associado aos sistemas de deságüe, que sofrem influência dos níveis de cheias do Rio Xingu e dos Igarapés.

As maiores cheias, segundo levantamento realizado com moradores afeta a maior parte da área urbana, e, uma solução seria a implantação de diques e canais de cintura para evitar as inundações mais freqüentes, para recorrências de 25 anos, como é comum em áreas urbanas. Para tal, é necessário o projeto e a construção de toda uma rede de drenagem na cidade, com a construção de canais ou galerias de drenagem na área ribeirinha, e sistemas de canaletas e bueiros nos arruamentos que tenham a capacidade de escoar as águas, mesmo em eventos extremos que aumentam o nível d'água (águas altas) no Rio Xingu.

#### **f) Energia Elétrica**

A energia de Vitória do Xingu é gerada em Tucuruí e depois de ser transmitida até a Subestação de Altamira é repassada até a referida cidade. O fornecimento de energia é realizado pela CELPA e atende todas as residências dentro do perímetro urbano. Nas áreas onde ocorre expansão urbana a CELPA amplia sua rede, porém, como não há um plano diretor municipal, esse incremento desordenado de moradias não permite uma expansão mais organizada do serviço de energia.

#### **g) Equipamentos Urbanos e Serviços Públicos**

Os estabelecimentos de ensino na área urbana estão situados na área central da cidade e atendem às modalidades de creche, pré-escola e ensino fundamental.

Dos 4 equipamentos de saúde existentes no Município, apenas um Posto de Saúde (**FIGURA 7.9.3-62**) está localizado na sede municipal. A cidade não dispõe de hospital, nem de

acomodações para internamento de pacientes, que são encaminhados para Altamira, até mesmo os casos de parto normal.

No entanto, conforme apresentado no item 7.9.2.3-Volume 21, Vitória do Xingu é o único município da AID que se empenha em atingir a meta de cobrir 100% da população com atendimento das equipes do PSF. Atualmente, possui 2 equipes do PSF completas, uma delas promovendo o atendimento da sede do município.



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-62** – Posto de Saúde em Vitória do Xingu

A praça central (**FIGURA 7.9.3-63**) é o principal ponto de encontro da cidade, onde está situada a Igreja da padroeira de Vitória do Xingu, que é Nossa Senhora Auxílio dos Cristãos (**FIGURA 7.9.3-64**) e o salão de festas da paróquia.



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-63** - Praça Central de Vitória do Xingu



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-64** – Igreja de Nossa Senhora Auxílio dos Cris

Na cidade existe uma emissora de rádio e TV e um cartório. O Cemitério situa-se na área central da cidade onde está a maior parte das igrejas, uma agência dos Correios, um estádio e

um ginásio poliesportivo (FIGURA 7.9.3-65) esse último, juntamente com a Praça Central o principal equipamento para o lazer da população:

“(…) aqui o lazer é fraco, tem de ir a Altamira e isso é custoso, mas tem o rio, as praias, a pesca, o passeio pelos matos. Tem a quadra, o ginásio onde tem sempre um campeonato e o povo vai mesmo torcer”. (morador, Vitória do Xingu).



FONTE: Adaptado de planta fornecida pela Prefeitura de Vitória do Xingu.

FIGURA 7.9.3-65 – Cidade de Vitória do Xingu

## h) Uso e Ocupação do Solo Urbano

Vitória do Xingu situa-se sobre os terraços e planícies sedimentares recentes referentes às flutuações de nível do Rio Xingu e seu afluente que banha a cidade, o Rio Tucuruí. Sob estes sedimentos mais novos estão os folhelhos, argilitos e arenitos. Esta litologia cria colinas de baixa elevação (30 m) e topos alongados, na maior parte de geometria convexa e reentrâncias côncavas nas drenagens. Em direção sul e sudeste, próximo ao Povoado Belo Monte, as cristas das estruturas sedimentares ficam mais evidentes devido ao entalhe mais aprofundado dos rios em relação ao topo das colinas, que ganham maior amplitude (50 m).

Do ponto de vista da estabilidade das encostas o problema reside no voçorocamento iniciado pelos cortes de estradas e construções e pelo aprofundamento de ravinas em áreas de manejo inadequado dos solos. Os fluxos hidrológicos encontram camadas de difícil infiltração, como folhelhos e argilitos e outras de fácil percolação como arenitos. Se um corte de estrada ou aprofundamento de ravinas expõe as feições do relevo sem proteção, a pressão dos fluxos da água pode remover o solo e provocar o voçorocamento.

A cidade de Vitória do Xingu tem um padrão de urbanização similar ao de Senador José Porfírio: três lados de sua área são limitados por rios e igarapés – Rio Tucuruí, Igarapé do Gelo e Igarapé do Facão (**FIGURA 7.9.3-66**).

A expansão da cidade pode ocorrer no sentido Leste, atravessando o Igarapé do Gelo e na direção Sul, ao longo da rodovia Ernesto Accioly.



**FIGURA 7.9.3-66** - Situação da cidade de Vitória do Xingu com relação à expansão Urbana

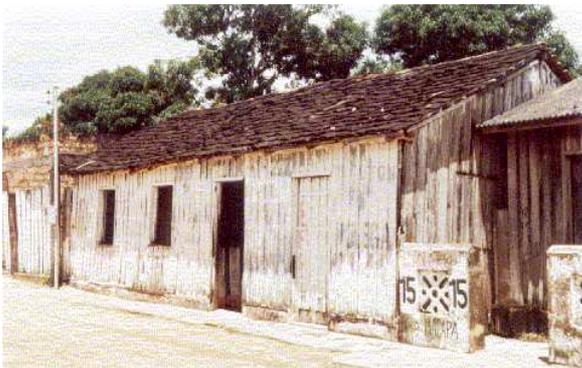
Conforme dito anteriormente, a via principal da cidade é o prolongamento da Rodovia Ernesto Accioly e desemboca no Porto Dorothy Stang, às margens do Rio Tucuruí. O sistema viário é pouco permeável, pois as ruas transversais ao eixo principal terminam nos igarapés. Os usos existentes são o residencial, o comercial e os ligados aos serviços básicos – educacionais, de saúde e religiosos – e portuários.

Sua ocupação desenvolveu-se ao longo da Av. Manoel Félix de Farias num primeiro momento e a partir dela em poucas ruas transversais, estas não pavimentadas. Sua fisionomia é marcada pela Praça Central que concentra os principais equipamentos urbanos e o comércio, como já foi visto no item anterior.

Apesar de integrar Área de interesse turístico e de influência de empreendimentos com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional, Vitória do Xingu não possui Plano Diretor.

### **i) Padrão Construtivo**

Os materiais da região, como a madeira e o barro, estão presentes em boa parte das edificações (**FIGURA 7.9.3-67** a **FIGURA 7.9.3-69**) e as ocupações por palafitas nas planícies inundáveis são frequentes no Igarapé do Gelo, mas há também uma pequena ocorrência próxima à área portuária do lado oposto da cidade.



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, 2002.

**FIGURA 7.9.3-67** – Casa de Madeira



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, 2002.

**FIGURA 7.9.3-68** - Casa de Taipa



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-69** – Palafitas no Igarapé do Gelo

**j) Estrutura Administrativa da Prefeitura**

A Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu conta com a seguinte estrutura: Gabinete do Prefeito e cinco secretarias municipais: Administração, Educação, Obras Viação e Infra-estrutura, Trabalho e Promoção social, Agricultura e Abastecimento, Finanças, Meio Ambiente, Saúde, Esportes – cultura – lazer e turismo.

Funcionam, também, os seguintes conselhos:

Conselho Tutelar – 5 conselheiros

Conselho da Assistência Social – 8 conselheiros, 4 titulares e 4 suplentes

Conselho de Segurança Alimentar - 8 conselheiros, 4 titulares e 4 suplentes

Conselho do FUNDEB – 18 conselheiros, 9 titulares e 9 suplentes

Conselho de alimentação escolar – 14 conselheiros, 7 titulares e 7 suplentes

Conselho de Comissão de Emprego - 6 conselheiros, 3 titulares e 3 suplentes

Conselho Gestor do Bolsa Família - 8 conselheiros, 4 titulares e 4 suplentes

Conselho Gestor do BPC na Escola - 6 conselheiros, 3 titulares e 3 suplentes

Coordenadoria da Defesa Civil - 8 conselheiros, 4 titulares e 4 suplentes

Estão presentes na cidade, ainda, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER.

Informações obtidas junto a Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu em novembro de 2008, revelam que o orçamento anual para o exercício de 2008, estima a receita em R\$ 10.600.000,00 (dez milhões e seiscentos mil reais) e fixa a despesa em igual valor.

A maior fonte de receita é a transferência corrente. Das transferências federais, destacam-se o FPM – Fundo de Participação Municipal, cujo repasse é vinculado a população total de cada município, e o FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Dos repasses do governo estadual, a principal receita é oriunda da cota parte do ICMS.

As transferências, em 2005, representavam mais de 90% das receitas, tendo representado 99,9% para Vitória do Xingu, sendo a participação dos repasses do ICMS na composição das receitas, pequena, o que revela a pequena presença de atividades industriais e comerciais, geradoras desse tipo de tributo.

As receitas próprias também são reduzidas em Vitória do Xingu. Destaca-se a ausência do IPTU, situação, certamente, vinculada a falta de regularidade fundiária das terras onde o município foi constituído.

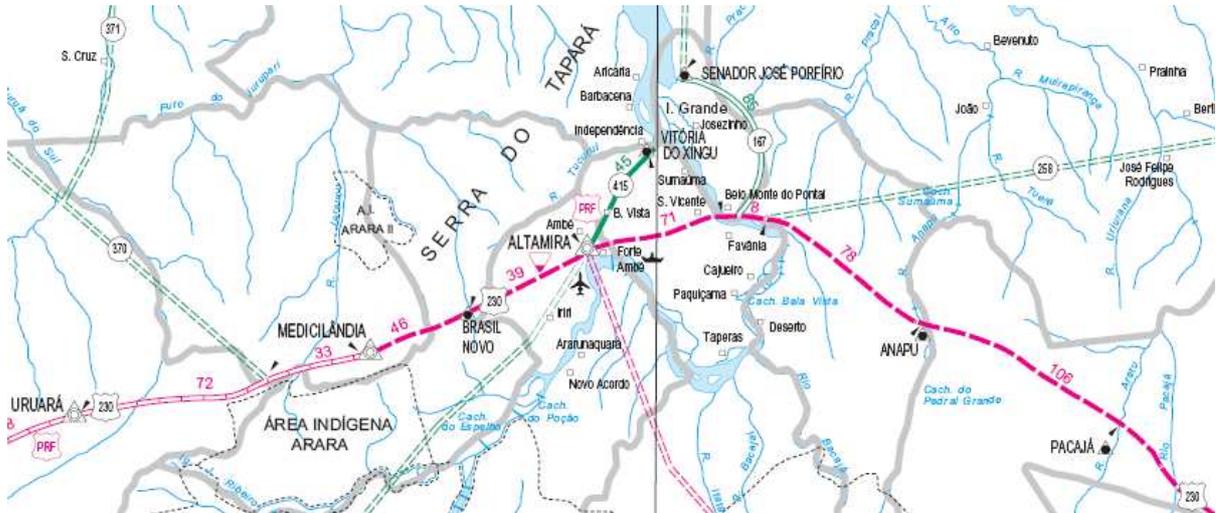
Dados do Produto Interno Bruto – PIB de Vitória do Xingu pesquisados no IBGE revelam que a exemplo do restante das sedes municipais que fazem parte da AID, a atividade econômica de Vitória do Xingu é caracterizada pela ampliação recente do setor terciário na composição do PIB.

### **7.9.3.3 Cidade de Anapu**

#### **7.9.3.3.1 Localização e Acessibilidade**

A cidade de Anapu localiza-se às margens da rodovia BR 230 - Transamazônica, a 03°28'20" de latitude sul e 51°11'52" de longitude oeste, a 96 m de altitude em relação ao nível do mar, distando 158 km de Altamira e 342 km de Marabá. O acesso à cidade se dá pela rodovia (**FIGURA 7.9.3-70**), não havendo acesso ferroviário ou aeroviário.

O município tem uma malha de estradas vicinais da ordem de 3.000 km.



**FONTE:** DNIT – Mapa rodoviário do Pará – disponível no site [dnit.gov.br/mapas](http://dnit.gov.br/mapas) rodoviários, acessado em 19/08/08, às 10h45’

**FIGURA 7.9.3-70** - Acesso Rodoviário a Anapu

### 7.9.3.3.2 Histórico de Ocupação

Anapu teve suas origens em uma ocupação situada às margens da Rodovia Transamazônica, da década de 1970. A primeira rua do povoamento, situada à margem da Transamazônica e perpendicular a ela, denomina-se “Rua Nossa Senhora de Aparecida” (**FIGURA 7.9.3-71**), na qual ainda é possível identificar a presumível primeira edificação da cidade: o “Restaurante do Juvenal”, construído na época da construção da rodovia. O nucleamento original ocorreu às margens da rodovia, próximo à rua nossa Senhora Aparecida.



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro de 2008.

**FIGURA 7.9.3-71** - Parte do Nucleamento Original

A instalação de diversas madeireiras ao longo da Transamazônica levou ao crescimento do povoamento, de forma espontânea e não ordenada. Inicialmente houve a ocupação das margens da estrada e em volta das serrarias, para aos poucos ir se espalhando para as partes internas do território, ocupando as encostas e vales existentes dos dois lados da rodovia (FIGURA 7.9.3-72 e FIGURA 7.9.3-73).



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro de 2008.

**FIGURA 7.9.3-72** - Ocupação ao Longo da Rodovia



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro de 2008.

**FIGURA 7.9.3-73** - Vista Geral de Anapu

O município de Anapu foi criado pela Lei Municipal nº. 5.929, de 28 de dezembro de 1995, com território formado por áreas desmembradas dos municípios de Senador José Porfírio e Pacajá e sede na localidade de Anapu, que passou à categoria de cidade, com a mesma denominação.

A instalação oficial do município, no entanto, só ocorreu em 1º de janeiro de 1997, com a posse do primeiro prefeito eleito no pleito municipal de 03 de outubro de 1996.

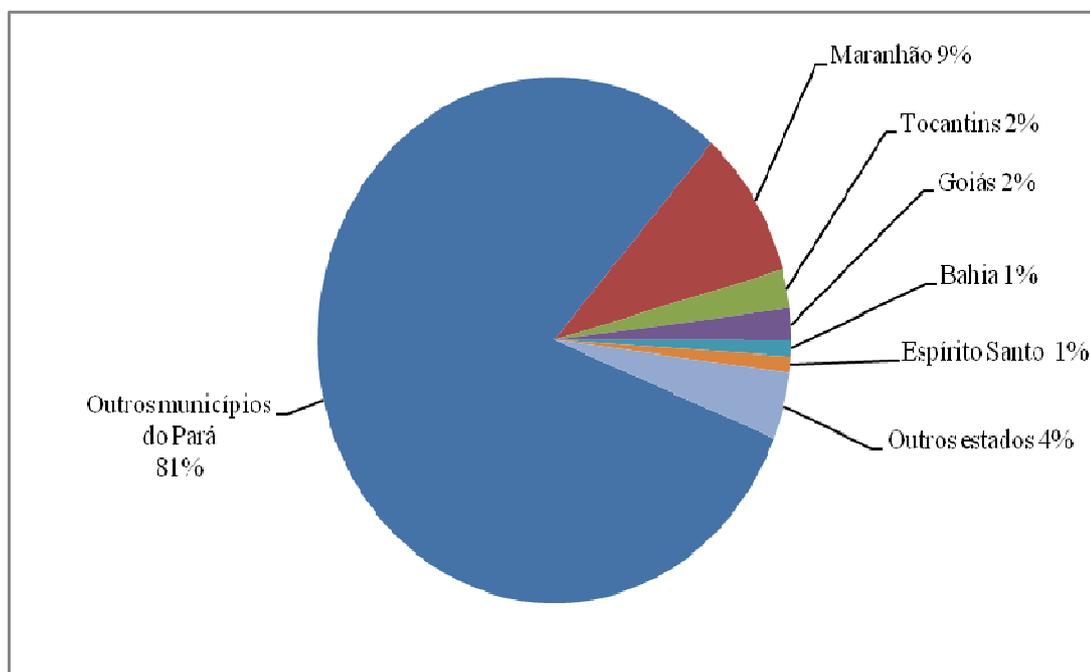
A população da sede municipal é de 7.548 habitantes, conforme apresentado no item 7.9.3, representando 42,5% da população total do Município e cerca de 8,0% da população total das Subáreas Urbanas da AID. Das sedes municipais que fazem parte da AID é a que apresentou maior crescimento populacional no período entre 2000 e 2007, da ordem de 144,0%, que representa uma taxa de 13,64% a.a.

A população não nascida na cidade de Anapu representa 31,1% da população total, sendo oriunda, em 80,0% dos casos, de outros municípios do Pará. Observe-se mais uma vez a relevância, dentre os migrantes, daqueles provenientes do Estado do Maranhão (TABELA 7.9.3-13 E GRÁFICO 7.9.3-8).

**TABELA 7.9.3-13**

Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e Países – Anapu

Local de Origem	População	%
Outros municípios do Pará	1889	80,4
Maranhão	215	9,2
Tocantins	56	2,4
Goiás	46	2,0
Bahia	23	1,0
Espírito Santo	23	1,0
Outros estados	97	4,1
Outro país	0	0,0
<b>Total</b>	<b>2349</b>	<b>100,0</b>



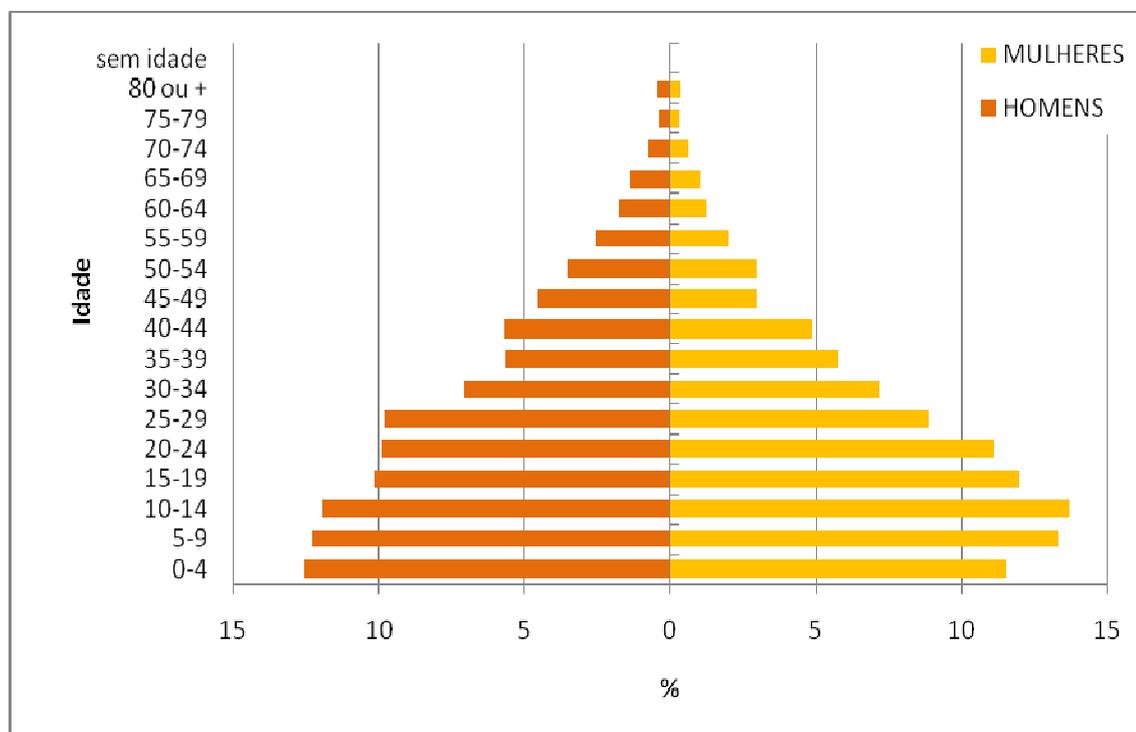
**GRÁFICO 7.9.3-8** - Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e Países - Anapu

A **TABELA 7.9.3-14** e **GRÁFICO 7.9.3-9** apresentam a distribuição da população segundo o sexo e idade. Observa-se que os homens totalizam 50,8% do total, podendo-se considerar uma distribuição relativamente homogênea em relação ao total de homens e mulheres. No entanto, nas faixas que vão de 5 a 9 anos, de 10 a 14 anos e de 15 a 19 anos, a população feminina é maior. Nas faixas superiores de 25 a 29 anos e mais, a proporção de homens e mulheres se inverte, mantendo-se a sobrepopulação masculina. Pela representação da pirâmide etária pode-se perceber, também, o perfil de população jovem.

**TABELA 7.9.3-14**  
Estrutura Etária - Anapu

IDADE (anos)	SEXO		TOTAL
	HOMENS	MULHERES	
0-4	457	408	865
5-9	448	470	918
10-14	435	484	919
15-19	371	424	795
20-24	360	393	753
25-29	357	314	671
30-34	258	253	511
35-39	205	204	409
40-44	208	173	381
45-49	166	105	271
50-54	128	106	234
55-59	92	71	163
60-64	63	44	107
65-69	49	36	85
70-74	27	22	49
75-79	13	11	24
80 ou +	16	13	29
sem idade	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>3653</b>	<b>3531</b>	<b>7184</b>

**FONTE:** IBGE. Contagem de População, 2007.



**FONTE:** Elaborado a partir dos dados do Censo Demográfico, 2000 e Contagem de População. IBGE. 2007

**GRÁFICO 7.9.3-9 - Pirâmide Etária – Anapu**

### 7.9.3.3.3 Infra-Estrutura

#### a) Sistema Viário

O sistema viário de Anapu é formado por ruas de razoável largura, traçadas na sua maioria em uma trama ortogonal, sem qualquer tipo de hierarquização das vias. Apenas a Avenida Getúlio Vargas, na sua lateral direita à Transamazônica, no sentido Altamira – Marabá apresenta duas pistas, com pavimentação asfáltica e ilha central. A lateral esquerda, entretanto, ainda não está definitivamente implantada, tendo uma pista única, sem pavimentação.

A quase totalidade das ruas também não é pavimentada (**FIGURA 7.9.3-74**). Somente alguns pequenos trechos são calçados com broquete. Ao todo, existem 5 km de pavimentação asfáltica e 1 km de broquete. As partes asfaltadas já apresentam problemas de manutenção da pavimentação (**FIGURA 7.9.3-75**).



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.  
**FIGURA 7.9.3-74** - Vias sem Pavimentação nem Calçadas



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.  
**FIGURA 7.9.3-75** - Sistema Viário, com Parte da Via Alfartada

Não há calçadas para pedestres nem ciclovias na cidade. Como não existe a definição da cota de soleira para as edificações, não é rara a existência de casas em um nível abaixo da rua (**FIGURA 7.9.3-76**), mesmo antes de ela ter o *grade* definido, o que acentua a situação desfavorável da implantação das edificações em relação à calçada e rua.



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-76** – Vista das Habitações em Nível Inferior ao da Rua

Há serviço de taxi e moto-taxi, tendo sido concedidas pela Administração Municipal 15 licenças para táxi. Há sete em funcionamento e quarenta licenças para moto-taxi. O transporte escolar é feito com 1 microônibus, 2 kombis e um caminhão adaptado

#### **b) Abastecimento de Água**

O abastecimento de água da cidade é bastante precário. Há dois micro-sistemas comunitários de abastecimento de água, por meio de captação em poços profundos e armazenamento em reservatórios construídos ao nível do chão (**FIGURA 7.9.3-77**), de onde é feita a distribuição, sem qualquer tratamento, por meio de rede com diâmetro de 50 a 75 mm.

Nos outros bairros, a água é captada em outros 2 poços e armazenada em reservatórios elevados (**FIGURA 7.9.3-78**), de onde é distribuída para a população, também sem qualquer tipo de tratamento. Os bairros de São Luís, Imperatriz e Novo Panorama não contam com esse sistema de distribuição de água e os moradores desses bairros utilizam poços cavados no próprio terreno. Aliás, o uso do poço, ou cisterna, é comum em toda a cidade, mesmo nas áreas com algum tipo de abastecimento.



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-77** - Reservatório de Água ao Nível do Chão



**FONTE:** Leme Engenharia.

Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-78** - Reservatório de Água Elevado

### c) Esgotamento Sanitário

Não há sistema de esgotamento sanitário na cidade. Boa parte das residências sequer tem instalações sanitárias adequadas. As residências que dispõem dessas instalações fazem o esgotamento sanitário por meio de fossas sépticas ou, muitas das vezes, fossas negras. Não é rara a construção de habitações sobre palafitas (**FIGURA 7.9.3-79**), em cima de igarapés e o lançamento do esgoto diretamente no curso de água.



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-79** – Construção em Palafitas sobre Igarapé

Outro problema verificado em relação às fossas é que, com frequência, elas são instaladas próximas aos poços de abastecimento de água, facilitando a sua contaminação.

#### **d) Resíduos Sólidos**

A Administração Municipal faz a coleta diária de lixo, com um caminhão aberto, levando o material coletado para um espaço a céu aberto “lixão”, situado a cerca de 7 km da cidade.

Apesar dessa coleta, a população, com frequência, lança o lixo nas ruas, nos terrenos vazios próximos às residências ou nas valas e igarapés existentes, causando alta incidência de doenças de veiculação hídrica. Entretanto, é preciso registrar não haver registros de casos de dengue na cidade.

#### **e) Drenagem Pluvial**

Não há rede de drenagem pluvial na cidade. Em alguns pequenos trechos são cavadas valas de pouca profundidade para o escoamento das enxurradas. Essas valas, com muita frequência, são usadas para o lançamento de lixo e acabam favorecendo o empoçamento das águas, gerando problemas de saúde para a população.

Não há serviço de capina de terrenos baldios, varrição de rua ou cercamento de lotes vazios na cidade.

#### **f) Energia Elétrica e Iluminação Pública**

A energia elétrica é fornecida pelas Centrais Elétricas do Pará (CELPA), com geração em Tucuruí. São frequentes os cortes ou oscilações no fornecimento.

A iluminação pública existe nas áreas nas quais a CELPA implantou a rede, ficando a manutenção por conta da Administração Municipal. Há diversos bairros ainda sem iluminação pública e, pelo menos, um, o Novo Panorama, sem energia elétrica.

#### **g) Comunicações**

O serviço de telefonia fixa é precário, embora existam telefones públicos na cidade. Não há rede de telefones residenciais nem telefonia móvel na cidade.

Existe uma agência dos Correios, na Av. Getúlio Vargas, que funciona como Banco Postal. Não é possível o uso do sedex ou qualquer outro serviço especial dos correios na cidade.

#### **h) Equipamentos Urbanos e Serviços Públicos**

##### **h.1) Educação**

A cidade conta com escolas de ensino fundamental e médio, distribuídas nos diversos bairros (**FIGURA 7.9.3-80**). O ensino fundamental é ministrado pelo Município, enquanto o ensino médio é feito pela única escola estadual existente na cidade. Segundo informações colhidas na Administração Municipal, não há déficit de vagas nas escolas.

Em 2007, houve 4.522 matrículas no ensino fundamental e 530, no ensino médio<sup>11</sup> checar este dado.



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.  
**FIGURA 7.9.3- 80** - Escola Municipal

## J) Saúde

Durante algum tempo funcionou em Anapu um hospital particular, hoje desativado. Atualmente, há apenas uma unidade mista, posto de saúde/hospital municipal em funcionamento na cidade (**FIGURA 7.9.3-81**).



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.  
**FIGURA 7.9.3-81** – Hospital Municipal

<sup>11</sup> Fonte: Disponível em: <[www.ibge.gov.br/cidadesat](http://www.ibge.gov.br/cidadesat)>. Acessado em 22/08/08, às 9h30'.

### l) Cultura, Esporte e Lazer

Não existe qualquer equipamento cultural na cidade. Há apenas uma quadra esportiva de múltipla utilização, junto à escola do bairro Novo Progresso e alguns espaços onde a população joga futebol, distribuídos na cidade.

### m) Segurança Pública

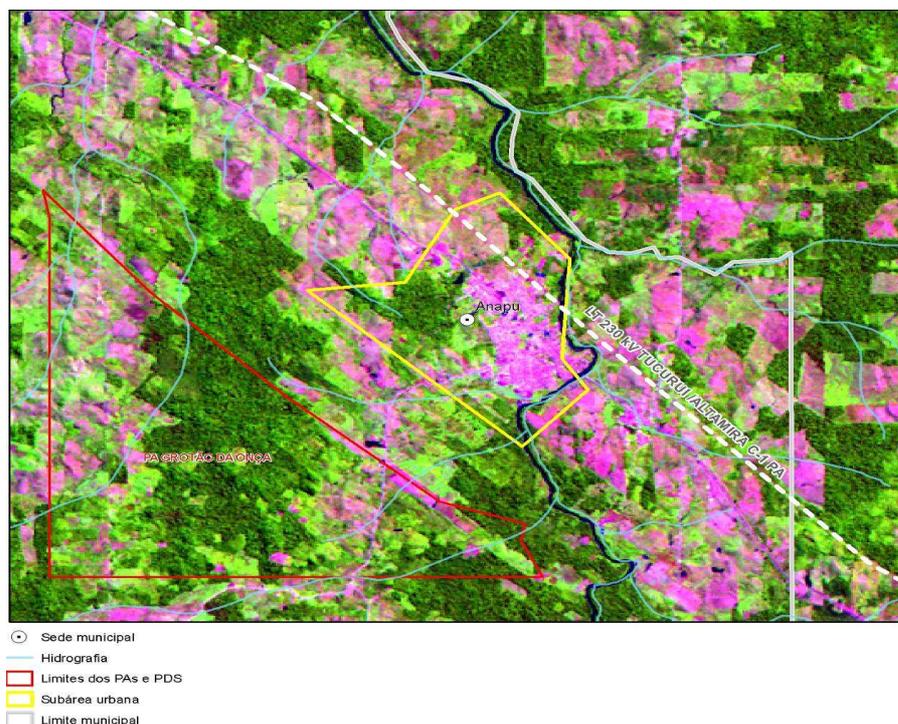
Anapu está sob a jurisdição da Comarca de Pacajá. Os promotores públicos para atender a Anapu são deslocados de Marabá.

### n) Uso e Ocupação do Solo Urbano

Não existe Plano Diretor nem qualquer instrumento de regulação do uso do solo. Em outros termos, não existe qualquer legislação de zoneamento ou de regulamentação do uso e ocupação do solo em Anapu. Não há aprovação de projetos de parcelamento do solo ou de edificação por inexistência de legislação específica, assim como não existe licenciamento para o funcionamento das atividades econômicas. O município não conta com qualquer tipo de fiscalização.

A expansão da cidade é dificultada no sentido Norte pelo “Linhão” do Tramo Oeste e pelo Rio Anapu. À Sudoeste existe um assentamento (PA Grotão da Onça) e, dessa forma, as possibilidades de expansão ficam limitadas à faixa ao longo da Transamazônica na direção Sudoeste e Noroeste (**FIGURA 7.9.3-82**).

Anapu é uma cidade eminentemente residencial, ocupada com baixa densidade, e funciona como ponto de apoio para uma grande área rural.



**FIGURA 7.9.3-82** - Situação da Cidade de Anapu com relação à expansão Urbana

Observa-se na cidade que há concentração de estabelecimentos comerciais ao longo da Avenida Getúlio Vargas, paralela à rodovia e na Rua Nossa Senhora Aparecida. As demais ruas são residenciais, havendo, por vezes, um ou outro bar ou pequena mercearia funcionando na frente da habitação.

Na margem esquerda da rodovia, no sentido Altamira-Marabá, localiza-se o Centro Velho, parte mais antiga da cidade. Posteriormente, ainda no lado esquerdo, estruturaram-se os bairros Imperatriz e São Luís. A existência da Linha de Transmissão da energia elétrica oriunda de Tucuruí e do rio Anapu tem limitado o crescimento da cidade desse lado da rodovia.

No lado oposto, surgiram os bairros Novo Progresso, Panorama e Novo Panorama. Apesar da maior ondulação do terreno, é nesse lado que a cidade tem crescido.

As edificações com usos institucionais – Prefeitura Municipal, Secretarias, Câmara Municipal, Escola Estadual, Hospital Municipal - situam-se próximas umas das outras, na margem direita da rodovia, no sentido Altamira – Marabá, ao longo da Av. Getúlio Vargas, paralela à Transamazônica (**FIGURA 7.9.3-83**).



**FONTE:** Adaptado de planta fornecida pela Prefeitura de Anapu.

**FIGURA 7.9.3-83** – Planta Geral da Cidade de Anapu

Não existem praças na cidade. Os únicos espaços de lazer existentes são um espaço no canteiro central da rodovia, próximo à Prefeitura Municipal e à Escola Estadual (**FIGURA 7.9.3-84** e **FIGURA 7.9.3-85**), com alguns equipamentos normalmente existentes em praças públicas e uma quadra esportiva, junto a uma escola no bairro Novo Progresso (**FIGURA 7.9.3-86**). Junto a essa quadra, encontra-se um reservatório para distribuição de água à população do bairro.

Vale a pena destacar que o espaço no canteiro central da rodovia é absolutamente inadequado para a instalação de qualquer equipamento de lazer para a população.

Também não existem parques urbanos ou qualquer tipo de Unidade de Conservação no município.



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-84** - Praça no Canteiro Central da Rodovia



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-85** -Praça no Canteiro Central da Rodovia



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-86** – Quadra Esportiva junto a Escola Municipal e Reservatório de Água

Não existem indústrias ou serviços industriais na cidade, a não ser panificadoras, oficinas mecânicas e um laticínio. As madeireiras estão desativadas por apresentarem algum tipo de irregularidade quanto ao licenciamento ou normas de funcionamento. Há um matadouro particular.

Do ponto de vista dos tipos de ocupação, verifica-se que os lotes giram em torno de 10 a 12 metros de frente por 30 de fundo, com formas regulares. Geralmente as construções ocupam a testada do lote, de modo a delimitar e alimentar de forma mais direta o espaço público da rua. Existem afastamentos laterais, bastante estreitos, dando a sensação de uma frente de fachadas relativamente compacta e contínua.

A malha urbana é contínua, dos dois lados da rodovia, mas ainda existem muitos lotes vazios na cidade. Apenas no bairro Novo Panorama, mais recentemente implantado pela Prefeitura Municipal, com lotes de 10m x 20m ou 10m x 30m, há cerca de 360 lotes desocupados.

Em alguns cruzamentos de ruas existem amplos espaços nos quais poderiam ser criados praças ou espaços de convivência para o lazer da população.

Os lotes são distribuídos pela Prefeitura à população, sem qualquer tipo de pagamento. Cabe destacar que o terreno no qual está implantada a cidade ainda pertence ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), não tendo ainda a “légua patrimonial” sido transferida para o município, apesar das negociações nesse sentido.

Alguns posseiros de lotes rurais, fornecidos pelo INCRA, parcelaram os seus lotes e venderam as frações, como lotes urbanos, para os moradores da cidade, ainda sem a devida regularização fundiária.

#### **o) Padrão Construtivo**

As edificações de Anapu são, na sua grande maioria, extremamente simples, algumas, precárias, feitas com madeira ou taipa. Em geral, são térreas, com cobertura em duas águas feita de telhas cerâmicas, de madeira ou de palha (**FIGURA 7.9.3-87**). Apenas na Av. Getúlio Vargas, nas laterais da rodovia, são encontradas algumas construções assobradadas, em alvenaria, com comércio na parte térrea e habitação ou escritórios no piso superior.



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-87** – Casa de Taipa e Construção em Alvenaria

A Rua Nossa Senhora Aparecida, no bairro Novo Progresso, na qual se encontram alguns estabelecimentos comerciais, também apresenta construções em alvenaria, com cobertura em telha de cerâmica, na sua maioria, térreas, mas podendo ser encontrados uns poucos sobrados.

**p) Estrutura Administrativa da Prefeitura**

O município dispõe de Lei Orgânica e cumpre as exigências legais de elaboração do Plano Plurianual e das Leis de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual. Entretanto, esses dois instrumentos não são efetivamente implementados, ficando apenas como documentos exigidos por lei, mas sem aplicação prática.

Não há qualquer outro instrumento jurídico de planejamento e gestão aprovado e em vigor em Anapu. Foi elaborada uma proposta de Código Ambiental, mas o seu encaminhamento à apreciação pela Câmara de Vereadores ainda não se deu.

A Prefeitura conta com cinco Secretarias: Administração e Finanças, Agricultura e Abastecimento, Educação, Promoção Social e Saúde, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo. As próprias instalações da Prefeitura Municipal são bem simples (**FIGURA 7.9.3-88**), sem possibilidade de uma estruturação adequada dos serviços. Possui os seguintes conselhos:

Conselho do FUNDEB – 14 conselheiros. Sete Titulares e sete Suplentes

Conselho de alimentação escolar – 14 conselheiros. Sete Titulares e sete Suplentes

Conselho de Escolares – 14 conselheiros. Sete Titulares e sete Suplentes

Conselho Municipal de Saúde - 12 conselheiros. Seis Titulares e seis Suplentes

Conselho do Direito da Criança e Adolescente – Oito conselheiros. quatro Titulares e quatro Suplentes

Conselho Municipal de Assistência Social – Oito conselheiros. Quatro Titulares e quatro Suplentes

Conselho Tutelar – Cinco conselheiros

Comissão de Emprego - Seis conselheiros. Três Titulares e Três Suplentes



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.  
**FIGURA 7.9.3-88** - Sede da Prefeitura Municipal

Conforme apontando anteriormente, o município não conta com Plano Diretor, bases cartográficas, cadastro imobiliário ou planta de valores, leis de zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano, código de obras ou código de posturas, como não há um serviço de informações municipais estruturado. As Secretarias Municipais de Saúde e Educação são as únicas que têm as informações organizadas em função das exigências dos programas federais para esses dois setores, que cobram o envio regular de informações do setor como um dos requisitos para o repasse dos recursos ao município.

A receita municipal é oriunda fundamentalmente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Em 2006, o FPM de Anapu foi de R\$ 2.722.898,92 (dois milhões, setecentos e vinte e dois mil e oitocentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos); o Imposto Territorial Rural (ITR) no mesmo ano alcançou o valor de R\$ 12.220,68 (doze mil e duzentos e vinte reais e sessenta e oito centavos), de acordo com o IBGE.

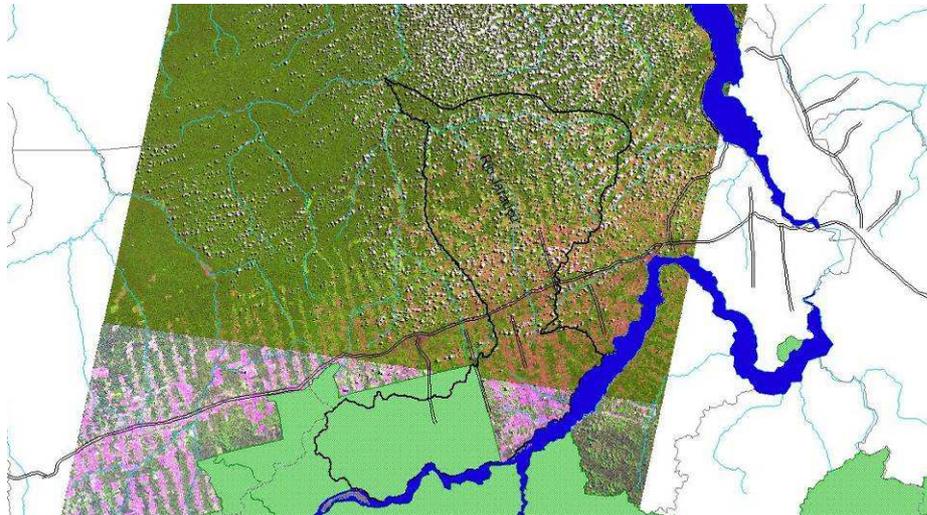
Não há serviço de fiscalização de uso e ocupação do solo, aprovação e fiscalização de projetos de parcelamento ou de edificações e obras, nem de licenciamento para o funcionamento de atividades econômicas, não se faz a cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) nem de taxa de limpeza urbana. Também não existe serviço de dívida ativa implantado no município.

#### **7.9.3.4 Cidade de Brasil Novo**

##### **7.9.3.4.1 Localização e Acessibilidade**

O município está situado no sudoeste do Estado, às margens da Rodovia BR-230 – Transamazônica que o corta no sentido Leste-Oeste em uma extensão de aproximadamente 30 km, entre os km 40 e 70, no trecho Altamira – Itaituba. A sede municipal está localizada no km 46, abrangendo ambas as margens dessa rodovia.

Dista da capital 842 km, sendo que de cinco em cinco km no sentido norte sul partem os “travessões” ou estradas vicinais para os assentamentos rurais, formando uma malha viária em forma de “espinha de peixe” (**FIGURA 7.9.3-89**). Nos entroncamentos da rodovia com os travessões situados no km 28 e no km 34 existem agrovilas para apoio aos colonos, assentados em módulos agrícolas de 100, 500 e 3.000 hectares.



**FONTE:** Prefeitura Municipal de Brasil Novo, 2008

**FIGURA 7.9.3-89** - Malha Rodoviária em “Espinha de Peixe”

Brasil Novo limita-se ao Norte com o município de Porto de Moz; ao Sul e a Leste com Altamira; e a Oeste com o município de Medicilândia.

A Transamazônica é a única via de acesso rodoviário a Brasil Novo. O município possui cerca de 2.500 km de estradas vicinais. Há uma pista de pouso na cidade (**FIGURA 7.9.3-90**), ao lado da rodovia, comportando apenas aeronaves simples de médio e pequeno porte.



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-90** - Pista de Pouso, ao Lado da Rodovia

#### 7.9.3.4.1 Histórico de Ocupação do Município

Brasil Novo surgiu como um dos assentamentos para a colonização da Amazônia, promovidos pelo Programa de Integração Nacional - PIN, instituído no ano de 1970 e implantado, a partir de 1971, pelo Governo Federal.

Esse programa incluía a construção de Agrovilas e Agrópolis. As primeiras eram

*“(...) conjunto de lotes urbanos, com igual número de casas, instaladas no espaço de 100 ha, destinadas aos colonos assentados no local, os quais receberiam também lotes rurais, onde desenvolveriam suas atividades econômicas.”<sup>12</sup>*

As Agrópolis foram propostas como núcleos de serviços urbanos de apoio a um conjunto de Agrovilas.

Brasil Novo foi criada em 1971, no km 46 do trecho Altamira-Itaituba, pertencente ao PIC-ALTAMIRA (Projeto Integrado de Colonização), com 48 (quarenta e oito) casas e o nome de Agrovila - km 46. No ano seguinte, passou a Agrópolis, centro urbano agroindustrial, cultural e administrativo com a finalidade de apoiar a integração social dos colonos.

Foram construídas ruas, o armazém da CIBRAZEM (Companhia Brasileira de Armazenamento, que guardava a produção de grãos até serem vendidos), a COBAL (Companhia Brasileira de Alimento: fornecedora de alimentos para os colonos recém-chegados ao PIC), a ACAR-PARÁ, hoje EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará, que dava assessoria agrícola para os colonos); foram construídas, também, a Escola Brasil Novo, a sede do INCRA, a sede da FNS (Fundação Nacional de Saúde - SESP), a sede da ECT (Empresa de Correios e Telégrafo), a maioria das casas dos colonos e as agrovilas das vicinais.

A fertilidade do solo permitiu o desenvolvimento do setor agrícola em Brasil Novo ao passo em que a posição geográfica, como local de passagem de caminhões e ônibus, atraiu a instalação de estabelecimentos de comércio e de serviços, provocando um crescimento demográfico da Agrópolis.

Em 1988 teve início uma mobilização popular, pedindo a criação do Município de Brasil Novo. No dia 28 de abril de 1991 houve um plebiscito em favor da emancipação. Dos 3.673 eleitores, 3.484 (95,79%) votaram a favor da criação do município; 94, contra; 45 votaram em branco e 14 anularam o voto.

No dia 13 de dezembro de 1991 o Governo Estadual publicou a Lei nº 5.692:

*“Art. 1º- Fica criado o município de Brasil Novo, com área desmembrada dos municípios de Medicilândia, Altamira e Porto de Móz.*

*“Art.3º- O município de Brasil Novo, ora criado, tem sede na atual Agrópolis Brasil Novo, Rodovia Transamazônica, que passa a categoria de cidade com a denominação Brasil Novo”.*

<sup>12</sup> Fonte: Amazônia de A a Z, disponível em <<http://portalamazonia.globo.com/amazonia>>. Acessado em 14/07/2008, às 13h26.

Há em Brasil Novo 11 (onze) agrovilas, distribuídas pelas vicinais ou “travessões”, conforme indica o **QUADRO 7.9.3-6**. O transporte utilizado entre a cidade e as agrovilas é o caminhão, com capota, bancos e proteções laterais (**FIGURA 7.9.3-91**).

**QUADRO 7.9.3-6**  
Agrovilas de Brasil Novo

Vicinais Sul	Agrovilas Sul
09	Presidente Café Filho (km 40)
11	**
13	Areia branca
15	Planaltina
17	Nova Floresta
19	Santos Dumont
21	**
23	**
Vicinais Norte	Agrovilas Norte
10	Grande Esperança (km 50)
12	São José
14	Getúlio Vargas
16	**
18	Presidente Kennedy
20	Princesa Izabel
	Duque de Caxias

**FONTE:** Prefeitura Municipal de Brasil Novo.



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-91** - Transporte Utilizado para Acesso às Agrovilas

#### 7.9.3.4.2 Dados demográficos

Brasil Novo tem uma população de 7.721 habitantes, conforme apresentado anteriormente, no item 7.9.2.1 (**TABELA. 7.9.2.1**) – **Volume 21**. O crescimento populacional, no período entre 2000 e 2007 foi de 77,0%, indicando uma taxa de 8,46% a.a. Este crescimento elevou a densidade demográfica da sede municipal de 1.419,2 hab/km<sup>2</sup> para 2506,8 hab/km<sup>2</sup> no mesmo período. Este dado deve ser relativizado, no entanto, em função do movimento de êxodo rural observado na Subárea Rural, expresso na taxa de crescimento geométrico negativo da ordem de -0,3% a.a, da qual Brasil Novo faz parte.

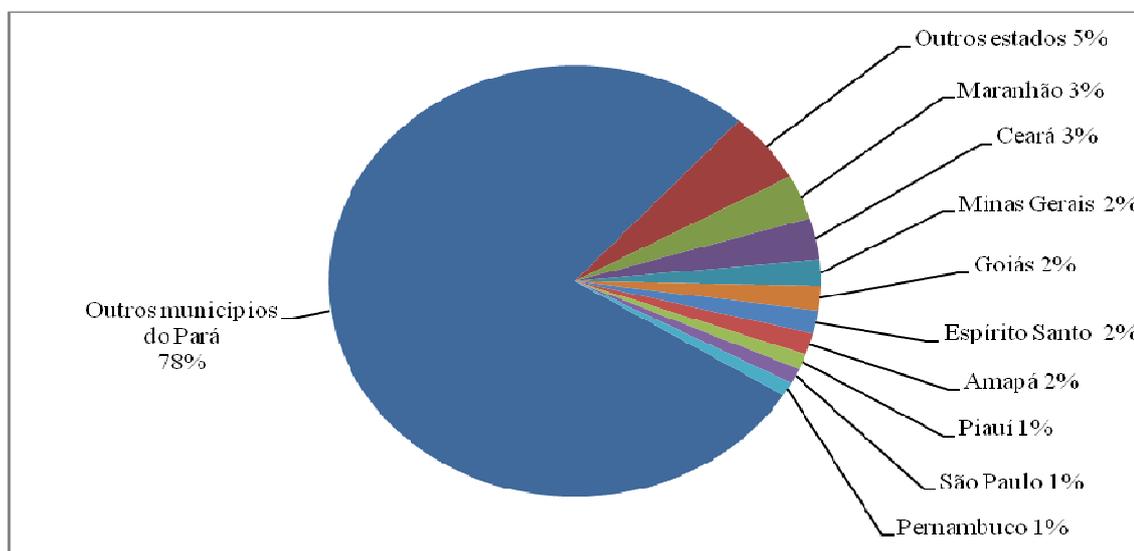
A TABELA 7.9.3- 15 e o GRÁFICO 7.9.3-10, a seguir, apresenta os dados relacionados à origem da população residente na sede municipal de Brasil Novo. Observa-se que do total de habitantes da sede municipal apenas 11,2% são oriundos de outros municípios e estados. Destes, quase 80.0% tem, por origem, outros municípios do Estado do Pará.

**TABELA 7.9.3- 15**

Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e Países – Brasil Novo

Local de Origem	População	%
Outros municípios do Pará	674	77,7
Outros estados	46	5,3
Maranhão	29	3,3
Ceará	27	3,1
Minas Gerais	17	2,0
Goiás	16	1,8
Espírito Santo	15	1,7
Amapá	14	1,6
Piauí	10	1,2
São Paulo	10	1,2
Pernambuco	9	1,0
Outro país	0	0,0
<b>Total</b>	<b>867</b>	<b>100</b>

FONTE: IBGE. Contagem de População, 2007.



**GRÁFICO 7.9.3-10** - Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e Países - Brasil Novo

A TABELA 7.9.3-16 e o GRÁFICO 7.9.3-11 apresentam, respectivamente, os dados referentes à distribuição da população por sexo e idade e a pirâmide etária. Observa-se que, a exemplo das demais localidades que fazem parte das Subáreas Urbanas da AID, trata-se de uma população com perfil jovem, representado pela presença de cerca de 63.0% com idades correspondendo às faixas de até 29 anos, evidenciado, também, pela representação gráfica. A população feminina é ligeiramente superior ao total da população masculina, apresentando

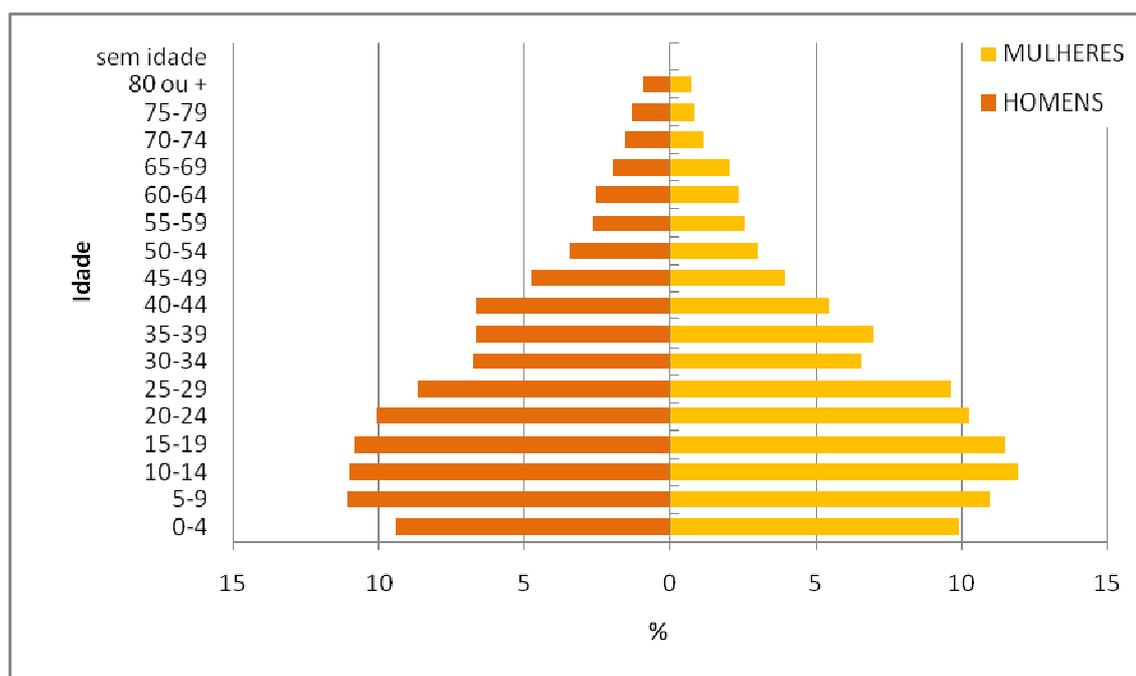
percentual de 50,6%. A população em idade escolar (5 a 14 anos) corresponde a 22,4% do total de habitantes.

**TABELA 7.9.3-16**  
Estrutura Etária – Brasil Novo

IDADE (anos)	SEXO		TOTAL
	HOMENS	MULHERES	
0-4	323	350	673
5-9	380	387	767
10-14	378	421	799
15-19	372	406	778
20-24	345	363	708
25-29	297	340	637
30-34	232	232	464
35-39	228	247	475
40-44	229	192	421
45-49	164	139	303
50-54	117	107	224
55-59	91	91	182
60-64	88	84	172
65-69	67	72	139
70-74	52	42	94
75-79	45	30	75
80 ou +	31	25	56
sem idade	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>3439</b>	<b>3528</b>	<b>6967</b>

**FONTE:** IBGE. Contagem de População, 2007.

Nota: Conforme observado no item 7.9.2.1-Volume 21, pequenas variações dos totais de população nas diversas tabelas devem-se à forma de disponibilização dos dados, não comprometendo as análises.



**GRÁFICO 7.9.3-11 - Pirâmide Etária - Brasil Novo**

#### 7.9.3.4.3 Atividade Econômica Urbana

As atividades econômicas urbanas em Brasil Novo ligam-se predominantemente ao comércio e aos serviços. Existem algumas serrarias beneficiadoras de madeira e algumas marcenarias. Um laticínio encontra-se na parte nova da cidade, do lado esquerdo da rodovia, no sentido Altamira – Itaituba. Há, também, duas cerâmicas e pequenas confecções de roupas, cestos de cipó ou palha, vassouras e outros objetos utilitários.

Deve-se destacar que parte da população vive do mercado informal: venda de hortaliças, produtos manufaturados, remédios naturais, utensílios de cozinha, produtos de beleza, fabricados nos domicílios.

O abastecimento de gêneros alimentícios, roupas, remédios e artigos diversos é feito por dois supermercados simples e vários mercadinhos e mercearias, além de lojas, armarinhos e farmácias.

#### 7.9.3.4.4 Uso e Ocupação do Solo Urbano

Brasil Novo foi a única Agrópolis implantada pelo INCRA nas margens da Transamazônica, entre Altamira e Itaituba, ocupando inicialmente três lotes de 100 ha, e apesar de ter sido alçada à condição de sede municipal continua cumprindo o seu papel original de apoio às agrovilas existentes no município.

*“A Agrópolis de Brasil Novo durante o período de implantação do projeto de colonização, abrigava a base operacional e administrativa do PIC – Altamira , sendo ali instaladas as serrarias para beneficiamento de madeira para a construção das casas de colonos , residências de funcionários , escola e uma infra-estrutura urbana de apoio. Esta centralidade pode ser considerada como o principal dinamizador do crescimento econômico e populacional do núcleo.”<sup>13</sup>*

A concepção original das agrovilas e da agrópolis é do arquiteto Geraldo Camargo, funcionário do INCRA àquela época. Porém, quando construídas, muitas diretrizes do projeto não foram obedecidas.

A malha urbana original era retangular, marcada por vias principais com larguras generosas e um grande número de áreas verdes (**FIGURA 7.9.3-92**). A cidade expandiu-se obedecendo ao traçado original, porém as áreas verdes e os caminhos de pedestres entre os lotes foram suprimidos (**FIGURA 7.9.3-93**). Nas áreas destinadas aos setores de comércio atacadistas e indústrias, projetadas às margens da rodovia, foi construído um campo de pouso, sendo eliminadas as áreas verdes ao longo da faixa de domínio da Transamazônica que tinham o objetivo de preservar o contato direto da cidade com a estrada.

O município não possui Plano Diretor Municipal e o uso predominante é o residencial, comercial e de serviços de apoio ao transporte rodoviário. A densidade de ocupação é maior no núcleo original e diminui, com muitos lotes vazios, nas áreas de expansão situadas a Leste e Nordeste (**FIGURA 7.9.3-94**)

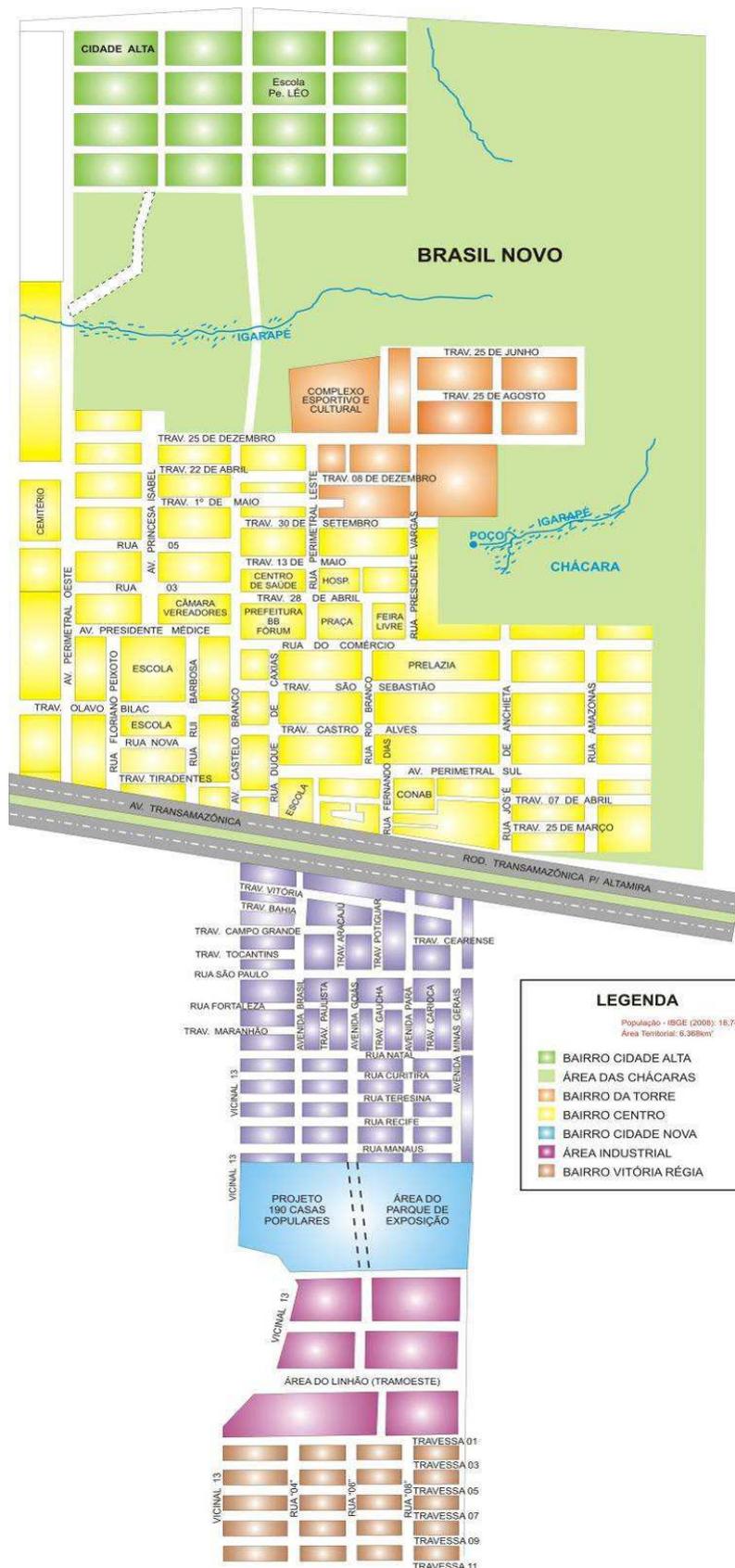
<sup>13</sup> IDESP (1993) in Ventura Fº, Raul da Silva. A floresta urbanizada: a formação de núcleos urbanos na Transamazônica, trecho Altamira-Itaituba. Belém, 2004.



**FONTE:** INCRA, 1972. In Ventura (2004)  
**FIGURA 7.9.3-92** – Projeto da Agrópolis Brasil Novo



**FONTE:** Prefeitura Municipal de Brasil Novo, 1990. In Ventura (2004)  
**FIGURA 7.9.3-93** – Cidade de Brasil Novo em 1990



FONTE: Planta fornecida pela Prefeitura de Brasil Novo.

FIGURA 7.9.3-94 - Planta da Cidade

O tecido urbano é bem mais extenso na margem direita da rodovia, no sentido Transamazônica – Itaituba. A maioria dos loteamentos foi implantada pela Prefeitura Municipal, dona das terras da “légua patrimonial”. A Cidade Nova, primeiro loteamento na margem esquerda da rodovia foi feito por particular; na Cidade Alta (**FIGURA 7.9.3-94**) chacareiros têm parcelado seus terrenos e vendido os lotes que, de modo geral, medem 10m x 25m.

O espaço urbano é claramente marcado pela praça (**FIGURA 7.9.3-95**), pela Avenida Castelo Branco, na qual se localizam a Prefeitura Municipal (**FIGURA 7.9.3-96**) e a Câmara de Vereadores e pela rua do Comércio.



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-95** - Vista Geral da Cidade



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-96** - Av. Castelo Branco

A parte central é ocupada com construções erguidas na testada do lote, delimitando o espaço público das ruas. Verificam-se afastamentos laterais pouco generosos, dando uma percepção de continuidade de fachadas.

À medida que se afasta da parte central, aumentam os lotes vazios, tanto mais numerosos quanto mais distantes do centro, deixando clara a possibilidade de absorção de um crescimento populacional razoável sem a necessidade de novos loteamentos.

A Prefeitura Municipal tem um projeto para a construção de 190 habitações populares a serem erguidas em parte da área do Parque de Exposições, que seria desmembrada. Já apresentou esse projeto ao Governo Federal, solicitando recursos da ordem de 80 mil reais, mas ainda não obteve qualquer manifestação a respeito.

A praça Geraldo Barbosa é a única existente na cidade (**FIGURA 7.9.3-97 e FIGURA 7.9.3-98**), sendo bastante freqüentada pela população. Junto a essa praça existe um pavilhão de feira (**FIGURA 7.9.3-99**) para a comercialização de hortifrutigranjeiros, utilizada pelos produtores rurais.



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-97** - Praça Geraldo Barbosa



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-98** - Praça Geraldo Barbosa



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-99** - Pavilhão de Feira Livre junto à Praça

Nas ruas paralelas à rodovia podem ser encontrados alguns hotéis, estabelecimentos de comércio e serviços de apoio ao transporte rodoviário e os dois únicos postos de combustível da cidade (**FIGURA 7.9.3-100**).



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-100** - Posto de Combustível na Lateral da Rodovia

Fora da parte central da cidade, o comércio é muito rarefeito, limitando-se a umas poucas mercearias ou bares. Parte da população vive do mercado informal: venda de hortaliças, produtos manufaturados, remédios naturais, utensílios de cozinha, produtos de beleza, tudo feito nos domicílios. O abastecimento de gêneros alimentícios, roupas, remédios e artigos diversos é feito por dois supermercados simples e vários mercadinhos e mercearias, além de lojas, armarinhos e farmácias.

Brasil Novo conta com um Parque de Exposições (**FIGURA 7.9.3-101**), espaço usado para uma feira agropecuária, que acontece anualmente na primeira quinzena de dezembro, comemorando o aniversário da cidade, celebrado no dia 13.



FONTE: Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

FIGURA 7.9.3-101- Espaço da Feira Agropecuária

#### 7.9.3.4.5 Padrão construtivo

Tal como o tratamento das ruas, os tipos de edificações são bastante distintos nas diferentes áreas da cidade. As partes centrais apresentam construções em alvenaria, com telhado em duas ou quatro águas, de telhas cerâmicas (FIGURA 7.9.3-102 e FIGURA 7.9.3-103). A maioria das edificações é térrea, mas existem, no centro e nos bairros mais próximos diversos sobrados e edifícios de três ou quatro pisos.



FONTE: Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

FIGURA 7.9.3-102 - Construções na Área Central



FONTE: Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

FIGURA 7.9.3-103 - Construções em Bairros Próximos ao Centro

Ao se afastar da parte central, ainda se encontram muitas construções em madeira, térreas, com cobertura de telha cerâmica ou de madeira, em duas águas (**FIGURA 7.9.3-104**). Na Cidade Alta e Vitória Régia, bairros mais afastados, entretanto, as construções são bem precárias, pequenas, térreas, em madeira (**FIGURA 7.9.3-105**).

Percebe-se, entretanto, por toda a cidade, uma acentuada mudança das construções de madeira para alvenaria.



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-104** - Construções Afastadas do Centro



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-105** - Construções em Bairros Afastados

#### 7.9.3.4.6 Infra-estrutura

##### a) Sistema Viário

A trama viária de Brasil Novo tem formato ortogonal, com ruas e avenidas largas; cinco ruas centrais possuem asfalto em capa selante. Nessas, as calçadas estão definidas, ainda que não tenham um padrão único, apresentando irregularidades e interrupções. Em alguns trechos da cidade, a pavimentação já está bastante deteriorada, por falta de manutenção.

Algumas outras ruas, ainda no centro, estão pavimentadas com broquete). À medida em que vai-se afastando da área central, a pavimentação desaparece e não existem calçadas. As edificações que definem o espaço público, a maioria construída na testada do lote, mas apresentando algum recuo frontal algumas vezes.

Algumas avenidas, como a Castelo Branco, Duque de Caxias e Princesa Isabel têm duas pistas, com canteiro central arborizado (**FIGURA 7.9.3-106** e **FIGURA 7.9.3-107**), mesmo se não pavimentadas.



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-106** - Av. Duque de Caxias, com Canteiro Central



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-107** - Pista Dupla não Pavimentada, com Canteiro Central

## b) Abastecimento de Água

Toda a cidade é abastecida com água encanada. A captação da água para boa parte da cidade é feita em dois poços do tipo “Amazônia” (**FIGURA 7.9.3-108**), com sistema de filtragem no próprio poço e distribuição direta daí até as edificações. Os bairros mais afastados são abastecidos por meio da captação em poços profundos, com reservatórios elevados (**FIGURA 7.9.3-109**), de onde a água é distribuída às edificações.



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-108** – Poço “Amazônia” de Captação de Água



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-109** - Reservatório de Água Elevado

A rede de distribuição de água, no entanto, é precária, feita com canos de plásticos de  $\frac{3}{4}$  de polegada, em valas muito rasas ou ao nível do chão, expostos a qualquer tipo de dano (**FIGURA 7.9.3-110** e **FIGURA 7.9.3-111**).



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-110** – Canos de Distribuição de Água



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-111** – Vazamento em Canos de Água

Os moradores pagam uma taxa fixa de R\$ 18,00 (dezoito reais) pelo fornecimento de água, independentemente do consumo, pois não há hidrômetros para se fazer a medição. Apenas os habitantes do bairro Vitória Régia, localizado depois da área do Linhão (Tramo-Oeste), não pagam essa taxa porque o abastecimento de água ainda não foi implantado. Nesse bairro, onde também não há energia elétrica, os moradores usam água de poços cavados no próprio terreno.

#### c) **Esgotamento Sanitário**

Não há qualquer sistema de esgotamento sanitário na cidade. As edificações adotam, em grande parte, o sistema de fossas sépticas, havendo, entretanto, nas áreas mais precárias o uso de fossas negras.

Na Cidade Nova houve foram construídas instalações sanitárias em algumas dezenas de residências, com recursos da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)

#### d) **Resíduos Sólidos**

O lixo é coletado diariamente e levado a um depósito a céu aberto (lixão), situado a 2 km do centro da cidade, depois do “Linhão” e do bairro Vitória Régia (**FIGURA 7.9.3-112**). É preciso sublinhar que há casas com moradores a cerca de 300 m do lixão.



FONTE: Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

FIGURA 7.9.3-112 - Lixão Próximo ao Bairro Vitória Régia

e) **Drenagem Pluvial**

Na parte central da cidade, quase toda pavimentada, existem alguns trechos com drenagem pluvial. Por vezes, os moradores lançam o esgotamento sanitário de suas residências nessa rede. Os demais bairros não têm pavimentação, calçada ou drenagem.

f) **Energia Elétrica e Iluminação Pública**

Existe rede de energia elétrica e iluminação pública em toda a cidade, com energia gerada em Tucuruí e trazida pelo Tramo-Oeste. O “linhão” passa pela cidade entre o Parque de Exposições e o bairro Vitória Régia.

g) **Comunicações**

Brasil Novo dispõe de sistema de telefonia fixa e móvel. Há telefones públicos distribuídos pelas ruas da cidade. A Internet é acessada pelo provedor Amazoncoop, que atende a toda a região.

Existe uma agência dos Correios, na Travessa Castelo Branco, que também funciona como banco postal.

Há uma rádio comunitária FM e a cidade conta com a retransmissão via satélite de 02 canais de televisão aberta (Globo – TV Liberal e TV Cultura). Boa parte da população usa antena parabólica para a captação de outros canais.

#### 7.9.3.4.7 Equipamentos urbanos e serviços públicos

##### a) Educação

Há 05 escolas na zona urbana, todas em muito boas condições de conservação (**FIGURA 7.9.3-113** e **FIGURA 7.9.3-114**), atendendo alunos da Educação Infantil; Ensino Fundamental e Ensino Médio. Existe uma Biblioteca Pública Municipal que disponibiliza 2.100 títulos diversificados.



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-113** - Escola Municipal São Pedro



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-114** - Escola Municipal Terezinha Back

**b) Saúde**

Conforme apresentado anteriormente, Brasil Novo possui uma rede de serviços de saúde bem estruturada, um bom hospital privado com 95 % dos leitos vinculado ao SUS, que é referência para vários municípios, centro de especialidades médicas e CAPS – I. Possui 18 médicos de várias especialidades médicas, inclusive traumatologia. Possui uma das maiores coberturas do PSF da AID, de quase 60 %. Há ainda um Centro Municipal de Saúde Pública, onde trabalham: um médico, um enfermeiro padrão, dois odontólogos, um laboratorista e atendentes de saúde.

**c) Cultura, Esporte e Lazer**

Os espaços para entretenimento e lazer são poucos. Há 2 quadras esportivas para uso da população, um campo de futebol e um Complexo Esportivo Cultural na cidade (**FIGURA 7.9.3-115 a FIGURA 7.9.3-117**).



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-115** – Quadra Poliesportiva



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-116** - Arquibancada Coberta em Área Esportiva



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-117**- Complexo Esportivo Cultural

O Parque de Exposições Agropecuárias é utilizado durante a semana de aniversário da cidade. Existe um Centro de Convivência (ou Casado Idoso), com áreas de lazer e espaços para diversas atividades ( **FIGURA 7.9.3-118**).



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-118** - Centro de Convivência

Há ainda a Praça “Geraldo Barbosa” bastante freqüentada, principalmente pela juventude, onde estão instalados estabelecimentos como churrascarias, pizzarias, bares e lanchonetes.

#### **d) Segurança Pública**

Há uma Delegacia de Polícia e a segurança local é feita por 05 (cinco) policiais militares e 03 (três) três policiais civis, munidos de duas viaturas. A justiça está representada pelo Ministério Público, instalado no Fórum local, com Cartório de Único Ofício que atende a todas as questões judiciais do município.

#### **e) Outros equipamentos e serviços**

Há na cidade uma agência do Banco do Brasil, o Bradesco, um Banco Postal (Correios) e um posto de atendimento da Caixa Econômica Federal.

Apesar de o catolicismo ser predominante, representado pela Paróquia Corpo e Sangue de Cristo e o convento das Irmãs Escolares Tereza Gerardinher, que mantêm uma escola na cidade, há 14 igrejas evangélicas na cidade.

#### **7.9.3.4.8 Estrutura administrativa da Prefeitura**

O município dispõe de Lei Orgânica, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, estas duas últimas tendo mais o caráter de cumprimento da obrigação legal que de instrumentos de gestão efetiva.

A Prefeitura está instalada em um prédio novo, amplo (**FIGURA 7.9.3-119 e FIGURA 7.9.3-120**), com espaço para algumas secretarias equipadas com telefones, computadores e acesso à Internet. Foram construídos também novos imóveis para abrigar as Secretarias não instaladas

no prédio da Prefeitura, como a da Saúde e da Educação (FIGURA 7.9.3- 121 e FIGURA 7.9.3-122)



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-119** – Prefeitura Municipal



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-120** - Prefeitura Municipal



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3- 121** - Secretaria Municipal de Saúde



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-122** - Secretaria Municipal de Educação

A estrutura administrativa da Administração Municipal é bem simples, funcionando com o Gabinete do Prefeito, uma Tesouraria, e as seguintes Secretarias: de Administração e Finanças, da Saúde, de Educação, Cultura e Desportos; de Agricultura, Turismo, Meio Ambiente e Mineração do Trabalho e Promoção Social.

O município, entretanto, não dispõe de Plano Diretor, bases cartográficas, legislação urbanística ou edilícia, sistema estruturado de informações municipais nem serviço de fiscalização atuante ou de dívida ativa implantados.

A principal receita municipal é oriunda do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) que, em 2006, foi de R\$ 5.445.797,92 (cinco milhões quatrocentos e quarenta e cinco mil setecentos e noventa e sete reais e noventa e dois centavos); a arrecadação do Imposto Territorial Rural (ITR) no mesmo ano ficou em R\$ 12.137,35 (doze mil cento e trinta e sete reais e trinta e cinco centavos), segundo dados do IBGE.

#### **7.9.3.4.9 Associativismo e Organização Social**

A sociedade é bastante organizada, havendo na cidade várias associações de produtores rurais, sindicatos, cooperativas e outras formas de associação, conforme segue:

- 09 Associações de Produtores Rurais;
- 01 Sindicato de Produtores Rurais;
- 01 Sindicato de Trabalhadores rurais;
- 01 Cooperativa de produtores rurais;
- Associação de Transportes Alternativos de passageiros e cargas – ASTRACON;
- Associação dos Trabalhadores da Vicinal 09 - Brasil Novo – ASCONTRANVI
- Cooperativa de Transportes Alternativos de Passageiros da Transamazônica – COOTAIT;
- Sindicato de Transportes Alternativos de Passageiros da Transamazônica – SINCOTRAN;
- Casa de Apoio à Mulher Gestante;
- Associação da Casa Familiar Rural de Brasil Novo;
- Associação de Mulheres trabalhadoras de Brasil Novo – AMTBRAN;.
- Associação de Informação e Cultura do Município de Brasil Novo – ACIBRA

### 7.9.3.5 Cidade de Senador José Porfírio

#### 7.9.3.5.1 Localização e acessibilidade

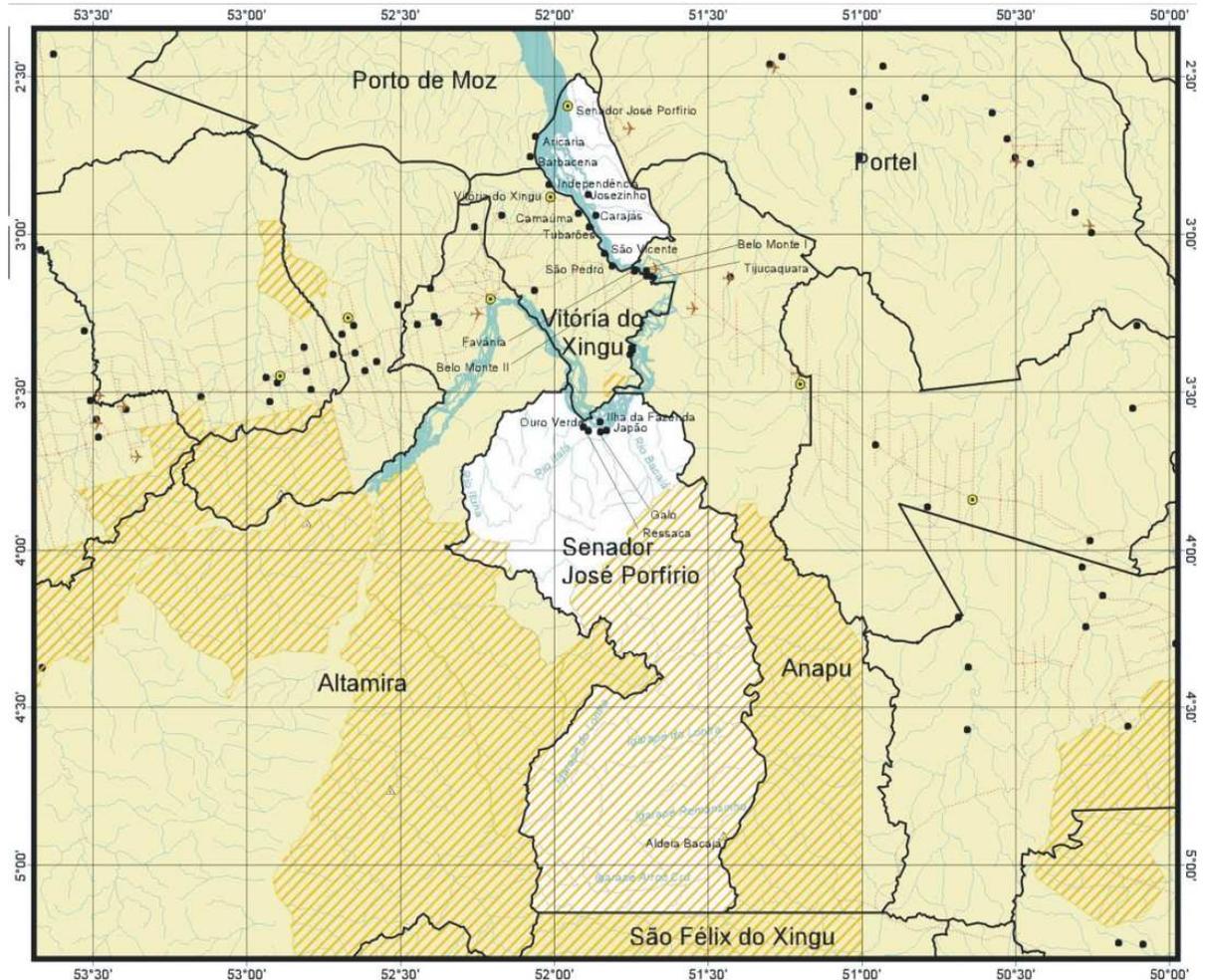
O Município pertence à Mesorregião Sudoeste Paraense e à Microrregião Altamira. A sede municipal está localizada nas coordenadas geográficas: 02°34'45'' S e 51°57'15''W Gr, a uma altitude de 20m, limitando-se ao Norte com o município de Porto de Moz, a Leste com os municípios de Portel e Anapu, ao Sul com São Felix do Xingu e a Oeste com Altamira, Porto de Moz e Vitória do Xingu (**FIGURA 7.9.3-123**).

O Município não tem continuidade territorial, sendo dividido em duas áreas, uma ao norte e outra ao sul do município de Vitória do Xingu, como já mencionado.

O acesso à sede do Município é feito pela rodovia PA-167, partindo da Transamazônica, com precária condição de circulação, ou pelo Rio Xingu a partir de Vitória do Xingu ou de Belém.



### Mapa do Município de Senador José Porfírio LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA



- Legenda**
- Localidades Cadastradas pelo IBGE
  - ▲ Aldeias Indígenas
  - ⊙ Sede Municipal
  - ✈ Aeroporto, Aeródromo
  - ..... Ferrovias
  - Rodovias Pavimentadas
  - Rodovias Não Pavimentadas
  - Outras Estradas
  - Hidrografia
  - ▨ Terra Indígena
  - ▨ Área Especial (BAMA)
  - Hidrovia
  - Ilhas
  - Terrenos sujeitos a Inundação
  - Município Alvo da Pesquisa
  - Limites Municipais
  - Limites Internacionais
  - Limites Oceânicos

  
 20 0 20 40 60 Kilometers  
 Escala: 1:2000000  
 Sistema de Coordenadas Geográficas  
 (Não Projetado)  
 Elipsóide UTM 67  
 DATUM de Referência WGS 84  
 DATUM de Referência SAD69 alterado conforme  
 a Resolução 23 de 21 de Fevereiro de 1989. IBGE

Mapa Geográfico do Município de Senador José Porfírio  
 Prefeitura Municipal de Senador José Porfírio  
 Administração: Cleto José Alves da Silva  
 Execução: Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral- SEPLAN  
 Fonte: EMBRATEL  
 Data: Julho/2006

**FONTE:** Adaptado de planta fornecida pela Prefeitura de Senador José Porfírio.

**FIGURA 7.9.3-123 - Localização Geográfica do Município de Senador Porfírio**

### 7.9.3.5.2 Histórico de Ocupação da Cidade

O povoamento que deu origem ao atual município de Senador José Porfírio surgiu por volta de 1750, quando as antigas missões da Companhia dos Jesuítas após vencerem por terra a Volta Grande do Rio Xingu, chegaram à região e se estabeleceram. Lá fundaram uma missão e abriram uma estrada primitiva, para ligar a nova missão à localidade de Cachoeira no rio Tucuruí. A expulsão dos jesuítas fez com que essa estrada e a missão ficassem praticamente abandonadas, vindo a ser, posteriormente, reconstruídas por outra missão, dos Capuchos da Piedade, que promoveu o seu crescimento e desenvolvimento.

Os capuchinhos iniciaram também um povoamento a montante da foz do rio Ambé, afluente pela margem esquerda do Rio Xingu, que veio a ser o povoado de Altamira e, mais tarde, a vila de Altamira. As tentativas de estabelecimento de uma ligação entre Cachoeira e o povoado de Altamira não tiveram sucesso até o final do século XIX, quando José Porfírio de Miranda Júnior, que desbravou quase todo o Vale do Rio Xingu, fundou também a vila de Vitória.

O povoamento inicial foi denominado Souzel, nome de uma cidade portuguesa, como aconteceu em outras localidades do Pará, como Santarém, Faro e Óbidos, por exemplo. Souzel foi alçado à categoria de município de pela Lei nº 811, de 14 de abril de 1874, tendo sido eleito como seu intendente José Porfírio de Miranda Junior, que hoje dá o nome ao Município.

Posteriormente o município foi desmembrado, dando origem ao município do Xingu com sede na cidade de Altamira. No quadro da divisão administrativa de 1936, o município de Xingu compunha-se de onze distritos, entre eles o de Souzel.

Em 31 de março de 1938, pelo Decreto-Lei nº 2.972 o município de Xingu teve seu nome alterado para Altamira.

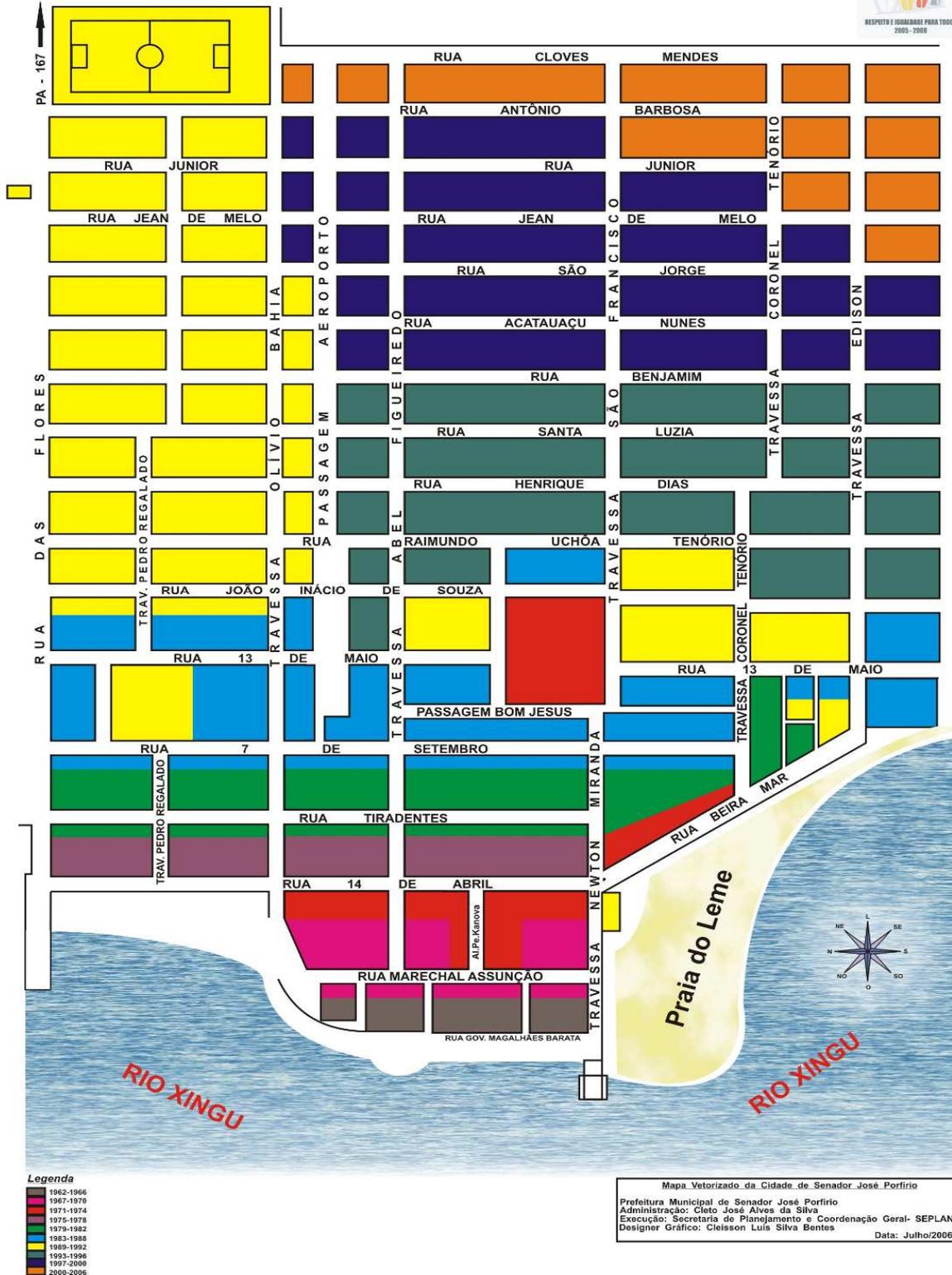
Em 29 de dezembro de 1961, a Lei nº 2.460 determinou o desmembramento do município de Altamira para reconstituir o município de Souzel, com o nome atual: de Senador José Porfírio. Em 31 de dezembro de 1991, o município de Senador José Porfírio foi desmembrado para constituir o município de Vitória do Xingu e, em 28 de dezembro de 1995, foi novamente desmembrado para constituir o município de Anapu.

Por ocasião da emancipação do município de Anapu, houve uma proposta, não aprovada, de também se emancipar a localidade da Ilha da Fazenda, território também pertencente ao município de Senador José Porfírio. Da criação do município de Anapu sem a emancipação da Ilha da Fazenda resultou um território remanescente do município de Senador José Porfírio que ficou descontínuo.

A cidade teve seu início nas margens do Rio Xingu e durante décadas ficou limitada às áreas mais próximas do rio ( **FIGURA 7.9.3-** 124). Apenas na segunda metade do século XX começou, aos poucos, a se expandir para as áreas mais afastadas, tendo crescido com um traçado bastante regular. As últimas quadras abertas apresentam ocupação bastante recente



### Mapa da Cidade de Senador José Porfírio EVOLUÇÃO HISTÓRICA



FONTE: Adaptado de planta fornecida pela Prefeitura de Senador José Porfírio.

FIGURA 7.9.3- 124 - Ocupação da Cidade a Partir dos Anos 1960

### 7.9.3.5.3 Dados demográficos

A sede municipal de Senador José Porfírio possui uma população de 6.278 habitantes, correspondendo a 6,6% do total da população das Subáreas Urbanas e cerca de 5,2% da população total da AID. No período de 2000 a 2007, a cidade experimentou um crescimento populacional da ordem de 2,36% a.a, em que o número de seus habitantes passou de 5.331 para 6.278, conforme já mencionado.

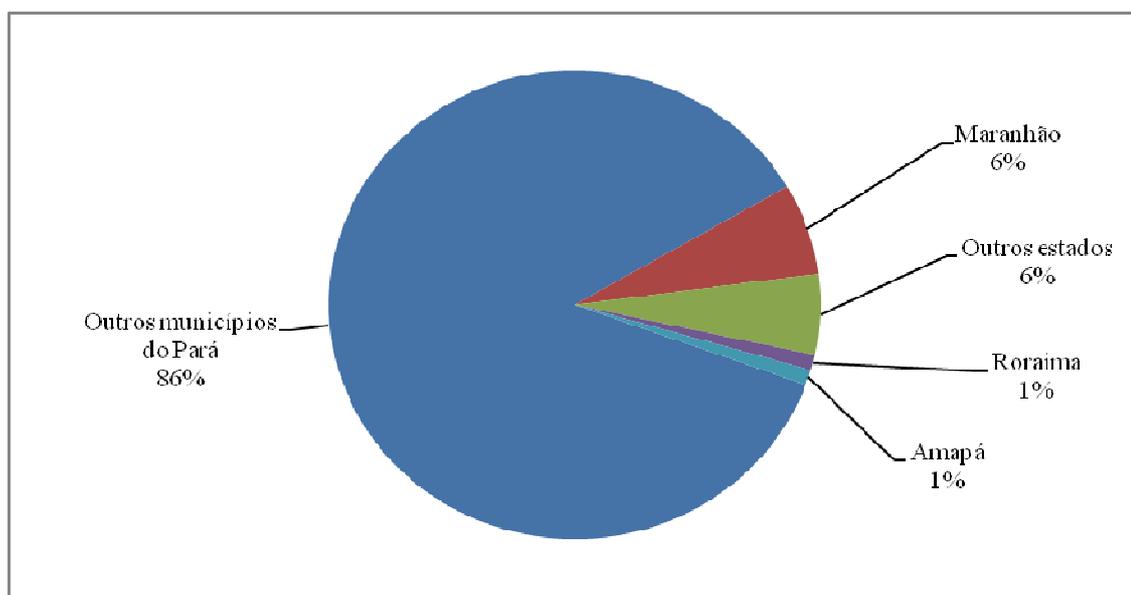
Pouco mais de 10,0% da população total não nasceu na cidade. Destes, 86,0% têm por origem outros municípios do Pará, evidenciando movimento semelhante àquele identificado nas demais sedes municipais conforme demonstram a **TABELA 7.9.3-17** e **GRÁFICO 7.9.3-12**. Da mesma forma, é também significativa a proporção de migrantes provindos do Estado do Maranhão.

**TABELA 7.9.3-17**

Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e País – Senador José Porfírio

Local de Origem	População	%
Outros municípios do Pará	572	86,0
Maranhão	42	6,3
Outros estados	37	5,6
Roraima	7	1,1
Amapá	7	1,1
Outro país	0	0,0
<b>Total</b>	<b>665</b>	<b>100,0</b>

**FONTE:** IBGE. Contagem de População, 2007.



**FONTE:** Elaborado a partir de dados do IBGE. Contagem de População, 2007.

**GRÁFICO 7.9.3-12** - Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e País - Senador José Porfírio

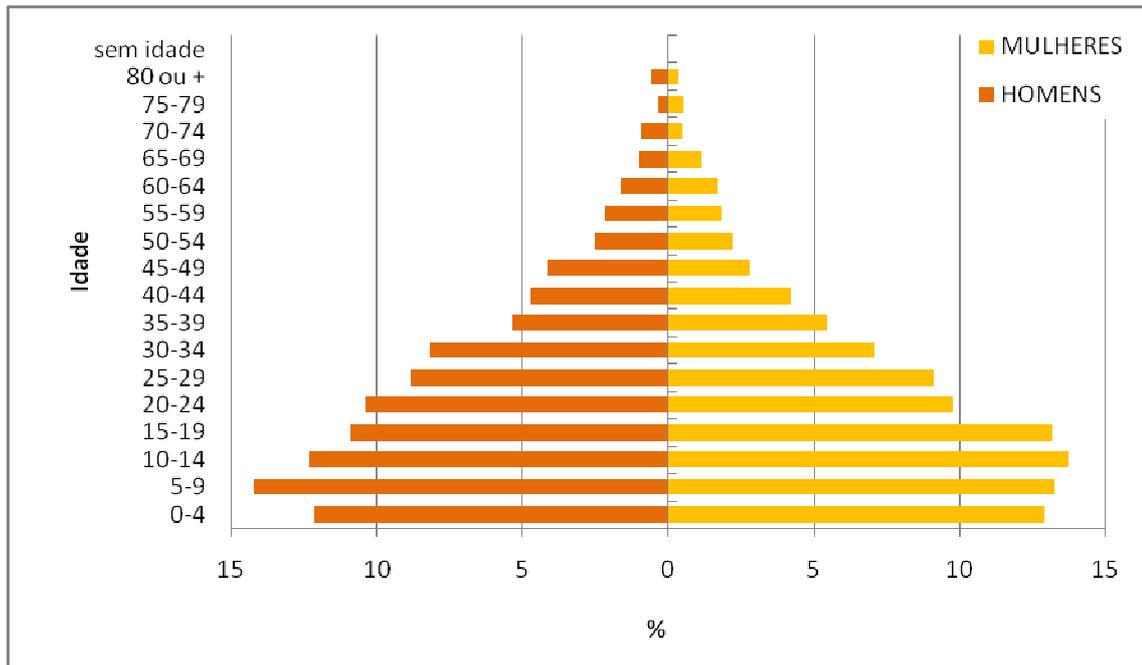
A distribuição da população por sexo e idade é apresentada na **TABELA 7.9.3-18** e sua representação gráfica é expressa pelo **GRÁFICO 7.9.3-13**, a seguir. A distribuição por sexo corresponde a um total de 51,1% de homens e 48,9% de mulheres, embora em algumas faixas de idade a população feminina seja ligeiramente superior, como por exemplo, na faixa de 0-4 anos, de 10 a 14, de 15 a 19 anos. Observa-se, também, que o perfil é de população jovem, com mais de 70% pertencendo às faixas de até 29 anos, confirmando os dados obtidos para toda a AID Urbana. A população em idade escolar corresponde a 26,8% do total de habitantes da cidade. A população economicamente ativa representa cerca de 55,0% da população total.

**TABELA 7.9.3-18**  
Estrutura Etária – Senador José Porfírio

IDADE (anos)	SEXO		TOTAL
	HOMENS	MULHERES	
0-4	385	392	777
5-9	450	402	852
10-14	391	417	808
15-19	345	400	745
20-24	329	296	625
25-29	279	276	555
30-34	258	215	473
35-39	169	165	334
40-44	149	128	277
45-49	131	85	216
50-54	79	67	146
55-59	68	56	124
60-64	51	51	102
65-69	31	36	67
70-74	29	16	45
75-79	10	17	27
80 ou +	18	12	30
sem idade	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>3172</b>	<b>3031</b>	<b>6203</b>

**FONTE:** IBGE, Contagem de População, 2007.

**NOTA:** Conforme observado no item 7.9.2.1-Volume 21, pequenas variações dos totais de população nas diversas tabelas devem-se à forma de disponibilização dos dados, não comprometendo as análises.



FONTE: Elaborado a partir de dados de Contagem de População. IBGE, 2007

GRÁFICO 7.9.3-13 - Pirâmide Etária - Senador José Porfírio

#### 7.9.3.5.4 Uso e Ocupação do Solo Urbano

Embora não tenha sido implantado, o Município elaborou e aprovou seu Plano Diretor em 2006. Esse instrumento definiu o ordenamento do território municipal com a definição do macrozoneamento (**FIGURA 7.9.3-125**), considerando a sede do município e dos distritos como áreas urbanas, e criando duas outras categorias de uso: área de proteção integral e área de expansão econômica.

O Plano determinava que, no prazo de um ano, deveria ser elaborada a legislação urbanística e edilícia necessária à sua implementação, a saber: leis de zoneamento, uso e ocupação do solo urbano, de parcelamento do solo urbano, códigos de obras, de posturas e ambiental. Entretanto, com a mudança no governo estadual, em função das eleições, o convênio expirou e não foi renovado, ficando esses instrumentos pendentes, o que implicou a não implementação do Plano Diretor.



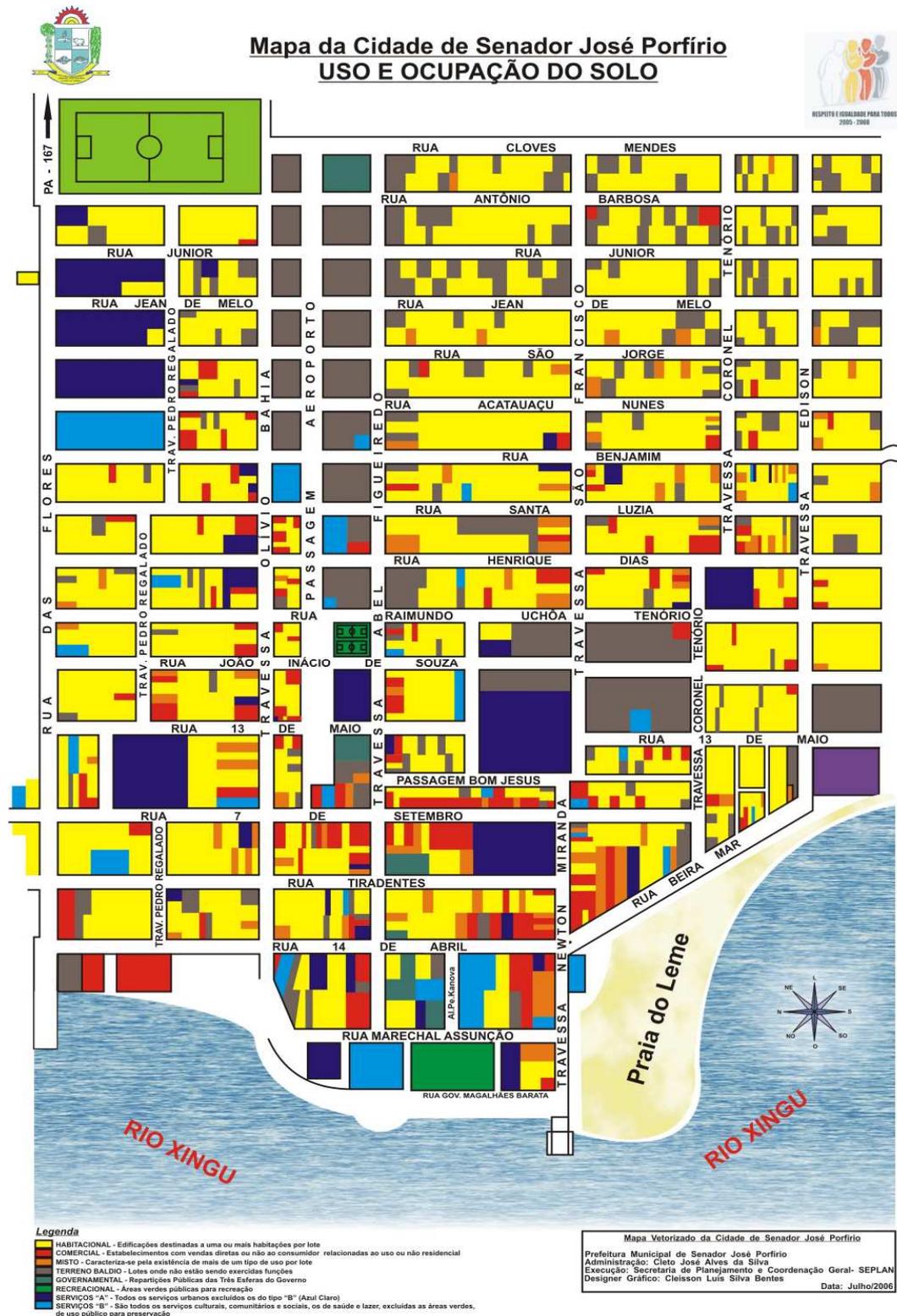
**Mapa do Município de Senador José Porfírio  
MACROZONEAMENTO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL**



**FONTE:** Adaptado de planta fornecida pela Prefeitura de Senador José Porfírio.

**FIGURA 7.9.3-125** - Macrozoneamento Municipal

reconhecidos os usos atualmente predominantes (FIGURA 7.9.3-126). São confirmadas as categorias de uso habitacional, comercial, misto, governamental, recreação e de serviços, estes últimos subdivididos em serviços A e serviços B.



FONTE: Adaptado de planta fornecida pela Prefeitura de Senador José Porfírio

FIGURA 7.9.3-126 - Uso e Ocupação do Solo na Sede Municipal

A cidade de Senador José Porfírio encontra-se na margem direita do compartimento ambiental denominado de Ria do Xingu e tem uma forma bastante regular, próxima de um retângulo cujas laterais são definidas por igarapés. A malha viária segue a regularidade de seu perímetro urbano com as ruas principais perpendiculares à margem do Rio Xingu onde existe uma orla urbanizada em alguns pontos que proporcionam uma área de lazer para a sua população (**FIGURA 7.9.3-127**).



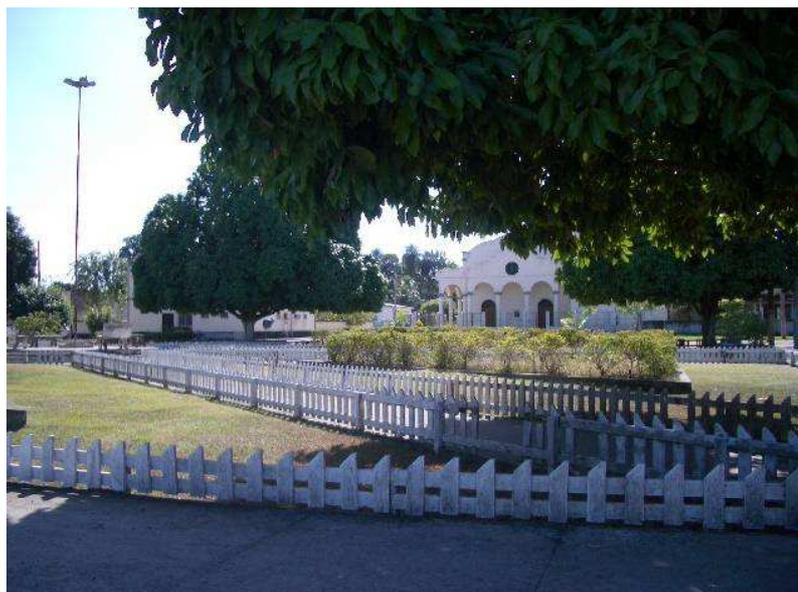
**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Agosto/2008.

**FIGURA 7.9.3-127**– Vista Geral da Subárea Urbana Senador José Porfírio

A ocupação é mais densa junto ao rio, onde começou o povoamento e os usos predominantes são: residencial, comercial, misto, governamental, recreativo e de serviços. Os serviços foram classificados pelo Plano Diretor Municipal de 2006 em dois subgrupos: (a) serviços urbanos, excluídos os sociais/ comunitários; (b) comunitários/ sociais, saúde, lazer, culturais (excluídas áreas verdes de uso público para preservação).

A cidade apresenta uma ocupação mais densa nas primeiras ruas, a partir da margem do rio, onde ela nasceu. Seu crescimento ocorreu sempre no sentido Leste, em direção à Rodovia PA-167, um terreno muito plano, entre igarapés e igapós nas duas laterais.

O bairro denominado Centro é o mais estruturado da cidade. É nele que se encontra a única praça da cidade (**FIGURA 7.9.3-128**) e os principais equipamentos urbanos e comunitários: a Prefeitura Municipal, a igreja matriz (**FIGURA 7.9.3-129**), a Câmara Municipal, a delegacia de polícia, o hospital, as principais escolas, os órgãos públicos presentes na cidade, as pousadas e um hotel desativado, os principais estabelecimentos comerciais e até o cemitério, com sepulturas do final do século XIX (**FIGURA 7.9.3-130**).



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-128** – Praça São Francisco



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-129** – Igreja Matriz



O trapiche municipal, para a atracação de barcos de passageiros e mercadoria, localiza-se entre os bairros Centro e Encantado.

Os demais bairros têm ocupação predominantemente residencial, com algum comércio de primeira necessidade concentrado nas travessas São Francisco, Coronel Tenório e Edison e na Passagem Aeroporto.

A Rua das Flores, que leva à rodovia PA 167 também se destaca pelo uso misto, de residências e comércio. Ao final dessa rua, junto ao rio, há um outro trapiche, particular.



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.  
**FIGURA 7.9.3-131** - Ponta da Praia do Leme

Existe uma Feira do Produtor Rural (**FIGURA 7.9.3-132**) e um Estádio Municipal na Rua das Flores, no Bairro Maranhense. A Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município também se localiza nessa rua.



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.  
**FIGURA 7.9.3-132** – Feira do Produtor Rural

A área urbana é contínua, mais adensada nas margens do rio, a partir do Centro e da Rua das Flores, que faz a ligação com a rodovia, mas ainda com muitos lotes vazios no Maranhenses, à medida que se avança na direção leste da cidade. O Bairro Novo registra o maior número de lotes vagos.

O Município tem doado os lotes aos moradores e não cobra Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU nem taxa de água. Na parte mais antiga da cidade, segundo informações da Secretaria de Obras, cerca de 60% dos imóveis estão com titulação regularizada.

As construções, na sua maioria, apresentam recuos frontais e laterais. As ruas largas e planas formam um espaço aberto e bastante permeável. A quase totalidade das travessas cruza a cidade no sentido oeste-leste, chegando às margens do Rio Xingu, enquanto as ruas o fazem no sentido norte-sul. A largura das vias e a predominância das construções térreas dão uma sensação de espaços amplos e abertos a toda a cidade e de uma estrita relação com o rio (**FIGURA 7.9.3-133** e **FIGURA 7.9.3-134**).



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.  
**FIGURA 7.9.3-133** - Travessa Edison, que chega ao Rio



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.  
**FIGURA 7.9.3-134** - Rua da Cidade

Não existem ocupações irregulares, cortiços ou favelas na cidade.

#### 7.9.3.5.5 Padrão Construtivo

Na parte mais consolidada da cidade, as construções são de alvenaria, com cobertura em telhas de cerâmica, térreas ou assobradadas (**FIGURA 7.9.3-135**). Ainda há casas antigas, em taipa. À medida que se afasta do centro em direção aos bairros mais recentes, predomina a construção térrea em madeira (**FIGURA 7.9.3-136**), particularmente no Bairro Novo, com telha de barro, de madeira ou fibrocimento.



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-135** - Construções em Alvenaria



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-136** - Construções em Madeira

#### 7.9.3.5.6 Infraestrutura

##### a) Sistema Viário

A trama viária de Senador José Porfírio é ortogonal, composta por ruas e avenidas largas iniciando às margens do Rio Xingu, no sentido norte-sul, com algumas vias pavimentadas na área central e parte dos bairros dos Linhares e Maranhenses (**FIGURA 7.9.3-137**), sendo cerca de 20% delas asfaltadas e 80% em blokret. As demais ruas não têm pavimentação nem calçadas. É evidente a diferença de tratamento do espaço urbano na orla do rio, entre os bairros Centro e Encantado. As vias que margeiam o rio são completamente distintas, como se fossem de cidades diferentes (**FIGURA 7.9.3-138**)

A **FIGURA 7.9.3-139** ilustra a Infra-Estrutura Existente em Senador José Porfírio



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-137** – Rua Governador Magalhães Barata, no Centro

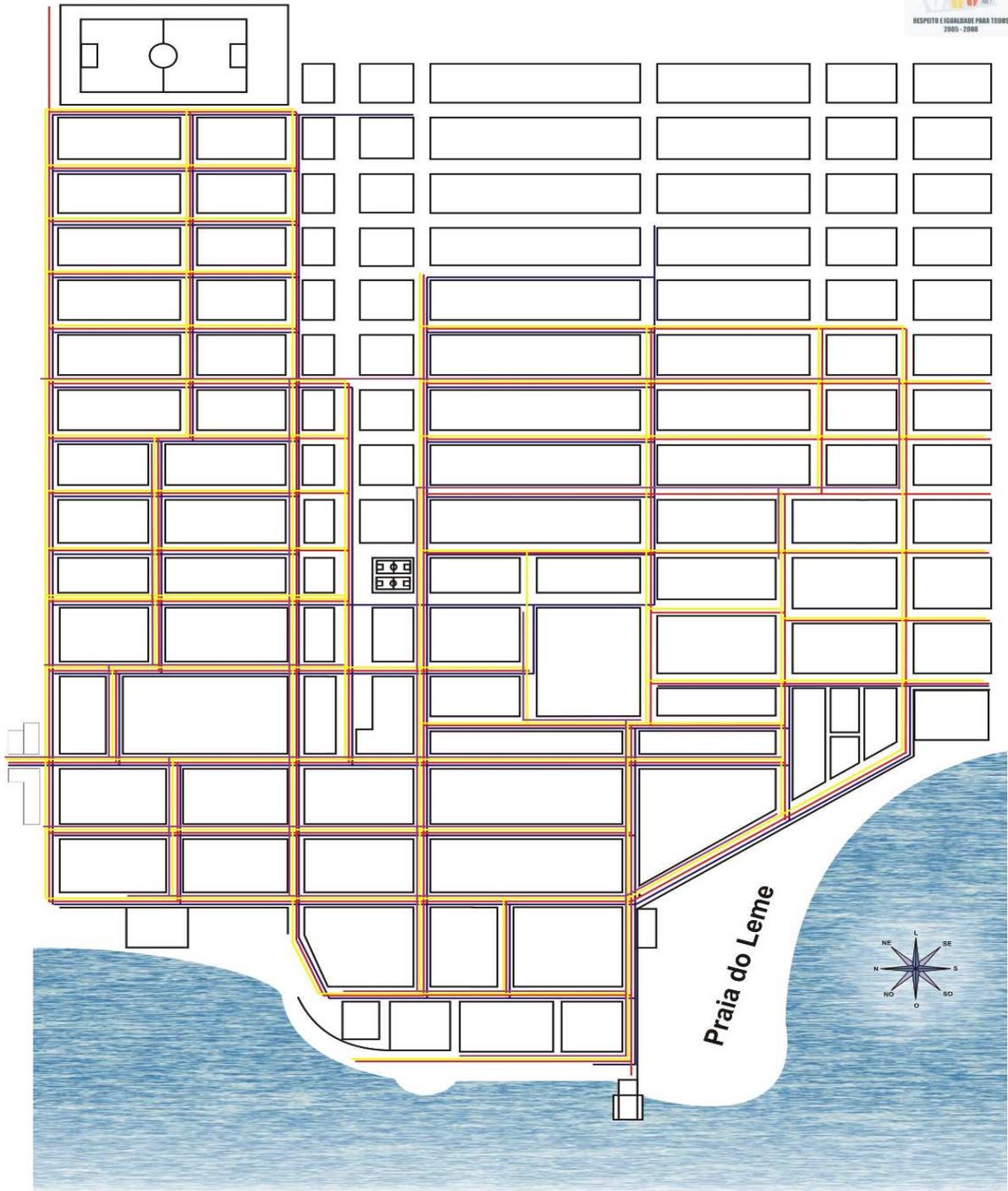


**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-138**– Rua Beira Mar, no Bairro Encantado



**Mapa da Cidade de Senador José Porfírio  
INFRA-ESTRUTURA**



- Legenda**
- Rede Elétrica
  - Rede de Abastecimento de Água
  - Rede Telefônica
  - Pavimentação
  - Rede de Esgotos

Mapa Vetorizado da Cidade de Senador José Porfírio  
 Prefeitura Municipal de Senador José Porfírio  
 Administração: Cleto José Alves da Silva  
 Execução: Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral- SEPLAN  
 Designer Gráfico: Cleisson Luís Silva Bentes  
 Data: Julho/2006

**FONTE:** Planta fornecida pela Prefeitura de Senador José Porfírio.

**FIGURA 7.9.3-139** - Infra-Estrutura Existente em Senador José Porfírio

Boa parte da cidade tem valas abertas em frente às casas, para escoamento das enxurradas, uma vez que não existe rede de drenagem pluvial (**FIGURA 7.9.3-140 e FIGURA 7.9.3-141**). Apenas um pequeno trecho dessas valas é coberto. Como não existe serviço permanente de limpeza dessas valas, elas acumulam mato e lixo, não conseguindo escoar a água das chuvas, que não raramente alcança as casas.



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.  
**FIGURA 7.9.3-140** - Vala de Drenagem Pluvial Coberta



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.  
**FIGURA 7.9.3-141** – Vala de Drenagem Pluvial Descoberta

Há poucas placas de sinalização indicativa do nome das ruas. Não existe sinalização de trânsito.

Na cidade toda há apenas uma rotatória, na confluência da Travessa Abel Figueiredo com a Rua Benjamim.

O Município não conta com transporte coletivo, tendo grande fluxo de bicicletas e motocicletas, principalmente na área do centro e de comércio. A sede do Município usa bastante o transporte hidroviário, basicamente para a ligação com a sede do Município de Vitória do Xingu e atendimento às áreas rurais lindeiras ao Rio Xingu. Para tanto, conta com um trapiche e um pequeno terminal de embarque e desembarque de passageiros e carga.

O transporte escolar é feito por 1 microônibus e uma kombi da Prefeitura Municipal, 3 kombis e 2 caminhões locados. Quando da realização da pesquisa, havia previsão de recebimento até setembro de 2008, pela Prefeitura Municipal, de um ônibus para o transporte escolar.

#### **b) Abastecimento de Água**

Parte da cidade é abastecida de água, cuja captação é feita em poços profundos, de 120 m, e distribuição por dois sistemas interligados. Apenas as áreas mais distantes do Bairro Novo, bem como o bairro Piquiá, ainda não são servidas com abastecimento de água.

#### **c) Esgotamento Sanitário**

Não há sistema de esgotamento sanitário na cidade. As edificações adotam o sistema de fossas sépticas, nas partes mais consolidadas da cidade e fossas negras, nas áreas mais precárias.

#### **d) Resíduos Sólidos**

Há coleta diária de lixo, em caminhão aberto, na parte central. Nos bairros a coleta é feita em dias alternados. O lixo coletado é depositado a céu aberto (lixão), em um terreno a 3 km do centro da cidade. A Prefeitura, regularmente, revolve e cobre o lixo com terra.

#### **e) Drenagem Pluvial**

Como já mencionado, não há rede de drenagem pluvial na cidade. O terreno extremamente plano não favorece o escoamento das águas. Para tentar resolver essa questão, têm sido cavadas valas nas laterais das ruas, sem sarjetas ou meio-fios (**FIGURA 7.9.3-142**). Entretanto, não há manutenção dessas valas; o mato e a sujeira acumulada, inclusive de lixo jogado pelos moradores ou trazido pelo vento, fazem com que as valas não funcionem como escoadouros da água que, não raramente, invade as casas.



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-142** – Vala de Drenagem Pluvial

Há 2.000 metros de valas de águas pluviais na cidade. Apesar delas, nas grandes enchentes, as casas são atingidas pelas águas. Em 2002, houve o alagamento das edificações situadas na Rua Santa Luzia, Travessa Abel Figueiredo, Rua Benjamim e Rua Olívio Bahia até o Estádio Municipal.

A maior vala existente percorre três bairros, começando na Rua Santa Luzia, no bairro de Linhares, margeando o Bairro Linhares e chegando ao Bairro Maranhenses. Nessas valas são lançadas as águas servidas.

#### **f) Energia Elétrica e Iluminação Pública**

A cidade toda é abastecida por rede de energia elétrica e iluminação pública, com energia gerada em Tucuruí.

#### **g) Comunicações**

Senador José Porfírio dispõe de sistema de telefonia fixa e móvel. Há telefones públicos distribuídos pelas ruas da cidade.

Existe uma agência dos Correios, na Rua 14 de Abril, que funciona como banco postal.

### **7.9.3.5.7 Equipamentos urbanos e serviços públicos**

#### **a) Educação**

As escolas na zona urbana, distribuídas nos diversos bairros (**FIGURA 7.9.3-25**) atendem alunos da Educação Infantil; Ensino Fundamental e Ensino Médio

**b) Saúde**

Senador José Porfírio possui, na sede municipal, um Centro de Saúde, uma Unidade Básica de Saúde da Família e uma unidade de Vigilância Epidemiológica.

Há, ainda, um hospital municipal, no Centro, que atende pelo Sistema Único de Saúde – SUS e pediatria. Conforme apresentado anteriormente (**subitem 7.9.2.3-Volume 21**), a unidade onde funcionava o PSF foi transferida para uma casa da Prefeitura para dar lugar à construção deste um hospital de 15 leitos, obra do governo do Estado do Pará. As instalações físicas deste hospital são muito amplas, distribuídas em três alas. Entretanto, não dispõe de centro cirúrgico. Está prevista a implantação de outra equipe do PSF na sede do município, e as duas devem atuar nesta unidade em construção.

**c) Cultura, Esporte e Lazer**

A principal área de entretenimento e lazer da cidade é a orla (**FIGURA 7.9.3-143**), representada pela Rua Mangabeira Barata (Rua da Frente) e pela Praia do Leme, além do próprio Rio Xingu (**FIGURA 7.9.3-144**).



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-143** - Orla do Rio



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.3-144** - Rio Xingu

**d) Segurança Pública**

Senador José Porfírio é sede de comarca e conta com uma Delegacia de Polícia e um Fórum.

**e) Estrutura Administrativa da Prefeitura**

As instalações da Prefeitura Municipal são simples, mas adequadas ao porte do município e as Secretarias Municipais funcionam em outros imóveis espalhados pela cidade. A Prefeitura possui 5 Secretarias: Administração e Finanças, Educação, Saúde, Trabalho e Promoção Social e Agricultura.

O município dispõe de Lei Orgânica e cumpre as exigências legais de elaboração do Plano Plurianual e das Leis de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual. Em 2006, por meio de um convênio com o Governo Estadual e a Confederação Nacional de Municípios, foi elaborado o Plano Diretor de Senador José Porfírio, conforme anteriormente mencionado, que não chegou a ser implementado.

O município não conta com bases cartográficas, cadastro imobiliário ou planta de valores, o que dificulta a cobrança de IPTU e outros tributos. Também não existe um serviço de informações municipais estruturado, a não ser as relativas às áreas de Saúde e Educação, organizadas em função das exigências dos programas federais para esses dois setores.

Não há serviço de fiscalização de uso e ocupação do solo, aprovação e fiscalização de projetos de parcelamento ou de edificações e obras, nem de licenciamento para o funcionamento de atividades econômicas, pela inexistência dos instrumentos regulatórios. Também não existe serviço de dívida ativa implantado no Município.

Cabe, entretanto, salientar a existência Lei Municipal nº 002, de 12 de julho de 1983, que dispõe sobre a determinação de área de terra para a criação de uma Reserva Biológica, com 100 metros de cada lado do Igarapé Nazaré, e a proposta de criação do Monumento Natural de Senador José Porfírio. Este último, situado na área em que se localiza a gruta Leonardo da Vinci, com 176 metros de desenvolvimento, pelo fato de que, talvez, seja a única gruta desenvolvida em rocha folhelho, na Amazônia.

#### **f) Projetos Educacionais, Culturais e Ambientais**

Conforme anteriormente mencionado, o Município de Senador José Porfírio desenvolve vários projetos no âmbito educacional, cultural e ambiental. Segundo informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Educação de Senador José Porfírio, nos últimos anos houve grandes investimentos no que se refere à construção de escolas e qualificação dos profissionais, entretanto, o número de escolas ainda não é suficiente para atender a demanda da rede municipal de Ensino. Além disso, há carência quanto à qualificação dos educadores, especialmente nas áreas de conhecimentos mais específicos. Trata-se de um problema antigo, que preocupa a administração municipal desde a década de 1990.

Para amenizar esse problema, em 1992, foi criado o Projeto Gavião I, uma parceria do Município com a Universidade Federal do Pará, com o objetivo de melhor qualificar os professores da rede municipal de ensino através da realização de cursos de formação de docentes para o ensino fundamental de 5ª a 8ª série. A partir de 1997, a educação do município passou por muitas transformações, desde mudanças administrativas até a realização do primeiro concurso público para docentes no município. Em 1998, deu-se seqüência ao Projeto Gavião I e início ao Projeto Gavião II, que promove a qualificação de professores no nível de 2º grau magistério.

Outro projeto importante no setor educacional do município é o Projeto Aprendendo a Aprender, implantado em 2006 com o objetivo de esclarecer e preparar os docentes para trabalharem com alunos especiais em turmas normais. O projeto foi orçado no valor de R\$ 506,00 e tinha o objetivo principal de esclarecer junto a família, a comunidade e outras instituições o tema abordado, contribuindo assim, para o sucesso pedagógico da inclusão de alunos com necessidades especiais em salas comuns.

O Projeto Resgatando a História e Cultura Afro-brasileira, implantado em dezembro de 2006, representou o intercâmbio entre as escolas da rede municipal da zona rural e urbana do município de Senador José Porfírio (PA). Seu intuito era o de evidenciar a contribuição dos africanos na construção da identidade cultural do povo brasileiro, e, ao mesmo tempo, atender à Lei 10.639 que institui a obrigatoriedade do ensino de História da África e dos Africanos no currículo escolar do Ensino Fundamental e Médio. O Projeto, orçado em R\$ 3.000,00,

promoveu debates e estudos sobre as influências da cultura africana na construção da cultura brasileira e apresentou à comunidade local as atividades desenvolvidas durante o ano nas escolas da rede municipal dentro da disciplina destinada ao ensino da história da África.

Quanto aos projetos realizados em parceria com outras entidades, destacam-se os Projetos Navegar IV, Tartaruga Viva, Banda Municipal de Música e o Festival do Caratinga.

O Projeto Navegar IV, criado através do convênio entre a Secretaria Estadual de Esporte e Lazer (SEEL) e a Prefeitura Municipal, é um dos mais importantes de Senador José Porfírio. O projeto visa o atendimento das crianças de escolas da rede pública de ensino, com idade entre 12 a 15 anos, e busca incentivá-las à prática de esportes náuticos, tais como vela, remo e canoagem.

O idealizador do projeto é o velejador Lars Graef, visando dar oportunidade às crianças com menor poder aquisitivo de praticar modalidades esportivas consideradas de elite. O projeto tem como principais objetivos

*“Proporcionar ações esportivas, culturais, de higiene, segurança e meio ambiente; difundir os esportes náuticos: Vela, Canoagem e Remo, onde incluiremos o de identidade cultural em barcos regionais denominados baleeira; resgatar a auto-estima e cidadania dos participantes do programa; (...) contribuir para a integração social, promoção a saúde e o desenvolvimento da cidadania, incluindo alunos portadores de necessidades especiais; possibilitar uma nova reflexão e sistematização na Política do Esporte e Lazer; buscar apoio no poder público e na iniciativa privada; desenvolver um trabalho interdisciplinar e interinstitucional; estimular a convivência em grupo; dar oportunidade às crianças e jovens de potencial a se tomarem grandes atletas de rendimento”<sup>14</sup>.*

O Projeto Navegar possui sede própria, onde são ministradas “aulas de introdução e segurança, básico de canoagem, vela e remo, introdução de ecossistema, noções de salvamento, primeiros socorros, práticas de nós e cabos e civismo e cidadania”.

O Projeto Tartaruga Viva, implantado em 2001, tem o objetivo de integrar os alunos da Rede Municipal de Ensino em um trabalho de preservação ambiental e preservação da cultura local. Trata-se de uma parceria entre o IBAMA-CENAQUA e diversas Secretarias Municipais de Senador José Porfírio (Educação, Cultura, Desporto e Turismo; Saúde e Meio Ambiente e Assistência Social), na tentativa de proteger as tartarugas, através da implantação de um projeto que envolva adultos e crianças. O trabalho, desenvolvido em conjunto por professores, alunos e técnicos do IBAMA, objetiva proteger a reprodução das tartarugas, através da coleta dos filhotes nas covas naturais, levando-os para um viveiro, onde permanecem por um período específico, para fortalecimento da carapaça e perda do odor característico. Depois, é feita a contagem e soltura dos filhotes no ambiente natural.

O Projeto da Banda Municipal de Música data de 2000 e é realizado através de parceria entre a Prefeitura Municipal e o reformatório Carlos Gomes. Entretanto, segundo informações da Secretaria Municipal de Educação, devido à falta de recursos financeiros e bolsa de estudos

---

<sup>14</sup> SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO. “HISTÓRICO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO –PA”. SENADOR JOSÉ PORFÍRIO, PA: AGOSTO / 2007.

para os alunos da banda principal, o número de alunos vem diminuindo muito com o passar dos anos.

O Festival do Caratinga, implantado em 1990, tem o objetivo de promover a melhoria da qualidade de vida da população por meio da realização de atividades de entretenimento e lazer. Tais atividades são planejadas de forma a valorizar a cultura popular, através da manutenção e resgate das tradições culturais locais e, também, conscientizar a população quanto aos impactos da ação humana sobre o meio ambiente e às ações necessárias à preservação do patrimônio natural. Assim, são realizadas atividades que buscam o fortalecimento da

*“vocação do ecoturismo de praia, rio, pesca esportiva, observa o do berçário de tartaruga, esportes náuticos, entre outras atividades turísticas que resultam em benefícios diretos   comunidade local, tais como: gera o de emprego, produ o de bens e serviços e preserva o de seu patrimônio natural e cultural, entre outros fatores de inclusão social”<sup>15</sup>.*

A pesca do caratinga, realizada pelos pescadores locais, expressa a identidade, força, determina o e sobrevivência do povo ribeirinho do XINGU. Outrossim, essas atividades vêm permitindo a compreensão dos impactos da a o humana sobre o meio ambiente e conseqüentemente os ajustes necessários para a intera o do homem com o recurso natural de maneira que o patrimônio cultural preserve o natural.

O nome do festival remete ao peixe caratinga, peixe dourado ou prateado, o tipo mais comum e tradicional da região de Senador José Porfírio, aparecendo, em maior quantidade, entre os meses de dezembro e março e tornando-se, neste período, a base da alimenta o da popula o local.

O Festival do Caratinga, realizado através de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Educa o e as escolas municipais, tem sido, nos últimos anos, uma das maiores manifesta es culturais entre todas as que ocorrem em Senador José Porfírio.

#### **g) Associativismo e Organiza o Social**

Em Senador José Porfírio, além de ter sido identificada a atua o de movimentos de abrangência regional, como o Movimento para o Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu – MDTX e a Funda o Viver, Produzir e Preservar – FVPP, foram identificadas associa es diretamente relacionadas organiza o cooperativa dos trabalhadores rurais, quais sejam:

- Associa o dos Agricultores da  gua Preta - Senador José Porfírio – AGAP;
- Associa o dos Agricultores de Senador José Porfírio – S. J. Porfírio – AGRISENP;
- Associa o da Casa Familiar Rural de Senador José Porfírio; e,
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais Senador José Porfírio – STR.

---

<sup>15</sup> Secretaria Municipal de Educa o, Cultura, Desporto e Turismo. “Histórico Educacional do Município de Senador José Porfírio –PA”. Senador José Porfírio, PA: Agosto, 2007.

#### 7.9.4 CARACTERIZAÇÃO DAS SUBÁREAS RURAIS, LOCALIDADES E COMUNIDADES RIBEIRINHAS

São apresentadas, neste item, a caracterização geral das Subáreas Rurais da Área de Influência Direta do AHE Belo Monte, bem como a caracterização específica das localidades nelas situadas, visando um diagnóstico das diversas realidades e atividades sociais, econômicas e culturais de sua abrangência.

A **Subárea Rural 1**, denominada **Volta Grande do Xingu**, abrange parte do Município de Vitória do Xingu, entre a Rodovia Transamazônica e o Rio Xingu, e está diretamente relacionada com seguintes compartimentos do AHE Belo Monte: Reservatório do Xingu na margem esquerda (ME) a jusante de Altamira, Trecho de Vazão Reduzida (TVR) na margem esquerda e Reservatório dos Canais.

A **Subárea Rural 2**, denominada **Trecho de Vazão Reduzida (TVR) Margem Direita**, relaciona-se diretamente com o compartimento trecho de vazão reduzida, na margem direita do Rio Xingu, compreendendo porções dos municípios de Senador José Porfírio e Anapu.

A **Subárea Rural Jusante (Subárea 3)** relaciona-se com a área de jusante da Casa de Força Principal do AHE Belo Monte, abrangendo a porção do município de Vitória do Xingu acima da rodovia Transamazônica e parte do município de Senador José Porfírio.

A **Subárea Rural Reservatório do Xingu Margem Esquerda (Subárea 4)** está relacionada com o compartimento do AHE Belo Monte de mesmo nome e abarca porções dos municípios de Altamira e Brasil Novo.

Por fim, a **Subárea Rural 5**, denominada **Reservatório do Xingu Margem Direita**, compreende o restante da área do município de Altamira, na conhecida região da Rodovia Transassurini (ou região do Assurini), relacionando-se com o compartimento do AHE Belo Monte Reservatório do Xingu na margem direita.

De acordo com a metodologia utilizada, foram consideradas, também, as demais localidades e imóveis rurais onde se desenvolvem atividades de garimpo, pesca, extrativismo vegetal e mineral, lazer, turismo e atividades agropecuárias, que não estejam sendo consideradas na listagem supracitada, mas para os quais há indícios de serem diretamente impactados pelo AHE.

Embora as sedes municipais de Senador José Porfírio, Vitória do Xingu, Altamira, Anapu e Brasil Novo estejam localizadas nessas Subáreas, são caracterizadas separadamente, no item 7.9.3, destinado às Subáreas Urbanas, conforme apresentado anteriormente.

O **QUADRO 7.9.4.1**, a seguir, relaciona as Subáreas Rurais da AID, sua situação relativa aos compartimentos do AHE Belo Monte, bem como as localidades – povoados, outros aglomerados e núcleos de referência rural identificados na pesquisa.

### QUADRO 7.9.4-1

Relação das Subáreas Rurais da AID e Situação Relativa aos Compartimentos do AHE Belo Monte

Nº Subárea	Nome da Subárea	Município(s) de Abrangência	Situação Relativa aos Compartimentos do AHE Belo Monte	Povoados/Outros Aglomerados(1)	Núcleos de Referência Rural (2)
01	Volta Grande do Xingu	Vitória do Xingu	Reservatório do Xingu (ME) a jusante de Altamira; TVR (ME) e Reservatório dos Canais	Belo Monte, Agrovila Leonardo da Vinci	Bom Jardim II, Deus é Amor (São Francisco), Paratizão, Santa Luzia, Santo Antônio, São Francisco das Chagas (Baixada), São José, São Pedro, São Raimundo Nonato e Bom Jardim I
02	Trecho de Vazão Reduzida (TVR) Margem Direita	Senador José Porfírio e Anapu	TVR Margem Direita	Belo Monte do Pontal, Ressaca, Garimpo do Galo e Ilha da Fazenda	Surubim, Itatá e Trans União
03	Jusante	Senador José Porfírio e Vitória do Xingu	Área a jusante da Casa de Força Principal	Vila Nova	Alto Brasil, Bom Pastor, Padre Eurico Krautler, Agrovila Cilo Bananal e Travessão do Bambu
04	Reservatório do Xingu Margem Esquerda (ME)	Altamira e Brasil Novo	Reservatório do Xingu (ME)	Agrovila Princesa do Xingu, Agrovila Carlos Pena Filho e Agrovila Vale Piauiense	Agrovila Olavo Bilac, Gaviãozinho, Sagrado Coração de Jesus (Pioneira), Santo Antônio, São João Batista, Santa Juliana e Serrinha
05	Reservatório do Xingu Margem Direita (MD)	Altamira	Reservatório do Xingu (MD)	Agrovila Sol Nascente	Babaquara, Bom Jardim I – Assurini, Itapuama, Mangueiras (Cana Verde), Transassurini, Travessão do Espelho, Travessão dos Cajá, Travessão Paratizinho, Travessão Pimentel (Quatro Bocas) e Ramal dos Crentes

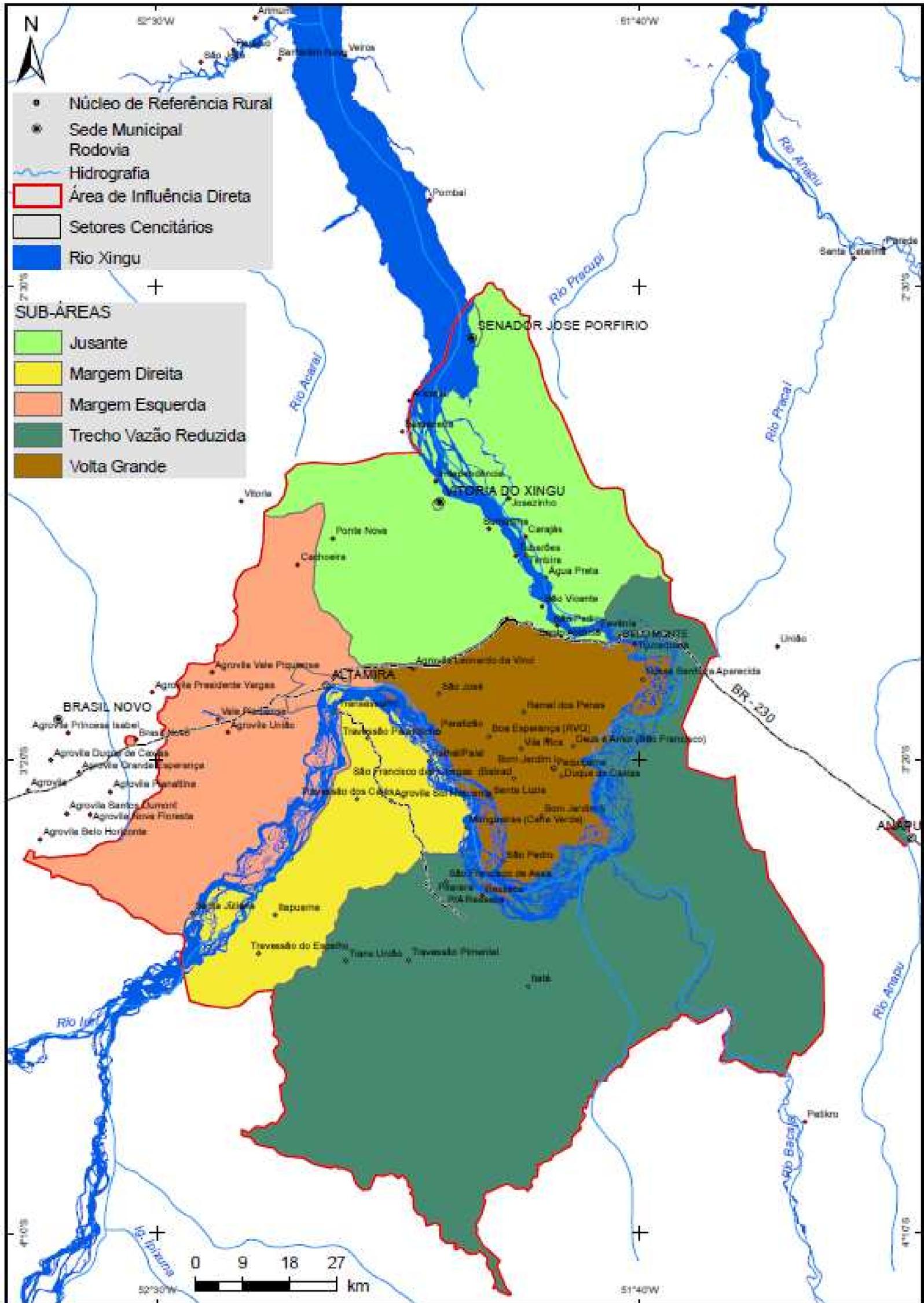
**FONTE:** IBGE, Setores Censitários de 2007. Pesquisas Socioeconômicas (julho 2007 a julho 2008).

Cabe ressaltar que os seguintes núcleos de referência rural, localizados na AID, também fazem parte da Área Diretamente Afetada.

- Santa Luzia; São Francisco das Chagas, São Francisco (Deus é Amor), São Raimundo Nonato e Paratizão, localizados na Subárea Rural 1;
- Santo Antonio, localizado na Subárea Rural 4;
- Transassurini, Mangueiras (Cana Verde), Bom Jardim I, localizados na Subárea Rural 5.

Assim, embora sejam apresentados aspectos gerais relacionados aos mesmos, sua caracterização pormenorizada será apresentada no Diagnóstico da ADA.

A **FIGURA 7.9.4-1** apresenta a delimitação AID do AHE Belo Monte e das Subáreas que dela fazem parte, que totaliza uma área aproximada de 13.937,77 km<sup>2</sup>, cuja distribuição é apresentada na **TABELA 7.9.4-1** a seguir. As 5 Subáreas rurais totalizam 13.851,83 km<sup>2</sup>.



FONTE: IBGE, Setores Censitários de 2007. Pesquisas Socioeconômicas (julho 2007 a julho 2008).

FIGURA 7.9.4-1 - Delimitação das Subáreas da AID

**TABELA 7.9.4-1**  
Subáreas Rurais da AID do AHE Belo Monte

Nº	Subárea	Município	Sigla	Área (ha)	População
1	Volta Grande do Xingu	Vitória do Xingu	VG	159.100,00	2.787
2	Trecho de Vazão Reduzida	Anapu, Senador José Profírio	TVR	591.842,00	5.601
3	Jusante	Vitória do Xingu, Senador José Profírio	JS	253.466,00	7.202
4	Margem Esquerda	Brasil Novo, Altamira	ME	209.419,00	5.703
5	Margem Direita	Altamira	MD	141.147,00	3.409
<b>Total Subáreas Rurais</b>				1.354.974,00	24.702

**FONTE:** IBGE: Área Territorial Oficial. 2001.

Conforme visto no item 7.9.2.1-Volume 21, a população total das Subáreas Rurais da AID é de 24.516 habitantes, sendo a Subárea Rural Jusante a que possui a maior população, com 7.016 habitantes, conforme apresentado no item 7.9.2.1- Volume 21. A Subárea Volta Grande é a que apresenta a menor população, correspondendo a 2.787 habitantes.

Esta população é composta por 55,8% de homens e 44,2% de mulheres, mantendo-se em todas as faixas etárias. Esta sobre-população masculina evidencia situação semelhante àquela encontrada na AII, em relação ao indicador razão de sexo, que apresenta número superior a 100 homens (para cada 100 mulheres), especialmente, nas áreas menos urbanizadas e, particularmente, nas regiões de fronteira, como é o caso da AID.

Com índices variando entre 0,95 hab./km<sup>2</sup> e 3,0 hab./km<sup>2</sup>, as densidades demográficas das 5 Subáreas, em média, de 2 habitantes/km<sup>2</sup>, acompanham os índices da Região, conforme já apontado nos estudos da AII, a despeito da existência de núcleos rurais e aglomerados com densidades altas, conforme pode ser visto nos itens a seguir, que apresentam a caracterização de cada Subárea Rural.

A população migrante residente nas Subáreas Rurais da AID corresponde a 2458 habitantes, representando cerca de 10,0% da população total. Estes migrantes são oriundos, em 77, 1% dos casos, de outros Municípios do Estado do Pará.

A **TABELA 7.9.4-2**, a seguir, apresenta a lista de equipamentos sociais e estabelecimentos comerciais existentes nas Subáreas Rurais delimitadas na AID.

**TABELA 7.9.4-2**  
Equipamentos Sociais  
e Estabelecimentos Comerciais na AID Rural

Categoria da Localidade <sup>(2)</sup>	Equipamentos Sociais / Estabelecimentos Comerciais									
	Escola	Posto de Saúde	Igreja	Estabelecimento Comercial	Cemitério	Lazer	Atividade Econômica	Educação (PETI)	Porto	Saúde (Postos de vacinação)
Subárea Rural 1	13	4	17	26	3	2	-	-	1	0
Subárea Rural 2	9	3	11	46	1	1	0	0	1	1
Subárea Rural 3	7	4	8	12	1	5	-	2	-	-
Subárea Rural 4	13	8	23	25	1	9	-	4	-	-
Subárea Rural 5	14	2	14	29	1	1	2	3	1	1
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>21</b>	<b>73</b>	<b>138</b>	<b>7</b>	<b>18</b>	<b>2</b>	<b>9</b>	<b>2</b>	<b>2</b>

**FONTE:** IBGE, Setores Censitários de 2007. Pesquisas Socioeconômicas (julho 2007 a julho 2008).

As características gerais de cada Subárea, bem como as características específicas de povoados, aglomerados e núcleos pertencentes a cada Subárea são tratados nos itens a seguir.

#### 7.9.4.1 Subárea Rural 1 - Volta Grande do Xingu

A Subárea Rural 1 abrange parte do Município de Vitória do Xingu, entre a Rodovia Transamazônica e o Rio Xingu. Está diretamente relacionada com os principais compartimentos e elementos do AHE Belo Monte – Reservatório do Xingu na margem esquerda (ME) a jusante de Altamira, trecho de vazão reduzida (TVR) na margem esquerda, Reservatório dos Canais, barragem, canteiros e alojamentos. (**FIGURA 7.9.4-2**)

O principal acesso por terra é realizado pela Rodovia Transamazônica (BR 230) e, através dos travessões e vicinais, chega-se a quase todas as localidades que compõem a Subárea 1. O deslocamento através do Rio Xingu é ainda muito utilizado pela população das localidades ribeirinhas e, em alguns casos, é o único possível. Os principais travessões que cortam a Volta Grande do Xingu são: Travessões km 60, km 55 (CNEC), km 50, km 45 (Cobra Choca), km 27 Sul, Transcatitu e Travessão km 23 Sul. O Mapa Localidades, Acessos, Infra-Estrutura de Transporte, Equipamentos de Lazer e Turismo (**Desenho 6365-EIA-DE-G93-005 e Desenho 6365-EIA-DE-G93-007**) apresenta as informações detalhadas sobre o conjunto da Subárea 1, incluindo o mapeamento de todas as estradas e localidades rurais.

A **FIGURA 7.9.4-2** a seguir, mostra a inserção da Subárea 1 na AID do AHE Belo Monte, sua situação relativa aos compartimentos do empreendimento, além das localidades nela identificadas.

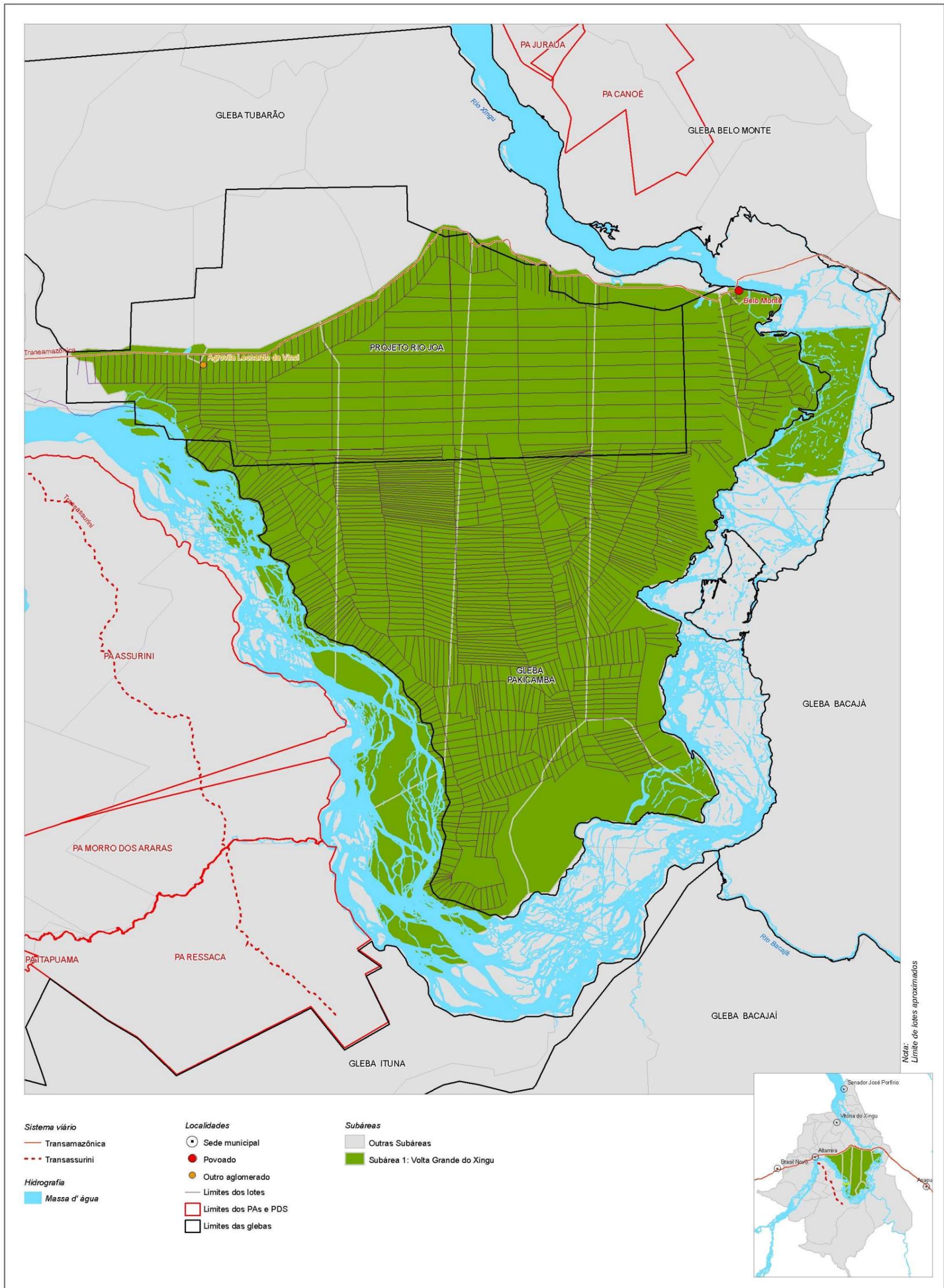


FIGURA 7.9.4-2 – Subárea 1: Volta Grande do Xingu

## a) Caracterização Geral

A Subárea Rural Volta Grande do Xingu é caracterizada pela presença de 12 localidades, entre povoados, aglomerados e núcleos de referência rural, distribuídas em uma área de 1.590 km<sup>2</sup>. Segundo a classificação praticada pelo IBGE<sup>16</sup>, foram identificados 01 povoado (Belo Monte) e 01 outro aglomerado (Agrovila Leonardo da Vinci), localizados no principal eixo de articulação regional, a Rodovia Transamazônica (BR 230). Além dessas localidades, foram identificados 10 núcleos de referência rural, dispersos nos principais travessões e vicinais, classificados segundo a identidade espacial (condição de pertencimento) e presença de equipamentos sociais, de acordo com a metodologia apresentada no item 7.9.1- Volume 21, no âmbito deste estudo.

A denominação dos núcleos de referência rural foi definida de acordo com as informações obtidas durante as pesquisas: socioeconômica censitária e socioantropológica e, geralmente, remete a elementos territoriais, como travessões e rios, ou equipamentos sociais em geral.

Os **QUADRO 7.9.4-2** e **QUADRO 7.9.4-3** quadros a seguir resumem as características principais dos povoados e aglomerados, bem como dos 10 núcleos de referência rural identificados na Subárea Rural 1.

### QUADRO 7.9.4-2

#### Povoados e Aglomerados na Subárea Rural 1 Volta Grande do Xingu

Povoados e Aglomerados	
Belo Monte (povoado)	Localizado no eixo de articulação regional, Rodovia Transamazônica (BR-230); é ribeirinho, com características mais urbanizadas; a travessia da balsa será bastante afetada;
Agrovila Leonardo da Vinci (aglomerado)	Localizado no eixo de articulação regional, Rodovia Transamazônica (BR-230)

### QUADRO 7.9.4-3

#### Núcleos de referência rural na Subárea Rural 1 – Volta Grande do Xingu

Núcleos	
Santo Antonio	Situado às margens da Transamazônica; o fundo fica na beira do Rio; faz parte da ADA
São José	Localiza-se em terra firme; serve de apoio à população rural
Paratizão	Situa-se na beira do Rio Xingu; núcleo de população ribeirinha
São Raimundo Nonato	Reservatório dos canais (terra firme que irá ser deslocada); faz parte da ADA
Deus é Amor (São Francisco)	Reservatório dos canais (terra firme que vai ser deslocada) (também faz parte da ADA)
Bom Jardim I	Reservatório dos canais (terra firme que vai ser deslocada); faz parte da ADA
São Francisco das Chagas (Baixada)	Localizado em terra firme; típico núcleo rural com casa de liderança e escola que se usa para reunião, mais capela; faz parte da ADA
Santa Luzia	Beirada do Xingu, ribeirinho; faz parte da ADA
Bom Jardim II	Terra firme
São Pedro	Beirada do rio, área de vazão reduzida, depois do barramento

<sup>16</sup> IBGE. Metodologia do Censo Demográfico 2000. Série Relatórios Metodológicos, volume 25, capítulo 6 – Desenho Conceitual, item 6.3.1.2 – Outras Áreas de Divulgação e Apuração.

Para fins de caracterização, é importante destacar que os povoados, aglomerados e núcleos que estão localizados na área diretamente afetada (ADA) serão detalhados no item destinado à caracterização das localidades rurais inseridas na ADA do AHE Belo Monte, no âmbito deste estudo. Salienta-se, ainda, a presença da Terra Indígena Paquiçamba que será objeto de detalhamento em estudo específico no presente EIA.

Conforme já exposto, esta Subárea Rural é delimitada pela Rodovia Transamazônica e pela Volta Grande do Xingu, ocupando área de 159.100 ha. Nela se encontram, além da TI Paquiçamba, anteriormente citada, a Gleba de mesmo nome, e parte do Projeto Agropecuário Rio Joa.

Também como anteriormente exposto, essa Subárea será a afetada pela implantação do AHE Belo Monte cujo compartimento do Reservatório dos Canais apesar de ocupar apenas 12% do seu território, o seccionará no sentido Sudoeste/Nordeste, criando três porções territoriais: (i) ao Sul, limitada pelos Canais e pelo primeiro trecho da vazão reduzida; (ii) a Nordeste, definida pela margem direita do Reservatório dos Canais, pelo TVR e pela Transamazônica; e (iii) a Noroeste, delimitada pelas margens esquerdas do Reservatório dos Canais e do Reservatório do Xingu e pela Transamazônica.

A Gleba Paquiçamba com 82.043 ha de área – parcelada em lotes com áreas entre 50 a 100 ha, seguida de lotes entre 100 e 200 ha – é ocupada por pequenos produtores. Aqui o processo de ocupação se intensificou na década de 1980 e foi se consolidado na última década. Quando o processo de valorização das terras nas imediações da rodovia provocou a concentração fundiária, ocorreu o alongamento dos travessões, e a penetração e apossamento de terras para áreas mais interiores do território, em direção ao Rio Xingu. Nessa área se observa a presença majoritária de posseiros e também de proprietários titulados na década de 1980. Aqui, os pequenos produtores estão descapitalizados e vivem da agricultura de subsistência (lavoura branca) que é o principal uso das terras (arroz, o milho, o feijão, a mandioca). Os agricultores, mais capitalizados, dedicam-se a lavoura comercial (café, o cacau e a pimenta do reino) e à pecuária, a maioria desses agricultores, possuem pastagens e criam gado bovino através de um sistema extensivo.

O Projeto Agropecuário Rio Joá é um dos mais antigos (data de 1979) e 73% dos seus 65.154,01 ha, está na Subárea 1. É composto por glebas com 600 ha de área em média e lotes de 1000 ha, perpendiculares à Transamazônica.

A Terra Indígena Paquiçamba possui 4.348 ha, tendo atingido a última fase de reconhecimento, encontrando-se registrada no cartório e no Serviço de Patrimônio da União.

A cobertura vegetal existente na Subárea 1 é de Floresta Ombrófila e, de acordo com o mapeamento do SIPAM, 2004, corresponde a 74% de seu território, enquanto as pastagens representam pouco menos de 20% e as culturas cíclicas 1,5% (Ver **TABELA 7.9.4-3** e **FIGURA 7.9.4-3** a seguir).

**TABELA 7.9.4-3**  
Área Ocupada por Classe de Uso do Solo na Subárea 1

Classe de Uso do Solo	Área (ha)	Percentual (%)
Culturas Cíclicas	2.272,00	1,43
Floresta Ombrófila	117.069,02	73,58
Pecuária (pastagens)	28.924,00	18,18
Água	10.839,00	6,81
<b>Total</b>	<b>159.104,00</b>	<b>100,00</b>

**FONTE:** SIPAM, Casa Civil, 2004.

Os mapas, apresentados no **Desenho 6365-EIA-DE-G93-008** confirmam o exposto anteriormente, ou seja, que a ocupação partiu da rodovia Transamazônica e vem avançando pelos travessões. Na Carta Imagem é possível verificar que, em praticamente toda a Subárea 1, existem clareiras de desmatamento. A área mais preservada corresponde a TI Paquiçamba e as culturas cíclicas estão, de acordo com o SIPAM, mais concentradas nas margens do Rio Xingu, mais próximas da Transamazônica.

A população da Subárea Volta Grande do Xingu é de 2.787 pessoas, de acordo com a **TABELA 7.9.4-4 e o GRÁFICO 7.9.4-1**.

As maiores densidades demográficas são encontradas na Agrovila Leonardo da Vinci e no povoado de Belo Monte, onde se concentram as maiores populações. A baixa densidade demográfica da Zona Rural de Vitória do Xingu, da qual fazem parte as demais localidades identificadas, segue as taxas observadas na AII para as áreas rurais.

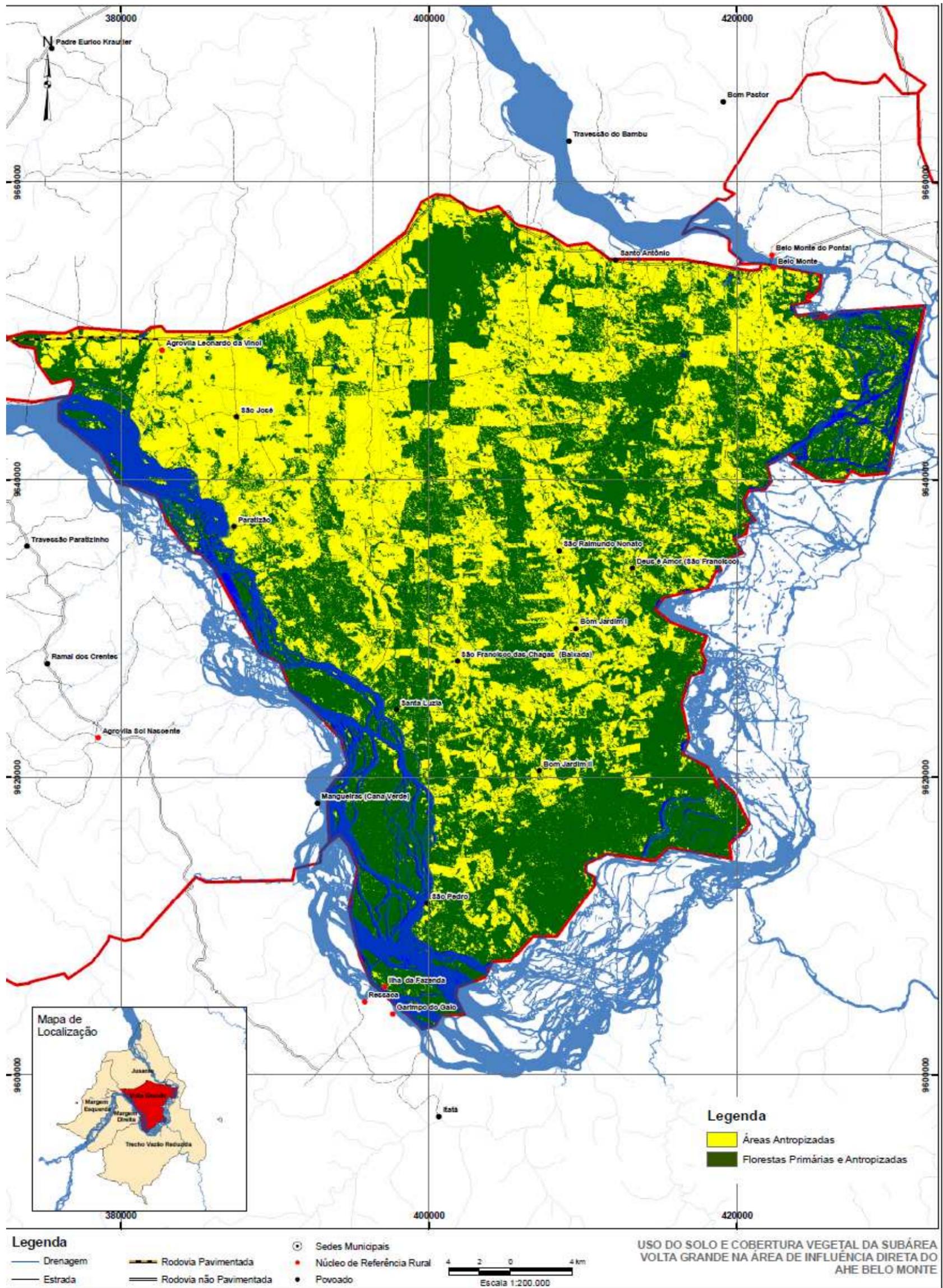


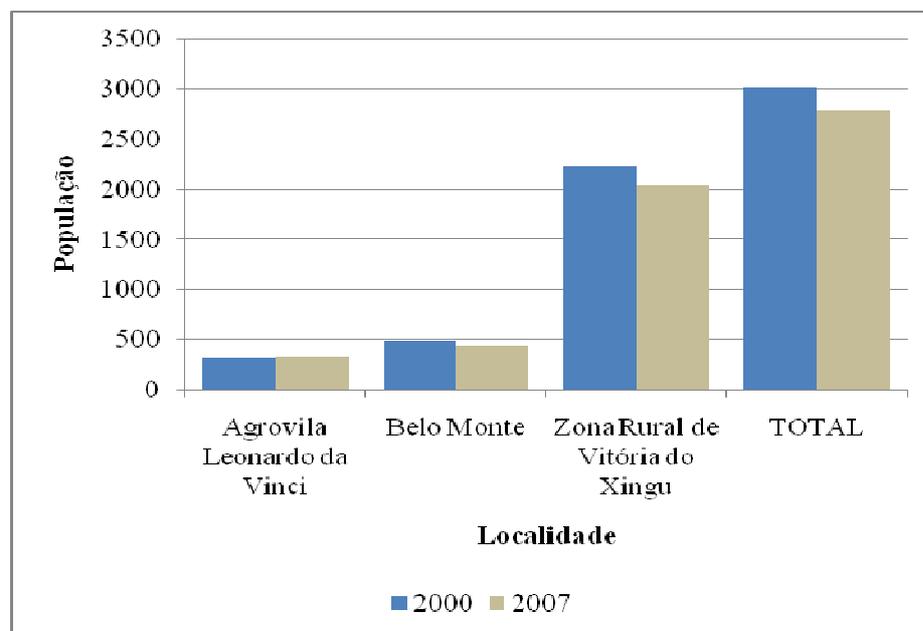
FIGURA 7.9.4-3 – Uso do Solo e Cobertura Vegetal da Subárea Volta Grande na ADA

**TABELA 7.9.4-4**

Dados Demográficos - Subárea Rural 1 Volta Grande do Xingu

Município	Localidade	População		Taxa de Crescimento Geométrico	Área (ha)	Densidade Demográfica (hab/Km <sup>2</sup> )	
		2000	2007	(% a.a)		2000	2007
Vitória do Xingu	Agrovila Leonardo da Vinci	317	327	0,44	145	218,6	225,5
	Belo Monte	480	424	-1,76	131	366,4	323,7
	Zona Rural de Vitória do Xingu	2229	2036	-1,29	158.824	1,4	1,3
<b>TOTAL</b>		<b>3.026</b>	<b>2.787</b>	<b>-1,17</b>	<b>159.100</b>	<b>1,9</b>	<b>1,8</b>

**FONTE:** IBGE. Censo Demográfico, 2000 e Contagem de População, 2007.



**FONTE:** Elaborado a partir de dados do IBGE, Censo Demográfico 2000 e Contagem de População, 2007.

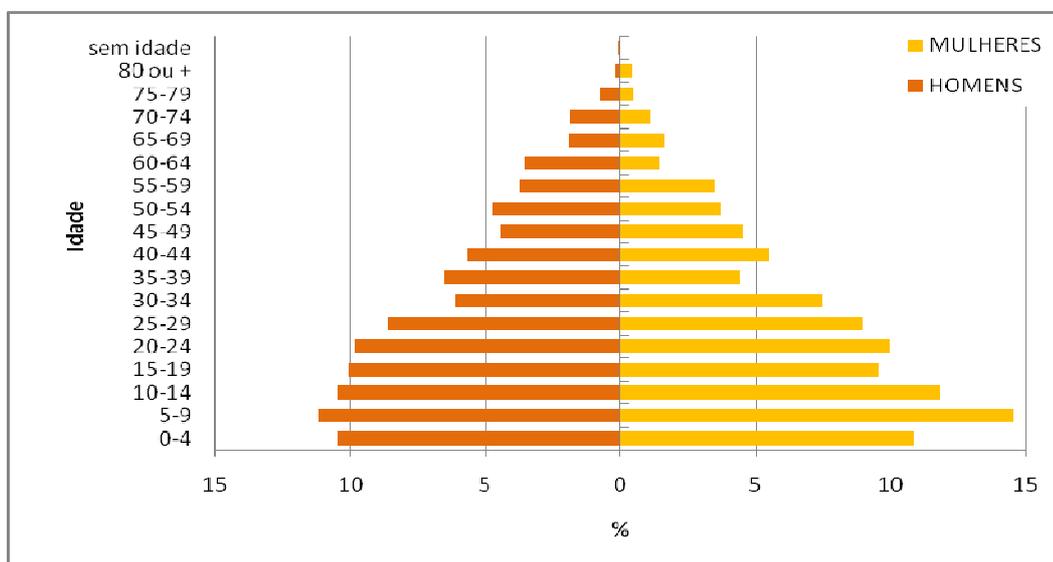
**GRÁFICO 7.9.4-1** – População por Localidade (2000/2007) - Subárea Rural 1 Volta Grande do Xingu

A **TABELA 7.9.4-5** e o **GRÁFICO 7.9.4-2** apresentam a estrutura etária da população residente na Subárea Rural 1, com predominância da população masculina, com percentual de 54,6%, que verifica em todos os intervalos de idade, exceto, na faixa dos 5 aos 9 anos. Trata-se, também, de população jovem, com cerca de 63% com idade de até 29 anos. Destes, a população em idade escolar apresenta um percentual de 37,3%, que corresponde a 23,8% da população total.

**TABELA 7.9.4-5**  
Estrutura Etária - Subárea Volta Grande do Xingu

IDADE (anos)	SEXO		TOTAL
	HOMENS	MULHERES	
0-4	158	137	295
5-9	169	183	352
10-14	158	149	307
15-19	152	120	272
20-24	149	125	274
25-29	130	113	243
30-34	92	94	186
35-39	99	56	155
40-44	86	69	155
45-49	67	57	124
50-54	71	47	118
55-59	56	44	100
60-64	53	18	71
65-69	29	20	49
70-74	28	14	42
75-79	12	6	18
80 ou +	3	5	8
sem idade	2	0	2
<b>TOTAL</b>	<b>1514</b>	<b>1257</b>	<b>2771</b>

**FONTE:** IBGE, Contagem de População, 2007.



**FONTE:** IBGE. Elaborado a partir de Contagem de População, 2007.

**GRÁFICO 7.9.4-2 - Pirâmide Etária - Subárea Volta Grande do Xingu**

Quanto ao número de famílias residentes, as entrevistas realizadas durante as pesquisas: socioeconômica e sócio-antropológica indicam a presença de, aproximadamente, 661 famílias nas localidades pesquisadas, sendo quase metade delas nos núcleos Deus é Amor (São Francisco) e Bom Jardim II.

Ainda de acordo com a pesquisa realizada, a população que vive nos povoados, aglomerados e travessões situados nas proximidades do Reservatório do Xingu é majoritariamente de remanescentes dos projetos de colonização ou migrantes chegados na última década, conforme ilustra o relato a seguir:

*“Aqui é assim: ou se tem as famílias que já estão aqui há mais de vinte anos e que eu considero como já do lugar, pois tem família construída aqui e não tem mais ligação com o lugar da onde veio, é o meu caso, que nem vou mais ao Paraná, por que minha vida é aqui. Meu neto já nasceu aqui, é do Pará, nós somos da Amazônia. (...) Mas voltando ao caso, tem os que chegaram mais cedo, tão aqui faz uns 8 anos e que vieram para avacalhar, compram terás, tiram quem planta, botam o gado, pouco só pra dizer que tão ocupando e querem especular, fazer dinheiro com a terra. Esses são aventureiros, e estão crescendo e muito”. (morador da Agrovila Leonardo da Vinci)*

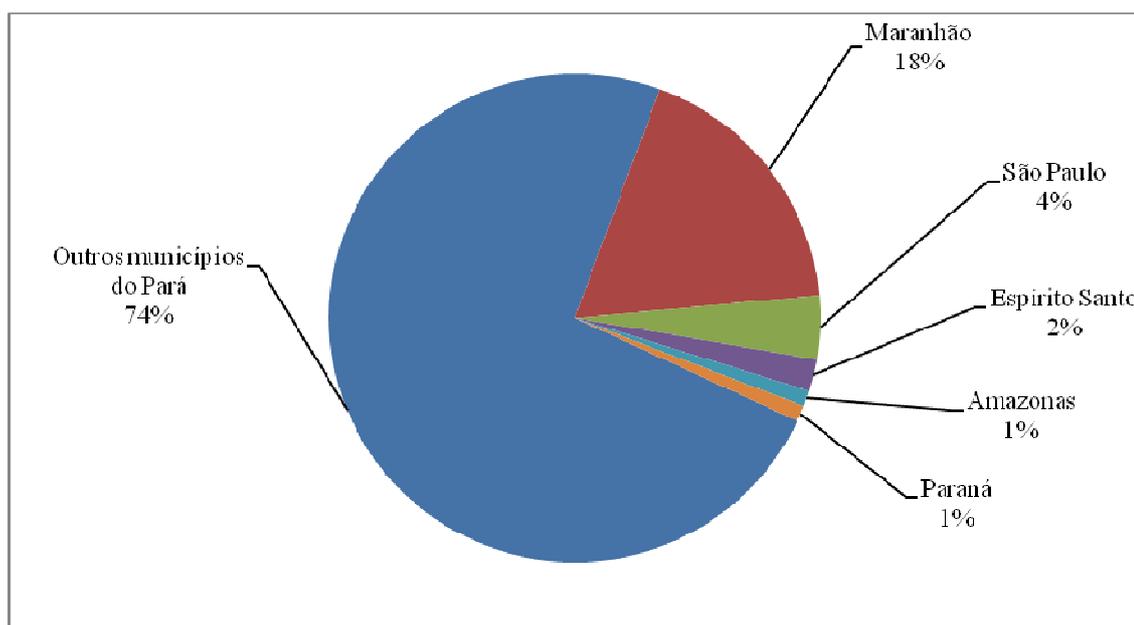
A **TABELA 7.9.4-6** e o **GRÁFICO 7.9.4-3** apresentam os dados sobre o local de origem da população migrante, verificando-se que 73,7% têm como origem, outros municípios do Estado do Pará. Destaque-se, ainda, nesta subárea, a significativa presença (17,9% dos não naturais) de pessoas provenientes do Estado do Maranhão.

**TABELA 7.9.4-6**

Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e Países - Subárea Volta Grande do Xingu

<b>Local de Origem</b>	<b>População</b>	<b>%</b>
Outros municípios do Pará	70	73,7
Maranhão	17	17,9
São Paulo	4	4,21
Espírito Santo	2	2,11
Amazonas	1	1,05
Paraná	1	1,05
Outro país	0	0
<b>Total</b>	<b>95</b>	<b>100</b>

**FONTE:** IBGE. Contagem de População, 2007.



**FONTE:** Elaborado a partir de dados do IBGE. Contagem de População, 2007.

**GRÁFICO 7.9.4-3** - Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e Países  
- Subárea Volta Grande do Xingu

As famílias dessa região, em sua grande maioria, dedicam-se à produção rural, à exceção daqueles que vivem na Agrovila Leonardo da Vinci, onde o modelo de ocupação dotou o local de uma rede de serviços que hoje emprega parte dos moradores. Nesse contexto, a ocupação mais recente caminhou tanto no sentido da antiga área de assentamento, como na direção das margens do Rio Xingu. No caso dos lotes que avançam na direção do rio Xingu, seus ocupantes (posseiros recentes ou antigos colonos) não estabelecem fortes vínculos com rio, uma vez que seu modo de vida está associado à dinâmica da agrovila e da Rodovia Transamazônica.

Segundo as informações coletadas, as localidades identificadas na Subárea Volta Grande do Xingu possuem entre 20 e 50 anos de existência, sendo aquele que registra ocupação mais antiga o núcleo de referência rural Santa Luzia. As principais atividades econômicas desenvolvidas na Volta Grande do Xingu são a agricultura e a pecuária na modalidade de subsistência e a pesca.

As localidades da Volta Grande do Xingu dispõem de infra-estrutura de serviços extremamente simples e a maioria das famílias tem na sede urbana do município de Altamira a referência para atendimento médico e outras demandas, como comércio e serviços.

Outra referência importante na região é a Agrovila Leonardo da Vinci, que, conforme exposto anteriormente, possui melhor infra-estrutura de comércio e serviços que as outras localidades da Subárea 1. Embora o povoado de Belo Monte possua um número maior de estabelecimentos comerciais que a agrovila, em função de sua proximidade em relação à sede de Altamira e à Rodovia Transamazônica, a Agrovila Leonardo da Vinci acabou se tornando referência para a população da região.

Um aspecto que merece destaque é a presença de um importante ponto de apoio, localizado nas proximidades da Ilha da Taboca e do núcleo de referência Santa Luzia, entre o Travessão Transcatitu e o canal de derivação esquerdo, conforme mapa Localidades, Acessos, Infra-estrutura de transporte, Equipamentos de Lazer e Turismo (**Desenho 6365-EIA-DE-G93-005 e Desenho 6365-EIA-DE-G93-007**). Trata-se do Acampamento da Eletronorte que, dotado de posto de saúde, também representa referência para a população local.

A **TABELA 7.9.4-7** a seguir, apresenta a relação dos equipamentos sociais, estabelecimentos comerciais e demais equipamentos presentes nas das localidades identificadas na Subárea Volta Grande do Xingu. Tais dados evidenciam a precariedade da infra-estrutura de serviços presente nas localidades que compõem a Subárea 1. O único equipamento social comum a todas as localidades pesquisadas é a escola e, à exceção do núcleo Bom Jardim II, cada localidade conta com apenas 1 unidade de ensino, que oferta as primeiras séries do ensino fundamental.

Quanto aos postos de saúde, apenas 4 das 12 localidades dispõem desse equipamento: Belo Monte, Agrovila Leonardo da Vinci, Santa Luzia e São Francisco das Chagas. A precariedade do sistema de saúde local é característica de toda a AID. As pesquisas realizadas registraram a inexistência de unidades e postos de saúde distribuídos de forma a atender à demanda existente. A AID é atendida pelo Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e pelo serviço de imunização ofertado em caráter sistemático, com campanhas de vacinação contra a poliomielite, sarampo, entre outras doenças. Segundo as informações coletadas, um mesmo agente comunitário atende a duas ou até três comunidades e a vacinação ocorre muitas vezes na escola ou na igreja.

TABELA 7.9.4-7

Relação de Equipamentos Sociais Disponíveis, Estabelecimentos Comerciais e Outros Equipamentos nas Localidades na Subárea 1

Município/ Subárea	Nome da Localidade	Categoria da Localidade <sup>(2)</sup>	Equipamentos Sociais/Estabelecimentos Comerciais				Outros equipamentos					
			Escola	Posto de Saúde	Igreja	Estabelecimento Comercial	Cemitério	Lazer	Atividade Econômica	Educação (PETI)	Porto	Saúde Posto de Vacinação
Vitória do ingu	Agrovila Leonardo da Vinci <sup>(1)</sup>	Outro Aglomerado	1	1	-	8	-	-	-	-	-	-
	Belo Monte <sup>(1)</sup>	Povoado	1	1	4	11	1	2	-	-	1	-
	Santo Antônio	Núcleo de Referência Rural	1	-	4	2	1	-	-	-	-	-
	Santa Luzia	Núcleo de Referência Rural	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-
	Bom Jardim II	Núcleo de Referência Rural	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-
	Deus é Amor (São Francisco)	Núcleo de Referência Rural	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-
	Paratizão	Núcleo de Referência Rural	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	São Francisco das Chagas (Baixada)	Núcleo de Referência Rural	1	1	2	1	-	-	-	-	-	-
	São José	Núcleo de Referência Rural	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	São Pedro	Núcleo de Referência Rural	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	São Raimundo Nonato	Núcleo de Referência Rural	1	-	1	3	-	-	-	-	-	-
	Bom Jardim I	Núcleo de Referência Rural	2	-	2	-	1	-	-	-	-	-
<b>Total Subárea 1-</b>			13	4	17	26	3	2	-	-	1	0

**Fonte:** IBGE, Setores Censitários de 2007. Pesquisas Socioeconômicas (julho 2007 a julho 2008).

**NOTAS:**(1) Os nomes da maioria dos povoados ou dos outros aglomerados não constam dos setores censitários e foram atribuídos comparando-se a localização dos setores com os dados obtidos pela pesquisa sócio-antropológica qualitativa.

(2) Foram utilizados os critérios do IBGE para a classificação e as pesquisas socioeconômicas, no caso dos núcleos de referência rural.

Conforme já exposto, o Programa de Saúde da Família começou em 1994 materializando uma parceria entre o Ministério da Saúde e a UNICEF. Este programa tem como objetivo oferecer serviços integrados às famílias, sobretudo às que vivem nas localidades rurais, em consonância com as diretrizes gerais do Sistema Unificado de Saúde (SUS). No entanto, conforme vê-se a seguir, as dificuldades de atendimento às demandas da população são:

As igrejas são os equipamentos mais comuns na Subárea 1 e também na AID em geral, e estão presentes em 8 localidades da Volta Grande do Xingu, sendo que em 5 delas há mais de 1 templo religioso. Destaca-se que, no universo da AID, a igreja representa um importante espaço de convivência e de manutenção das redes de sociabilidade para além da família e da vizinhança. Geralmente, o padre visita esporadicamente a comunidade, mas há um calendário de rituais em torno dos batizados, da primeira comunhão, da crisma e dos casamentos. Nesses momentos, a comunidade se organiza para viabilizar o evento e, geralmente, os sábados e domingos são os dias dedicados a prática religiosa, que pode ocorrer ou não com a presença do padre (como no caso das novenas, que dispensam essa presença).

Os estabelecimentos comerciais são encontrados em 6 das 12 localidades da Subárea 1, com destaque para a agrovila Leonardo da Vinci e para o povoado de Belo Monte, que possuem 8 e 11 estabelecimentos comerciais, respectivamente. Destaca-se que os estabelecimentos comerciais, em geral, são bares e pequenos armazéns ou mercados, que comercializam os produtos necessários ao atendimento das necessidades mais básicas da população, como alimentação e higiene.

Não há infra-estrutura de saneamento básico em nenhuma das localidades e grande parte das moradias não possui nem mesmo banheiro, sendo o esgotamento sanitário realizado através de instalações rudimentares (fossas negras). No que se refere ao descarte do lixo, as populações rurais praticam a queima ou o enterram.

Apenas o povoado de Belo Monte e a Agrovila Leonardo da Vinci possuem rede de abastecimento de água, de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu. Nas outras localidades, a água para utilização doméstica é proveniente de poço (75%), do Rio Xingu (20%) e dos igarapés (5%) e, em geral, a forma de captação é individual. Quanto à energia elétrica, 50% das localidades não dispõem desse serviço.

Existem, ainda, outros equipamentos nas localidades da Subárea 1, como cemitérios e equipamentos de lazer, conforme pode-se ver a seguir, na caracterização dos povoados e núcleos existentes nesta Subárea. Os cemitérios são equipamentos mais comuns às localidades da Subárea 1 e, ainda assim, existem em pequena quantidade. São apenas 3 unidades, 1 em cada uma das seguintes localidades: Belo Monte, Santo Antônio e Bom Jardim I. Quanto ao lazer, apenas o povoado de Belo Monte conta com equipamentos destinados a esse tipo de atividades.

Por fim, é importante destacar a existência do Sítio Pesqueiro Turístico Estadual Volta Grande do Xingu, conforme o Mapa Localidades, Acessos, Infra-Estrutura de Transporte, Equipamentos de Lazer e Turismo (**Desenho 6365-EIA-DE-G93-005 e Desenho 6365-EIA-DE-G93-007**), área especial para pesca esportiva criada por meio da Resolução nº 30 de 14 de junho de 2005 do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado do Pará – COEMA. Trata-se de uma área de 278,64 km<sup>2</sup>, legalmente protegida e localizada no trecho de vazão reduzida do AHE Belo Monte, na margem esquerda do Rio Xingu, entre o Travessão 55 (CNEC) e a Terra Indígena Paquçamba.

Neste sítio pesqueiro não são permitidas atividades que possam trazer prejuízos ao meio ambiente ou ao desenvolvimento do turismo de pesca esportiva ambientalmente sustentável – tais como atividades industriais, garimpo, pesca comercial, loteamento urbano e exploração florestal sem manejo sustentável –, sendo permitida apenas a pesca na modalidade pesque e solte. É neste mesmo sítio pesqueiro que está localizada a Pousada Rio Xingu, de grande

importância para o desenvolvimento turístico do Município de Vitória do Xingu, uma vez que sua divulgação tem abrangência tanto nacional como internacional, conforme comentado no item 7.9.2.6.2 - Volume 21.

A pousada Rio Xingu está localizada no final da Volta Grande, em uma região bastante isolada e bonita do rio, pela abundância de corredeiras e cachoeiras. O empreendimento possui uma lotação de 20 pessoas em apartamentos duplos, além das dependências de cozinha, salas de estar e piscina. É visitada quase exclusivamente por turistas de outros estados (principalmente SP, e MG) e do exterior (principalmente, USA). Recebe aproximadamente 200 hóspedes por ano no período de safra, durante a estação mais seca. A captura ocorre no rio Xingu e é realizada com linhas e caniços e os princípios do “pesque e solte” são bem restritos. Isto porque não é permitida a retirada de nenhum exemplar capturado, fora da área do sítio. Desta forma, somente são extraídos do rio, os peixes que servirão para a alimentação dos hóspedes e funcionários da pousada. A pousada oferece os serviços de 10 guias e possui 8 voadeiras, que realizam excursões para pescar. Os trabalhadores do empreendimento são, na sua maioria, moradores da região.

Existem outras praias no Rio Xingu, utilizadas para lazer da população local, conforme visto no item 7.9.2.6.2 – Volume 21.

## **b) Caracterização dos Povoados, Aglomerados e Núcleos de Referência Rural**

### **b1) Agrovila Leonardo da Vinci**

A Agrovila Leonardo da Vinci constitui importante referência na região. Conforme exposto anteriormente, possui melhor infra-estrutura de comércio e serviços que as outras localidades da Subárea 1.

Situada na margem direita da Transamazônica, na altura do km 18, sentido Altamira-Marabá, a Agrovila Leonardo da Vinci também é conhecida como a “Agrovila do 18”, distando 35 km do local onde foi projetada a Casa de Força do AHE Belo Monte e as infra-estruturas de apoio à obra do Sítio Belo Monte.

A ocupação do aglomerado foi planejada e é oriunda dos Projetos Integrados de Colonização – PIC, implantados na região na década de 1970, nos quais era prevista a criação de Rurópolis, Agrópolis e Agrovilas essas últimas, situadas a cada 10 a 20 km, formadas por lotes urbanos de 0,1 a 0,3 hectares, que sediarão o último nível das infra-estruturas sociais para os assentamentos rurais. Observa-se na **FIGURA 7.9.4-4** a seguir, regularidade da malha de ruas implantada sobre uma topografia plana.

A Agrovila existe há 38 anos, segundo antigo morador que é líder comunitário e que informou a existência de 132 famílias e 660 pessoas, em média. O IBGE, por sua vez contabilizou 317 pessoas no Censo 2000 e 327 pessoas na Contagem da População 2007, indicando um acréscimo populacional de 10%, conforme **TABELA 7.9.4-4**, anteriormente apresentada.

Existe uma diferença substancial, da ordem de 100%, entre as fontes de informação, local e oficial, sobre o número de pessoas na localidade. Embora tenha sido adotada no presente estudo a informação oficial (IBGE), o dado local não deve ser desprezado; além de ser mais recente (obtido pela pesquisa expedita amostral em outubro de 2008) pode representar um aumento real nesse último ano, talvez não na proporção de 100%, já que existem indícios,

conforme relatos, da chegada de pessoas à região atraídas pelas notícias sobre o AHE Belo Monte.

O padrão construtivo é mais alto do que as das demais localidades incluídas na AID Rural, apresentando um maior número de edificações em alvenaria e com cobertura em telha de barro (FIGURA 7.9.4-5 a FIGURA 7.9.4-8).



FONTE: Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

FIGURA 7.9.4-4 – Vista Geral da Agrovila Leonardo da Vinci



FONTE: Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Agosto/2008.

FIGURA 7.9.4-5 – EMEF Leonardo D'Vinci



FONTE: Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Agosto/2008.

FIGURA 7.9.4-6 – Comércio Acaraú



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Agosto/2008.

**FIGURA 7.9.4-7** – Congregação Cristã do Brasil



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Agosto/2008.

**FIGURA 7.9.4-8** – Mercadinho Ruan

Existe rede de abastecimento de água, administrada pela Prefeitura de Vitória do Xingu, com captação em uma nascente e utilização de uma elevatória interligada a um reservatório com capacidade para 36.000 litros e que possui uma vazão de 50.000 litros/dia. A água não é tratada e a rede não atende à todas as residências que utilizam poços individuais.

O saneamento básico é realizado por fossas rudimentares individuais. Não há coleta de lixo que é queimado ou lançado a céu aberto. A energia elétrica é fornecida pela rede da CELPA.

Os equipamentos e infra-estruturas existentes incluem: uma escola (EMEF Leonardo D’Vinci); quatro igrejas (Adventista do 7º Dia, Assembléia de Deus, Congregação Cristã do Brasil e Igreja Nossa Senhora da Aparecida); um Posto de Saúde; quatro estabelecimentos comerciais (Acarauá, Export, Lima e Mercadinho Ruan); 3 telefones públicos; um campo de futebol; e um posto de gasolina desativado (**FIGURA 7.9.4-9**). Também foi identificado um escritório do Centro de Pesquisas do Cacau - CEPLAC. (**FIGURA 7.9.4-10**).

Apesar de situar-se no Município de Vitória do Xingu, a sua população recorre à cidade de Altamira (que está mais próxima) quando precisa de serviços e comércio mais especializado. Na Agrovila Leonardo da Vinci a presença dos Agentes Comunitários de Saúde é bastante valorizada pela população no atendimento de suas demandas, conforme ilustra o depoimento a seguir:

*“a gente sabe que o agente tem muitas dificuldades, recebe o salário atrasado, fica às vezes muito tempo sem receber, mas sem ele nós aqui tava perdido, ele resolve de tudo. A agente escuta a gente, arruma remédio, acode na precisão. E ela ainda dá ajuda as parteiras na hora do menino nascer e as vezes depois se der alguma complicação. Aqui já teve caso da agente acalmar uma vizinha desesperada porque num tava conseguindo colocar o pão na mesa pros filhos. Foi a agente que ajudou a pobre, colocando o problema pra comunidade e todos ajudamos e ela hoje está bem, consegue tirar uma lavoura e vender pouco, mas vende. Até em carraspana de marido e mulher a agente ajuda, bebedeira, agressão. Tudo, nem sei mais como seria a vida sem ela na comunidade”.* (Moradora da Agrovila Leonardo da Vinci)



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Agosto/2008.

**FIGURA 7.9.4-9** – Posto de Gasolina Desativado



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Agosto/2008.

**FIGURA 7.9.4-10** – Escritório da CEPLAC

Os principais problemas apontados pelos moradores entrevistados são: a precariedade da infra-estrutura de saúde, a falta de saneamento básico e de energia elétrica, a má qualidade dos acessos, especialmente na época das chuvas e a ausência de infra-estrutura de transportes.

A despeito de a Agrovila Leonardo da Vinci ser dotada de infra-estrutura melhor que as demais localidades, o relato, a seguir, extraído das entrevistas realizadas, ajuda a ilustrar os principais problemas identificados pelos moradores da Volta Grande do Xingu:

*“as terras de alguns vão até o rio, tem até um roçado lá, falam que a barragem vai acabar com as plantas, mas a roça tá lá por causa da água. Nós aqui mesmo dependemos é da estrada, é muito caro pagar um carreto. Pra mim acho até que posso plantar mais pra cima e puxar a água, mas pra chegar com o milho em Altamira preciso da estrada. Tem vez que se tem de jogar o plantio pros bichos, pois não se chega na cidade. É difícil”.* (Morador, Agrovila Leonardo da Vinci)

## b.2) Belo Monte

O povoado de Belo Monte está situado no final da Volta Grande, 10 km à montante do canal de fuga projetado para o AHE Belo Monte, na altura da travessia da Rodovia Transamazônica sobre o Rio Xingu. Aqui, segundo relatos, os mais “antigos” chegaram na esteira da extração da seringa, há cerca de 60 anos, vindos de outros locais ribeirinhos.

Desenvolveu-se, juntamente com o povoado de Belo Monte do Pontal (município de Anapu), caracterizado no item 7.9.4.2, referente à Subárea 2, Trecho de Vazão Reduzida – margem Direita, apresentado a seguir, no entorno dos portos para a balsa que efetua a travessia sobre o Rio Xingu (**FIGURA 7.9.4-11**). Ambos os povoados configuram-se como os locais de recepção de migrantes que transitam pela rodovia Transamazônica. Do mesmo modo, ambos cresceram a partir da abertura dessa rodovia e hoje constituem ponto de referência para os que buscam as sedes municipais situadas nas suas margens, principalmente, aqueles vindos das cidades de Tucuruí e Marabá.

Segundo seus moradores, o processo de ocupação espacial vem ocorrendo de forma acelerada e desordenada, caracterizando-se por uma série de problemas, conforme atesta o depoimento a seguir:

*“ Isso aqui é lugar esquecido, o máximo que Belo Monte faz é dar voto pra político, um voto de miserável que fica acreditando que a vida dele vai mudar. Muda é nada, isso aqui é um inferno. Eu sou revoltada porque de antes isso aqui era uma promessa boa. Meus pais viveram aqui desde muito, criaram a família, tudo organizado, sem medo e hoje eu não tenho segurança pra criar meus filhos. Aqui acontece muita coisa ruim. Nem dá pra contar, quem é de bem vive com o coração aos pulos”. (moradora, Belo Monte)*

A população do povoado é de 424 habitantes, para uma área de 1,31 Km<sup>2</sup>, o que implica numa densidade demográfica de 323,7 hab./km<sup>2</sup>, conforme **TABELA 7.9.4-4**, apresentada anteriormente.

As atividades econômicas principais são a pesca, agricultura e o comércio nos dois povoados, observando-se que a primeira tem importância central na vida dessas populações, é a garantia de segurança alimentar, insumo para o comércio e, também, Fonte de alguns conflitos:

*“sem o peixe nós aqui não tem como viver, não temo que botar na panela. Aqui não tem trabalho, não dá pra comprar comida, é o peixe que nos salva. Num vê como tem esse comercio todo oferecendo peixe de refeição. Pois é, quem tem um dinheirinho aqui abre logo um PF, pois isso aqui é ponto de parada de muito motorizado. Tem a balsa, tem de parar e as vezes fica pra comer. Só que as vezes ta difícil pescar, aqui no barulho o peixe vem pouco, tem de ir pra fora e aí já tem gente dizendo que é dono dos lagos, dos poços. Dona, agora tem gente até dizendo que é dono do rio”. (Pescador, Belo Monte).*



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.4-11** – Vista Geral dos Povoados Belo Monte do Pontal (em primeiro plano) e Belo Monte

A acessibilidade de Belo Monte é bem melhor que a de outras localidades, em virtude de estar situada às margens da Rodovia Transamazônica e distante, por essa via, cerca de 60 km da cidade de Altamira. Como Belo Monte do Pontal, Belo Monte também possui energia elétrica oriunda da Linha do Tramo Oeste com fornecimento pela Rede da CELPA

Parte da população residente em Belo Monte é abastecida por água, captada em um poço de responsabilidade da prefeitura de Vitória do Xingu e distribuída, sem tratamento, a partir de duas caixas de 5 mil litros uma para parte baixa da localidade e outra para a parte alta. A vazão diária é de 10 mil litros. Cabe ressaltar que esta infra-estrutura é mantida de forma inadequada pela prefeitura (**FIGURA 7.9.4-12** e **FIGURA 7.9.4-13**).

Não há, no povoado, infra-estrutura de saneamento básico; muitas residências não dispõem sequer de fossa rudimentar. Não há coleta de lixo, ele é queimado ou jogado a céu aberto.

Em relação aos equipamentos sociais e serviços, o povoado de Belo Monte conta com uma 1 escola de Ensino Fundamental, um Posto de Saúde, quatro Igrejas e onze estabelecimentos comerciais, além de uma quadra de esportes, um campo de futebol e um cemitério, este último, localizado na antiga vila Tijucaquara, cerca de 2 km subindo o rio Xingu na margem esquerda . Dispõe, ainda, de 5 telefones públicos, utilizados pela população (**FIGURA 7.9.4-15** a **FIGURA 7.9.4-17**)



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Agosto/2008.

**FIGURA 7.9.4-12** – Poço e Caixa D'água em Belo Monte



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Agosto/2008.

**FIGURA 7.9.4-13** – Cisterna em Belo Monte do Pontal

O padrão construtivo é baixo (**FIGURA 7.9.4-14**), em geral utilizando madeira e cobertura com telhas de amianto. As poucas construções em alvenaria existentes são em geral as que abrigam equipamentos sociais..



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Agosto/2008.

**FIGURA 7.9.4-14** – Construções em Madeira em Belo Monte



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Agosto/2008.

**FIGURA 7.9.4-15** – EMEF Risoleta Neves em Belo Monte do Pontal



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Agosto/2008.

**FIGURA 7.9.4-16** – Quadra esportiva em Belo Monte



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Agosto/2008.

**FIGURA 7.9.4-17** – Posto do DNIT em Belo Monte do Pontal

O povoado conta ainda com a presença do porto da balsa (**FIGURA 7.9.4-18**), atracadouro para a balsa que realiza a travessia do Rio Xingu em direção ao povoado de Belo Monte do Pontal, no município de Anapu, que será bastante afetado pelo AHE Belo Monte. Salienta-se, ainda, que, de acordo com informações obtidas nas entrevistas, há uma prainha no núcleo Paratizão, frequentemente utilizada para o banho e o lazer da população local.



FONTE: Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Agosto/2008.

**FIGURA 7.9.4-18** – Porto da Balsa – Belo Monte

As expectativas e representações da população dos povoados em relação ao empreendimento apontam, em geral, uma mesma gama de questões, não se diferenciando daquelas apontadas por aqueles que vivem nos núcleos de referência rural. Nos depoimentos são mencionados aspectos ligados a:

- a indefinição quanto ao futuro;
- as perdas não mensuráveis;
- o destino da cidade e suas implicações;
- a ruptura de vínculos de proximidade garantidores da sobrevivência do grupo familiar/social;
- o medo da ausência de diálogo e a imposição do empreendimento;
- sociedade civil versus Estado /empreendedores: uma luta desigual;
- a descrença no discurso do “Desenvolvimento” mediante o reconhecimento do passivo social de outros empreendimentos;
- a experiência da implantação da UHE Tucuruí orientando a formulação dos argumentos, justificando as oposições e impondo um “novo” (ou seja, diferente) tratamento para a questão.

No entanto, alguns depoimentos explicitam expectativas positivas, articuladas a demandas da população local:

*“Belo Monte vai ser muito bom porque vai trazer o crescimento, muita gente vai vir para cá, muitas empresas e com isso vem muitos negócios e dinheiro é claro. A região precisa dessa injeção de dinheiro para os que são daqui, ou que tem até agora dado aqui o seu suor possam ter uma melhoria. É bom ver isso aqui com futuro e Belo Monte é o nosso futuro”.* (Comerciante, Belo Monte)

Ou ainda:

*“Com a barragem a prefeitura vai ter mais recurso e vai poder fazer as melhorias que precisa. Isso aqui vai poder virar uma cidade com estrutura, uma cidade sadia, com saneamento, escola boa, posto de saúde com médico. Só com Belo Monte isso vai ser possível porque nossas prefeituras são muito pobres”. (Morador do Povoado de Belo Monte)*

### **b.3) Zona Rural e Respectivos Núcleos de Referência Rural**

A caracterização geral dos núcleos e aglomerados identificados na Subárea 1 – Volta Grande do Xingu, inclui os seguintes: Bom Jardim II, Paratizão, Santa Luzia, São Francisco das Chagas (Baixada), Santo Antônio, São José, São Pedro, São Raimundo Nonato, Deus é Amor (São Francisco), pertencentes ao município de Vitória do Xingu e Bom Jardim I, pertencente ao município de Altamira.

Cabe ressaltar que Santa Luzia; São Francisco das Chagas, São Francisco (Deus é Amor), São Raimundo Nonato e Paratizão também fazem parte da Área Diretamente Afetada e, como tal, deverão ser tratados em suas especificidades no Diagnóstico da ADA.

A exemplo da população que vive nos povoados, os habitantes dos aglomerados e travessões situados nas proximidades do Reservatório do Xingu são, majoritariamente, remanescentes dos projetos de colonização ou migrantes mais recentes, chegados na última década, conforme observado anteriormente. Dentre as localidades identificadas na Subárea Volta Grande do Xingu, o núcleo que registra ocupação mais antiga é o núcleo de referência rural Santa Luzia. A população total das localidades que compõem a Zona Rural, conforme a **TABELA 7.9.4-4**, soma 2.036 habitantes, correspondendo à população que vive nos aglomerados e núcleos de referência rural identificados na pesquisa.

Conforme observado anteriormente, as famílias que vivem nessa região em sua grande maioria vivem da produção rural – agricultura e pecuária, na modalidade de subsistência. Nesse contexto, a ocupação mais recente caminhou tanto no sentido da antiga área de assentamento, como na direção das margens do rio Xingu.

A população que vive nas áreas localizadas próximo a margem esquerda do reservatório, tem seu modo de vida dependente da rodovia Transamazônica e pouca relação com o Rio Xingu, embora valorize a sua presença:

*“Aqui nossa fonte de vida é a transamazônica que é uma consumição. No inverno se tiver que morrer morre, porque ninguém passa. Pra tirar o plantio é outra consumição, tudo muito custoso. Eu bem poucas vezes fui até o rio, é muito longe e não sou de pescar, acho que o que pode vir de melhor aqui vem pela rodagem, é a estrada que tem de ser melhorada”. (morador do núcleo de referência rural São José, km23).*

Para os ribeirinhos que vivem à montante do empreendimento, o foco das preocupações reside na dificuldade do entrevistado conceber seu “modo de vida” de outra forma que não a estreitamente associada à presença do Rio Xingu. Essas populações tendem a se manifestar de forma apreensiva, em relação à possibilidade de perda de sua terra e suas conseqüências, conforme veremos mais adiante.

De modo geral, as localidades da Volta Grande do Xingu dispõem de infra-estrutura de serviços extremamente simples e a maioria das famílias tem na sede urbana do município de Altamira a referência para atendimento médico e outras demandas, como comércio e serviços.

Conforme apresentado na **TABELA 7.9.4-7**, a oferta de equipamentos e serviços é bastante reduzida, podendo ser encontrados os seguintes: escola de ensino fundamental em todos os núcleos, com exceção de Bom Jardim II (**FIGURA 7.9.4-21** e **FIGURA 7.9.4-22**), que possui duas e postos de saúde apenas em São Francisco das Chagas e Santa Luzia. As igrejas constituem equipamento existente em quase todos os núcleos; em alguns casos, há mais do que uma. Inexistem equipamentos de lazer nas localidades, a não ser as praias do Rio, freqüentadas pelas populações locais.

O padrão construtivo das moradias é bastante simples e rudimentar, geralmente casas de taipa e tábua, cobertas com telhas de amianto ou cavaco. São encontradas, ainda, casas construídas com barro e algumas poucas construções em alvenaria (**FIGURA 7.9.4-19** e **FIGURA 7.9.4-20**). Além do cavaco e das telhas de amianto, encontram-se algumas casas cobertas com Brasilit.



**FONTE:** LEME Engenharia, Pesquisa Socioeconômica Censitária e Socio-antropológica (julho 2007 a março 2008)

**FIGURA 7.9.4-19** – Moradia em Madeira – Núcleo de Referência Rural Santo Antônio



**FONTE:** LEME Engenharia, Pesquisa Socioeconômica Censitária e Socio-antropológica (julho 2007 a março 2008)

**FIGURA 7.9.4-20** – Poço Raso para Abastecimento – Núcleo de Referência Rural São Pedro



**FONTE:** LEME Engenharia, Pesquisa Socioeconômica Censitária e Socio-antropológica (julho 2007 a março 2008)

**FIGURA 7.9.4-21** - EMEF Luiz Alves Ne – Núcleo de Referência Rural São Pedro



**FONTE:** LEME Engenharia, Pesquisa Socioeconômica Censitária e Socio-antropológica (julho 2007 a março 2008)

**FIGURA 7.9.4-22** – EMEF Luiz Alves Né – Núcleo de Referência Rural São Pedro

Em algumas localidades, a acessibilidade é precária, conforme ilustram as fotos a seguir (foto xx e foto xx), constituindo um dos principais problemas relatados. Na rotina da população as dificuldades com o transporte findam por criar vínculos entre os moradores e fortalecer a solidariedade:

*“aqui nós dependemos uns dos outros, quem tem mais sempre ajuda quem tem pouco. E para sair daqui sem ajuda fica muito difícil. Nós aqui não temos carro, poucos têm, o pau de arara não passa sempre na hora que se precisa, as vez quebra e no inverno não tem jeito. Aí os vizinhos são de grande valia”. (Morador do Travessão km 45 “Cobra Choca”).*

A relação dos moradores da região com a cidade de Altamira é evidenciada no depoimento a seguir:

*“Aqui não dá pra ficar sem ir a Altamira, é que se vende melhor a castanha, que se vai ao médico, comprar um alimento, só que não tem como pousa muito tempo, a rua tem muitos malefícios que aqui a gente tá longe, tem droga, tem menina se vendendo. É difícil, aqui pode até ter uma coisa dessas, mas é menos, num dá pra fazer bagunça, na rua é só bagunça. Eu mesmo perdi uma filha na rua, nunca mais que ela botou os pés aqui”* (Morador do Núcleo de Referência Rural São Pedro)

Do ponto de vista das expectativas da população em relação ao empreendimento, pode-se dizer que, a exemplo da população que vive nos povoados, as representações das populações dos núcleos de referência rural apontam, em geral, as mesmas questões já explicitadas anteriormente, relacionadas à a indefinição quanto ao futuro, perdas não mensuráveis etc., gerando expectativas quanto ao futuro:

*“o pessoal que teve aqui diz que vai tudo sumir. Eu não acredito, é muita terra pra sumir assim, o Xingu vem cobre, mas depois liberta a terra de novo. Se isso mudar não é mais o Xingu. E nós não sabemos viver de outro jeito, tem de ter respeito, compreensão, pois não é do homem querer mudar o jeito das coisas serem. Por aqui ninguém quer essa usina e não quer porque ela vai destruir nossa história, vai trazer muita desgraça, se mexer com as águas. O Xingu é sagrado, se mexer com ele não vai prestar”*. (Moradora do Núcleo de Referência Rural Santa Luzia)

A população que vive no interior dos Travessões, que aparentemente tem certo distanciamento dos processos ligados ao rio, expressa desconfiança e ansiedade com relação ao desconhecido:

*“A gente veio pra cá atrás de uma vida melhor pros nossos filhos, fico sem saber o que pensar. Uns dizem que vai ser bom, outros que vamos perder tudo e ninguém que realmente possa esclarecer vem aqui tirara as dúvidas. Nós aqui achamos injusto perder nossas terras, nosso plantio, nosso gado, porque sem terra não tenho onde colocar o rebanho, faço o que? (Morador do Núcleo de Referência Rural São Raimundo Nonato)*

Ainda com relação à população que vive no interior dos Travessões, mas nas imediações do Rio Xingu, observa-se que a dicotomia “rio livre” versus “rio represado”, embora não se apresente claramente no discurso, está presente na alusão aos processos vividos pela população quando da implantação da UHE Tucuruí. As principais referências aludem à liberdade do ribeirão em sua relação com o rio e à perda de liberdade e condição de sobrevivência após a barragem. Muitos relatos, ao fazerem essa associação, imediatamente manifestam receio e acionam a presença daqueles que são “contra” como garantia de que não será “fácil” a implantação do AHE Belo Monte:

*“Aqui nós lutamos até o último momento. Não somos contra ainda, mas podemos ser, depende do que tem previsto pra nós. Se é pra fazer igual fez em Tucuruí, podem se preparar porque a briga vai ser grande, nós já conhecemos como as coisas se dão e temos muitos aliados. Por agora estamos só ouvindo, espiando, mas na hora nós é que vamos decidir quais as condições para mexer no rio, o Xingu é **Fonte** de vida pra muita*

*gente. Tem de conhecer para saber o que fazer com ele, não é assim de qualquer jeito. Eu sei do que estou falando”. (Morador do Travessão km 45 “Cobra Choca”)*

#### **7.9.4.2 Subárea Rural 2: Trecho de Vazão Reduzida Margem Direita**

A subárea denominada **Trecho de Vazão Reduzida Margem Direita** foi assim denominada por estar relacionada diretamente com o compartimento trecho de vazão reduzida, na margem direita do Rio Xingu, compreendendo porções dos municípios de Senador José Porfírio e Anapu.

Em relação à configuração territorial atual da região de inserção do empreendimento, às populações que ali vivem e o conjunto de relações sociais, culturais e de produção que as caracterizam, deverão existir mudanças significativas. Sem que necessariamente tenha de sair do local onde vive hoje, deverá haver alterações em seu modo de vida. Isto porque, embora não façam parte do grupo de pessoas que terão suas terras inundadas, os moradores da área a jusante da barragem deverão sofrer os impactos decorrentes da redução da vazão no Rio Xingu.

Comparada às outras subáreas rurais, a Subárea 2 é a que possui a maior extensão territorial, aproximadamente 5.931 km<sup>2</sup>, uma baixa densidade demográfica e é a mais isolada pela precariedade dos acessos rodoviários. Sua relação com a Rodovia Transamazônica não é marcante como a da Subárea 1, especialmente em função da distância, sendo os principais acessos realizados pelos travessões. Apenas a extremidade norte da Subárea 2, próxima à área a jusante do empreendimento, no município de Anapu, possui relação mais estreita com a Rodovia Transamazônica.

Os principais travessões que cortam a Subárea 2 são: Travessão do Itatá, que possui esse nome por atravessar o rio Itatá; travessão P/A Ressaca, cujo nome remonta ao projeto de assentamento PA Ressaca; Travessão do Bispo, do Pirarara, do Soldado, dos Boiadeiros, dos Taxistas, Travessão Surubim e Travessão Trans União, que deu origem ao nome de um dos núcleos de referência rural presentes na subárea.

A **FIGURA 7.9.4-23**, apresentada adiante, mostra a inserção da Subárea 2 na AID do AHE Belo Monte, sua relação com os compartimentos do empreendimento, além das localidades nela identificadas.

O Mapa Localidades, Acessos, Infra-estrutura de transporte, Equipamentos de Lazer e Turismo (**Desenho 6365-EIA-DE-G93-005 e Desenho 6365-EIA-DE-G93-007**) apresenta as informações detalhadas sobre o conjunto da Subárea 2, incluindo o mapeamento de todas as estradas e localidades rurais.

Na porção pertencente ao município de Senador José Porfírio estão situados: o PA Ressaca com 3026,5 km<sup>2</sup>; parte do PDS Itatá, com 6.886,31 km<sup>2</sup>; e a TI Arara da Volta Grande com 2.550 km<sup>2</sup>, que já se encontram delimitados. O restante é ocupado pela Gleba Bacajaí, sob jurisdição estadual e por remanescente da Gleba Ituna.

A porção localizada no município de Anapu engloba, em boa parte, a Gleba Bacajá – onde estão implantados os PA Pilão Poente I, II e III e o PDS Anapu I – e uma pequena parte da Gleba Belo Monte. Ressalta-se que nessa região encontram-se os assentamentos mais recentes

e cuja implantação, provavelmente, contribuiu para o incremento populacional verificado entre 2000 e 2007.

Observa-se, ainda, que as Terras Indígenas Bacajá e Koatienemo situam-se no limite Sul dessa Subárea.

#### a) **Caracterização geral**

A Subárea Trecho de Vazão Reduzida Margem Direita é caracterizada pela presença de 07 localidades, entre povoados e núcleos de referência rural. Segundo a classificação praticada pelo IBGE<sup>17</sup>, foram identificados 04 povoados, três deles concentrados na região conhecida como Ressaca, no ponto médio da Volta Grande do Xingu, próximo ao assentamento PA Ressaca. Além dessas localidades, foram identificados 3 núcleos de referência rural, dispersos nos principais travessões e classificados segundo a condição de pertencimento e presença de equipamentos sociais, de acordo com a metodologia apresentada no item 7.9.1 – Volume 21, no âmbito deste estudo. O **QUADRO 7.9.4-4** a seguir apresenta, respectivamente, os povoados e núcleos de referência rurais identificados e suas características gerais.

#### **QUADRO 7.9.4-4**

Povoados e Núcleos localizados na Subárea Rural 2 – Trecho de Vazão Reduzida Margem Direita

<b>Povoados</b>	
Belo Monte do Pontal (Anapu)	Ribeirinho
Ilha da Fazenda (Senador José Porfírio)	Ribeirinho
Ressaca (Senador José Porfírio)	Ribeirinho; garimpo
Garimpo do Galo (Senador José Porfírio)	Ribeirinho
<b>Núcleos de Referência Rural</b>	
Itatá (Senador José Porfírio)	Terra firme; próximo ao Igarapé Itatá; garimpo
Trans União (senador José Porfírio)	Terra firme
Surubim (Anapu)	Terra firme

Para fins de caracterização, é importante destacar que os 4 povoados identificados na Subárea 2 estão localizados na área diretamente afetada (ADA) e, portanto, serão detalhados no item destinado à caracterização das localidades rurais inseridas na ADA do AHE Belo Monte, no âmbito deste estudo.

Salienta-se, ainda, a presença da Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, já delimitada, e parte da Terra Indígena Koatienemo, já regularizada, e que serão objetos de detalhamento em estudo específico no presente EIA.

<sup>17</sup> IBGE. Metodologia do Censo Demográfico 2000. Série Relatórios Metodológicos, volume 25, capítulo 6 – Desenho Conceitual, item 6.3.1.2 – Outras Áreas de Divulgação e Apuração.

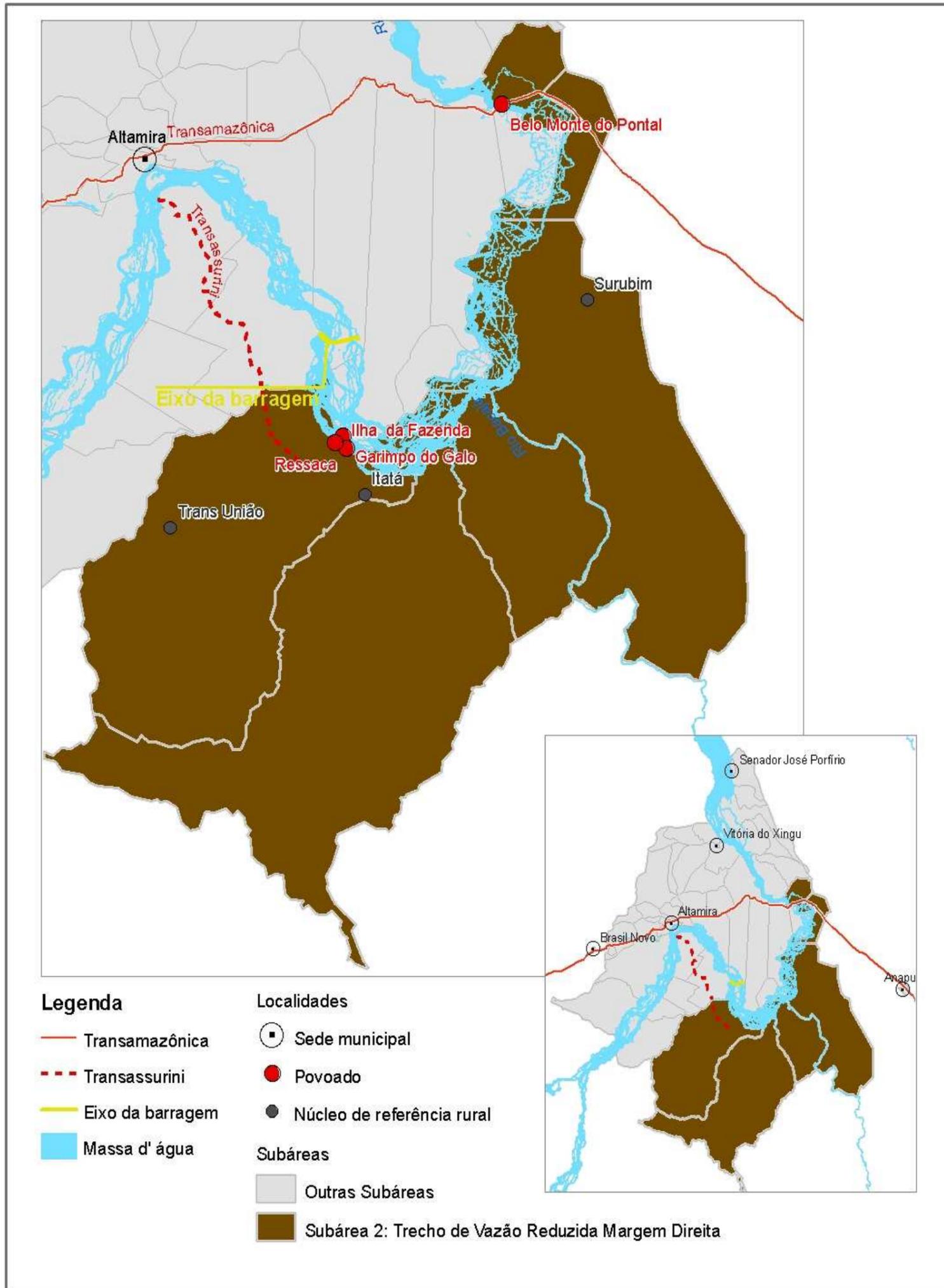


FIGURA 7.9.4-23 – Subárea 2 – Trecho de Vazão Reduzida Margem Direita

Conforme o mapa de Uso do Solo e Cobertura Vegetal da Subárea Trecho de Vazão Reduzida da Área de Influência Direta do AHE Belo Monte (**FIGURA 7.9.4-24**) a seguir, a cobertura vegetal de Floresta Ombrófila da Subárea 2, que corresponde a 94% de seu território, é a mais preservada e contínua da AID, pelo menos na sua porção Sul situada no que é a menos acessível (**TABELA 7.9.4-8**)

A ocupação vem avançando pelos travessões que partem tanto da Transassurini, Município de Senador José Porfírio, como da Transamazônica, no Município de Anapu e não está representada totalmente na TABELA a seguir, que apresenta uma quantificação baseada no SIPAM, mas pode ser melhor visualizada na Carta Imagem (**Desenho 6365-EIA-DE-G93-008**) onde fica nítido o avanço em Anapu representado pelos novos assentamentos. Registre-se, pelo SIPAM, menos de 3% da subárea ocupado por culturas cíclicas e pastagens.

**TABELA 7.9.4-8**  
Área Ocupada por Classe de Uso do Solo na Subárea 2

Classe de Uso do Solo	Área (ha)	Percentual (%)
Culturas Cíclicas	759,00	0,13
Formação Pioneiras com influência fluvial ou lacustre	72,00	0,01
Floresta Ombrófila	554.349,00	93,67
Pecuária (pastagens)	16.291,00	0,01
Água	20.366,00	2,75
<b>Total</b>	<b>591.837,00</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** SIPAM, Casa Civil, 2004.

A população da Subárea 2 é de 5.601 pessoas, conforme **TABELA 7.9.4-9** e **GRÁFICO 7.9.4-4**, a seguir. Quanto ao número de famílias residentes na subárea, as entrevistas realizadas indicam a presença de, aproximadamente, 530 famílias nas localidades pesquisadas, sendo mais da metade delas nos povoados Belo Monte do Pontal e Ressaca.

Exceto pelos povoados de Ilha da Fazenda e Ressaca, que apresentaram, entre 2000 e 2007 taxas de crescimento geométrico negativas, os demais povoados tiveram um acréscimo de população, especialmente na Zona Rural de Senador José Porfírio, onde se localizam núcleos de referência rural identificados, anteriormente citados, que apresenta uma taxa de crescimento geométrico da ordem de 13,48%.

A densidade demográfica é bastante alta nos povoados de Ressaca e Ilha da Fazenda, em Senador José Porfírio e em Belo Monte do Pontal, em Anapu. Na zona rural a densidade demográfica está abaixo dos índices apresentados para as localidades rurais da Região, conforme apontado para a AII.

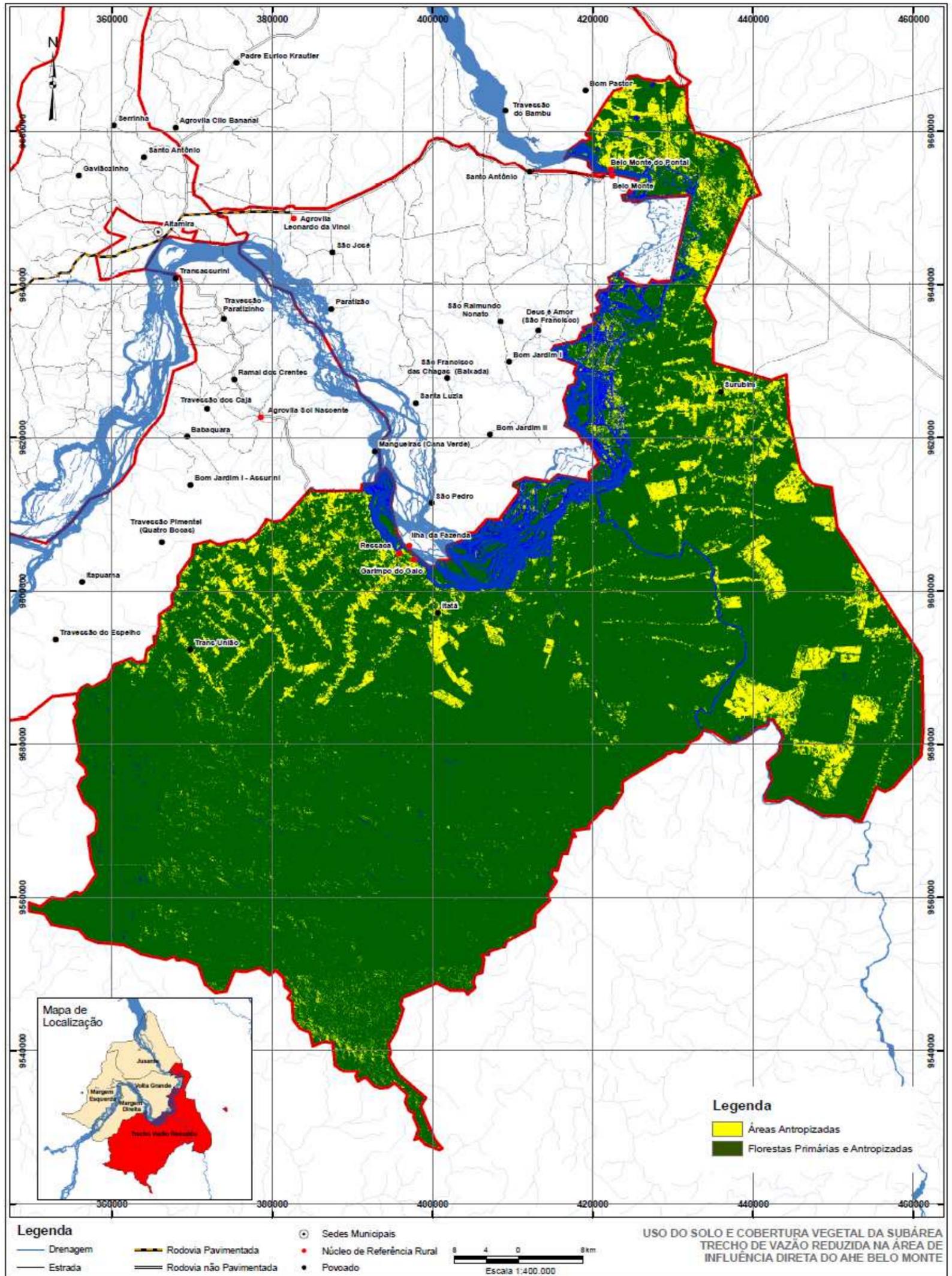
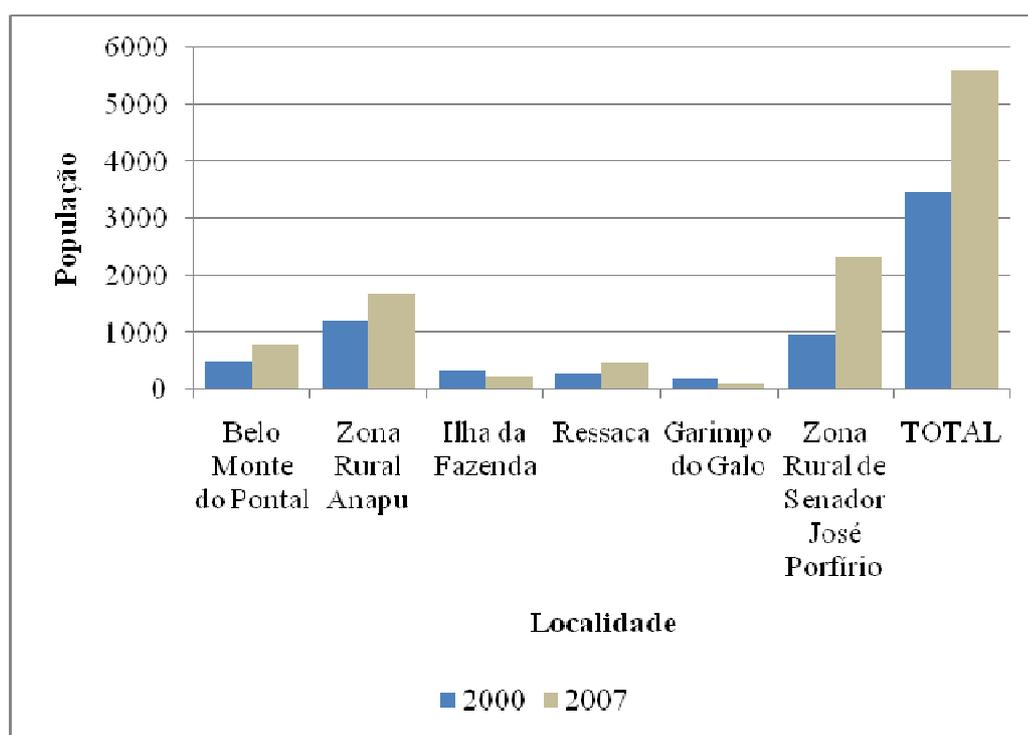


FIGURA 7.9.4-24 – Uso do Solo e Cobertura Vegetal da Subárea – TVR na AID

**TABELA 7.9.4-9**  
Dados Demográficos - Subárea Rural 2 Trecho de Vazão Reduzida

Município	Localidade	População		Taxa de Crescimento Geométrico (%)	Área (km <sup>2</sup> )	Densidade Demográfica (hab/Km <sup>2</sup> )	
		2000	2007			2000	2007
Anapu	Belo Monte do Pontal	487	790	7,15	15	3246,7	5266,7
	Zona Rural Anapu	1195	1.679	4,98	183.537	6,7	4,2
Senador José Porfírio	Ilha da Fazenda	343	221	-6,09	5	6860,0	4420,0
	Ressaca	286	471	7,39	8	3575,0	5887,5
	Garimpo do Galo	207	111	-8,52	14	1478,6	792,9
	Zona Rural de Senador José Porfírio	961	2.329	13,48	408.263	0,2	0,6
<b>TOTAL</b>		<b>3.479</b>	<b>5.601</b>	<b>7,04</b>	<b>591.842</b>	<b>0,6</b>	<b>0,9</b>

**FONTE:** Elaborado a partir de dados do IBGE. Censo Demográfico, 2000 e Contagem de População, 2007.



**FONTE:** Elaborado a partir de dados do IBGE. Censo Demográfico, 2000 e Contagem de População, 2007.

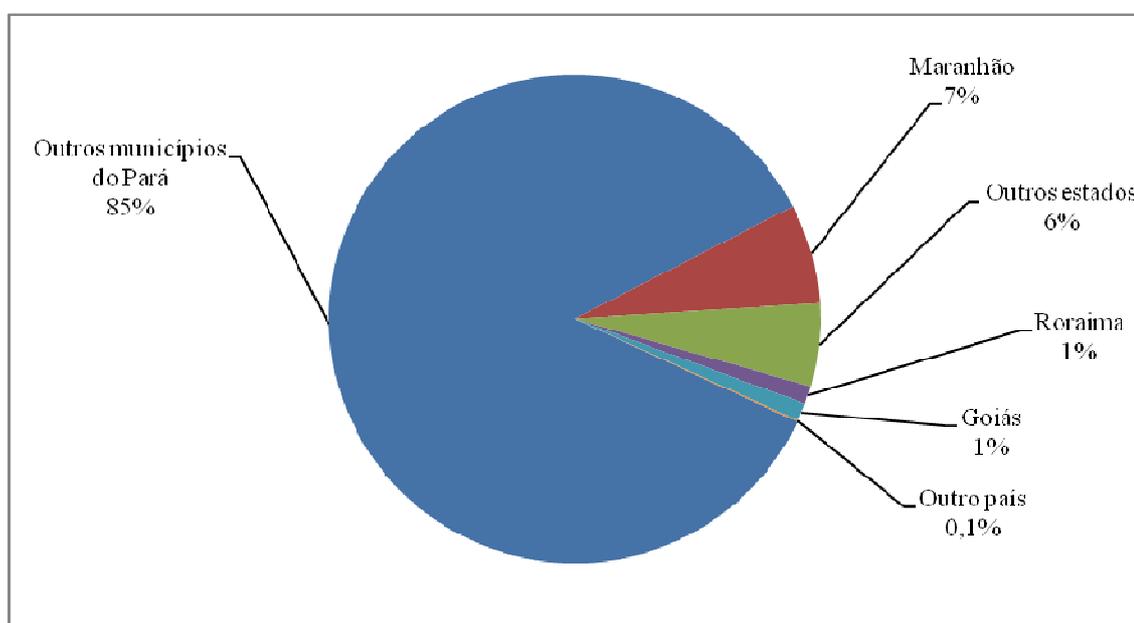
**GRÁFICO 7.9.4-4** – População por Localidade (2000/2007) - Subárea Rural 2 Trecho de Vazão Reduzida

A **TABELA 7.9.4-10** e o **GRÁFICO 7.9.4-5** demonstram a origem da população migrante que reside nesta Subárea Rural, em que se sobressai o percentual de migrantes oriundos de outros municípios do Pará.

**TABELA 7.9.4-10**  
Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e Países - Subárea Trecho de Vazão Reduzida Margem Direita

Local de Origem	População	%
Outros municípios do Pará	867	85,4
Maranhão	67	6,6
Outros estados	56	5,52
Roraima	12	1,2
Goiás	12	1,2
Outro país	1	0,1
<b>Total</b>	<b>1015</b>	<b>100,0</b>

**FONTE:** IBGE. Contagem de População, 2007.



**FONTE:** Elaborado a partir de dados do IBGE. Contagem de População, 2007.

**GRÁFICO 7.9.4-5** - Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e Países - Subárea Trecho de Vazão Reduzida Margem Direita

As localidades identificadas na Subárea Trecho de Vazão Reduzida possuem entre 5 e 70 anos de existência, sendo aquela que registra ocupação mais antiga a Ilha da Fazenda.

Em relação às condições de vida das comunidades localizadas na Subárea Rural 2, deve-se destacar os povoados de Ressaca, Ilha da Fazenda e Garimpo do Galo, próximos uns dos outros, situando-se à jusante da barragem principal do AHE Belo Monte, no ponto médio da Volta Grande do Rio Xingu.

A população residente nos povoados e núcleos da Subárea 2 realiza diversas atividades tendo em vista garantir o seu sustento: tem-se a extração do ouro no Garimpo do Galo e Ressaca, passando pela pesca ornamental do acarizinho, especialmente na Ilha da Fazenda. Aqui a estrutura econômica possibilita certa dinâmica e a circulação de moeda é mais efetiva, devido ao ouro e a renda gerada pela pesca ornamental. O comércio se encontra mais bem consolidado, pois as populações estabelecem relações comerciais regulares.

A agricultura ainda é a atividade econômica da maioria, sendo que uma parte grande da população masculina vende sua força de trabalho de forma sazonal nas fazendas ou para pequenos produtores durante as épocas de plantio e colheita. É importante destacar que os vínculos comunitários no contexto da produção são extremamente importantes, pois são acionados em diferentes fases - preparação da terra, colheita – como forma de suprir a deficiência de força de trabalho familiar de algumas famílias, principalmente as famílias de pequenos produtores e minifundistas. Essa fonte de sustento tende a diminuir mediante a ida temporária dos homens para a cidade em busca de “serviço”:

Nesse contexto, em que a agricultura familiar é determinante, o seu avanço esbarra na escassez de recursos para custeio e investimento. Na realidade o único suporte dessa economia é o grande empenho da força de trabalho familiar, disponibilizada sem grandes dificuldades, e compartilhada, através de parcerias e trabalhos comunitários. Ainda assim, embora nessa região exista um conjunto de entidades associativistas, elas não conseguem traçar alternativas para a comercialização, o que mantém essa população refém dos intermediários. Frequentemente o dono de caminhão de linha que faz o transporte de cargas e passageiros entre a área rural e o núcleo urbano é quem se beneficia. Além desse intermediário, têm-se também os comerciantes que chegam às comunidades rurais e adquirem os produtos a preços baixos, situação que se repete dada as condições de isolamento de algumas áreas.

Com relação à atividade garimpeira, já mencionada, o registro da primeira descoberta de ouro na Volta Grande do Xingu data da década de 60. Contudo, em decorrência da resistência dos grupos indígenas locais, a ação dos garimpeiros era discreta. De acordo com relatos coletados junto aos garimpeiros que atuam há mais tempo na região, os índios frequentemente expulsavam os invasores e eventualmente esses conflitos resultavam em mortes. Na época, a ação do governo, com uso do aparato policial/militar, contribuiu para reduzir a resistência indígena e findou por retirá-los das áreas de interesse para lavra.

O depósito de aluvião identificado foi explorado inicialmente com técnicas manuais. À medida que a produtividade do garimpo aumentava as estruturas econômicas e sociais típicas iam se instalando. Parte dos empresários do garimpo foi trabalhadores do garimpo que ascenderam (“bamburraram”) e passaram a dominar economicamente o garimpo local, impondo regimes de trabalho através de assalariamento, sistemas de pagamento por porcentagem e por participação (meia-praça). Somam-se a esse grupo outros empresários do garimpo mais capitalizados se deslocavam para a região com a finalidade de se dedicar a exploração e comercialização do ouro. Não havia controle sobre as áreas do garimpo, cada garimpeiro ia tomando posse da terra sem a necessidade de pagamento de porcentagem. Posteriormente foram surgindo supostos donos da terra e hoje na Ressaca, por exemplo, um antigo garimpeiro se declara o dono.

As condições de vida da população, em linhas gerais, são bastante precárias. Assim como na Subárea 1, não há infra-estrutura de saneamento básico em nenhuma das localidades e grande parte das moradias não possui banheiro, sendo o esgotamento sanitário, geralmente, realizado através de fossas negras. O uso de água ocorre por meio do poço, a céu aberto. O banho, em geral, ocorre nos igarapés existentes e o uso do rio é constante.

Na Subárea 2 em geral, as localidades contam com infra-estrutura de serviços extremamente simples e a maioria das famílias tem na sede urbana do município de Altamira, a despeito da distância, a referência para atendimentos médicos e outras demandas, como comércio e

serviços. Outra referência importante na região é o povoado de Ressaca, que possui um maior número de equipamentos sociais disponíveis em relação às outras localidades da Subárea 2.

A **TABELA 7.9.4-11**, a seguir, apresenta a relação dos equipamentos sociais, estabelecimentos comerciais e demais equipamentos presentes nas localidades identificadas na Subárea Trecho de Vazão Reduzida Margem Direita. Os dados desta **TABELA 7.9.4-11** evidenciam, assim como na Subárea 1, a precariedade da infra-estrutura de serviços presente nas localidades que compõem a Subárea 2. Diferentemente das localidades identificadas na Subárea Volta Grande do Xingu, a escola não é um equipamento social comum a todas as localidades pesquisadas.

**TABELA 7.9.4-11**  
Relação de Equipamentos Sociais Disponíveis, Estabelecimentos Comerciais e Outros Equipamentos nas Localidades na Subárea 2.

Município	Nome da Localidade	Categoria da Localidade (2)	Equipamentos Sociais / Estabelecimentos Comerciais					Outros equipamentos				
			Escola	Posto de Saúde	Igreja	Estabelecimento Comercial	Cemitério	Lazer	Atividade Econômica	Educação (PETI)	Porto	Saúde (Posto de Vacinação)
Anapu	Belo Monte do Pontal <sup>(1)</sup>	Povoado	3	1	5	15	1	1	-	1	1	1
	Surubim	Núcleo de Referência Rural	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Senador José Porfírio	Ilha da Fazenda Garimpo do Galo <sup>(1)</sup>	Povoado	1	-	1	4	-	-	-	-	-	-
	Ressaca <sup>(1)</sup>	Povoado	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-
		Povoado	2	1	2	16	-	-	-	-	-	-
	Itatá	Núcleo de Referência Rural	1	1	-	4	-	-	-	-	-	-
	Trans União	Núcleo de Referência Rural	1	-	2	1	-	-	-	-	-	-
<b>Total Subárea 2</b>	-	-	<b>9</b>	<b>3</b>	<b>11</b>	<b>46</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

**Fonte:** IBGE, Setores Censitários de 2007. Pesquisas Socioeconômicas (julho 2007 a julho 2008).

**NOTAS:** (1) Os nomes da maioria dos povoados ou dos outros aglomerados não constam dos setores censitários e foram atribuídos comparando-se a localização dos setores com os dados obtidos pela pesquisa sócio-antropológica qualitativa.

(2) Utilizados os critérios do IBGE para a classificação e as pesquisas socioeconômicas, no caso dos núcleos de referência rural.

Quanto aos postos de saúde, apenas 3 das 7 localidades dispõem desse equipamento, os povoados de Ressaca e Belo Monte do Pontal e o núcleo de referência rural Itatá, o que denota, novamente, a precariedade do atendimento de saúde na região. Salienta-se, ainda, que alguns desses postos estão localizados em edificações extremamente precárias, não possuindo as condições mínimas necessárias para a realização do atendimento, como é o caso do posto de saúde de Itatá.

As igrejas, depois dos estabelecimentos comerciais, são os equipamentos mais comuns na Subárea 2, e estão presentes em 5 localidades da subárea, sendo que em 3 delas há mais de 1 templo religioso. Destaca-se, ainda, a presença de 5 igrejas no povoado de Belo Monte do Pontal. Os estabelecimentos comerciais são encontrados em grande número na Subárea 2, especialmente nos povoados de Ressaca e Belo Monte do Pontal, onde existem 16 e 15 estabelecimentos comerciais, respectivamente.

Há poucos equipamentos de lazer, como quadras de esportes. No entanto, próximo às localidades ribeirinhas, há praias freqüentadas pela população local.

É importante salientar, a existência de outros equipamentos sociais. Na Subárea 2, diferentemente da Volta Grande do Xingu, só foram identificados outros equipamentos sociais no povoado de Belo Monte do Pontal, que possui 1 cemitério, 1 quadra de esportes, 1 posto de coleta da malária, 1 PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) e o porto da balsa.

Cabe ressaltar, ainda, que as populações que vivem no trecho médio da Volta Grande, a despeito da distância entre a região e os centros urbanos, estabelecem estreitos vínculos com a cidade de Altamira. Esta é a principal referência para o atendimento, principalmente os relativos aos serviços de saúde e acesso ao mercado – comercialização e aquisição de produtos. O deslocamento dessa população é feito pelo rio Xingu, em pequenas embarcações. São apresentadas a seguir, as características dos povoados – Ressaca, Garimpo do Galo, Ilha da Fazenda e Belo Monte do Pontal - e aquelas dos núcleos de referência rural, que são consolidadas para a Zona Rural.

## b) Caracterização dos Povoados, Aglomerados e Núcleos de Referência Rural

### b1) Ressaca

A Ressaca (FIGURA 7.9.4-25 e FIGURA 7.9.4-26) localiza-se na margem direita do Rio Xingu, próxima à Ilha da Fazenda, em uma ilha em frente, distando apenas 3 km. Do Garimpo do Galo.



**FONTE:** Pesquisa Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008)  
**FIGURA 7.9.4-25** – Vista Geral da Ressaca



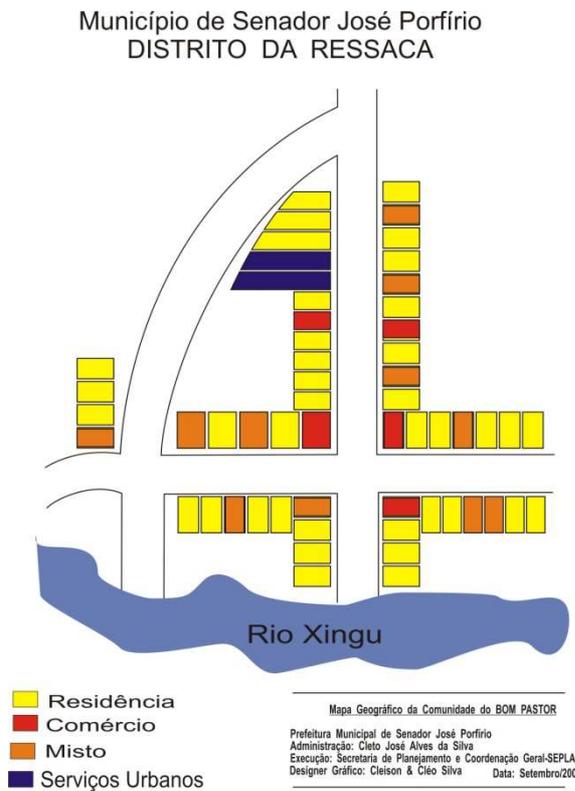
**FONTE:** Pesquisa Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008)  
**FIGURA 7.9.4-26** – Rua da Ressaca

Apesar de pertencer ao Município de Senador José Porfírio, que possui a particularidade, já comentada no Diagnóstico da Área de Influência Indireta, de ter seu território descontínuo, o acesso ocorre através de barco pelo Rio Xingu ou através da Transassurini, em ambas as situações a partir da sede municipal de Altamira.

O povoado da Ressaca é de ocupação mais antiga - entre 50 e 60 anos, e teve um período de maior desenvolvimento decorrente da atividade garimpeira que experimentou grande crescimento na década de 80, do século passado e que hoje experimenta uma fase de retração:

A população residente na Ressaca é de 471 habitantes, tendo experimentado um crescimento populacional da ordem de 60% desde 2000, conforme **TABELA 7.9.4-9**, apresentada anteriormente.

A **FIGURA 7.9.4-27**, a seguir, ilustra a disposição espacial desse povoado.



**FONTE:** Plano Diretor Municipal de Senador José Porfírio. Disponível em: <<http://www.sedurb.pa.gov.br/senador.php>>. Acessado em 03/08/2008 às 16h:41min.

**FIGURA 7.9.4-27** – Disposição Espacial do Povoado Ressaca

Conforme apresentado na caracterização geral e, considerando que a agricultura ainda constitui atividade predominante da maioria, outras atividades são desenvolvidas pela população da Ressaca, tendo em vista garantir o seu sustento, como, por exemplo, a extração do ouro, que possibilita uma certa dinâmica à estrutura econômica, por meio da circulação de moeda mais efetiva. O comércio se encontra mais bem consolidado, pois as populações estabelecem relações comerciais regulares.

No entanto, os moradores da Ressaca, embora desenvolvam atividades de garimpo, não consideram a atividade, na atualidade, tão vigorosa quanto no passado. Segundo relatos,

*“O principal garimpo daqui da Volta Grande do Xingu era o Garimpo da Ressaca, hoje vocês podem ver que ele ainda está aí, mas muito pequeno, não consegue mais garantir a produção que teve no passado, é um garimpo de rocha. O máximo da produção ocorreu nos anos 80, da metade pra cá, mas no final, quase chegando em 90 com o fechamento do garimpo a vida por aqui parou, foi uma quebradeira só, porque acaba o garimpo, acaba o comércio, os serviços de transporte e outros sérvios. Vai tudo junto pro buraco”. (garimpeiro, Ressaca).*

*“(…) quando a produção estava lá em cima aqui tinha muitas máquinas, o Xingu era cheio de balsas, elas tiravam é muito ouro do fundo do rio e dava muito trabalho pros daqui e pros que vinham de longe, principalmente pros mergulhadores, esses se davam muito bem, enricavam rápido, logo compravam seus equipamentos, o mergulhador é um cabra valente, tinioso (...).” (moradora da Ressaca)*

*“o garimpeiro nem sempre é ruim como falam, o garimpeiro é o cara que perdeu tudo, a terra, principalmente e caiu no mundo. Pode vê que quase todo garimpeiro um dia foi lavrador ou era de uma família de lavrador que perdeu a terra. É uma vida dura, sem pouso certo, com muita violência, o cabra tem de ser forte pra resistir e se dar bem. E nenhum garimpeiro no fundo se dá bem, acabam perdendo tudo, o ouro sobe na cabeça”. (morador da Ressaca)*

Ou ainda:

*“aqui tem muito ouro e na minha época quando se garimpava de verdade era outra coisa. Não se via por aqui família passando precisão como agora, eram tempos de fartura, o pai de família podia dormir sossegado porque sabia que nada ia faltar pros seus”. (morador da Ressaca).*

Destaca-se que os trabalhadores rurais dessa área, especialmente do PA Ressaca, dependem do rio para transportar as mercadorias. E o deslocamento até o núcleo urbano de Altamira, além de ser muito distante – cerca de 2 horas de voadeira e 6 horas de barco de linha –, é muito caro.

Tal como nas demais áreas estudadas, nas localidades desta Subárea convivem os “beiradeiros”, populações mais antigas na região, pioneiros da ocupação (populações tradicionais); os denominados “centreiros”, cuja história está associada aos projetos de ocupação da região nos termos dos projetos de colonização; e, os garimpeiros, cuja dinâmica de mobilidade espacial está estreitamente associada ao processo de adensamento populacional da região. A convivência entre esses sujeitos sociais evidencia a diversidade de aglomerações e lugares de convergência da população ribeirinha, que ocupa de forma dispersa o espaço - nas ilhas e beiras do rio.

Os “beiradeiros”/ribeirinhos têm seus modos vida marcados por hábitos fortemente associados aos ciclos da natureza e a proximidade do Rio Xingu e demais igarapés - fazem uso dos recursos florestais, praticam a roça e pesca, e têm no sistema de poliprodução sua fonte de sustento. Nesse contexto suas estratégias de sobrevivência, são dependentes e organizadas segundo a sazonalidade do ciclo hidrológico.

Em contrapartida, os moradores identificados como centzeiros podem ser compreendidos em dois grupos: os antigos chegados nas décadas de 70 /80 e os que vieram no final da década de 90, que são a minoria. Durante a pesquisa socioantropológica se observou que para os ribeirinhos essa população ainda é vista como intrusa, a despeito dos mais de 20 anos que alguns possam estar na região:

É importante destacar, também, que a região se insere também no processo de expansão da fronteira, vivenciando a mobilidade da mão-de-obra quando da implantação dos projetos de assentamento:

*“ aqui é difícil chegar, mas veio muita gente quando começou a Transamazônica. Tem até um assentamento aí pra dentro que não vingou, ficou uns poucos aí, mas era pra ser grande. Aqui corria muita gente porque é bom ficar na beira do rio, dá segurança” .*  
(Morador da Ressaca).

As condições de vida do povoado da Ressaca, que se estendem aos outros dois povoados próximos, em linhas gerais, são bastante precárias. A população não dispõe de qualquer tipo de estrutura sanitária, a maioria do padrão construtivo das moradias é em taipa, os serviços públicos poucos.

O padrão habitacional predominante consiste em pequenas casas de madeira, taipa e chão de terra batida **FIGURA 7.9.4-28**. Possuem como cômodos: cozinha, sala, quarto e varanda. Este último é o local mais utilizado para realização das refeições e também é o lugar preferido para receber visitantes.



**FONTE:** Pesquisa Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008)

**FIGURA 7.9.4-28** – Moradia na Ressaca

Em relação aos equipamentos, a Ressaca possui uma escola de ensino fundamental, um posto de saúde e 16 estabelecimentos comerciais, além de 2 igrejas. Além de praias, não existem outros equipamentos de lazer no povoado.

Embora haja uma diversidade de representações da população sobre a possibilidade de implantação do AHE Belo Monte, os moradores da Ressaca, em geral, vêem isto com apreensão, na medida em que, apesar de não considerarem um lugar bom para viver, ainda é o espaço no qual se reconhecem:

*“Eu penso que aqui já foi melhor, depois com a vinda dessa gente da cidade isso aqui foi ficando parecido com a rua. Tem vez que de madrugada eu saio e vejo as crianças no bar dançando, quando é hora de criança ta dormindo. É mulher que arrasta os filho pro bar, depois acontece coisa ruim e ficam chorando. É por isso que tem tanta menina por aí tendo menino, se perdendo. Isso aqui é um problema e só piora. A Ressaca é uma rua menor que Altamira, mas com problemas iguais”.* (Moradora da Ressaca).

A relação com a cidade é mediada pelo reconhecimento de um conjunto de problemas; embora a cidade seja o espaço das oportunidades e dos serviços, é também o lugar dos problemas e são esses que tendem a aproximar/igualar o espaço da casa e o da rua, situação que na localidade da Ressaca se torna mais evidente:

*“A Ressaca é difícil, pois aqui rola de um tudo. Eu digo que é bom de viver, tranqüila durante o dia, mas a noite, principalmente nos fins de semana é complicado. Além porque vem muita gente de fora, de Altamira, pra fazer bagunça e quem sofre são as famílias, as moças. Isso aqui, de tamanho menor é claro, é igual a rua, com todos os problemas que tem lá. Pra você ter uma idéia, tinha um senhor aqui, gente boa que tava limpando a mesa do bar, dali do barzinho, dali do vizinho, que sempre todo mundo vai para lá. A gente não tem outro lazer aqui. A não ser ir para a praia ou então, ir à tarde, sete horinhas da noite, a gente ia ali escuta as músicas, ver o povo dançar. O rapaz chegou e deu umas punhaladas nesse senhor, sem ver e sem para que. Ninguém não sabe por quê. Esse senhor já tinha sessenta anos. Todo mundo ficou trágico com isso, porque ninguém não esperava isso acontecer aqui. E por causa disso, eu até fiquei doente, doente mesmo. Deu uma queda de pressão (...).”* (Moradora da Ressaca).

A partir desta percepção é que são construídas as representações sobre a possibilidade de implantação do empreendimento:

*“Essa barragem só vai servir pra nós tirar do nosso lugar, pois se o rio secar não vai dar pra viver aqui. O jeito vai ser sair sei lá pra onde”.* (Moradora da Ressaca)

Ou ainda:

*“Isso aqui é lugar esquecido onde tem tudo o que num presta e tudo de bom, um lugar dos diabos, cheio de promessas que nunca que vão acontecer. E agora vem essa barragem pra acabar de acabar com nós. Me diga se é certo? O que precisava aqui é ter uma ordem, um governo que trouxe pra cá uma vantagem, que desse a essa população uma condição de viver melhor. Olhe a sua volta e veja se isso aqui é jeito de gente viver, que presta mesmo só o Xingu e ainda dizem que ele vai secar, que vai ficar só pedra, aí mesmo é que num a Ressaca num vai ter mais valia”* (moradora da Ressaca)

*“tem gente que chegou aqui pro assentamento mas não teve como segurar o trabalho e não progrediu, perdeu tudo, veio pro garimpo, ganhou mas perdeu também e ta por aqui ainda. Isso aqui é lugar esquecido onde tem tudo o que num presta e tudo de bom, um lugar dos diabos, cheio de promessas que nunca que vão acontecer. E agora vem essa barragem pra acabar de acabar com nós. Me diga se é certo? O que precisava aqui é ter uma ordem, um governo que trouxe pra cá uma vantagem, que desse a essa população uma condição de viver melhor. Olhe a sua volta e veja se isso aqui é jeito de gente viver, que presta mesmo só o Xingu e ainda dizem que ele vai secar, que vai ficar*

*só pedra, aí mesmo é que num a Ressaca num vai ter mais valia.”* (Moradora da Ressaca)

No entanto, há também, expectativas positivas, especialmente porque o a implantação do empreendimento representa uma possibilidade de atendimento de algumas demandas da população da Subárea Trecho de Vazão Reduzida Margem Direita, conforme ilustra o trecho a seguir:

*“Eu nem penso em mim, penso nos meninos que vão poder ter um serviço melhor. Com a barragem eles vão poder ter uma profissão sem precisar ir longe, porque dizem que a barragem vai trazer muito serviço pra região. E é claro que vai querer usar o povo daqui porque sai mais barato. Eu acho bom, meu filho tem 15 e o outro 17 e vai poder ser beneficiado com essa barragem, não vai precisar ficar na precisão como o pai dele que pelega muito pra conseguir um serviço”.* (Moradora da Ressaca)

## b.2) Ilha da Fazenda

A Ilha da Fazenda está localizada numa ilha em frente ao povoado da Ressaca. O acesso ocorre através de barco pelo Rio Xingu ou através da Transassurini. Em ambas as situações, a partir da sede municipal de Altamira (**FIGURA 7.9.4-29** e **FIGURA 7.9.4-30**).



**FONTE:** Pesquisa Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008)

**FIGURA 7.9.4-29** – Vista Geral da Ilha da Fazenda



**FONTE:** Pesquisa Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008)

**FIGURA 7.9.4-30**– “Rua” da Ilha da Fazenda

Como a Ressaca, o povoado da Ilha da Fazenda é de ocupação mais antiga – entre 50 e 60 anos – decorrente da atividade garimpeira, conforme atestam os depoimentos de moradores:

*“(…) a Ressaca, o Galo e toda essa Volta Grande cresceu com o garimpo, veio muita gente. Aqui os antigos vieram na época da seringa e depois vieram com o garimpo.”* (Morador da Ilha da Fazenda).

*“Para se ter uma idéia de como isso aqui era próspero, na Ilha da Fazenda, no auge do garimpo, tinham mais ou menos umas 15 boates e muitos locais de moradia dos trabalhadores do garimpo. Uma coisa é certa, muita mulher enricou e a mais famosa delas era a Helena Costa Nua, mulher danada, que hoje vive em Altamira e nem quer*

*lembrar desse tempo, mas fez fortuna aqui. Teve outras, mas essa era bem famosa” .*  
(Morador da Ilha da Fazenda)

A população da Ilha da Fazenda é de 221 habitantes e, ao contrário do povoado da Ressaca, que experimentou um acréscimo populacional, sua população diminuiu, desde 2000, em 54%.

A FIGURA 7.9.4-31 ilustra os espaços existentes no povoado.



**FONTE:** Plano Diretor Municipal de Senador José Porfírio. Disponível em: <<http://www.sedurb.pa.gov.br/senador.php>>. Acessado em 03/08/2008 às 16h:41min.

**FIGURA 7.9.4-31** – Disposição Espacial do Povoado Ilha da Fazenda

Na realidade, a demografia na comunidade é bastante complexa, e além de uma dinâmica intensa de emigração e imigração, de pessoas em busca de empregos ou oportunidades em outras localidades, o que nem sempre é bem sucedido, muitas vezes resultando no retorno à ilha. Foi também identificado um grande fluxo de pessoas, que permanecem por pequenos períodos na comunidade, vindos para a manutenção de suas posses ou de suas residências.

Conforme apresentado na caracterização geral e, considerando que a agricultura ainda constitui atividade predominante da maioria, outras atividades são desenvolvidas pela população da Ilha da Fazenda, tendo em vista garantir o seu sustento, como, por exemplo, a extração do ouro, que possibilita uma certa dinâmica à estrutura econômica, por meio da circulação de moeda mais efetiva, a exemplo do que ocorre na Ressaca, possibilitando relações comerciais regulares.

Na Ilha da Fazenda não há área disponível para plantação; alguns moradores conseguem realizar produção na Ilha, mas são áreas de menos de 1 ha (cultivo de quintal). Na realidade, as unidades de produção agrícola de subsistência dos moradores da Ilha da Fazenda estão situadas acima do Rio Xingu, em área distante da moradia. Aqui eles costumam se deslocar em canoas movidas por rabetas ou a remo para as áreas de plantação. Muitas vezes, devido às distâncias, trabalham durante a semana na propriedade e somente retornam para casa nos finais de semana.

Dentre outras, o garimpo ainda é uma das atividades desenvolvidas por moradores da Ilha da Fazenda, ainda que de forma rudimentar, individual, sem muitos recursos, conforme ilustra o relato a seguir:

*“aqui a gente planta na beira quando as águas baixam e mostra a terra boa, a gente pesca, coleta a castanha, o açaí, tem também a lavoura branca enxuta e de vez por outra busca buscar um ourinho, tá difícil isso, mas sempre sobra algum”.* (Morador da Ilha da Fazenda).

No entanto, com o declínio dos recursos minerais, inicia-se o ciclo econômico da pesca de peixes ornamentais, com ênfase nos pequenos acaris e outras espécies, praticada na região, constituindo outra fonte de sustento dessa população. Essa atividade econômica iniciada por volta de 1985 envolve muitos trabalhadores, absorvendo os trabalhadores remanescentes do garimpo. Os moradores da Ilha da Fazenda praticamente sobrevivem da pesca ornamental. São várias as famílias que têm entre seus membros pescadores que se deslocam para áreas distantes em busca do acarizinho e das demais espécies:

*“(...) alguns lugares são muito bons pra pesca do acarizinho, em frente da Ilha da Fazenda; perto da Cana Verde; no largo da Taboca; na cachoeira de Jericoá, a 2 (duas) horas daqui e no Landi (...)”* (Pescador, Ilha da Fazenda).

A mesma relação entre os diversos sujeitos - beiradeiros, centreiros e garimpeiros - já comentada anteriormente, pode ser percebida dentre os moradores da Ilha da Fazenda:

*“esse pessoal que veio com a Transamazônica é diferente, não tem amor ao Xingu, vieram pra desmatar, abrir picada, fazer pasto. Tem os centreiros antigos, o povo das matas que vive ali mas não destrói, o problema são os que vem de fora para formar uma propriedade. Mas tem também os da beira do rio, vieram pros projetos, não deu certo e ficaram com a família num roçado. Pode ver que esses chegaram na beira do Xingu por conta dos travessões. Agora o pior são os recentes, esses estão aqui pra levar a riqueza, esses ficam mesmo é nos travessões, nem vêm o Xingu, nem pra pescar, as vezes vão”.* (Morador, Ilha da Fazenda)

Deve-se considerar, também, que, diferentemente de outros locais, para os moradores dessa região, a dependência do rio é total. A começar pela condição de acesso a cidade, no caso Altamira, que é viabilizada por barcos, dada a precariedade das estradas.

As condições de saneamento e de infra-estrutura também são bastante precárias, conforme já apontado em relação ao povoado da Ressaca. A população não dispõe de qualquer tipo de estrutura sanitária, a maioria do padrão construtivo das moradias é em taipa e a oferta de serviços públicos é escassa (**FIGURA 7.9.4-32**). O padrão habitacional predominante consiste

em pequenas casas de madeira, taipa e chão de terra batida, existindo, no entanto, casas com piso de cimento.

A energia elétrica na ilha é fornecida por um gerador que funciona diariamente das 19 às 23 horas; isso quando há óleo combustível, o qual deve ser fornecido pela prefeitura de Senador José Porfírio. A captação de água é feita através de 6 poços artesanais, e seu tratamento é feito através dos processos de filtração e cloração.

A oferta de equipamentos também é reduzida: há uma escola, 4 estabelecimentos comerciais e uma igreja, conforme apresentado na **TABELA 7.9.4-11**. Além das praias, não há outro equipamento de lazer na localidade.



**FONTE:** Pesquisa Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008)  
**FIGURA 7.9.4-32** – Moradia na Ilha da Fazenda

### b.3) Garimpo do Galo

O Garimpo do Galo está situado a 3 km do povoado da Ressaca, conforme dito anteriormente. Sua população atual é de 111 habitantes, tendo sofrido um decréscimo populacional, desde 2000, da ordem de 64%. (**FIGURA 7.9.4-33****FIGURA 7.9.4-34**)



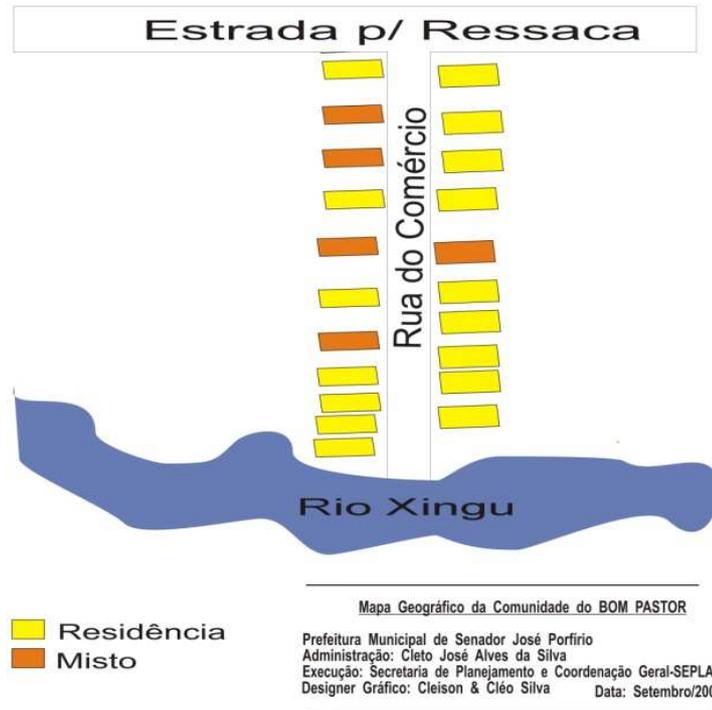
**FONTE:** Pesquisa Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008)  
**FIGURA 7.9.4-33** – Vista Geral do Garimpo do Galo



**FONTE:** Pesquisa Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008)  
**FIGURA 7.9.4-34** – Rua do Garimpo do Galo

A FIGURA 7.9.4-35, a seguir, ilustra os espaços existentes no povoado.

Município de Senador José Porfírio  
COMUNIDADE DO GALO  
(Área de Garimpo)



**Fonte:** Plano Diretor Municipal de Senador José Porfírio. Disponível em: <<http://www.sedurb.pa.gov.br/senador.php>>. Acessado em 03/08/2008 às 16h:41min.

**FIGURA 7.9.4-35 – Disposição Espacial do Povoado Garimpo do Galo**

A exemplo dos demais povoados próximos – Ressaca e Ilha da Fazenda -, as atividades econômicas predominantes ligam-se, essencialmente, à agricultura, destacando-se, no entanto, no Garimpo do Galo, as atividades de garimpo.

Suas características, portanto, são semelhantes àquelas dos demais povoados, envolvendo atividades ligadas à agricultura, à pesca e ao garimpo, de acordo com as condições sazonais.

As condições de saneamento e de infra-estrutura também são bastante precárias, conforme já apontado em relação aos povoados da Ressaca e Ilha da Fazenda. A população não dispõe de qualquer tipo de estrutura sanitária, a maioria do padrão construtivo das moradias é em taipa e a oferta de serviços públicos é escassa. O padrão habitacional predominante consiste em pequenas casas de madeira, taipa e chão de terra batida.

A oferta de equipamentos é mais reduzida, possuindo apenas 6 estabelecimentos comerciais. Não possui escola e posto de saúde; a população local recorre ao povoado de Ressaca, para o estudo e para o atendimento de saúde, devendo ser considerado, também, conforme afirmado em outros momentos, a forte ligação existente entre as pessoas que residem na localidade e a cidade de Altamira para o atendimento de suas necessidades.

**b.4) Belo Monte do Pontal (FIGURA 7.9.4-36)**

**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.

**FIGURA 7.9.4-36** – Relevo dos Povoados Belo Monte do Pontal (em Primeiro Plano) e Belo Monte

Belo Monte do Pontal está situado no município de Anapu no final da Volta Grande, 10 km à montante do canal de fuga projetado para o AHE Belo Monte, na altura da travessia da Rodovia Transamazônica sobre o Rio Xingu. Segundo relatos, os mais “antigos” chegaram na esteira da extração da seringa, há cerca de 60 anos, assim como o povoado de Belo Monte, situado na outra margem do rio, no município de Vitória do Xingu, vindos de outros locais ribeirinhos.

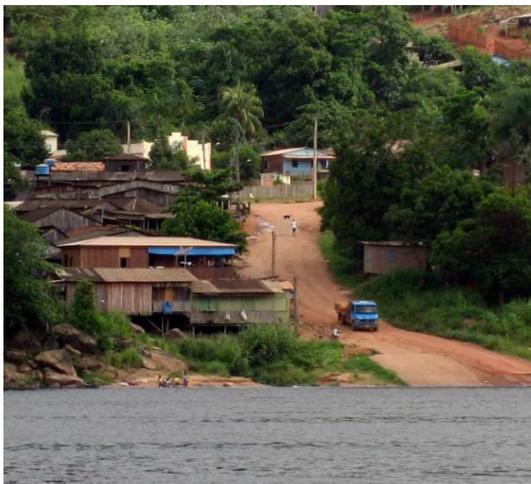
Juntamente com o povoado de Belo Monte, desenvolveu-se no entorno dos portos para a balsa que efetua a travessia sobre o Rio Xingu, configurando-se como os locais de recepção de migrantes que transitam pela rodovia Transamazônica. Os povoados cresceram a partir da abertura dessa rodovia e hoje constituem referência para os que buscam as sedes municipais situadas nas suas margens, principalmente aqueles vindos das cidades de Tucuruí e Marabá.

Conforme já comentado em relação a Belo Monte, o processo de ocupação espacial vem ocorrendo de forma acelerada e desordenada, segundo seus moradores:

*“aqui todo dia chega gente que não conseguiu ficar em Anapu e que quer chegar em Altamira. O problema é que é um povo que vem disposto a tudo e prejudica quem está aqui com sua família e com boa intenção. Por isso tenho medo de como o Belo Monte vai ficar porque sou trabalhador honesto e vejo que cada vez mais tá difícil viver aqui, é muita violência, muito desmando e ninguém faz nada”.* (morador Belo Monte do Pontal).

A ocupação não planejada sobre um relevo acidentado, como o encontrado no local, resulta em um arruamento que desenha ladeiras íngremes (morro abaixo) passíveis de intensos processos erosivos. O ponto de espera para a travessia das balsas é bastante inclinado e deve ser de difícil utilização em períodos de chuva intensa. O solo compactado do arruamento, não pavimentado, concentra grande quantidade de escoamento superficial sob as fortes chuvas amazônicas. Estas, por sua vez, promovem o carreamento do solo formando ravinas que chegam a 0,50m de profundidade impedindo o tráfego de veículos e, em alguns casos, o de

pedestre, criando potenciais áreas de risco para a população. As FIGURA 7.9.4-37 e FIGURA 7.9.4-38 ilustram estas condições.



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.  
**FIGURA 7.9.4-37** – Inclinação Elevada na Via de Acesso à Balsa



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Janeiro/2008.  
**FIGURA 7.9.4-38** – Ravina no Arruamento de Belo Monte

Deve-se destacar que, em Belo Monte do Pontal, as atividades econômicas principais são a pesca, agricultura e o comércio, presentes também, em Belo Monte. A pesca tem importância central na vida dessas populações, sendo a garantia de segurança alimentar, insumo para o comércio e, também, fonte de alguns conflitos, conforme já citado anteriormente, na caracterização do povoado de Belo Monte.

As condições de vida dos povoados Belo Monte do Pontal assim como as de Belo Monte, conforme assinalado anteriormente, embora precárias, são ligeiramente melhores que as dos demais povoados integrantes da subárea 2, descritos nos itens anteriores – Garimpo do Galo, Ilha da Fazenda e Ressaca –. A acessibilidade é bem melhor, em virtude de estarem situadas às margens da Rodovia Transamazônica e distantes, por essa via, cerca de 60 km da cidade de Altamira. Possuem energia elétrica oriunda da Linha do Tramo Oeste com fornecimento pela Rede das Centrais Elétricas do Pará - CELPA.

A população de Belo Monte do Pontal dispõe de água tratada com cloro, obtida também em um poço, este sob a administração da prefeitura de Anapu que é armazenada em uma cisterna com vazão diária é de 70 m³/litros (FIGURA 7.9.4-39) . Em ambos povoados essa infraestrutura é mantida de forma inadequada pelas respectivas prefeituras.

Não há nenhuma infra-estrutura de saneamento básico, muitas residências não dispõem sequer de fossa rudimentar. Não há coleta de lixo, ele é queimado ou jogado a céu aberto. O povoado de Belo Monte do Pontal conta com tratamento de água com cloro, através da Prefeitura Municipal de Anapu. No que se refere ao destino do lixo, este geralmente é queimado ou enterrado. Nas localidades da Subárea 2, a água para abastecimento doméstico é proveniente de poço (70%), do Rio Xingu (25%) e de mina/nascente (5%) e, em geral, a forma de captação é individual. Dispõe, também, de serviço de energia elétrica.

O padrão construtivo das moradias é bastante rudimentar, geralmente casas de tábuas de madeira, cobertas com *brasilit* e chão de terra batida. São encontradas, ainda, algumas construções cobertas com palha.

As poucas construções em alvenaria abrigam, em maioria, alguns equipamentos sociais. Em relação a estes, Belo Monte do Pontal conta com: 3 escolas, um posto de saúde, 15 estabelecimentos comerciais e 5 igrejas. Há, ainda, um cemitério, uma quadra de esportes, um PETI e equipamento de saúde – posto de coleta para exame malária. Dispõem, ainda, de 4 telefones públicos. Deve-se ressaltar, também, a importância do porto que, conforme já afirmado anteriormente, constitui-se numa referência importante para a região. As FIGURA 7.9.4-40 a FIGURA 7.9.4-44 ilustram os equipamentos existentes no povoado.



**FONTE:** Leme Engenharia. Levantamento de Campo, Agosto/2008.

**FIGURA 7.9.4-39** – Cisterna em Belo Monte do Pontal



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-40** – EMEF José Andrade Silva em Belo Monte do Pontal



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-41** – Pré-Escola Pequeno Príncipe em Belo Monte do Pontal



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-42** – Quadra de Esportes em Belo Monte do Pontal



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-43** – PETI Rural em Belo Monte do Pontal



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-44** – Posto de Saúde e Igreja Assembléia de Deus em Belo Monte do Pontal

As principais características relacionadas às expectativas da população do povoado de Belo Monte do Pontal, acompanhando aquelas já identificadas em relação aos moradores de Belo Monte, consistem na defesa de seu modo de vida, vinculado, principalmente, à pesca e à relação com o Rio. Estas questões movem as preocupações centrais da população em relação à implantação do empreendimento, conforme atesta o depoimento a seguir, que não pode ser considerado como um depoimento isolado:

*“sem o peixe nós aqui não tem como viver, não temo que botar na panela. Aqui não tem trabalho, não dá pra comprar comida, é o peixe que nos salva. Num vê como tem esse comercio todo oferecendo peixe de refeição. Pois é, quem tem um dinheirinho aqui abre logo um PF, pois isso aqui é ponto de parada de muito motorizado. Tem a balsa, tem de parar e as vezes fica pra comer. Só que as vezes ta difícil pescar, aqui no barulho o peixe vem pouco, tem de ir pra fora e aí já tem gente dizendo que é dono dos lagos, dos poços. Dona, agora tem gente até dizendo que é dono do rio”. (Pescador de Belo Monte do Pontal)*

**b.5) Zona Rural e Respectivos Núcleos de Referência Rural**

Os núcleos de referência rural localizados na Zona Rural da Subárea 2, são Itatá e Trans-União, localizados no Município de Senador José Porfírio e Surubim, em Anapu.

A população atualmente residente nestes núcleos totaliza 2.329 habitantes, anteriormente apresentada. Essas localidades tiveram um aumento populacional, que quase triplicou, entre 2000 a 2007, a partir de uma taxa de crescimento geométrico da ordem de 13,48% ao ano.

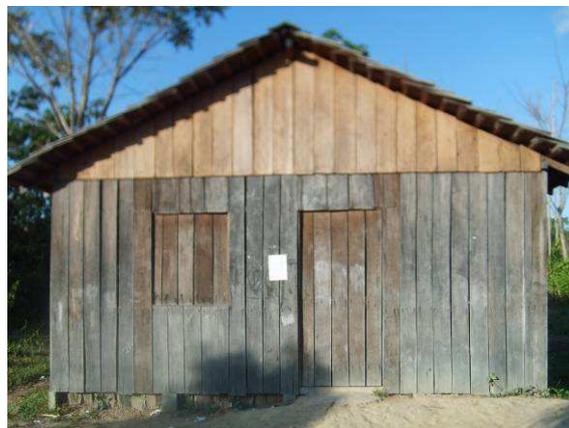
Em linhas gerais, as condições de vida das comunidades localizadas na Subárea 2, são bastante precárias e os núcleos de referência não dispõem de qualquer tipo de estrutura sanitária, a maioria das moradias é de taipa ou madeira. Os serviços públicos disponíveis são poucos. A exemplo dos povoados, a maioria das pessoas tem na sede urbana do município de Altamira, a despeito da distância, a referência para atendimentos médicos e outras demandas, como comércio e serviços. Outras referências importantes na região são os povoados de Ressaca e de Belo Monte do Pontal, que possuem um maior número de equipamentos sociais disponíveis em relação às outras localidades da Subárea 2.

Itatá conta com escola, posto de saúde e 4 estabelecimentos comerciais; Trans-União conta com 1 escola, 2 igrejas e um estabelecimento comercial, não dispendo de nenhum equipamento de saúde. Surubim tem apenas um posto de saúde, uma escola e uma igreja. Nas três localidades não foram identificados outros equipamentos, como equipamentos de lazer ou outros. As **FIGURA 7.9.4-45** a **FIGURA 7.9.4-50** a seguir ilustram a precariedade de tais equipamentos.



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-45** – EMEF Itatá



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-46** – EMEF Planalto – Núcleo Trans União



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-47** – Vista do Núcleo de Referência Rural Itatá



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-48** – Moradia – Núcleo de Referência Rural Itatá



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-49** – Posto de Saúde de Itatá



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-50** – Posto de Saúde Surubim

As expectativas da população quanto à possibilidade de implantação do empreendimento são semelhantes às dos demais moradores da Subárea, reforçando, de um lado, a dependência em relação à terra e, de outro, em relação ao rio, conforme o depoimento de um morador:

*“esse pessoal que vive na mata não é tudo igual, tem uns que nasceram aqui, mas tem os que vieram com as picadas dos travessões. Os mais antigos já se misturaram com nós, já tem família, netos. Mas os que chegaram de agora, só trazem problema, querem comprar terra na força, desalojar o antigo, sabe como é. Ameaçam e as vez oferecem um dinheiro pro filho jovem que quer sair daqui e ele força o pai a vender. Aí vão pra cidade passar necessidade, porque lá é tudo de ruim, tudo se paga, aqui é tranqüilo o ribeirinho sabe que tem seu alimento no rio, na mata, no roçado. Na cidade é no mercado, e aí é a poder de dinheiro. Foi isso que esses projetos vem fazendo com nós, mudando nossa forma de viver”.* (Morador, São Pedro)

### 7.9.4.3 Subárea 3: Jusante

A **Subárea Rural Jusante (FIGURA 7.9.4-51)** compreende a área a jusante da Casa de Força Principal do AHE Belo Monte, abrangendo a porção do município de Vitória do Xingu acima da rodovia Transamazônica e parte do município de Senador José Porfírio.

Em função de sua localização, trata-se de uma região sob forte influência da Rodovia Transamazônica (BR-230) e na qual os modos de vida da população, diferentemente das Subáreas 1 e 2, não são tão dependentes do Rio Xingu.

As principais vias de acesso são a Rodovia Transamazônica (BR 230) e a Rodovia Ernesto Accioly (PA-415), que ligam a sede de Altamira a Vitória do Xingu. Destaca-se, ainda, a Rodovia PA-167 e os diversos travessões que cortam a Subárea 3: Travessões km 45 Norte, km 40 Norte, km 32 Norte, km 23 Norte, km 13 Norte, além do Travessão do Bambu, Travessão Tijuca, Travessão Timbira e Travessão Boa Vista. O mapa Localidades, Acessos, Infra-Estrutura de transporte, Equipamentos de Lazer e Turismo (**Desenho 6365-EIA-DE-G93-005 e Desenho 6365-EIA-DE-G93-007**) apresenta as informações detalhadas sobre o conjunto da Subárea 3, incluindo o mapeamento de todas as estradas e localidades rurais.

A Subárea Jusante é caracterizada pela presença de 6 localidades, distribuídas em uma área de 2.855 km<sup>2</sup>, conforme quadro a seguir (**QUADRO 7.9.4-5**)

**QUADRO 7.9.4-5**  
Localidades existentes na Subárea Rural 3 – Jusante

Localidade	Tipo	Características
Vila Nova (Senador José Porfírio)	Outro aglomerado	Ilha no Rio Tamanduá
Alto Brasil (Senador José Porfírio)	Núcleo de Referência Rural	Terra firme
Bom Pastor (Senador José Porfírio)	Núcleo de Referência Rural	Terra firme
Travessão do Bambu (Senador José Porfírio)	Núcleo de Referência Rural:	Beira do Rio Xingu, abaixo da hidrelétrica
Agrovila Cilo Bananal (Vitória do Xingu)	Núcleo de Referência Rural	Terra firme
Padre Eurico Katler (Vitória do Xingu)	Núcleo de Referência Rural	Terra firme

**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

Segundo a classificação praticada pelo IBGE<sup>18</sup>, Vila Nova é considerada outro aglomerado e uma ilha localizada no Rio Tamanduá, braço do Rio Xingu. Além dessa localidade, foram identificados 5 núcleos de referência rural, dispersos nos principais travessões e vicinais, classificados segundo a identidade espacial e presença de equipamentos sociais, de acordo com a metodologia apresentada no item 7.9.2 – Volume 21, no âmbito deste estudo. A denominação dos núcleos de referência rural foi definida de acordo com as informações obtidas durante as pesquisas socioeconômica e socioantropológica e, geralmente, remete a elementos territoriais, como travessões e rios, ou religiosos

Para fins de caracterização, é importante destacar que embora as sedes urbanas dos Municípios de Senador José Porfírio e Vitória do Xingu estejam localizadas territorialmente dentro da Subárea Rural 3, estas serão caracterizadas separadamente, no item 7.9.3, destinado à caracterização das Subáreas urbanas, no âmbito deste estudo.

Salienta-se, ainda, a presença de uma área onde está sendo estudada a possibilidade de criação de uma Terra Indígena Juruna, no município de Vitória do Xingu.

São apresentados, a seguir, os itens referentes à caracterização geral dos núcleos de referência rural identificados na Subárea 3 para, em seguida, serem tratados os aspectos relacionados a cada um deles. Optou-se por tratar, em separado, os núcleos Vila Nova e Alto Brasil. Os núcleos de Cilo Bananal e Padre Eurico Kautler são tratados num único item, o mesmo ocorrendo em relação aos núcleos Bom Pastor e Travessão do Bambu, procurando-se manter, no entanto, suas especificidades.

A **FIGURA 7.9.4-51** a seguir, mostra a inserção da Subárea 3 na AID do AHE Belo Monte, sua situação relativa aos compartimentos do empreendimento, além das localidades nela identificadas.

<sup>18</sup> IBGE. Metodologia do Censo Demográfico 2000. Série Relatórios Metodológicos, volume 25, capítulo 6 – Desenho Conceitual, item 6.3.1.2 – Outras Áreas de Divulgação e Apuração.

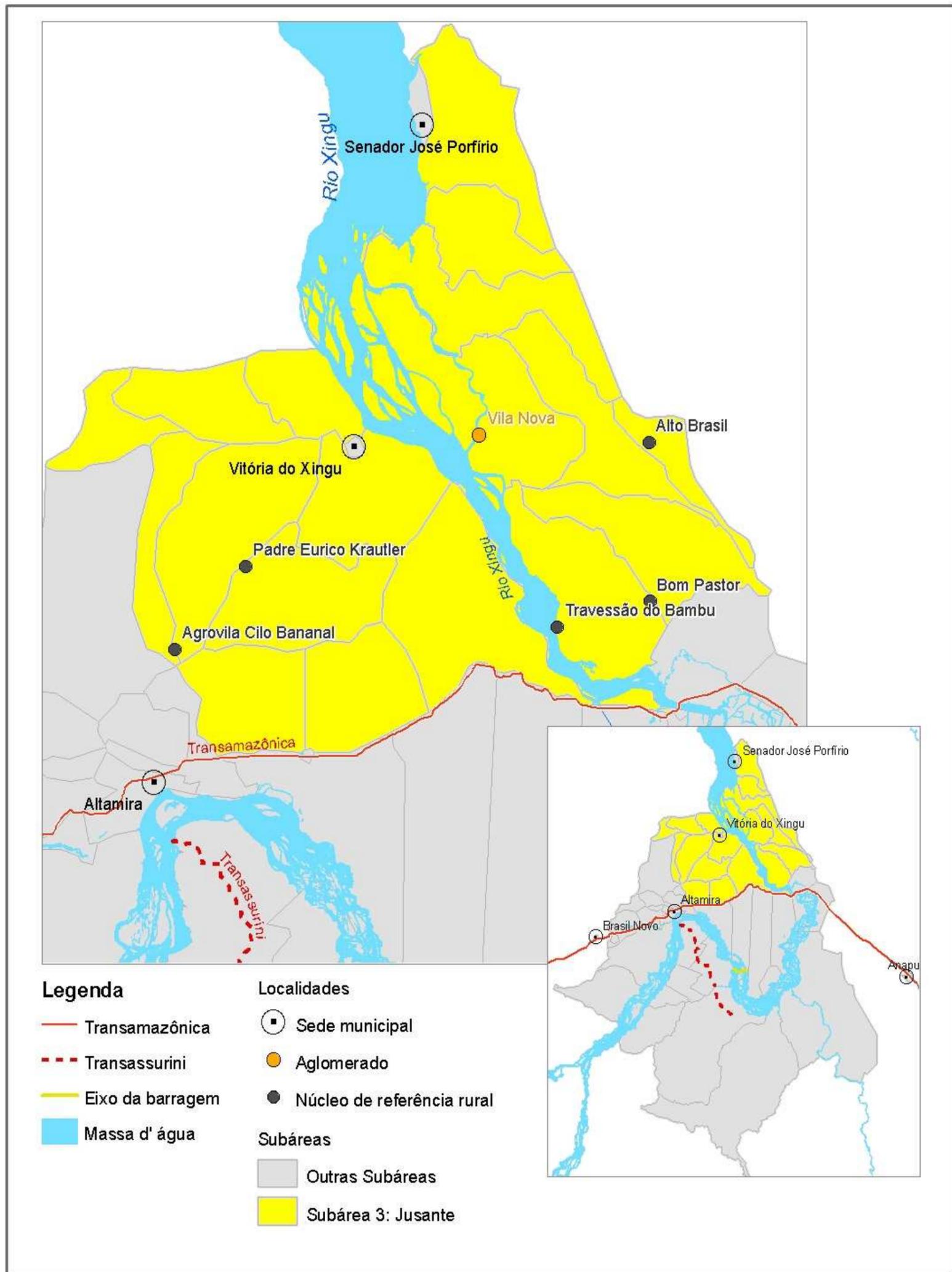


FIGURA 7.9.4-51 – Subárea 3: Jusante

**a) Caracterização geral**

Conforme o Mapa Uso do Solo e Cobertura Vegetal da Subárea Jusante da Área de Influência Direta do AHE Belo Monte (**Desenho 6365-EIA-DE-G93-008**), essa subárea encontra-se dividida pelo estirão do Rio Xingu, a jusante da Casa de Força Principal projetada para o AHE Belo Monte.

Na margem direita, pertencente ao município de Senador José Porfírio e inseridos na Gleba Belo Monte estão localizados quatro PA: Arapari (9.24 ha), Araraquara (3.940 ha), Canoé (10.709 ha) e Jaraua (4.737 ha). Na margem esquerda, município de Vitória do Xingu, situam-se a Gleba Tubarão e parte da Gleba Tapará, além da porção Norte do Projeto Agropecuário Rio Joa, já mencionado na Subárea 1.

Existe ainda, na parte central da margem direita da Subárea Jusante, uma área “Em identificação” proposta para abrigar a TI Juruna.

Na **FIGURA 7.9.4-52** e na **TABELA 7.9.4-12** a seguir, verifica-se que a cobertura vegetal predominante é a Floresta Ombrófila (52%) e que ocorrem formações pioneiras com influência fluvial e/ou lacustre o compartimento dos tabuleiros do Baixo Xingu (5%). As áreas antrópicas são pastagens e culturas cíclicas com predominância da primeira (28%), principalmente no Município de Vitória do Xingu. As culturas cíclicas estão mais presentes na porção da Subárea 3 localizada no Município de Senador José Porfírio (6%).

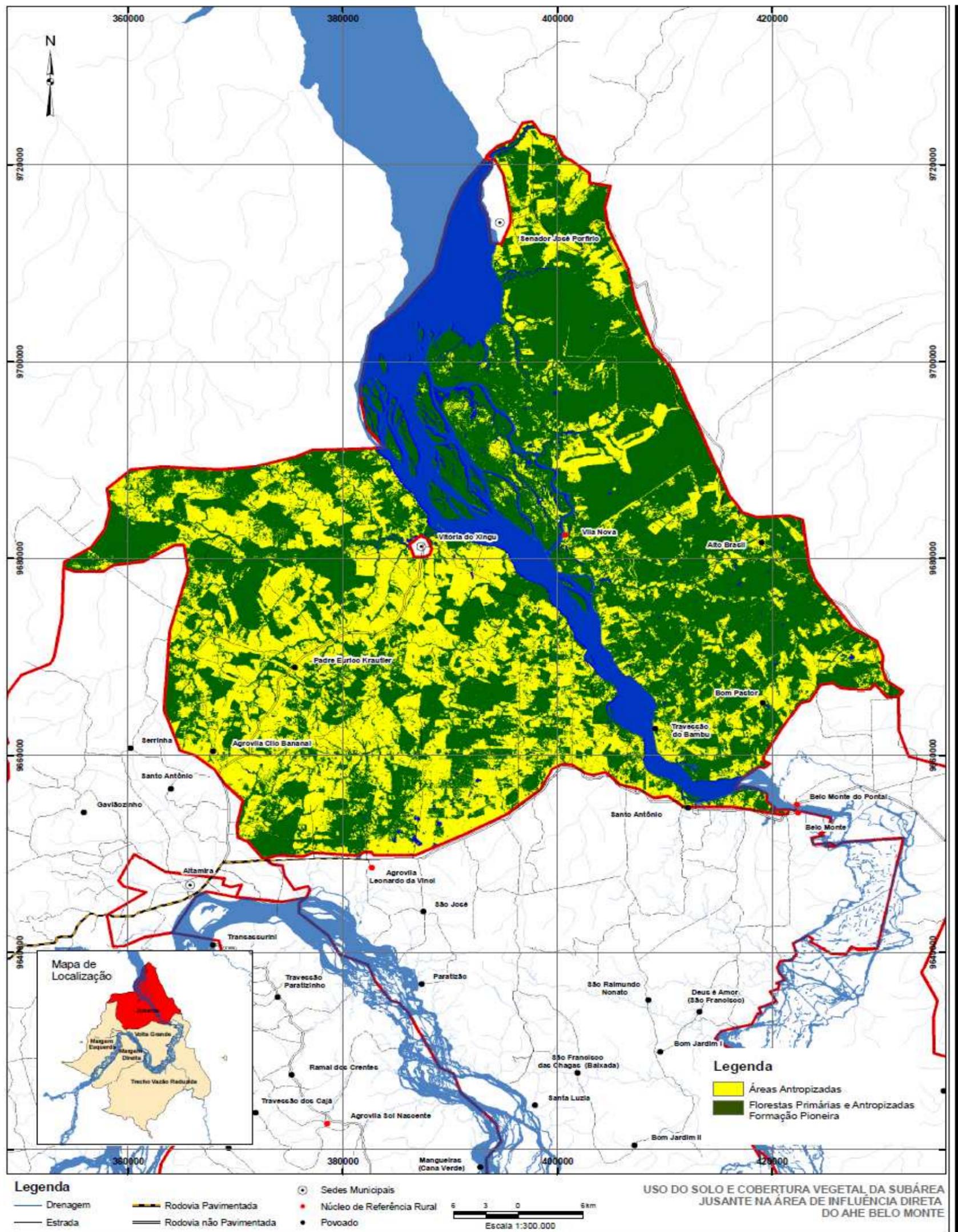


FIGURA 7.9.4-52 – Uso do Solo e Cobertura Vegetal da Subárea – Jusante na AID

Pode-se observar, ainda, que a ocupação avança em todos os sentidos e a cobertura vegetal encontra-se bastante fragmentada.

**TABELA 7.9.4-12**  
Área Ocupada por Classe de Uso do Solo na Subárea 3

Classe de Uso do Solo	Área (ha)	Percentual (%)
Culturas Cíclicas	16.427,00	5,79
Floresta Ombrófila	145.746,00	51,38
Formações Pioneiras com influência fluvial e / ou lacustre	13.627,00	4,80
Pecuária (pastagens)	80.245,00	28,29
Água	27.631,00	9,74
<b>Total</b>	<b>283.676,00</b>	<b>100,00</b>

**FONTE:** SIPAM, Casa Civil, 2004

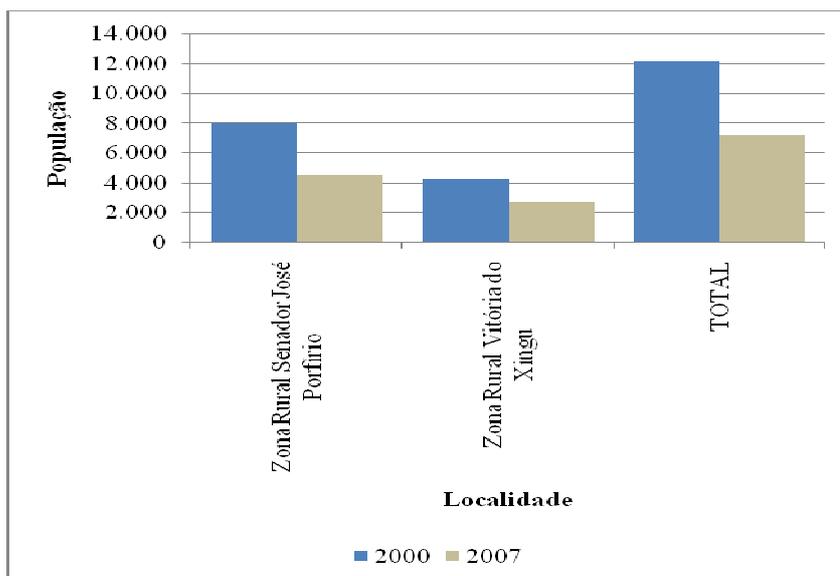
A população residente na Subárea Rural 3 – Jusante, excluídas as populações residentes nas sedes municipais, é de 7.202 pessoas, de acordo com a **TABELA 7.9.4-13**, apresentada a seguir. Cabe destacar que este número refere-se à população residente nas localidades que compõem as Zonas Rurais de Senador José Porfírio e de Vitória do Xingu. Observa-se, ainda, uma taxa de crescimento geométrico negativa em ambos os casos, que correspondem a, respectivamente, -7,96 e -5,90, demonstrando uma perda populacional da ordem de 44,0% e 35,0%, também, respectivamente (**GRÁFICO 7.9.4-6**). A densidade demográfica apresentada para a Zona Rural de Senador José Porfírio é superior às densidades das zonas rurais da região (que correspondem a 2,0 hab/km, conforme apresentado no Diagnóstico da AII), ao passo que a densidade de 1,8 hab/km<sup>2</sup>, para a Zona Rural de Vitória do Xingu acompanha os índices da região.

Quanto ao número de famílias residentes, as entrevistas realizadas durante as pesquisas socioeconômicas e socioantropológica indicam a presença de, aproximadamente, 550 famílias nas localidades pesquisadas, sendo 350 delas no aglomerado Vila Nova.

**TABELA 7.9.4-13**  
Dados Demográficos - Subárea Rural 3 Jusante

Município	Localidade	População		Taxa de Crescimento Geométrico (%)	Área (km <sup>2</sup> )	Densidade Demográfica (hab/Km <sup>2</sup> )	
		2000	2007			2000	2007
Senador José Porfírio	Zona Rural de Senador José Porfírio	7.984	4.469	-7,96	105.700	7,5	4,2
Vitória do Xingu	Zona Rural de Vitória do Xingu	4184	2733	-5,90	147.748	2,8	1,8
<b>TOTAL</b>		<b>12.168</b>	<b>7.202</b>	<b>-7,22</b>	<b>253.466</b>	<b>4,8</b>	<b>2,8</b>

**Fonte:** IBGE, Censo Demográfico, 2000 e Contagem de População, 2007.



**FONTE:** Elaborado a partir de dados do IBGE. Censo Demográfico, 2000 e Contagem de População, 2007.

**GRÁFICO 7.9.4-6 – População por Localidade (2000/2007) - Subárea Rural 3 Jusante**

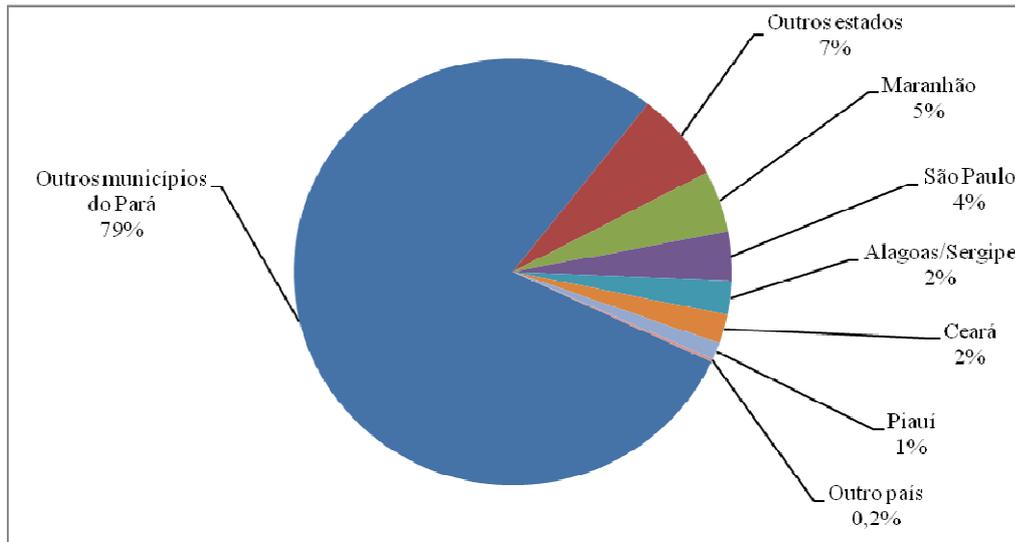
A população migrante residente nas localidades é composta por 860 pessoas, oriundas, em 78,6% dos casos, de outros Municípios do Estado do Pará, conforme demonstram a **TABELA 7.9.4-14** e o **GRÁFICO 7.9.4-7**, a seguir.

**TABELA 7.9.4-14**

Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e Países - Subárea Jusante

Local de Origem	População	%
Outros municípios do Pará	676	78,6
Outros estados	58	6,74
Maranhão	40	4,7
São Paulo	32	3,7
Alagoas/Sergipe	22	2,6
Ceará	19	2,2
Piauí	11	1,3
Outro país	2	0,2
<b>Total</b>	<b>860</b>	<b>100,0</b>

**FONTE:** IBGE, Contagem de População, 2007.



**FONTE:** Elaborado a partir de dados do IBGE. Contagem de População, 2007.

#### **GRÁFICO 7.9.4-7 - Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e Países - Subárea Jusante**

Em linhas gerais, no trecho a jusante do reservatório dos canais é onde se encontra a maior população ribeirinha da área estudada. Deve-se destacar que, conforme já apresentado na caracterização das Subáreas 1 e 2, os povoados Belo Monte e Belo Monte do Pontal também estão localizados territorialmente a jusante do reservatório dos canais. Estes dois povoados constituem locais de recepção de migrantes que transitam pela Rodovia Transamazônica. A partir desse ponto, em direção a foz do Rio Xingu e, portanto, em relação aos aglomerados e núcleos que são caracterizados neste item, predomina a ocupação tradicional, marcadamente extrativista. As principais atividades são vinculadas à seringa, à pesca, à coleta de sementes etc.

Desse modo, a caracterização da dinâmica espacial das localidades a jusante passa, necessariamente, pela função que o ribeirinho atribui ao espaço através da relação com o espaço da produção, da religiosidade, da recreação, dos mitos e das crenças associados a presença do rio. O espaço, com todas as suas representações, é a expressão viva da forma pela qual a população ribeirinha constrói suas referências identitárias: é o seu lugar de liberdade, de segurança, seu lar, seu "lugar".

Os relatos coletados dão conta do poder das águas na vida dessas populações, falam de como se organizam em função das cheias e vazantes, falam dos mitos que rondam a sua relação com o rio (a Cobra Grande, a Mãe D'Água) e, principalmente, de suas práticas cotidianas que dependem das águas:

*“a água do rio e dos igarapés é nosso alimento, sem ela o povo do Xingu não vive. A água é tudo, nos dá o banho, o paraense vive dentro d'água, nos dá o peixe, mata a sede e ainda serve pra nos juntar. Aqui eu venho toda manhã lavar a louça, nesse beijo de igarapé, porque no riozão bate muito. Venho trocar uma conversa, quando os meninos eram pequenos ficavam tudo de volta brincando enquanto eu cuidava dos afazeres. Isso é uma alegria de todo dia, aqui na conversa a gente se ajuda, se ampara mesmo. Eu acho que abaixo de Deus o rio é uma benção”.*(Moradora, próxima ao igarapé Tamanduazinho)

Ou ainda:

*“Essa época é muito boa pra ficar no rio, pra pescar, bater a roupa, deixar as crianças a vontade. Mas tem de respeitar a “Água Grande”, pois ela traz os males, as vezes vem a “cobra”, e aí não tem saída, engole tudo. Uns dizem que é a “Mãe d’Água”, outros que é “Cobra” mesmo. Tem de respeitar de ficar quieto é assim e sempre foi. Tem muita história desse rio, mas é até melhor nem contar porque ele se zanga. Na época da “Água Grande” a gente se recolhe e espera”. (Moradora do aglomerado Vila Nova)*

Segundo as informações obtidas, as localidades identificadas na Subárea Jusante possuem entre 30 e 101 anos de existência, sendo o aglomerado Vila Nova aquele que registra ocupação mais antiga.

Conforme visto nos itens 7.9.2.6 e 7.9.4, a subárea 3 - Jusante, apresenta um quadro de atividades econômicas no qual são mais expressivas as culturas da mandioca e da pimenta-do-reino e a criação de gado na porção referente ao município de Senador José Porfírio. Já na porção da subárea que pertence à Vitória do Xingu, destaca-se a pecuária, praticada em médios e grandes estabelecimentos e a produção de mandioca nos pequenos. Estas atividades também são desenvolvidas na modalidade de subsistência, associando-se à pesca. Na Agrovila Cilo Bananal é desenvolvida a apicultura.

Destaca-se, ainda, a cultura do cacau em Vitória do Xingu, típica de regiões que possuem sombreamento. O cultivo é realizado por pequenos produtores, sendo a produção muito pouco organizada e a comercialização realizada por meio de atravessadores, que revendem para grandes empresas produtoras de derivados do cacau.

As localidades a Jusante dispõem de infra-estrutura de serviços extremamente simples e a maioria das famílias tem na sede urbana do município de Altamira a referência para atendimento médico e outras demandas, como comércio e serviços. Segundo informações locais, as estradas em Vitória do Xingu usadas para o deslocamento até a sede de Altamira, embora não sejam pavimentadas, estão em bom estado de conservação, em virtude dos investimentos realizados pela Prefeitura Municipal de Altamira.

A água para utilização doméstica dos moradores das localidades é captada individualmente e, em geral, é proveniente de poço (60%), do Rio Xingu (15%) e de igarapés (25%). Quanto à energia elétrica, apenas Vila Nova e a Agrovila Cilo Bananal dispõem desse serviço. Destaca-se que a energia da Agrovila Cilo Bananal é fornecida pela CELPA.

A **TABELA 7.9.4-15**, a seguir, apresenta a relação dos equipamentos sociais, estabelecimentos comerciais e outros equipamentos identificados nas localidades pertencentes à Subárea Jusante.

**TABELA 7.9.4-15**  
 Relação de Localidades na Subárea 3, Equipamentos  
 Sociais Disponíveis, Estabelecimentos Comerciais e Outros equipamentos

Município	Nome da Localidade	Categoria da Localidade <sup>(2)</sup>	Equipamentos Sociais / Estabelecimentos Comerciais					Outros equipamentos				
			Escola	Posto de Saúde	Igreja	Estabelecimento Comercial	Cemitério	Lazer	Atividade Econômica	Educação (PETI)	Porto	Saúde (Postos de Vacinação)
Senador José Porfírio	Vila Nova	Outro Aglomerado	2	1	2	5	1	3	-	1	-	-
	Alto Brasil	Núcleo de Referência Rural	1	1	3	2	-	1	-	-	-	-
	Bom Pastor	Núcleo de Referência Rural	1	-	1	3	-	1	-	1	-	-
	Travessão do Bambu	Núcleo de Referência Rural	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Vitória do Xingu	Agrovila Cilo Bananal	Núcleo de Referência Rural	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-
	Padre Eurico Krautler	Núcleo de Referência Rural	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total Subárea 3</b>			7	4	8	12	1	5	-	2	-	-

**Fonte:** IBGE, Setores Censitários de 2007. Pesquisas Socioeconômicas (julho 2007 a julho 2008).

**NOTAS:** (1) Os nomes da maioria dos povoados ou dos outros aglomerados não constam dos setores censitários e foram atribuídos comparando-se a localização dos setores com os dados obtidos pela pesquisa sócio-antropológica qualitativa.

(2) Utilizados os critérios do IBGE para a classificação e as pesquisas socioeconômicas, no caso dos núcleos de referência rural.

Assim como observado nas Subáreas 1 e 2, os dados evidenciam a precariedade da infraestrutura de serviços presente nas localidades que compõem a Subárea 3. Novamente, o único equipamento social comum a todas as localidades pesquisadas é a escola e, à exceção de Vila Nova, cada localidade conta com apenas 1 unidade de ensino, que oferta as primeiras séries do ensino fundamental. É importante mencionar que, ao longo da Rodovia Ernesto Acioly (PA-415), há diversas escolas municipais que atendem à população residente ao longo dos travessões.

Quanto aos postos de saúde, apenas 4 das 6 localidades dispõem desse equipamento. Apenas os núcleos de referência rural Bom Pastor e Travessão do Bambu não contam com a presença de um posto de saúde. Destaca-se, ainda, que o posto de saúde do núcleo de referência rural,

em função de sua localização na Rodovia Ernesto Acioly (PA-415), caracteriza-se como um importante ponto de apoio aos viajantes e moradores da região.

Existem 12 estabelecimentos comerciais nas 6 localidades da Subárea 3, sendo 5 deles em Vila Nova e 3 no núcleo de referência rural Alto Brasil.

As igrejas são, depois dos estabelecimentos comerciais, os equipamentos mais comuns na Subárea 3, e estão presentes em todas as localidades, exceto no núcleo de referência rural Padre Eurico Krautler. Destaca-se o grande número de igrejas no núcleo de referência rural Alto Brasil e 2 em Vila Nova. É importante mencionar, ainda, a grande quantidade de igrejas evangélicas na Subárea, assim como em toda a AID.

A população da Subárea Jusante conta, ainda, com 2 equipamentos voltados à educação, sendo 1 em Vila Nova e 1 no núcleo Bom Pastor. Trata-se do PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

A Subárea 3 destaca-se por contar com um número maior de equipamentos voltados ao lazer, especialmente os relacionados à prática de esportes, se comparada às Subáreas 1 e 2, que são encontrados em três localidades.

As pesquisas realizadas identificaram apenas 1 cemitério nas 6 localidades que compõem a Subárea Jusante, sendo localizado em Vila Nova.

Os principais problemas apontados pelos moradores entrevistados, assim como verificado nas Subáreas 1 e 2, referem-se à precariedade da infra-estrutura de saúde, a falta de saneamento básico e de energia elétrica e a má qualidade das estradas.

Estes problemas refletem-se nos depoimentos dos moradores dos núcleos localizados na Subárea Jusante, em relação à possibilidade de implantação do empreendimento.

A possibilidade de implantação do AHE Belo Monte e, principalmente a história de “idas e vindas” deste empreendimento tem construído, ao longo dos últimos vinte anos, representações no imaginário coletivo. Grosso modo, essas representações estão centradas numa dada idéia de “desenvolvimento” em oposição à idéia de “destruição” da região. Nesses termos, é importante a compreensão dos significados que podem ser agregados a ambas as “idéias”. De um lado se tem uma noção de desenvolvimento que se confunde com o exercício da cidadania dessa população, que hoje vive em condições precárias no que se refere ao acesso a uma rede de serviços essenciais; expressa através da demanda por investimentos e negócios para a região. De outro, a percepção da “destruição” nos termos do aumento dos conflitos e contradições já existentes, considerando a expectativa de que o AHE Belo Monte seja implantado tal como a experiência ocorrida no município de Tucuruí em meados da década de 80.

Apresentam-se, a seguir o **QUADRO 7.9.4-6**, com as principais representações presentes nos relatos coletados sobre o empreendimento, na tentativa de compor um painel no qual se possa observar os sentimentos e expectativas daí decorrentes.

**QUADRO 7.9.4-6**  
Representações sobre o AHE Belo Monte na AID

Desenvolvimento/Crescimento	Destruição/ Perdas
Dotação de melhor infra estrutura	Aumento da violência
Atração de outros empreendimentos	Exclusão das populações locais
Recursos para a administração pública	Desterritorialização das populações
Crescimento do mercado de trabalho	Perda da cultura ribeirinha

**FONTE:** Leme Engenharia. Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008)..

O relato, a seguir, extraído das entrevistas realizadas, ajuda a ilustrar uma das preocupações da população local relacionada à implantação do empreendimento:

*“Aqui vai ficar muito mais violento que é, vai chegar muita gente de fora e ficar achando que porque Belo Monte ta aí vamos ter tudo resolvido não é verdade. Nós não precisamos ter Belo Monte pra ter nossos direitos. Temos que ter escola, saúde, comida, moradia, segurança sem precisar de Belo Monte pra isso. Se essa barragem vier, eu acho que o que vai se ter é muita violência, muita gente estranha chegando e vai continuar faltando tudo, e os daqui não vão ter pra onde correr”. (Morador do Travessão 45 Norte)*

**b) Caracterização de Aglomerados e Núcleos de Referência Rural**

**b.1) Aglomerado Vila Nova**

Vila Nova é o principal ponto de referência da Subárea 3 - Jusante. Pertencendo ao Município de Senador José Porfírio, é uma ilha localizada no Rio Tamanduá e, segundo entrevistas realizadas no local, existe há mais de 100 anos. É também, a comunidade na qual reside o maior número de famílias, estimado em 350.

No inverno, com a cheia do Rio, a ilha fica inundada e as pessoas circulam pelas ruas de canoa. Ninguém sai à noite, a não ser para encontros de 6 a 7 pessoas, em “torrões” de terra, e de lá saem para onde há festas.

A maioria da população local é constituída por imigrantes nordestinos que foram para o local para a exploração da seringa. Com a queda da borracha, os moradores passaram para as atividades de pesca e agricultura.

O padrão construtivo das moradias é bem simples, embora superior ao padrão da região, com algumas casas e edificações que abrigam equipamentos e serviços sociais em alvenaria, conforme se verifica nas fotos a seguir (foto xxx a foto xxx). Não há infra-estrutura de saneamento básico, sendo o esgotamento sanitário realizado através de instalações rudimentares (fossas negras). No que se refere ao descarte do lixo, este geralmente é queimado ou enterrado. Há energia elétrica

A comunidade dispõe dos seguintes equipamentos: 2 escolas, um posto de saúde e 5 estabelecimentos comerciais. O PETI constitui serviço educacional disponível na localidade. Possui, ainda, uma quadra poliesportiva e dois campos de futebol grandes, que alagam no inverno: um masculino e outro feminino. Segundo os moradores, “é para evitar brigas”, pois as mulheres da localidade também gostam muito de jogar futebol. Existe, também, um cemitério na localidade (**FIGURA 7.9.4-53 a FIGURA 7.9.4-64**).

Conforme observado anteriormente, a vida da comunidade é organizada em função das cheias e vazantes, das quais dependem suas práticas cotidianas. Também, conforme já dito anteriormente, estas práticas também são organizadas a partir de um conjunto de crenças, mitos e rituais: o momento de espera, quando as águas e a mobilidade da população é reduzida, sobem em contraposição aos momentos de ação, quando as águas baixam e a mobilidade é facilitada.



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-53** – EMEF Abel Figueiredo – Vila Nova



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-54** – EMEF Raimundo Pereira França – Vila Nova



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-55** – Posto de Saúde em Vila Nova



**FONTE:** Pesquisas Socioeconômica/Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008)  
**FIGURA 7.9.4-56** – Comercial do José Tenório – Vila Nova



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).  
**FIGURA 7.9.4-57** – Igreja Santa Luzia– Vila Nova



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).  
**FIGURA 7.9.4-58** – Bar e Restaurante Regina – Vila Nova



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).  
**FIGURA 7.9.4-59** – Comercial do Reginaldo Tenório – Vila Nova



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).  
**FIGURA 7.9.4-60** – Vista – Vila Nova



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).  
**FIGURA 7.9.4-61** – PETI – Vila Nova



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-62** – Quadra Poliesportiva – Vila Nova



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-63** – Campo de Futebol – Vila Nova



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-64** – Cemitério da Vila – Vila Nova

c) **Zona Rural de Senador José Porfírio e respectivos núcleos de referência rural**

c.1) **Alto Brasil**

Pertencendo à Zona Rural do Município de Senador José Porfírio, o núcleo de referência rural Alto Brasil caracteriza-se pela predominância de atividades agrícolas.

O padrão construtivo das moradias é bem simples, conforme se verifica nas fotos a seguir (FIGURA 7.9.4-65 a FIGURA 7.9.4-70). Não há infra-estrutura de saneamento básico, sendo o esgotamento sanitário realizado através de instalações rudimentares (fossas negras). No que se refere ao descarte do lixo, este geralmente é queimado ou enterrado. Não dispõe de energia elétrica (apenas geradores) e a captação da água é feita individualmente, em geral, em poços e igarapés.

A comunidade dispõe dos seguintes equipamentos: uma escola, um posto de saúde e 3 estabelecimentos comerciais, além de uma igreja. A comunidade local dispõe, também, de uma quadra poliesportiva.



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-65** – Posto de Saúde – Núcleo de Referência Rural Alto Brasil



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-66** – EMEF Salomão Eschrique – Núcleo de Referência Rural Alto Brasil



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-67** – Comercial Brasil – Alto Brasil



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-68** – Assembléia de Deus – Alto Brasil



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-69** – Quadra Poliesportiva – Alto Brasil



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-70** – Caixa D'água – Alto Brasil

**d) Bom Pastor e Travessão do Bambu**

Os núcleos de referência rural Bom Pastor e Travessão do Bambu também estão localizados na Zona Rural do Município de Senador José Porfírio. O primeiro, em terra firme e o Travessão do Bambu abaixo da hidrelétrica, à beira do Rio Xingu.

As principais atividades desenvolvidas nos dois núcleos consistem, respectivamente, em agricultura e pesca.

O padrão construtivo das moradias em ambos os núcleos é bastante simples, predominando as casas de tábua cobertas com telhas de amianto.

A exemplo de outras localidades da Subárea, nenhum dos dois núcleos dispõem de infraestrutura de saneamento ou energia elétrica.

Os equipamentos existentes nessas localidades são: Bom Pastor – uma escola, uma igreja, três estabelecimentos comerciais e um campo de futebol; no Travessão do Bambu há apenas uma escola e um estabelecimento comercial. Não há nenhum equipamento de saúde; um dos recursos da população é utilizar-se dos serviços existentes em Vila Nova (**FIGURA 7.9.4-71** a **FIGURA 7.9.4-77**).



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-71** – EMEF Bom Pastor – Núcleo de Referência Rural Bom Pastor



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-72** – PETI – Bom Pastor



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-73** – Comércio do Domingos – Núcleo de Referência Rural Bom Pastor



**FONTE:** Leme Engenharia. Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008)..  
**FIGURA 7.9.4-74** Vista do Rio Xingu - Final do Travessão do Bambu



**FONTE:** Leme Engenharia. Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008)..  
**FIGURA 7.9.4-75** – Congregação Cristã no Brasil –Travessão do Bambu



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).  
**FIGURA 7.9.4-76** – Igreja São Francisco de Assis – Bom Pastor



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).  
**FIGURA 7.9.4-77** – Padrão Construtivo - Travessão do Bambu

e) **Zona Rural de Vitória do Xingu e respectivos núcleos de referência rural**

e.1) **Agrovila Cilo Bananal e Padre Eurico Kautler**

Ambos os núcleos de referência rural localizam-se no município de Vitória do Xingu. A Agrovila Cilo Bananal, em função de sua localização muito próxima à Rodovia Ernesto Acioly, possui caráter um pouco mais urbano e conta com uma infra-estrutura um pouco melhor que a existente nas outras localidades (à exceção de Vila Nova), constituindo-se em mais uma referência para a população da região.

As atividades econômicas predominantes ligam-se à agricultura, destacando-se, no entanto, a apicultura, praticada na região.

O padrão construtivo das moradias é bem simples, embora na Agrovila Cilo Bananal seja superior ao padrão da região, com algumas casas e edificações que abrigam equipamentos e

serviços sociais em alvenaria, conforme se verifica nas fotos a seguir (**FIGURA 7.9.4-78 a FIGURA 7.9.4-82**).

Neste núcleo não há infra-estrutura de saneamento básico, sendo o esgotamento sanitário realizado através de fossas negras. No que se refere ao descarte do lixo, este geralmente é queimado ou enterrado. Há energia elétrica fornecida pela CELPA e a água é captada individualmente, em geral, em poços e igarapés.

Já o padrão construtivo das moradias de Padre Eurico Kautler é mais simples, sendo predominantes as construções em madeira.

A comunidade de Cilo Bananal dispõe dos seguintes equipamentos: uma escola, um posto de saúde e um estabelecimento comercial, além de uma igreja. A comunidade local dispõe, também, de telefone público. Já a comunidade de Padre Eurico Kautler dispõe de uma escola, um posto de saúde e uma igreja.

Conforme observado anteriormente, o posto de saúde do núcleo de referência rural, em função de sua localização na Rodovia Ernesto Acioly (PA-415), caracteriza-se como um importante ponto de apoio aos viajantes e moradores da região.



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-78** – EMEF Daniel Berg – Agrovila Cilo Bananal



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-79** – Posto de Saúde Cecília O. de Souza – Agrovila Cilo Bananal



**FONTE:** Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008)  
**FIGURA 7.9.4-80** – Igreja Evangélica – Agrovila Cilo Bananal



**FONTE:** Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008)  
**FIGURA 7.9.4-81** – EMEF Padre Eurico Krautler – Núcleo de Referência Rural



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-82** - Telefone Público e Torre da TELEMAR – Agrovila Cilo Bananal

#### 7.9.4.4 Subárea 4: Reservatório do Xingu Margem Esquerda

A **Subárea Rural Reservatório do Xingu Margem Esquerda (Subárea 4)** foi assim denominada por estar diretamente relacionada com o compartimento do AHE Belo Monte de mesmo nome, abrangendo porções dos municípios de Altamira e Brasil Novo.

A Subárea 4 (**FIGURA 7.9.4-83**) é uma das mais importantes da AID, tanto em função de sua situação relativa a um dos principais compartimentos do empreendimento – o Reservatório do Xingu – quanto por abarcar a sede municipal de Altamira, pólo regional e principal referência para toda a população da região da Rodovia Transamazônica (BR-230).

O principal acesso por terra é realizado pela Rodovia Transamazônica (BR 230), que corta a Subárea no sentido leste-oeste, ligando a cidade de Altamira à sede do município de Brasil Novo. Além da Rodovia, os principais travessões que cortam a Subárea são: Travessão km 6 Norte (“Vicinal da 6”), Travessão km 8 Norte (“Vicinal da 8”), Travessão km 10 Norte (“Vicinal da 10”) e Travessão km 12 Norte (“Vicinal da 12”), acima da Transamazônica, e o Travessão km 5 Sul, Travessão km 7 Sul, Travessão km 9 Sul (“Vicinal da 9”), Travessão km 13 Sul e Travessão km 15 Sul, abaixo da Rodovia. O Mapa Localidades, Acessos, Infra-Estrutura de transporte, Equipamentos de Lazer e Turismo (**Desenho 6365-EIA-DE-G93-005 e Desenho 6365-EIA-DE-G93-007**) apresenta as informações detalhadas sobre o conjunto da Subárea 4, incluindo o mapeamento de todas as estradas e localidades rurais.

A Subárea Reservatório do Xingu Margem Esquerda é caracterizada pela presença de 10 localidades, entre povoados, aglomerados e núcleos de referência rural, distribuídas em uma área de 2.149 km<sup>2</sup> ou 2.094.919 ha. Segundo a classificação praticada pelo IBGE<sup>19</sup>, foram identificados 02 povoados (Agrovila Princesa do Xingu e Agrovila Carlos Pena Filho) e 01 outro aglomerado (Agrovila Vale Piauiense). Além dessas localidades, foram identificados 7 núcleos de referência rural, classificados segundo a identidade espacial e presença de equipamentos sociais, de acordo com a metodologia apresentada no âmbito deste estudo.

A denominação dos núcleos de referência rural foi definida de acordo com as informações obtidas durante as pesquisas socioeconômicas e socioantropológica e, assim como observado nas outras 3 subáreas apresentadas anteriormente, remete a elementos territoriais, como travessões e rios, ou religiosos.

O **QUADRO 7.9.4-7** a seguir apresenta os povoados e núcleos que se localizam na Subárea 4 – Reservatório do Xingu Margem Esquerda, bem como algumas características gerais.

---

<sup>19</sup> IBGE. Metodologia do Censo Demográfico 2000. Série Relatórios Metodológicos, volume 25, capítulo 6 – Desenho Conceitual, item 6.3.1.2 – Outras Áreas de Divulgação e Apuração.

**QUADRO 7.9.4-7**  
Núcleos de Referência Rural na Subárea Rural 4  
Volta Grande do Xingu

<b>Povoados e Aglomerados</b>	<b>Características</b>
Agrovia Princesa do Xingu (Altamira)	Povoado - Terra firme; próximo à Transamazônica
Agrovia Carlos Pena Filho (Altamira)	Povoado - Terra firme; próximo à Transamazônica
Agrovia Vale Piauiense (Altamira)	Aglomerado - Terra firme; próximo à Transamazônica
<b>Núcleos</b>	<b>Características</b>
Agrovia Olavo Bilac (Altamira)	Terra firme; próximo à Transamazônica
Gaviãozinho (Altamira)	Terra firme; próximo à Transamazônica
Sagrado Coração de Jesus (Pioneira) – Altamira	Terra firme; próximo à Transamazônica
Santo Antônio (Altamira)	Terra firme; próximo à Transamazônica
São João Batista (Altamira)	Terra firme; próximo à Transamazônica
Serrinha (Altamira)	Terra firme; próximo à Transamazônica
Santa Juliana (Brasil Novo)	Beira do Xingu, no final do reservatório; remanso

Para fins de caracterização, é importante destacar que os núcleos de referência rural São João Batista e Agrovia Olavo Bilac localizam-se fora dos limites da AID, mas foram incluídos no diagnóstico em função de sua proximidade e das relações sociais, econômicas e culturais com as outras localidades da AID.

Salienta-se ainda, que, embora a sede urbana do Município de Altamira esteja localizada territorialmente dentro da Subárea Rural 4, esta será caracterizada separadamente, no item destinado à caracterização das Subáreas urbanas, no âmbito deste estudo.

São apresentados, a seguir, os itens referentes à caracterização geral dos povoados, aglomerados e núcleos de referência rural identificados na Subárea 4 para, em seguida, serem tratados os aspectos relacionados a cada um deles.

A **FIGURA 7.9.4-83**, a seguir, mostra a inserção da Subárea 4 na AID do AHE Belo Monte, sua situação relativa aos compartimentos do empreendimento, além das localidades nela identificadas.

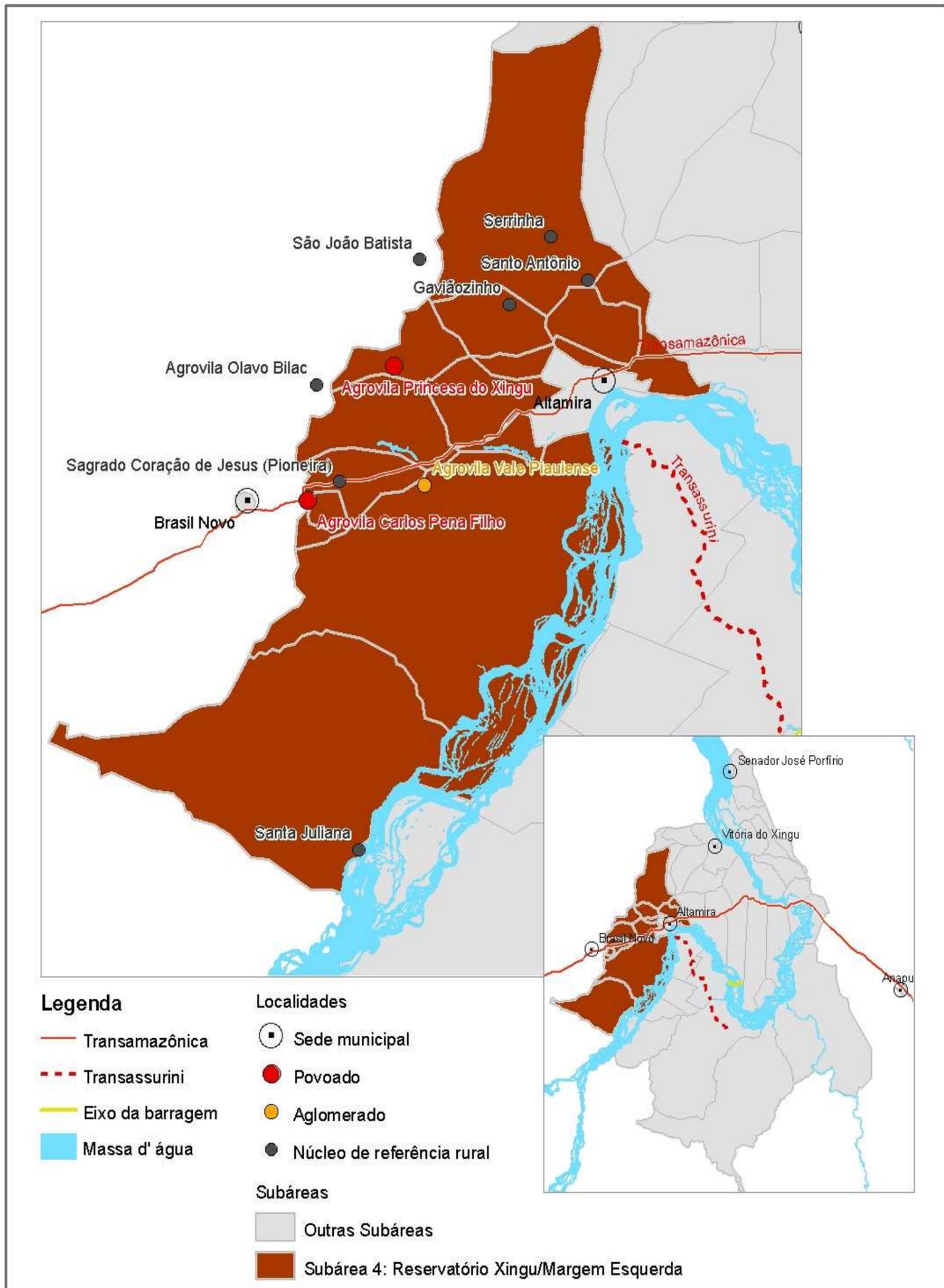


FIGURA 7.9.4-83 – Subárea 4: Reservatório do Xingu Margem Esquerda

#### a) **Caracterização geral**

Nesta Subárea encontra-se uma estrutura fundiária remanescente do projeto de colonização iniciado na década de 1970. Nestes, os lotes seriam acessados por vicinais perpendiculares à Transamazônica implantadas a cada 5 km. Esses lotes estavam inseridos no Módulo de Colonização (MOC) – faixa de terra medindo 50 km de extensão por 24 km de largura, cortada ao meio no sentido longitudinal pela rodovia:

*“Cada MOC seria estruturado em função de sua produção e organização administrativa, baseada na capacidade de atendimento em 120 lotes rurais para cada técnico agrícola e de forma que não ocorram deslocamentos superiores a 20 km por técnico. Dentro do MOC, cada lote rural de exploração agrícola familiar teria cerca de 100 ha, sendo permitida a derrubada de 50% da área do lote e preservada metade de sua área, voltada para os fundos, para reserva florestal, garantido pela união destas áreas não desmatadas dos lotes uma mancha verde contínua. Os lotes ao longo da Transamazônica, sempre que as condições locais o permita, terão 500 x 2000 m e os situados nas vicinais terão 400 x 2500.” (INCRA, 1972, in Ventura, 2004).*

A rede urbana projetada, segundo Ventura (2004) era composta por:

- uma Agrovila nas margens da rodovia, ocupando o equivalente a 3 lotes de 100 ha, e situado a uma distância máxima de 32 km do último lote do MOC;
- duas Agrovilas situadas nas margens da Transamazônica ocupando uma área equivalente a 3 lotes de 100 ha, sendo 1 lote para utilização imediata e os restantes como área de reserva para quando da evolução do núcleo para uma Agrópolis;
- vinte Agrovilas ocupando cada uma um lote de 100 ha, sendo duas situadas às margens das rodovias e as restantes 18 (dezoito) nas vicinais.

Na abrangência da Subárea 4 encontram-se algumas dessas agrovilas: Carlos Pena Filho, às margens da Transamazônica; Vale Piauiense, Princesa do Xingu, Olavo Bilac às margens dos travessões.

Nas margens do Rio Xingu, essa estrutura encontra-se bastante alterada, muitos lotes hoje foram agrupados em grandes propriedades como poderá ser visto no Diagnóstico da Área Diretamente Afetada.

A Subárea 4 circunda a cidade de Altamira e, em seu entorno, a cobertura vegetal já foi bastante alterada e fragmentada correspondendo a 52% da área total da Subárea. As pastagens representam o restante (42%), excluindo-se as superfícies cobertas por água (**TABELA 7.9.4-16**). Da mesma forma que na Subárea 2 o avanço da ocupação acompanha os traçados dos travessões e a Floresta Ombrófila remanescente situa-se nos fundos dos lotes (**FIGURA 7.9.4-84** a seguir)

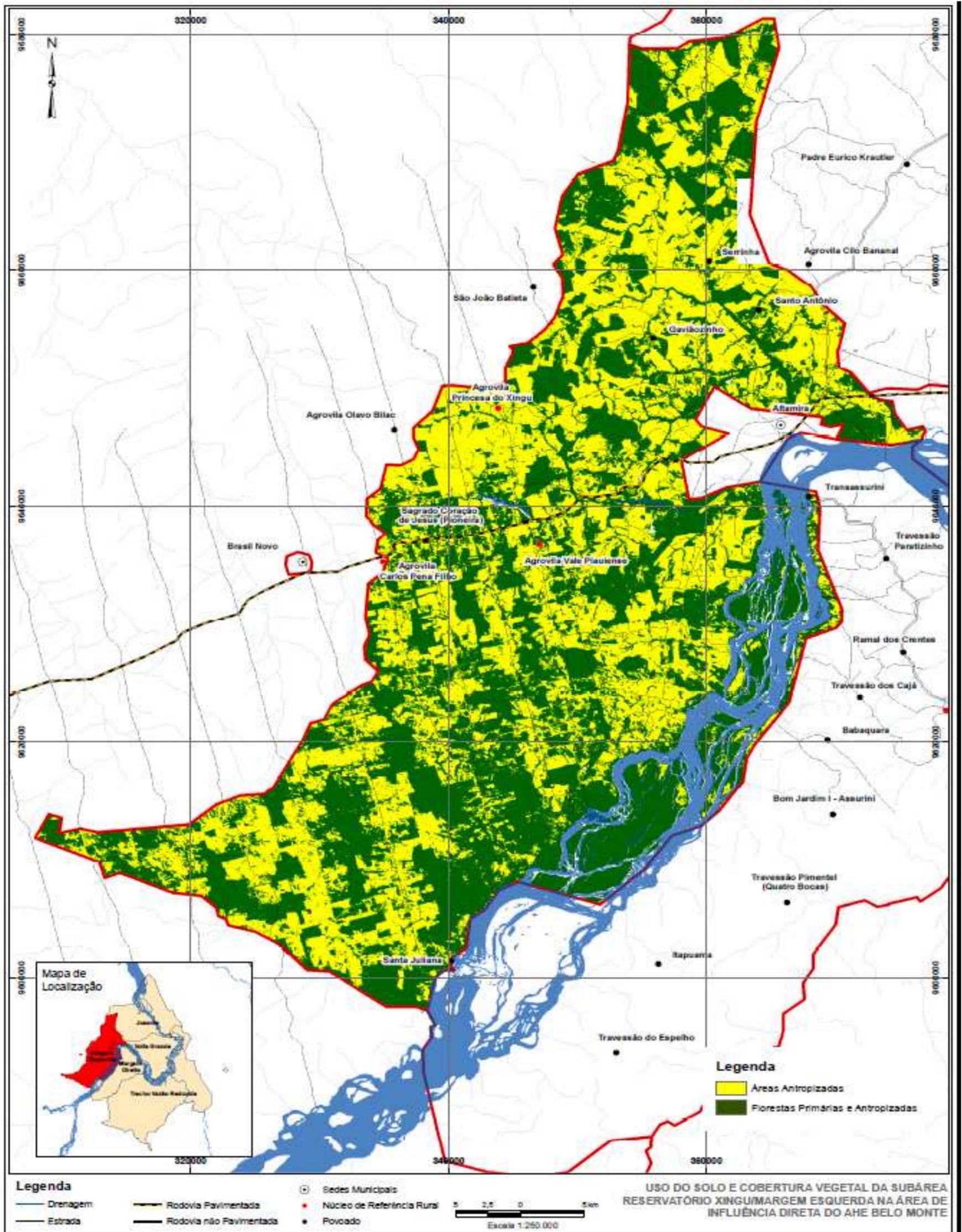


FIGURA 7.9.4-84 – Uso e Cobertura Vegetal da Subárea – Reservatório Xingu – margem Esquerda - AID

**TABELA 7.9.4-16**  
Área Ocupada por Classe de Uso do Solo na Subárea 4

Classe de Uso do Solo	Área (ha)	Percentual (%)
Floresta Ombrófila	108.979,00	52,44
Pecuária (pastagens)	87.593,00	42,15
Água	11.230,00	5,40
<b>Total</b>	<b>207.802,00</b>	<b>100,00</b>

**FONTE:** SIPAM, Casa Civil, 2004.

É importante mencionar a concentração de localidades no município de Altamira, na região acima da Rodovia Transamazônica (BR-230) e em seu entorno. As pesquisas realizadas identificaram apenas 2 localidades no município de Brasil Novo e 1 (Agrovila Carlos Pena Filho) na divisa dos 2 municípios – Brasil Novo e Altamira. A única localidade distante da Transamazônica é o núcleo de referência rural Santa Juliana, núcleo ribeirinho localizado no remanso do Reservatório do Xingu.

Salienta-se, ainda, que, em virtude da localização e relação com a Rodovia, algumas localidades, especialmente as agrovilas, embora classificadas como rurais, possuem algumas características urbanas, como arruamentos e melhor infra-estrutura de serviços disponibilizados à população, como rede de abastecimento de água e energia elétrica.

Entretanto, apesar da proximidade e relação com a Rodovia Transamazônica, é importante mencionar que todos os núcleos e povoados identificados na região de Altamira estão localizados nas bacias dos igarapés Ambé e Panelas – 2 dos 3 igarapés que atravessam a cidade. Algumas delas, portanto, também possuem modos de vida tipicamente ribeirinhos e desenvolvem atividades econômicas relacionadas aos rios, às águas.

Nesses termos, é interessante notar que existem fortes traços de identidade entre os modos e meios de vida das famílias residentes nas comunidades ribeirinhas e das famílias residentes ao longo das estradas vicinais/travessões. Isto porque o principal referencial organizador dessa identidade é o trabalho com a terra e sua relação com a natureza. Aqui as percepções sobre o lugar onde moram se dão de forma idêntica, a despeito das particularidades sócio-culturais das comunidades situadas às margens do Rio Xingu:

*“O lugar onde a gente vive é o que temos de mais importante, nossa vida não se faz sem que a gente tenha aonde descansar, aonde se abrigar. Isso aqui pra mim é um paraíso porque é o lugar onde eu vivo e crio meus filhos, tiro o meu sustento. E tem o rio que é uma benção, o Xingu é tudo pra nós, nos dá o peixe, o banho a alegria”.*  
(Moradora do Núcleo de Referência Rural Santa Juliana)

Como se pode observar, as comunidades que vivem em locais cercados por rios e igarapés têm suas condições materiais e subjetivas vinculadas ao rio. A água dos rios e igarapés conforma a história de vida destas famílias. É das águas do rio que as pessoas retiram o seu sustento, realizam o seu lazer e organizam sua vida. Além disso, para essas comunidades o rio é praticamente a única via de locomoção, como no núcleo de referência rural Santa Juliana.

Na realidade, a configuração dos modos de vida amazônicos por si só impõem formas específicas de sobrevivência e organização social, se considerados os “mundos” das águas, da várzea, da floresta e da terra firme e o conjunto de estratégias e práticas sociais aí dominantes. É importante considerar que a dinâmica desses modos de vida se constrói na possibilidade de

recriação permanente das formas de sobrevivência, processo este que corresponde a uma modalidade de reordenação social: famílias se deslocam segundo o ritmo das vazantes e enchentes de várzeas e rios ou segundo os caminhos do extrativismo. Como se os tempos e os espaços se definissem de forma associada e dependente – o tempo da várzea, o tempo da floresta e também o tempo da cidade/núcleo urbano, para onde se dirigem, seja para comercializar sua produção, seja para atender suas necessidades básicas.

A população da Subárea Reservatório do Xingu Margem Esquerda é de 82.089 pessoas, de acordo com os dados do Agregado por Setores Censitários 2007 do IBGE<sup>20</sup>. Entretanto, excluindo-se a população da sede municipal de Altamira – 62.285 habitantes –, tem-se uma população rural de 5.703 pessoas (**TABELA 7.9.4-17**)

**TABELA 7.9.4-17**  
Dados Demográficos - Subárea Rural 4 Margem Esquerda

Município	Localidade	População		Taxa de Crescimento Geométrico (%)	Área (ha)	Densidade Demográfica (hab/Km <sup>2</sup> )	
		2000	2007			2000	2007
Altamira	Agrovila Pincesa do Xingu	343	361	0,73	103	333,0	350,5
	Agrovila Carlos Pena Filho	243	194	-3,17	1.096	22,2	17,7
	Zona Rural de Altamira	3904	4123	0,78	15.7820	2,47	2,61
Brasil Novo	Zona Rural de Brasil Novo	1.338	1.025	-3,74	50.401	2,7	2,0
<b>TOTAL</b>		<b>5.828</b>	<b>5.703</b>	<b>-0,31</b>	<b>2.094.919</b>	<b>2,8</b>	<b>2,7</b>

**FONTE:** IBGE. Censo Demográfico, 2000 e Contagem da População, 2007.

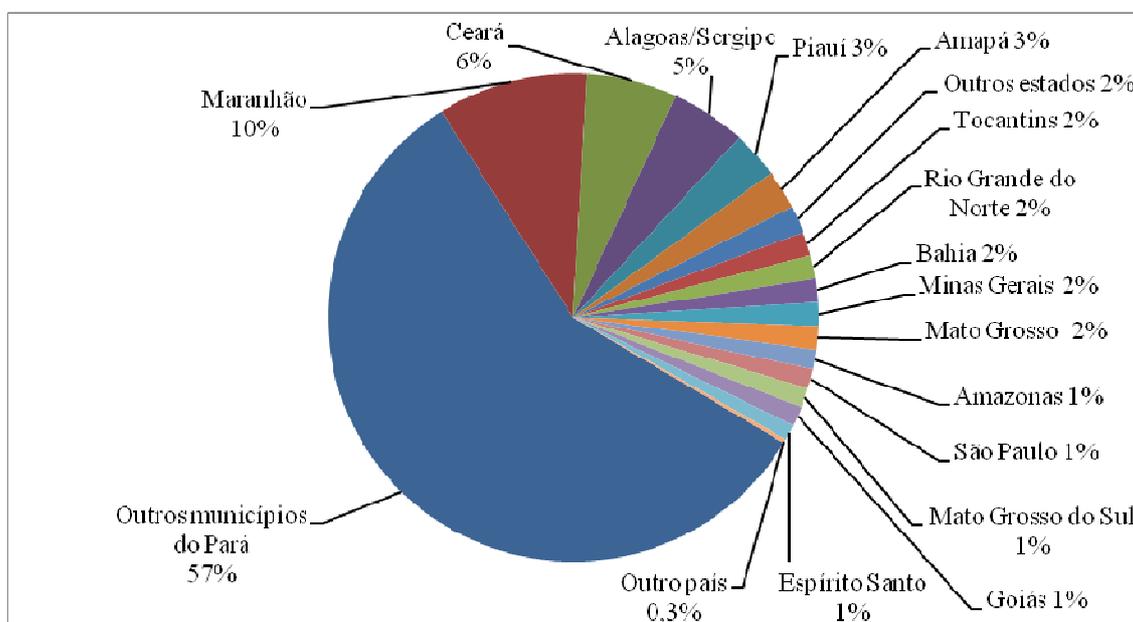
A população migrante residente nas localidades da Subárea 4 é oriunda, em maioria, de outros municípios do Estado do Pará, correspondendo a 57,4% dos casos., conforme indicam a **TABELA 7.9.4-18** e **GRÁFICO 7.9.4-8**.

<sup>20</sup> IBGE. Contagem da População 2007. Agregado por Setores Censitários.

**TABELA 7.9.4-18**  
Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e Países - Subárea Reservatório Xingu/Margem Esquerda

Local de Origem	População	%
Outros municípios do Pará	221	57,4
Maranhão	38	9,9
Ceará	23	6,0
Alagoas/Sergipe	19	4,9
Piauí	12	3,1
Amapá	10	2,6
Outros estados	7	1,8
Tocantins	6	1,6
Rio Grande do Norte	6	1,6
Bahia	6	1,6
Minas Gerais	6	1,6
Mato Grosso	6	1,6
Amazonas	5	1,3
São Paulo	5	1,3
Mato Grosso do Sul	5	1,3
Goiás	5	1,3
Espírito Santo	4	1,0
Outro país	1	0,3
<b>Total</b>	<b>385</b>	<b>100,0</b>

FONTE: IBGE. Contagem de População, 2007.



FONTE: Elaborado a partir de dados do IBGE. Contagem de População, 2007.

**GRÁFICO 7.9.4-8** - Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e Países - Subárea Reservatório Xingu/Margem Esquerda

Segundo as informações coletadas, as localidades identificadas na Subárea Reservatório do Xingu Margem Esquerda possuem ocupação mais recente que as localidades presentes nas Subáreas 1, 2 e 3, sendo o núcleo Santa Juliana um dos que registram a ocupação mais antiga, cerca de 40 anos de existência.

Em relação às principais atividades econômicas da Subárea 4, nas áreas pertencentes ao município de Brasil Novo e Altamira, prevalece a criação do gado. Ao longo da Transamazônica, próximo à divisa dos dois municípios verifica-se a presença do cacau. No entanto, a essas atividades devem ser acrescentadas aquelas relacionadas ao extrativismo mineral e vegetal e à pesca.

Destacam-se: as culturas do cacau nas Agrovilas Olavo Bilac e Vale Piauiense e nos núcleos de referência rural Gaviãozinho e Sagrado Coração de Jesus (Pioneira); da mandioca e seus derivados (goma e farinha de tapioca) na Agrovila Princesa do Xingu e no núcleo de referência rural Serrinha; a extração da borracha no núcleo Santa Juliana (onde também é praticada a pesca) e a oleicultura na Agrovila Carlos Pena Filho.

Assim como observado nas localidades das Subáreas 1, 2 e 3, os moradores das localidades da Subárea Reservatório do Xingu Margem Esquerda têm na sede urbana do município de Altamira a referência para atendimento médico e outras demandas, como comércio e serviços. Ressalta-se que, nessas localidades, a relação de dependência com a sede municipal é ainda mais marcante em função da grande proximidade.

A **TABELA 7.9.4-19**, a seguir, apresenta a relação dos equipamentos sociais, estabelecimentos comerciais e outros equipamentos presentes em cada uma das localidades identificadas na Subárea Reservatório do Xingu Margem Esquerda.

**TABELA 7.9.4-19**  
 Relação de Localidades na Subárea 4, Equipamentos Sociais  
 Disponíveis, Estabelecimentos Comerciais e Outros Equipamentos

Município	Nome da Localidade	Categoria da Localidade <sup>(2)</sup>	Equipamentos Sociais / Estabelecimentos Comerciais					Outros equipamentos				
			Escola	Posto de Saúde	Igreja	Estabelecimento Comercial	Cemitério	Lazer	Atividade Econômica	Educação (PETI)	Porto	Saúde (Posto de Vacinação)
Altamira	Agrovila Princesa do Xingu	Povoado	2	1	2	5	-	2	-	-	-	-
	Agrovila Vale Piauiense	Outro Aglomerado	2	1	2	5	-	-	-	1	-	-
	Agrovila Carlos Pena Filho	Povoado	1	1	5	5	-	1	-	1	-	-
	Agrovila Olavo Bilac	Núcleo de Referência Rural	1	1	2	2	1	2	-	1	-	-
	Gaviãozinho	Núcleo de Referência Rural	1	1	4	3	-	-	-	-	-	-
	Sagrado Coração de Jesus (Pioneira)	Núcleo de Referência Rural	1	-	1	1	-	1	-	-	-	-
	Santo Antônio	Núcleo de Referência Rural	1	1	2	1	-	-	-	1	-	-
	São João Batista	Núcleo de Referência Rural	2	1	2	1	-	1	-	-	-	-
	Serrinha	Núcleo de Referência Rural	1	1	3	2	-	1	-	-	-	-
	Brasil Novo	Santa Juliana	Núcleo de Referência Rural	1	-	-	-	-	1	-	-	-
<b>Total Subárea 4</b>	-	-	13	8	23	25	1	9	-	4	-	-

**Fonte:** IBGE, Setores Censitários de 2007. PesquisaS Socioeconômicas (julho 2007 a julho 2008).

**NOTAS:** (1) Os nomes da maioria dos povoados ou dos outros aglomerados não constam dos setores censitários e foram atribuídos comparando-se a localização dos setores com os dados obtidos pela pesquisa sócio-antropológica qualitativa.

(2) Utilizados os critérios do IBGE para a classificação e as pesquisas socioeconômicas, no caso dos núcleos de referência rural.

Os dados da **TABELA 7.9.4-19** evidenciam a melhor infra-estrutura de serviços presente nas localidades que compõem a Subárea 4, em relação ao observado nas outras 3 subáreas caracterizadas anteriormente. Entretanto, apesar do maior número de equipamentos sociais e estabelecimentos comerciais disponíveis na Subárea 4, o único equipamento social comum a todas as localidades pesquisadas é a escola de ensino fundamental.

È importante ressaltar que 3 das 10 localidades da Subárea 4 contam com mais de 1 unidade de ensino, a saber: Agrovila Princesa do Xingu, Agrovila Vale Piauiense e núcleo São João Batista.

Quanto aos postos de saúde, ao contrário do que foi observado nas Subáreas 1, 2 e 3, apenas 2 das 10 localidades identificadas na Subárea 4 não dispõem desse equipamento: os núcleos de referência rural Sagrado Coração de Jesus (Pioneira) e Santa Juliana. Destaca-se que, em algumas localidades, o posto de saúde está instalado no mesmo prédio da escola municipal, como em Santo Antônio e Serrinha.

Deve-se salientar, ainda, que Santa Juliana, possivelmente em função de sua localização muito próxima ao Rio Xingu e maior isolamento em relação à Rodovia Transamazônica e às áreas mais desenvolvidas, destaca-se dentro da Subárea 4 como a localidade onde a infra-estrutura de serviços é mais precária, dispondo apenas de 1 equipamento social, a escola municipal de ensino fundamental.

Há um grande número de estabelecimentos comerciais nas localidades da Subárea 4. A única localidade que não conta com nenhum estabelecimento comercial é Santa Juliana. Destaca-se a Agrovila Princesa do Xingu, que possui 5 estabelecimentos comerciais. Tais estabelecimentos, em geral, são bares e pequenos armazéns ou mercados, que comercializam os produtos necessários ao atendimento das necessidades mais básicas da população, como alimentação e higiene.

As igrejas são, depois dos estabelecimentos comerciais, os equipamentos mais comuns na Subárea 4, estando presentes em todas as localidades, à exceção do núcleo Santa Juliana. Entre todas as localidades que dispõem desse equipamento, apenas o núcleo Sagrado Coração de Jesus (Pioneira) possui somente 1 templo religioso. Destaca-se, na Subárea 4, o núcleo Gaviãozinho, que conta com a presença de 4 igrejas.

Esta Subárea se destaca das demais por contar com um número maior de equipamentos sociais voltados ao lazer, especialmente os relacionados à prática de esportes. Além disso, há diversas praias e pontos turísticos na Subárea 4, principalmente nas proximidades da Rodovia Transamazônica, no entorno da cidade de Altamira, conforme apresentado no item Turismo, Lazer e Cultura, no âmbito deste estudo.

Ainda com relação ao lazer, as Agrovilas Princesa do Xingu e Olavo Bilac destacam-se pela presença de campos de futebol, quadra de esportes e salão de festas. Destaca-se, ainda, no núcleo de referência rural Santa Juliana, a existência de uma praia de grande importância turística.

Assim como observado na Subárea Jusante (Subárea 3), as pesquisas realizadas identificaram apenas 1 cemitério nas 10 localidades que compõem a Subárea Reservatório do Xingu Margem Esquerda, localizado na Agrovila Olavo Bilac.

Por fim, a Subárea 4 também se destaca em relação às 3 subáreas analisadas anteriormente pela presença de equipamentos sociais relacionados à educação, o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, presente nas Agrovilas Vale Piauiense, Carlos Pena Filho e Olavo Bilac, além do núcleo de referência rural Santo Antônio.

Assim como observado nas Subáreas 1, 2 e 3, não há infra-estrutura de saneamento básico em nenhuma das localidades da Subárea 4, sendo que grande parte das moradias não possui nem mesmo banheiro, sendo o esgotamento sanitário realizado através de fossas rudimentares. No que se refere ao destino do lixo produzido, este geralmente é queimado, enterrado ou lançado a céu aberto.

Entretanto, quanto ao abastecimento de água, na Subárea 4, diferentemente das 3 subáreas caracterizadas anteriormente, há um maior número de localidades nas quais a captação de água não é individual, havendo rede de abastecimento de água nas Agrovilas Carlos Pena Filho, Princesa do Xingu e Olavo Bilac. Nas outras localidades, a água para utilização doméstica é proveniente de poço e nascente (60%) e dos igarapés (10%), sendo a forma de captação individual.

Quanto à energia elétrica, a Subárea 4 também se destaca em relação às Subáreas 1, 2 e 3, visto que 90% das localidades dispõem desse serviço, sendo o fornecimento realizado pela CELPA. Apenas o núcleo de referência rural São João Batista não dispõe de energia elétrica. O padrão construtivo das moradias é bastante simples, mas pode-se dizer que relativamente superior ao observado nas Subáreas 1, 2 e 3, encontrando-se um maior número de casas construídas em alvenaria. Entretanto, em algumas localidades, como o núcleo de referência rural Santa Juliana, as moradias são, em sua maioria, casas de madeira, cobertas com telhado de brasilite e palha.

Os principais problemas apontados pelos moradores entrevistados são a ausência de esgotamento sanitário (90%), falta de policiamento e posto de saúde – em Santa Juliana. Ao contrário do que foi observado nas Subáreas 1, 2 e 3, não foram registradas reclamações quanto às condições das estradas de acesso na Subárea 4. As informações coletadas através das pesquisas retratam as boas condições dos travessões que atravessam a região, como pode ser verificado através das fotografias, a seguir:

## **b) Caracterização de Povoados e Aglomerados**

### **b1) Agrovila Princesa do Xingu**

A Agrovila Princesa do Xingu está localizada próximo à Rodovia Transamazônica. Sua população é de 361 pessoas, conforme a tabela 7.9.4.4.2, apresentada anteriormente.

Suas atividades econômicas inserem-se no quadro das principais atividades desenvolvidas nas localidades da Subárea 4, que consistem em agropecuária, extrativismo mineral e vegetal e pesca. Destaca-se, na Agrovila Princesa do Xingu, a cultura da mandioca e seus derivados (goma e farinha de tapioca).

O padrão construtivo das moradias é bem simples, embora superior ao padrão da região, com algumas casas e edificações que abrigam equipamentos e serviços sociais em alvenaria, conforme se verifica nas fotos a seguir. Não há infra-estrutura de saneamento básico, sendo o

esgotamento sanitário realizado através de instalações rudimentares (fossas negras). No que se refere ao descarte do lixo, este geralmente é queimado ou enterrado.

Há energia elétrica e, ao contrário da maior parte das localidades das outras Subáreas, a captação de água não é individual, havendo rede de abastecimento na localidade.

O povoado conta com os seguintes equipamentos: 2 escolas, 2 igrejas, 1 posto de saúde e 5 estabelecimentos comerciais. Existem, ainda, equipamentos de lazer, como campo de futebol, salão comunitário, para festas e reuniões. A localidade caracteriza-se, portanto, por uma oferta superior a das demais localidades desta Subárea. (FIGURA 7.9.4-85 a FIGURA 7.9.4-93)

Deve-se destacar, ainda, que o povoado possui serviço de telefonia fixa, operado pela Telemar.



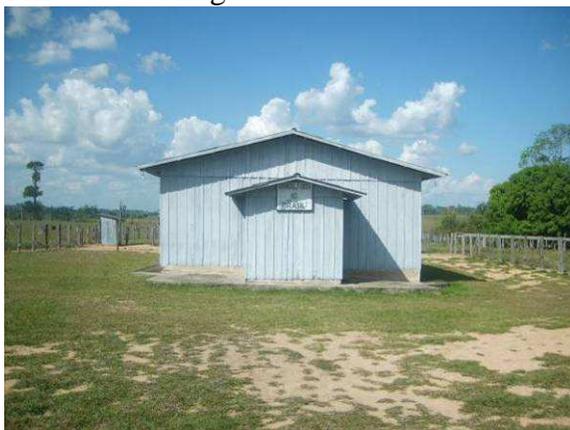
**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-85** Posto de Saúde – Princesa do Xingu



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-86** – EMEF Princesa do Xingu – Princesa do Xingu



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-87** – Congregação Cristã no Brasil – Agrovila Princesa do Xingu



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-88** -Igreja Católica – Agrovila Princesa do Xingu



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-89** - Captação de Água – Agrovila Princesa do Xingu



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-90** – Campo de Futebol – Agrovila Princesa do Xingu



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-91** – Salão de Festas – Agrovila Princesa do Xingu



**Fonte:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-92** – Caixa d'água – Agrovila Princesa do Xingu



**Fonte:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-93** – Telemar – Agrovila Princesa do Xingu

## b2) Agrovila Carlos Pena Filho

A Agrovila Carlos Pena Filho está localizada próximo à Rodovia Transamazônica. Sua população é de 194 pessoas, conforme a tabela 7.9.4.4.2, apresentada anteriormente.

Suas atividades econômicas inserem-se no quadro das principais atividades desenvolvidas nas localidades da Subárea 4, que consistem em: agropecuária, extrativismo mineral e vegetal e a pesca, destacando-se, na localidade, a oleicultura..

O padrão construtivo das moradias é bem simples, embora existam algumas casas e edificações que abrigam equipamentos e serviços sociais em alvenaria, conforme se verifica nas fotos a seguir. Não há infra-estrutura de saneamento básico, sendo o esgotamento sanitário realizado através de instalações rudimentares. No que se refere ao descarte do lixo, este geralmente é queimado ou enterrado.

Ao contrário da maior parte das localidades das outras Subáreas, a captação de água não é individual, havendo rede de abastecimento na localidade, fornecida pela CELPA e rede de energia elétrica.

O povoado conta com os seguintes equipamentos: 1 escola, 1 posto de saúde, 5 igrejas e 5 estabelecimentos comerciais, que comercializam gêneros de primeira necessidade. Existem, ainda, um campo de futebol e um PETI (**FIGURA 7.9.4- 94** a **FIGURA 7.9.4-100**). Tal como a Agrovila Princesa do Xingu, a localidade caracteriza-se, portanto, por uma oferta superior a das demais localidades desta Subárea.



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).  
**FIGURA 7.9.4- 94** – EMEF Carlos Pena Filho – Agrovila Carlos Pena Filho



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).  
**FIGURA 7.9.4-95** – Posto de Saúde – Agrovila Carlos Pena Filho



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).  
**FIGURA 7.9.4-96** – Congregação Cristã do Brasil- Agrovila Carlos Pena Filho



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).  
**FIGURA 7.9.4-97** – Igreja – Agrovila Carlos Pena Filho



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).  
**FIGURA 7.9.4-98** – Comercial Nossa Senhora Aparecida – Agrovila Carlos Pena Filho



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).  
**FIGURA 7.9.4-99** – Mercadinho do Povo – Agrovila Carlos Pena Filho



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-100** – Quadra de Esportes – Agrovila Carlos Pena Filho

### **b.3) Agrovila Olavo Bilac**

A Agrovila Olavo Bilac está localizada próximo à Rodovia Transamazônica, estando incluída, em relação aos dados populacionais, na Zona Rural de Altamira. Cabe lembrar que, apesar de se situar fora dos limites da AID, foi incluído no diagnóstico em função de sua proximidade e das relações sociais, econômicas e culturais com as outras localidades da AID.

Suas atividades econômicas inserem-se no quadro das principais atividades desenvolvidas nas localidades da Subárea 4, destacando-se, como principal, a cultura do cacau.

A exemplo das localidades anteriormente caracterizadas, o padrão construtivo das moradias é bem simples, embora existam algumas casas e edificações que abrigam equipamentos e serviços sociais em alvenaria. Não dispõe de infra-estrutura de saneamento básico, sendo o esgotamento sanitário realizado através de instalações rudimentares. No que se refere ao descarte do lixo, este geralmente é queimado ou enterrado.

A captação de água é individual, sendo realizada através de poços e igarapés. Dispõe, também, de energia elétrica.

O povoado conta com os seguintes equipamentos: 1 escola, 1 posto de saúde, 2 igrejas e 2 estabelecimentos comerciais, que comercializam gêneros de primeira necessidade. Existem, ainda, um campo de futebol e um equipamento social que abriga o PETI. (**FIGURA 7.9.4-101 a FIGURA 7.9.4-107**)



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-101** – Posto de Saúde – Agrovila Olavo Bilac



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-102** - EMEF Duarte da Costa – Agrovila Olavo Bilac



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-103** – Quadra de Esportes – Agrovila Olavo Bilac



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-104** – Comércio do Manoel – Agrovila Olavo Bilac



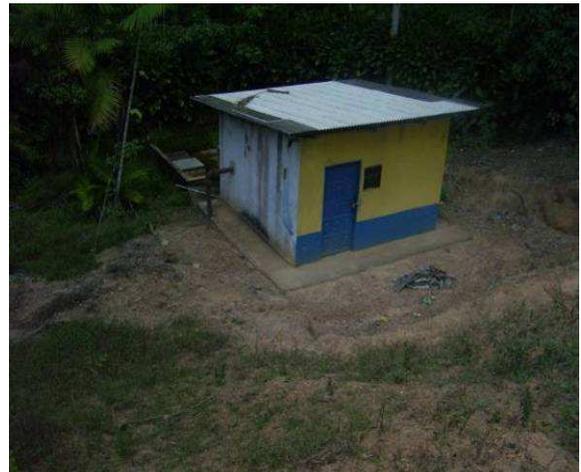
**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-105** - Cemitério – Agrovila Olavo Bilac



**Fonte:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-106** – Caixa d'água – Agrovila Olavo Bilac



**Fonte:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-107** – Captação de Água – Agrovila Olavo Bilac

### **b3) Zona Rural de Altamira e Respectivos Núcleos de Referência Rural**

São apresentadas, a seguir, as principais características dos demais núcleos de referência rural localizados na Zona Rural de Altamira, que são: Agrovila Vale Piauiense, Santo Antonio, Sagrado Coração de Jesus (Pioneira), Gaviãozinho, Serrinha e São João Batista. Vale lembrar que este último localiza-se fora dos limites da AID, tendo sido incluído no diagnóstico em função de sua proximidade e das relações sociais, econômicas e culturais com as outras localidades da AID. (**FIGURA 7.9.4-108** a **FIGURA 7.9.4-131**)

Destacam-se: as culturas de cacau na Agrovila Vale Piauiense e nos núcleos de referência rural Gaviãozinho e Sagrado Coração de Jesus (Pioneira); da mandioca e seus derivados (goma e farinha de tapioca) no núcleo de referência rural Serrinha e a oleocultura na Agrovila Carlos Pena Filho.

Em relação aos equipamentos sociais e serviços disponíveis, todos possuem uma escola, merecendo destaque, no entanto, a Agrovila Vale Piauiense e o núcleo São João Batista, que possuem duas escolas, cada.

Em relação aos postos de saúde, todos os núcleos aqui relacionados possuem, com exceção do Sagrado Coração de Jesus (Pioneira). Em Santo Antonio e Serrinha o posto de saúde está instalado no mesmo prédio da escola municipal, como em Santo Antônio e Serrinha.

Há um grande número de estabelecimentos comerciais nas localidades da Subárea 4, em grande parte localizados nas localidades que fazem parte da Zona Rural de Altamira. Esses estabelecimentos, em geral, são bares e pequenos armazéns ou mercados, que comercializam os produtos necessários ao atendimento das necessidades mais básicas da população, como alimentação e higiene.

Conforme apontado na caracterização geral, as igrejas são, depois dos estabelecimentos comerciais, os equipamentos mais comuns nesta Subárea, estando presentes em todas as

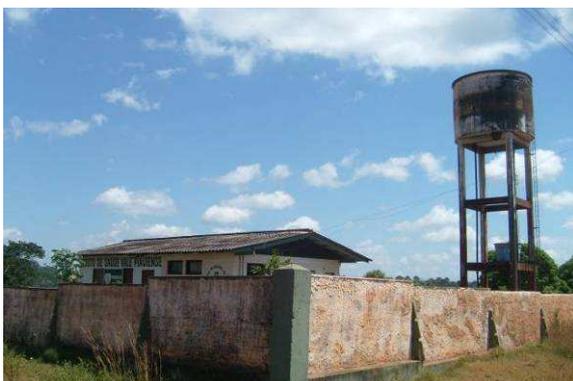
localidades. Entre todas as localidades que dispõem desse equipamento, apenas o núcleo Sagrado Coração de Jesus (Pioneira) possui somente 1 templo religioso. Destaca-se, na Subárea 4, o núcleo Gaviãozinho, que conta com a presença de 4 igrejas. As demais localidades possuem de 2 a 3 igrejas ou templos religiosos.

Em duas das localidades – Santo Antonio e Agrovila Vale Piauiense - existem equipamentos sociais que abrigam o PETI. Nestes dois núcleos, acrescidos do núcleo São João Batista, não existem equipamentos de lazer. Nos demais, há pelo menos um equipamento em cada localidade, em geral campo de futebol.

Também, conforme anteriormente exposto, não há infra-estrutura de saneamento básico em nenhuma das localidades, sendo que grande parte das moradias não possui nem mesmo banheiro, sendo o esgotamento sanitário realizado através de fossas rudimentares. No que se refere ao destino do lixo produzido, este geralmente é queimado, enterrado ou lançado a céu aberto.

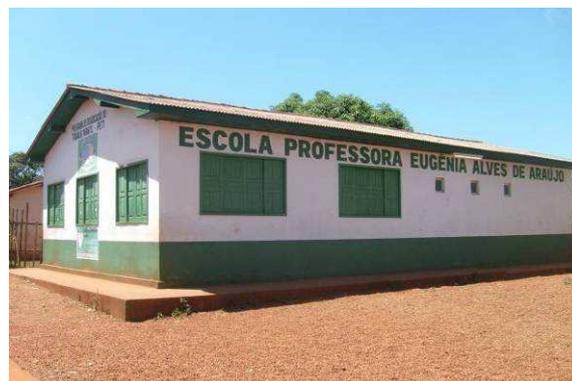
A água para utilização doméstica é proveniente de poço e nascente (60%) e dos igarapés (10%), sendo a forma de captação individual. Quanto à energia elétrica, os núcleos dispõem desse serviço, sendo o fornecimento realizado pela CELPA. Apenas o núcleo de referência rural São João Batista não dispõe de energia elétrica. O núcleo Sagrado Coração de Jesus (Pioneira) possui posto telefônico.

O padrão construtivo das moradias é bastante simples, encontrando-se um maior número de casas construídas em alvenaria. Entretanto, em algumas localidades, como o núcleo de referência rural Santa Juliana, as moradias são, em sua maioria, casas de madeira, cobertas com telhado de brasilit e palha.



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-108** – Posto de Saúde Vale – Agrovila Vale Piauiense



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-109** – EMEF Professora Eugênia Alves Araújo – Agrovila Vale Piauiense



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antrropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-110** – Galpão Comunitário – PETI – Agrovila Vale Piauiense



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antrropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-111** – PETI – Núcleo de Referência Rural Santo Antônio



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antrropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-112** – EMEF José Porfírio de Miranda – Sagrado Coração de Jesus



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antrropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-113** – EMEF Santa Juliana – Núcleo Santa Juliana



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antrropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-114** – Posto de Saúde e EMEF São Lázaro – Núcleo de Referência Rural Serrinha



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-115** – Posto de Saúde e EMEF João Besouro – Santo Antônio



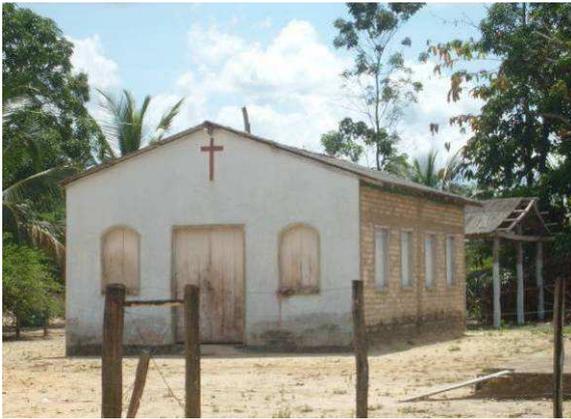
**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-116** – Igreja Católica – Santo Antônio



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4- 117** – Posto de Saúde Santa Terezinha – Gaviãozinho



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).  
**FIGURA 7.9.4-118** – Igreja Católica– Núcleo de Referência Rural Serrinha



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).  
**FIGURA 7.9.4-119** – Igreja católica – São João Batista



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).  
**FIGURA 7.9.4-120** – Igreja Católica– Núcleo de Referência Rural Gaviãozinho



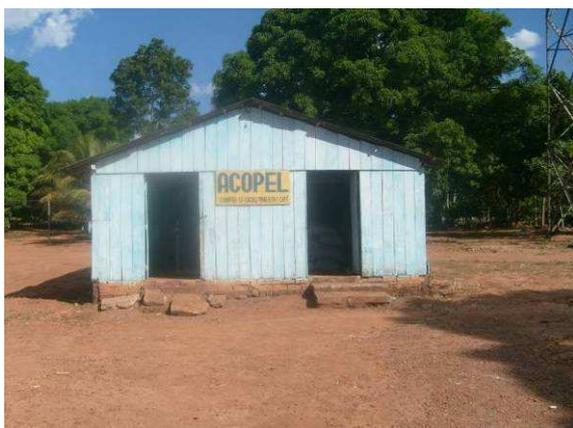
**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).  
**FIGURA 7.9.4-121** – Congregação Cristã no Brasil – Núcleo de Referência Rural Gaviãozinho



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).  
**FIGURA 7.9.4-122** – Igreja Adventista do 7º Dia – Santo Antônio



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).  
**FIGURA 7.9.4-123** – Igreja católica – Agrovila Vale Piuiense



**FONTE:** Pesquisas Socioeconômica/Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008)  
**FIGURA 7.9.4-124** – Comércio – Sagrado Coração de Jesus (Pioneira)



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-125** – Igreja – Sagrado Coração de Jesus (Pioneira)



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4- 126** – Igreja Assembléia de Deus – Agrovila Vale Piauiense



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-127** – Casa do representante da Agrovila Vale Piauiense



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-128** – Campo de Futebol – Núcleo de Referência Rural Serrinha



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-129** – Campo de Futebol – São João Batista



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-130** – Campo de Futebol – Núcleo de Referência Rural sagrado Coração de Jesus (Pioneira)



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-131** – Posto Telefônico – Núcleo de Referência Rural Sagrado Coração de Jesus (Pioneira)

#### **b4) Zona Rural de Brasil Novo e Respetivo Núcleo de Referência Rural**

O núcleo de referência rural Santa Juliana, pertencente ao Município de Brasil Novo, é a única localidade da Subárea 4 localizada à beira do Rio Xingu, cuja população apresenta características mais ribeirinhas. Trata-se de uma comunidade que, a exemplo das demais comunidades que habitam as margens do Rio Xingu, possui uma forte relação com os ambientes fluviais, seja para o transporte e deslocamento de cargas e passageiros, como para o uso de seus recursos naturais, particularmente o extrativismo pesqueiro. Além da pesca, destaca-se, em relação às atividades econômicas locais, a extração da borracha.

Deve-se salientar, ainda, que Santa Juliana, possivelmente em função de sua localização muito próxima ao Rio Xingu e maior isolamento em relação à Rodovia Transamazônica e às áreas mais desenvolvidas, destaca-se dentro da Subárea 4 como a localidade onde a infraestrutura de serviços é mais precária, dispondo apenas de 1 equipamento social, a escola municipal de ensino fundamental, que funciona, também, como local de atividades comunitárias e festas da comunidade. Não existem outros equipamentos sociais ou estabelecimento comercial. O mais próximo fica no Travessão 13.

O núcleo não dispõe de infra-estrutura de saneamento, esgotamento sanitário e de abastecimento de água, que é captada individualmente através de nascentes, poços e igarapés. Dispõe, no entanto, de energia elétrica, vinda de Brasil Novo e de telefonia pública, disponibilizada pela Embratel (**FIGURA 7.9.4-132** a **FIGURA 7.9.4- 134**).

As casas são de madeira, com telhado de Brasilit e palha.

Deve-se ressaltar que em Santa Juliana se localiza uma praia bastante freqüentada pelos moradores da região, com forte potencial turístico.



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-132** – Praia – Núcleo de Referência Rural Santa Juliana



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-133** – Praia – Núcleo de Referência Rural Santa Juliana



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4- 134** – Telefone Público – Núcleo de Referência Rural Santa Juliana

Em relação à possibilidade de implantação do empreendimento, as expectativas da população se dividem, sendo frequentes, no entanto, depoimentos que vêm de forma negativa a possibilidade de efetivação do AHE belo Monte. O depoimento a seguir, extraído das entrevistas realizadas, ilustra a preocupação dos moradores do núcleo de referência rural Santa Juliana com relação à exclusão das populações locais:

*“acho que não vai é sobrar nada pros daqui. Essa barragem vai ser só consumição porque nós aqui falta tudo e quando começar a chegar mais gente vai é faltar mais. O povo daqui nunca foi visto e com a barragem vai ser assim, porque esse Belo Monte é coisa dos grandes e não de gente miúda feito nós. Aqui ninguém vai ter benefício com isso, nós vamos é viver um tempo de muita consumição, vendo as coisas erradas acontecer e sem poder fazer nada, só sentindo na pele.” (Moradora do Núcleo de Referência Rural Santa Juliana)*

#### **7.9.4.5 Subárea 5: Reservatório do Xingu Margem Direita**

A **Subárea Rural 5**, denominada **Reservatório do Xingu Margem Direita**, compreende o restante da área do município de Altamira, na conhecida região da Rodovia Transassurini (ou região do Assurini), relacionando-se com o compartimento do AHE Belo Monte Reservatório do Xingu na margem direita.

Assim como a Subárea Reservatório do Xingu Margem Esquerda, a Subárea 5 (**FIGURA 7.9.4-135**) é uma das mais importantes da AID, em função de sua situação relativa a um dos principais compartimentos do empreendimento – o Reservatório do Xingu – e ao principal elemento do AHE Belo Monte, a barragem. É importante destacar, ainda, sua proximidade e relação de dependência com a cidade de Altamira, pólo regional e principal referência para toda a população da região.

O principal acesso por terra é realizado pela Transassurini, que corta a Subárea no sentido norte-sul, partindo do ponto onde é realizada a travessia do Rio Xingu em direção à cidade de Altamira e chegando até a Subárea 2, nas proximidades da Ressaca. Além da Transassurini, os principais travessões que cortam a Subárea são: Travessão dos Cajá, do Terra Preta, do Pimentel, do Espelho, do Paratizinho, da Firma, Morro das Araras, Bom Jardim, Itapuama e Ramal dos Crentes. O Mapa Localidades, Acessos, Infra-Estrutura de Transporte, Equipamentos de Lazer e Turismo (**Desenho 6365-EIA-DE-G93-005 e Desenho 6365-EIA-DE-G93-007**) apresenta as informações detalhadas sobre o conjunto da Subárea 5, incluindo o mapeamento de todas as estradas e localidades rurais.

A Subárea Reservatório do Xingu Margem Direita é caracterizada pela presença de 11 localidades, distribuídas em uma área de apenas 1.411 km<sup>2</sup> – a menor de todas as Subáreas da AID. Segundo a classificação praticada pelo IBGE<sup>21</sup>, foi identificado apenas 01 outro aglomerado (Agrovila Sol Nascente), não havendo povoados nesta subárea. Além da Agrovila, foram identificados 10 núcleos de referência rural, classificados segundo a condição de pertencimento e presença de equipamentos sociais, de acordo com a metodologia apresentada no item 7.9.1-Volume 21, no âmbito deste estudo.

A denominação dos núcleos de referência rural foi definida de acordo com as informações obtidas durante as pesquisas socioeconômicas e socioantropológica e, na Subárea 5, quase todos os nomes das localidades fazem referência aos principais travessões que cortam a subárea.

Assim, além da Agrovila Sol Nascente, que se caracteriza como outro aglomerado, os 10 núcleos referência rural identificados são apresentados no **QUADRO 7.9.4-8**, a seguir.

<sup>21</sup> IBGE. Metodologia do Censo Demográfico 2000. Série Relatórios Metodológicos, volume 25, capítulo 6 – Desenho Conceitual, item 6.3.1.2 – Outras Áreas de Divulgação e Apuração.

### QUADRO 7.9.4-8

Núcleos de Referência Rural na Subárea 5 – Reservatório Xingu Margem Direita

<b>Núcleos de Referência Rural</b>	<b>Características</b>
Babaquara	Terra firme, próximo à Transamazônica
Itapuama	Terra firme, próximo à Transamazônica
Mangueiras (Cana Verde)	Ribeirinho do Rio Xingu
Transassurini	Ribeirinho do Rio Xingu
Travessão dos Cajá	Terra firme, próximo à Transamazônica
Travessão Paratizinho	Terra firme, próximo à Transamazônica
Travessão do Espelho	Terra firme, próximo à Transamazônica
Bom Jardim I - Assurini	Terra firme, próximo à Transamazônica
Travessão Pimentel (Quatro Bocas)	Terra firme, próximo à Transamazônica
Ramal dos Crentes	Terra firme, próximo à Transamazônica

A **FIGURA 7.9.4-135**, a seguir, mostra a inserção da Subárea 5 na AID do AHE Belo Monte, sua situação relativa aos compartimentos do empreendimento, além das localidades nela identificadas.

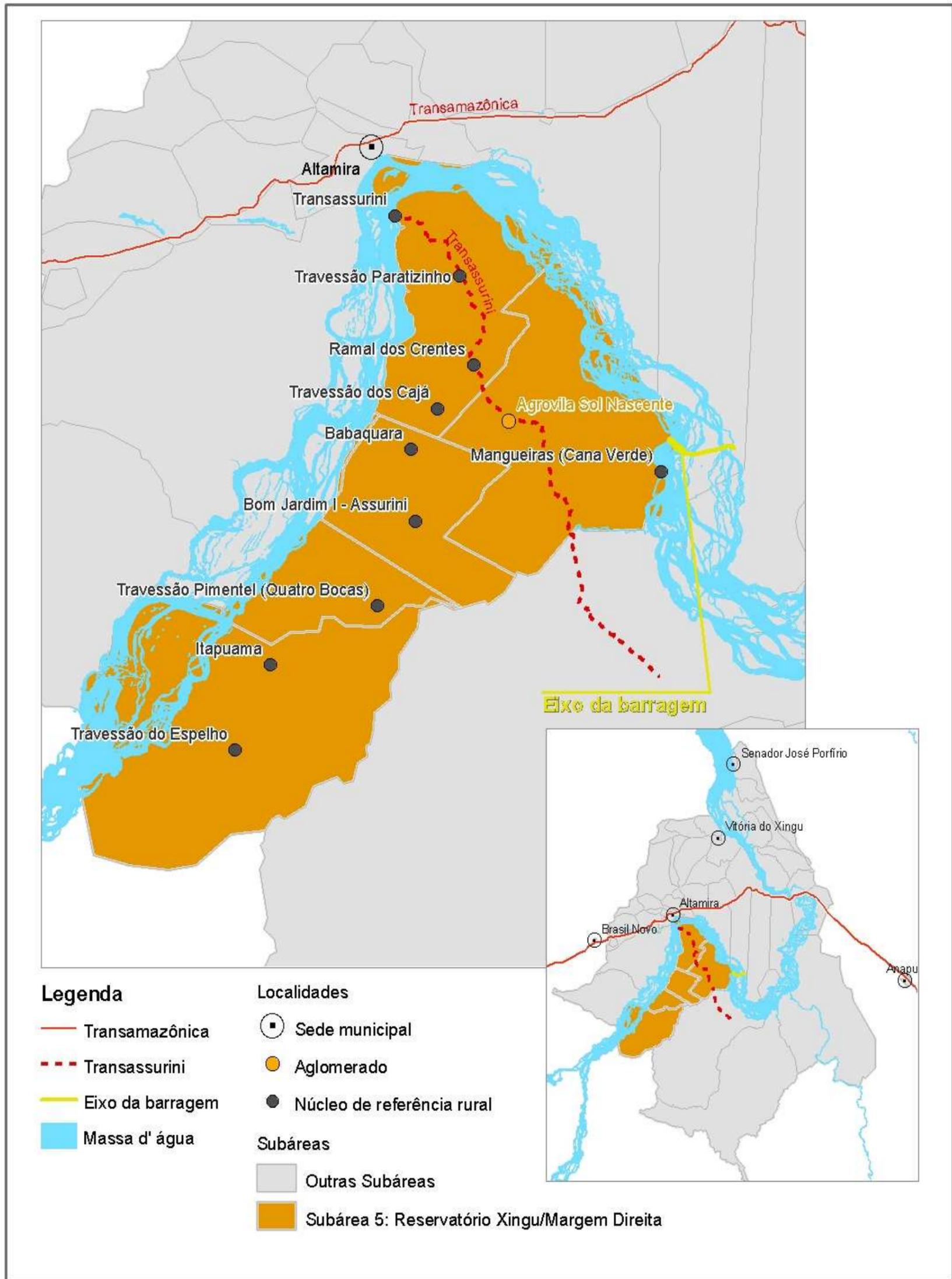


FIGURA 7.9.4-135 – Subárea 5: Reservatório do Xingu Margem Direita

a) **Caracterização Geral**

A ocupação da área foi iniciada a partir das margens do Rio Xingu, através dos igarapés ou da abertura de ramais como o Palhal, Ramal dos Crentes, Gorgulho da Rita, Cocal, dentre outros. Na década de 90 foi criado o Projeto de Assentamento Assurini, que acentuou a ocupação dirigida no interior da gleba com a construção da Agrovila Sol Nascente e da Transassurini, rodovia de integração do referido projeto (**FIGURA 7.9.4-136**, a seguir).

Os PA Assurini (32.140 ha), Morro das Araras (20.820 ha), Itapuama (52.340 ha) e uma pequena porção do PDS Itatá (7.078 ha) ocupam quase que integralmente a Subárea 5, com estrutura fundiária similar à da Gleba Paquiçamba da Subárea 1.

A **TABELA 7.9.4-20**, a seguir, apresenta a Floresta Ombrófila como a cobertura vegetal predominante (88%) o não espelha a realidade atual, o que pode ser melhor apreendido através da Carta Imagem (**Desenho 6365-EIA-DE-G93-008**).

**TABELA 7.9.4-20**  
Área Ocupada por Classe de Uso do Solo na Subárea 5

Classe de Uso do Solo	Área (ha)	Percentual (%)
Culturas Cíclicas	1.142,00	0,80
Floresta Ombrófila	125.531,00	87,93
Pecuária (pastagens)	18,00	0,01
Água	16.073,00	11,26
<b>Total</b>	<b>142.764</b>	<b>100,00</b>

**FONTE:** SIPAM, Casa Civil, 2004

Destaca-se que, de todas as localidades, as únicas localizadas às margens do Rio Xingu são os núcleos de referência rural Transassurini e Mangueiras (Cana Verde), sendo todas as outras localizadas nos principais travessões que cortam a subárea e também na rodovia Transassurini. Salienta-se, ainda, a localização do núcleo Mangueiras (Cana Verde), muito próxima à área onde está prevista a construção da barragem do AHE Belo Monte.

A Subárea 5 é caracterizada pela grande concentração de localidades e de pessoas em um área relativamente pequena (1.411 km<sup>2</sup> ou 141.147 ha) especialmente se comparada às outras 4 subáreas que compõem a AID.

Segundo as informações coletadas, a Subárea 5 é a que possui a ocupação mais recente entre todas as subáreas que compõem da AID, referindo-se a um período que varia entre 5 e 35 anos, sendo este último o tempo de existência registrado no núcleo de referência rural Mangueiras (comunidade Cana Verde). Em seguida, tem-se Paratizinho, com aproximadamente 30 anos e o Travessão dos Cajá, que se constituiu há cerca de 25 anos. O núcleo de constituição mais recente é o Transassurini, que possui cerca de 7 anos.

A população da Subárea Reservatório do Xingu Margem Direita é de 3.409 pessoas, de acordo com a **TABELA 7.9.4-21** e o **GRÁFICO 7.9.4-9**, a seguir. Cabe observar, também, que houve, entre 2000 e 2007 um pequeno crescimento populacional, da ordem de 1,73% a/a. A densidade demográfica observada acompanha os índices das zonas rurais da região.

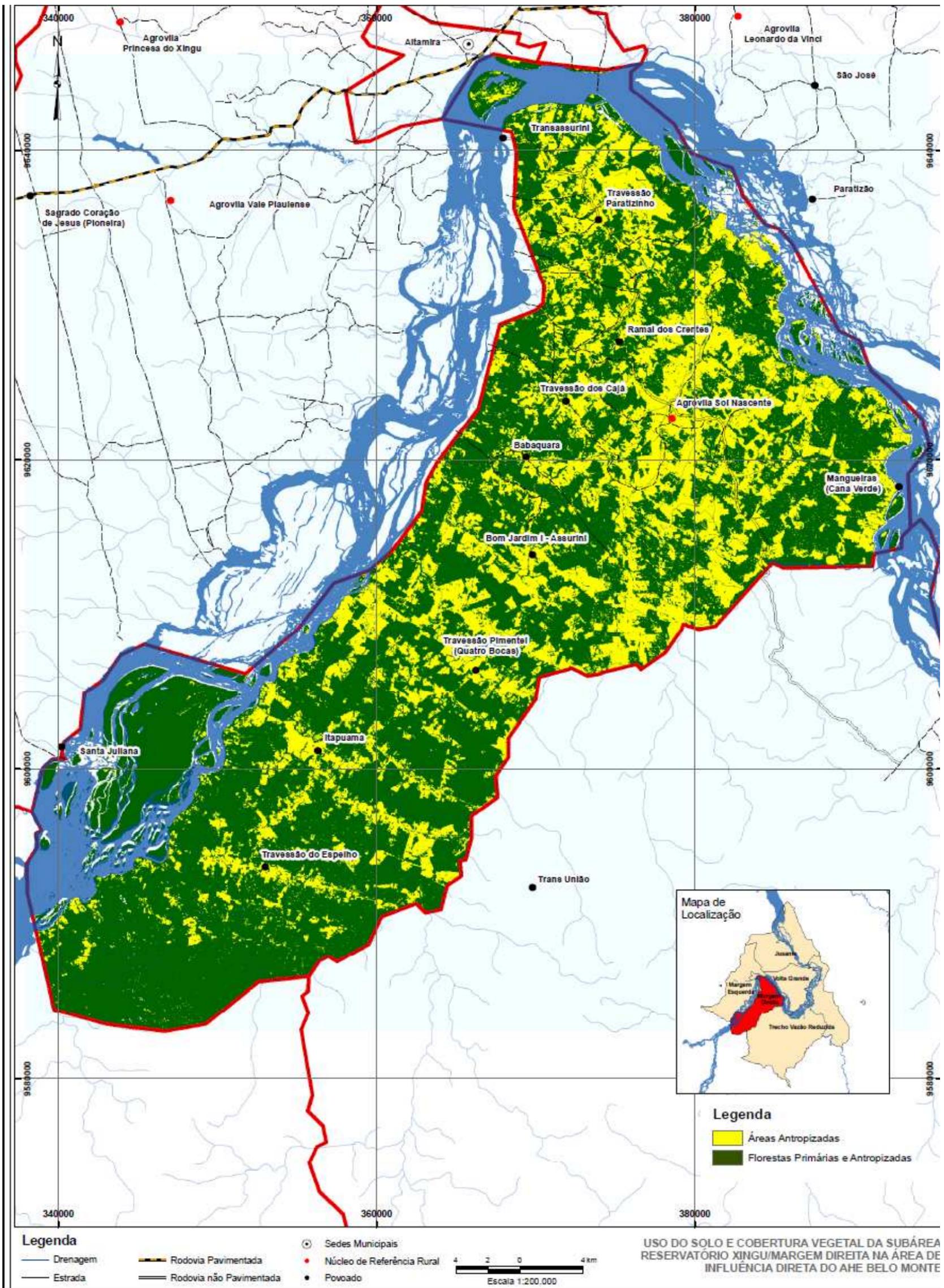
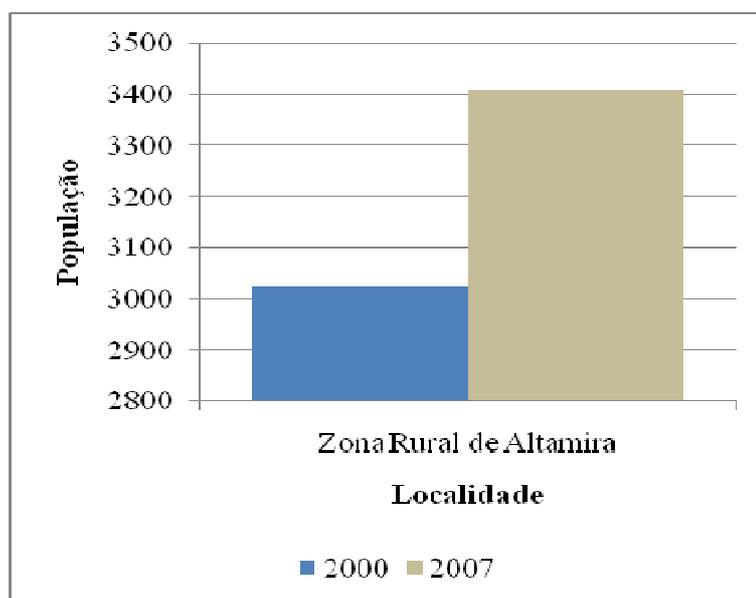


FIGURA 7.9.4-136 – Uso do Solo e Cobertura Vegetal da Subárea – Reservatório Xingu – Margem Direita - AID

**TABELA 7.9.4-21**  
Dados Demográficos - Subárea Rural 5 Margem Direita

Município	Localidade	População		Taxa de Crescimento Geométrico (%)	Área (ha)	Densidade Demográfica (hab/Km <sup>2</sup> )	
		2000	2007			2000	2007
Altamira	Zona Rural de Altamira	3024	3409	1,73	141.147	2,1	2,4

**FONTE:** IBGE. Censo Demográfico, 2000 e Contagem de População, 2007.



**FONTE:** Elaborado a partir de dados IBGE. Censo Demográfico, 2000 e Contagem de População, 2007.

**GRÁFICO 7.9.4-9** – População por localidade (2000/2007) Subárea Rural 5 - Margem Direita

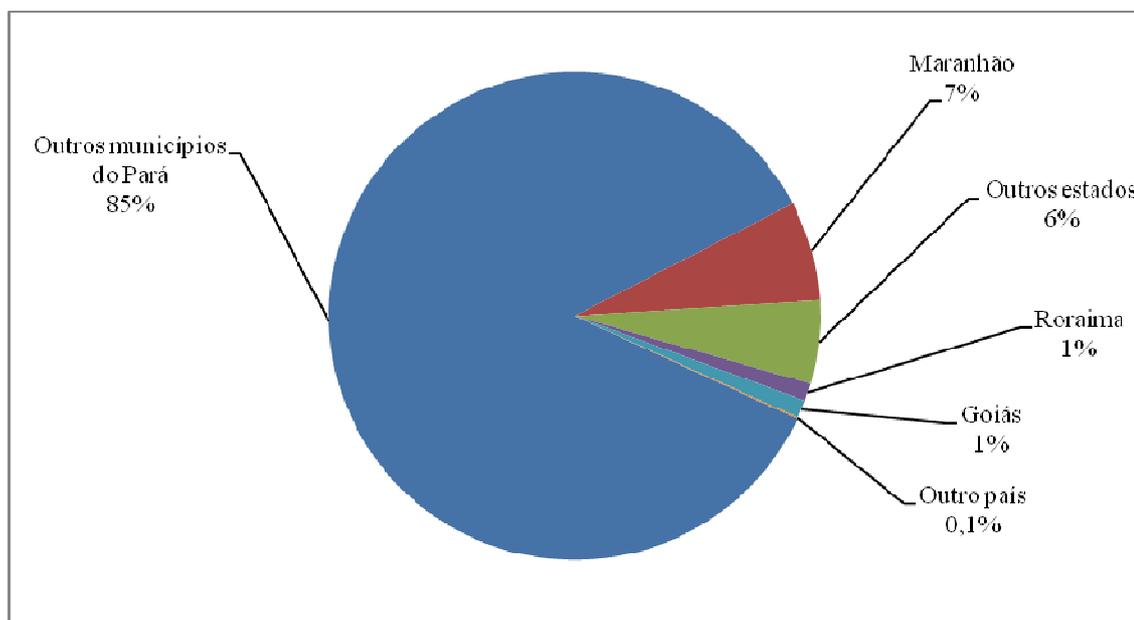
A população migrante residente na área, correspondendo a cerca de 30% da população total, é oriunda, em mais de 85% dos casos, de outros municípios do Pará, conforme os dados da **TABELA 7.9.4-22** e do **GRÁFICO 7.9.4-10**, a seguir.

TABELA 7.9.4-22

Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e Países - Subárea Trecho de Vazão Reduzida Margem Direita

Local de Origem	População	%
Outros municípios do Pará	867	85,4
Maranhão	67	6,6
Outros estados	56	5,52
Roraima	12	1,2
Goiás	12	1,2
Outro país	1	0,1
<b>Total</b>	<b>1015</b>	<b>100,0</b>

FONTE: IBGE. Contagem de População, 2007.



FONTE: Elaborado a partir de dados do IBGE, Contagem da População, 2007.

**GRÁFICO 7.9.4-10** - Origem da População Migrante, Segundo Estados do Brasil e Países - Subárea 5 Trecho de Vazão Reduzida Margem Direita

Quanto ao número de famílias residentes, as entrevistas realizadas durante as pesquisas socioeconômicas e socioantropológica indicam a presença de, aproximadamente, 265 famílias nas localidades pesquisadas, sendo a distribuição das famílias entre as localidades bem mais equilibrada do que a observada nas outras 4 subáreas caracterizadas anteriormente.

No núcleo Travessão dos Cajá residem cerca de 80 famílias; no núcleo de referência rural Mangueiras residem 46 famílias, no Travessão Paratizinho, em torno de 20 famílias, no Transassurini, 15 famílias. Nos outros núcleos o número de famílias residentes gira em torno de 10 ou menos.

As principais atividades econômicas desenvolvidas na Subárea 5 são a agricultura (36%) e a pecuária (64%) (**FIGURA 7.9.4-137**). Destaca-se a prática da lavoura branca no núcleo de referência rural Transassurini, a produção de cacau nos núcleos Travessão do Espelho e Travessão Pimentel (Quatro Bocas), sendo que, neste último, as pesquisas realizadas identificaram ainda a criação de galinhas como atividade econômica. Em nenhuma das localidades pesquisadas a pesca foi mencionada como atividade econômica desenvolvida.

Assim como observado nas localidades identificadas nas outras 4 subáreas, os moradores das localidades da Subárea Reservatório do Xingu Margem Direita têm na sede urbana do município de Altamira a referência para atendimento médico e outras demandas, como comércio e serviços. Ressalta-se que, nas localidades da Subárea 5, assim como foi observado na Subárea 4, a relação de dependência com a sede municipal é ainda mais marcante em função da proximidade.



**FIGURA 7.9.4-137** - Aspectos gerais da ocupação com pastagens na Subárea Rural 5 - Reservatório do Xingu Margem Direita

Outra referência importante para a população da Subárea 5 é a Agrovila Sol Nascente, que, dotada de um maior número de equipamentos sociais e estabelecimentos comerciais, desempenha, depois da cidade de Altamira, o papel de centro regional, especialmente quando considerada a sua localização, na principal via de acesso da Subárea, a Transassurini.

A **TABELA 7.9.4-23**, a seguir, apresenta a relação dos equipamentos sociais, estabelecimentos comerciais e outros equipamentos presentes nas localidades identificadas na Subárea Reservatório do Xingu Margem Direita.

**TABELA 7.9.4-23**  
 Relação de Localidades na Subárea 5, Equipamentos Sociais  
 Disponíveis, Estabelecimentos Comerciais e Outros Equipamentos

Município	Nome da Localidade	Categoria da Localidade <sup>(2)</sup>	Equipamentos Sociais / Estabelecimentos Comerciais					Outros equipamentos				
			Escola	Posto de Saúde	Igreja	Estabelecimento Comercial	Cemitério	Lazer	Atividade Econômica	Educação (PETI)	Porto	Saúde (Posto de Vacinação)
Altamira	Agrovila Sol Nascente	Outro Aglomerado	3	-	2	6	-	1	1	2	-	1
	Babaquara	Núcleo de Referência Rural	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-
	Itapuama	Núcleo de Referência Rural	1	1	1	4	-	-	-	-	-	-
	Mangueiras (Cana Verde)	Núcleo de Referência Rural	1	-	-	1	1	-	-	-	-	-
	Transassurini	Núcleo de Referência Rural	-	-	-	4	-	-	-	-	1	-
	Travessão dos Cajá	Núcleo de Referência Rural	1	-	2	3	-	-	-	-	-	-
	Travessão Paratizinho	Núcleo de Referência Rural	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-
	Travessão do Espelho	Núcleo de Referência Rural	1	-	3	-	-	-	1	-	-	-
	Bom Jardim I - Assurini	Núcleo de Referência Rural	1	-	1	2	-	-	-	-	-	-
	Travessão Pimentel (Quatro Bocas)	Núcleo de Referência Rural	3	-	1	5	-	-	-	1	-	-
Ramal dos Crentes	Núcleo de Referência Rural	1	-	2	3	-	-	-	-	-	-	
<b>Total Subárea 5</b>	-	-	<b>14</b>	<b>2</b>	<b>14</b>	<b>29</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

**FONTE:** IBGE, Setores Censitários de 2007. Pesquisas Socioeconômicas (julho 2007 a julho 2008).

**NOTAS:** (1) Os nomes da maioria dos povoados ou dos outros aglomerados não constam dos setores censitários e foram atribuídos comparando-se a localização dos setores com os dados obtidos pela pesquisa sócio-antropológica qualitativa.

(2) Utilizados os critérios do IBGE para a classificação e as pesquisas socioeconômicas, no caso dos núcleos de referência rural.

Os dados da **TABELA 7.9.4-23** evidenciam, assim como observado nas Subáreas 1, 2 e 3, a precariedade da infra-estrutura de serviços presente nas localidades da Subárea 5, em especial com relação aos serviços de saúde. Em relação aos equipamentos de educação, com exceção do núcleo Transassurini, os demais núcleos possuem, ao menos, uma escola.

Assim como a Subárea 4, a Subárea Reservatório do Xingu Margem Direita também se destaca em relação às Subáreas 1, 2 e 3 pela presença de equipamentos sociais relacionados à educação. Entretanto, além do PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, presente na Agrovila Sol Nascente e no núcleo de referência rural Travessão Pimentel (Quatro Bocas), a Subárea 5 conta ainda com a presença da Casa do Professor, equipamento de apoio à educação encontrado na Agrovila Sol Nascente.

Entre todas as subáreas da AID, a Subárea 5 é a única cujas localidades dispõem de algum equipamento relacionado às atividades econômicas. Há uma marcenaria no núcleo de referência rural Travessão do Espelho e 1 posto de apoio ao produtor na Agrovila Sol Nascente.

Assim como observado em todas as Subáreas da AID, não há infra-estrutura de saneamento básico em nenhuma das localidades da Subárea 5, sendo que grande parte das moradias não possui nem mesmo banheiro, sendo o esgotamento sanitário realizado através de fossas negras. No que se refere ao descarte do lixo, este geralmente é queimado, enterrado ou lançado a céu aberto.

Quanto ao abastecimento de água, na Subárea 5, assim como verificado nas Subáreas 1, 2 e 3 e diferentemente da Subárea 4, a captação de água é exclusivamente individual, não sendo identificada, nas pesquisas realizadas, rede de abastecimento de água em nenhuma das 11 localidades. A água para utilização doméstica é proveniente de poço em 100% das localidades da Subárea Reservatório do Xingu Margem Direita, diferentemente das outras 4 subáreas caracterizadas anteriormente, nas quais a água é também captada nos igarapés, nascentes e no rio.

Outra diferença importante entre a Subárea 5 e as outras subáreas da AID diz respeito à disponibilidade de energia elétrica. Nenhuma das localidades da Subárea Reservatório do Xingu Margem Direita dispõe desse serviço, nem mesmo a Agrovila Sol Nascente. Existem, nas localidades, alguns geradores. Não foram identificados, também, serviços de telefonia fixa em nenhuma das localidades.

O padrão construtivo das moradias é bastante simples e rudimentar, semelhante ao encontrado nas Subáreas 1, 2 e 3. Na maioria das localidades (82%) as casas são construídas com tábuas e cobertas com brasilit. Entretanto, é possível encontrar ainda, especialmente nas áreas próximas ao Rio Xingu, algumas moradias cobertas com palha. Em algumas localidades, como na Agrovila Sol Nascente e no núcleo Travessão dos Cajá, encontram-se casas construídas em alvenaria, também cobertas com brasilit.

## **b) Caracterização dos aglomerados e núcleos de referência rural**

### **b1) Agrovila Sol Nascente**

Conforme apontado na caracterização geral, a Agrovila Sol Nascente constitui um aglomerado (conforme classificação do IBGE) e é dotada de um maior número de

equipamentos sociais e estabelecimentos comerciais. Desempenha, depois da cidade de Altamira, o papel de centro regional, especialmente quando considerada a sua localização, na principal via de acesso da Subárea, a Transassurini. Constitui-se, deste modo, numa importante referência para a população.

As atividades econômicas nessa agrovila estão relacionadas à agricultura e pecuária.

A localidade não dispõe de infra-estrutura de saneamento básico sendo que grande parte das moradias não possui nem mesmo banheiro. O esgotamento sanitário é realizado através de fossas negras. No que se refere ao descarte do lixo, este geralmente é queimado, enterrado ou lançado a céu aberto. A captação de água é exclusivamente individual, através de poços. Não há disponibilidade de energia elétrica, nem telefonia fixa.

O padrão construtivo das moradias é bastante simples e rudimentar, em geral, com casas construídas com tábuas e cobertas com telhas de amianto. Existem no núcleo, no entanto, casas construídas em alvenaria, também cobertas com Brasilit.

Em relação à disponibilidade de equipamentos sociais e serviços a Agrovila Sol Nascente se destaca das demais nesta Subárea. É a que possui o maior número de equipamentos, contando com: 3 unidades de ensino (duas municipais e uma estadual), 2 igrejas, 6 estabelecimentos comerciais. Não obstante, não conta com Posto de Saúde, dispondo apenas de um Posto da Funasa..

A localidade dispõe, ainda, de outros serviços educacionais, como o PETI e a Casa do Professor. Além destes, possui um Posto de Apoio ao Produtor. Em relação ao lazer, a comunidade conta com um parque, O Parque da Vaquejada.

As fotos a seguir (**FIGURA 7.9.4-138** a **FIGURA 7.9.4-145**) ilustram os principais equipamentos existentes na localidade.



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-138** – EMEF Sol Nascente – Agrovila Sol Nascente



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-139** – Escola Estadual – Agrovila Sol Nascente



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-140** – Bar e Restaurante Amor Real – Agrovila Sol Nascente



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-141** – Comércio Três Irmãos – Agrovila Sol Nascente



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-142** – Casa do Professor – Agrovila Sol Nascente



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-143** – PETI da Agrovila – Agrovila Sol Nascente



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-144** – Parque da Vaquejada – Agrovila Sol Nascente



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-145** – Posto da FUNASA – Agrovila Sol Nascente

## **b2) Zona Rural e demais Núcleos de Referência Rural**

Compõem este item os demais núcleos de referência rural identificados na Subárea 5 da AID, que são os seguintes: Babaquara, Itapuama, Mangueiras, Transassurini, Travessão do Cajá, Travessão do Paratizinho, Travessão do Espelho, Bom Jardim I (Assurini), Travessão Pimentel (Quatro Bocas) e Ramal dos Crentes.

Cabe destacar que, a despeito de os núcleos Transassurini e Mangueiras se localizarem na beira do Rio Xingu, as características apresentadas quanto às condições existentes nos mesmos, permitiu o tratamento de forma agrupada, respeitando-se as características específicas.

Conforme apontado anteriormente, no núcleo Travessão dos Cajá residem cerca de 80 famílias; no núcleo de referência rural Mangueiras residem 46 famílias, no Travessão Paratizinho, em torno de 20 famílias, no Transassurini, 15 famílias. Nos demais núcleos o número de famílias residentes gira em torno de 10 ou menos.

As atividades econômicas exercidas pelas populações locais ligam-se predominantemente à agricultura e à pecuária. Esta última e a cultura de pimenta do reino são produzidas nos pequenos estabelecimentos mais próximos da Transassurini. No núcleo Transassurini, a população dedica-se, também, ao comércio.

As localidades não dispõem de infra-estrutura de saneamento básico sendo que grande parte das moradias não possui nem mesmo banheiro. O esgotamento sanitário é realizado através de fossas negras. No que se refere ao descarte do lixo, este geralmente é queimado, enterrado ou lançado a céu aberto. A captação de água é exclusivamente individual, através de poços ou do Rio Xingu. Não há disponibilidade de energia elétrica, apenas geradores particulares em algumas localidades. Não há, também, serviço de telefonia fixa.

O padrão construtivo das moradias é bastante simples e rudimentar, em geral, com casas de madeira e taipa, cobertas com Brasilit e palha. No núcleo Transassurini as casas são edificadas, também, sobre palafitas. No núcleo Travessão dos Cajá, encontram-se casas construídas em alvenaria, também cobertas com brasilit.

Em relação aos equipamentos sociais e serviços disponíveis, em todos os núcleos, com exceção do Transassurini, todos dispõem de uma escola, sendo que o Travessão Pimentel (Quatro Bocas), dispõem de 3 unidades de ensino. Apenas os núcleos de Itapuama e Babaquara dispõem de posto de saúde. Deve-se ressaltar que no núcleo Transassurini não existem equipamentos sociais, apenas estabelecimentos comerciais.

As igrejas são, depois dos estabelecimentos comerciais, os equipamentos mais comuns na Subárea 5, assim como nas Subáreas 1, 2 e 4, e estão presentes em todas as localidades, à exceção dos núcleos Transassurini e Mangueiras (Cana Verde). Destacam-se os núcleos de referência rural Travessão dos Cajá, Travessão do Espelho e Ramal dos Crentes, que possuem mais de um templo religioso.

Conforme mencionado anteriormente, há um grande número de estabelecimentos comerciais nas localidades da Subárea 5. Do total de 29 estabelecimentos comerciais, 23 localizam-se nos núcleos aqui tratados, referindo-se ao comércio de gêneros alimentícios e artigos de primeira necessidade. Os únicos que não contam a presença de nenhum estabelecimento comercial são

os núcleos Travessão Paratizinho e Travessão do Espelho. Deve-se ressaltar, nesse sentido, que os moradores desses núcleos recorrem à Agrovila Sol Nascente, conforme já mencionado, e à Altamira para atendimento de suas necessidades.

Em relação a outros equipamentos, as localidades aqui apresentadas são extremamente deficientes em equipamentos voltados ao lazer da comunidade, tais como campos de futebol e quadras poliesportivas. Em Mangueiras (Cana Verde) há o único cemitério da Subárea.

Conforme anteriormente apontado, nos núcleos de referência rural, foi identificada a presença de outros equipamentos sociais relacionados à educação, como, no núcleo de referência rural Travessão Pimentel (Quatro Bocas), o PETI. Foi identificado, também, um equipamento voltado a atividades econômicas: uma marcenaria no núcleo de referência rural Travessão do Espelho.

Por fim, é importante salientar a existência de um porto no núcleo de referência rural Transassurini, que serve de atracadouro para os barcos que realizam a travessia do Rio Xingu em direção à cidade de Altamira. Em função da presença do porto, trata-se de um local de fluxo intenso de pessoas.

Em alguns núcleos existem associações e cooperativas, como nos Travessões Canaverde e das Mangueiras (que desemboca na Transassurini) e no Travessão Assurini.

As **FIGURA 7.9.4-146** a **FIGURA 7.9.4-194** ilustram as principais características e equipamentos presentes nos núcleos de referência rural existentes na Subárea 5.



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-146** – EMEF Babaquara – Núcleo de Referência Rural Babaquara



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-147** – EMEF Novo Horizonte – Núcleo de Referência Rural Travessão Paratizinho



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-148** – EMEF Cristo Rei – Núcleo de Referência Rural Travessão dos Cajá



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-149** – EMEF Nova Vida – Núcleo de Referência Rural Travessão Pimentel (Quatro Bocas)



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-150** – EMEF Nova Vida – Núcleo de Referência Rural Travessão Pimentel (Quatro Bocas)



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-151** – EMEF Luz e Vida – Núcleo de Referência Rural Travessão Pimentel (Quatro Bocas)



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-152** – EMEF Maria de Lurdes – Núcleo de Referência Rural Travessão do Itapuama



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-153** – EMEF São Benedito – Núcleo de Referência Rural Travessão do Espelho



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-154** – EMEF Bom Jardim I – Núcleo de Referência Rural Bom Jardim I – Assurini



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-155** – Posto de Saúde Itapuama – Núcleo de Referência Rural Itapuama



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-156** – Posto de Saúde – Núcleo de Referência Rural Babaquara



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-157** – Igreja São Francisco de Assis– Núcleo de Referência Rural Travessão do Paratizinho



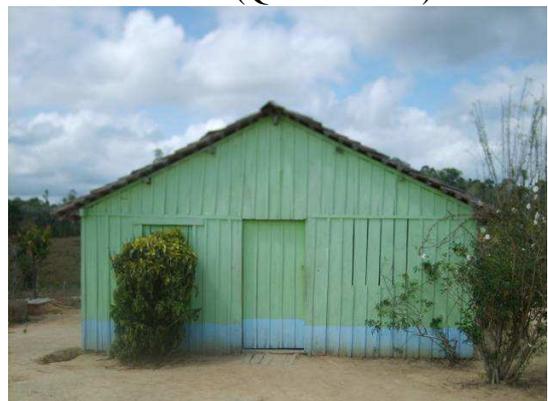
**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-158** – Igreja Congregação Cristã no Brasil – Núcleo de Referência Rural Travessão Pimentel (Quatro Bocas)



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-159** – Igreja Congregação Cristã no Brasil – Núcleo de Referência Rural Travessão do Espelho



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-160** – Igreja São Benedito – Núcleo de Referência Rural Travessão do Espelho



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-161** – Igreja Divino Espírito Santo – Núcleo de Referência Rural Itapuama



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-162** – Igreja Nossa Senhora de Nazaré – Núcleo de Referência Rural Ramal dos Crentes



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-163**- Congregação Cristã no Brasil – Núcleo de Referência Rural Ramal dos Crentes



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-164** - Comercial Encontro dos Amigos – Núcleo de Referência Rural Itapuama



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-165** – Comercial Itapuama – Núcleo de Referência Rural Itapuama



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-166** - Comercial dos Zezinhos – Núcleo de Referência Rural Babaquara



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-167** – Comércio Mastigado da Jumenta – Núcleo de Referência Rural Ramal dos Crentes



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-168** – Comércio do Luiz Pereira – Núcleo de Referência Rural Ramal dos Crentes



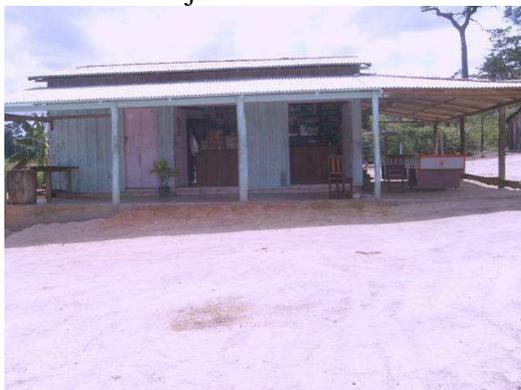
**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-169** – Comércio e Merceria do Gomes – Núcleo de Referência Rural Travessão dos Cajá



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4- 170**– Comércio São Francisco – Núcleo de Referência Rural Travessão dos Cajá



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-171** – Comércio da Maria – Núcleo de Referência Rural Travessão dos Cajá



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-172** – Comercial Rodrigues – Núcleo de Referência Rural Bom Jardim I - Assurini



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-173** – Merceria 100% Mais Você – Núcleo de Referência Rural Bom Jardim I - Assurini



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-174** – Comercial Vagalume– Núcleo de Referência Rural Transassurini



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-175** – Comércio do Dilton – Núcleo de Referência Rural Transassurini



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-176** – Ponto do Serjão– Núcleo de Referência Rural Transassurini



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-177** – Comércio do Manoel Gomes– Núcleo de Referência Rural Transassurini



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-178** – Comércio do Luquinhas – Núcleo de Referência Rural Travessão Pimentel (Quatro Bocas)



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-179** – Açougue Boi Nelore – Núcleo de Referência Rural Travessão Pimentel (Quatro Bocas)



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-180** – Comércio do Araguaína – Núcleo de Referência Rural Travessão Pimentel (Quatro Bocas)



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-181 -** PETI – Núcleo de Referência Rural Travessão Pimentel (Quatro Bocas)



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-182 –** Marcenaria – Núcleo de Referência Rural Travessão do Espelho



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-183** – Padrão Construtivo – Margem Direita do Rio Xingu

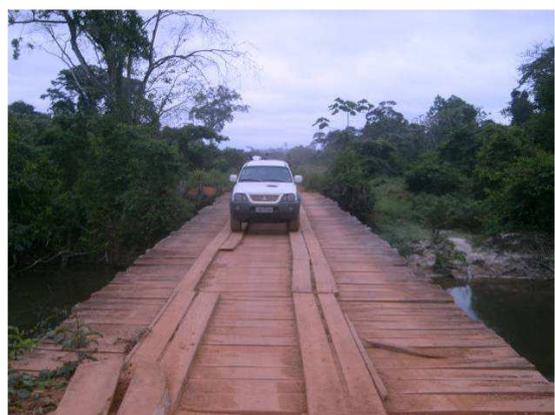
Os principais problemas apontados pelos moradores entrevistados, tanto da Agrovila Sol Nascente, como das demais localidades, referem-se à má qualidade das estradas (55%) e a precariedade dos serviços de saúde (45%). Em algumas localidades foi mencionada, ainda, a ausência de energia elétrica, como no núcleo de referência rural Travessão dos Cajá, a precariedade do sistema de ensino, no núcleo Travessão Paratizinho, e a ausência de transporte no núcleo Babaquara. Ao contrário do que foi observado nas 4 subáreas anteriormente caracterizadas, não foram registradas reclamações quanto às ausência de saneamento básico.

As fotografias, a seguir, ilustram a má qualidade das estradas de acesso na Subárea 5 e também o ponto de encontro de alguns travessões com o Rio Xingu:



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-184** - Final do Travessão do Pimentel



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-185** – Travessão do Pimentel – Ponte sobre o Igarapé Ituna – Divisa de Municípios



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-186** – Travessão do Pimentel – Entrada do núcleo de referência rural Travessão do Pimentel (Quatro Bocas)



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-187** – Final do Travessão Itapuama



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-188** – Transassurini – Chegada do Travessão Itapuama



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-189** – Travessão Morro das Araras



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-antropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-190** – Final do Travessão dos Cajá – Encontro com o Rio Xingu



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-191** – Final do Travessão do Espelho – Encontro com o Rio Xingu



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-192** – Travessão do Paratizinho



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-193** – Final do Travessão da Firma



**FONTE:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica e Sócio-anropológica (julho 2007 a março 2008).

**FIGURA 7.9.4-194** – Final do Travessão Bom Jardim

Quanto à percepção da população local em relação à possibilidade de implantação do empreendimento, pode-se observar que, dentre os temas mencionados nas entrevistas realizadas, as questões referentes à exclusão e a desterritorialização foram as mais recorrentes. Isso se deve ao fato de que, vivendo em espaços rurais, essas populações de algum modo já se sentem excluídas da dinâmica socioeconômica de seus municípios. Com a possibilidade de implantação do empreendimento, este sentimento de exclusão tende a crescer, somando-se a isto o receio de ter de sair do local onde vivem.

Para estas populações, a chegada do novo parece causar desconforto, pois, quando ocorre algo que foge ao controle da comunidade, alteram-se as relações preexistentes e se estabelecem outras. Nesta perspectiva, as mudanças previstas diante da implantação de um empreendimento hidrelétrico são vistas pelas populações locais como imposição (de fora para dentro), o que repercute sensivelmente no espaço organizado e na própria previsão de reestruturação das relações na comunidade.

Quanto às expectativas positivas, é importante destacar que as pesquisas realizadas indicaram a expectativa da população da Subárea 5 quanto ao desenvolvimento e crescimento da região que pode advir da implantação do AHE Belo Monte. O relato, a seguir, extraído das entrevistas realizadas, ilustra a expectativa dos moradores do núcleo de referência rural Ramal dos Crentes quanto à dotação de melhor infra-estrutura:

*“acho que com Belo Monte vamos ter uma estrada melhor, a segurança vai funcionar, vai ter mais escolas, postos de saúde, hospital. Vai acabar essa dificuldade que é viver nesse lugar onde tudo é longe e difícil. O que existe aqui é pouco e só pra quem tem um poder”.* (Moradora do Ramal dos Crentes).

### **7.9.5 Considerações Finais**

O diagnóstico apresentado visou examinar os principais elementos sócio-econômicos que caracterizam as localidades existentes na AID, que compreendem: os aspectos relacionados à dinâmica demográfica, às formas de organização da economia e seus vínculos de dependência do território, à infra-estrutura, equipamentos e serviços sociais existentes, aos recursos de turismo, lazer e cultura, ao patrimônio arqueológico, paleontológico, histórico e cultural, às formas de organização social existentes. Buscou-se, ainda, destacar as características dos modos de vida da população rural e urbana.

Após a apresentação dos aspectos sócio-econômicos e culturais, é importante ressaltar, ao final, alguns pontos importantes, a serem considerados na análise dos impactos do AHE Belo Monte nas localidades da AID.

Pode-se dizer que as áreas circunscritas pelos limites da AID configuram uma extensão heterogênea, devendo absorver os impactos diretos do AHE Belo Monte de forma diferenciada. Isto deverá ocorrer, não apenas em função das diversidades de forma de organização e dinâmica territoriais e sócio-econômicas e culturais que a região apresenta, mas, principalmente, porque também fazem parte da AID as localidades pertencentes à ADA. É importante destacar que o processo de ocupação das áreas, especialmente, a partir da década de 1970, foi se dando pela ocupação das áreas de terra firme, nas margens das estradas. Este processo caracterizou-se pela implantação de atividades agropecuárias, por meio de colonização oficial e da interiorização dos povoamentos por meio de um sistema planejado e misto de ocupação do território – urbanismo rural ou “rurbanismo” – tendo no transporte rodoviário o principal eixo articulador da espacialização regional. Destaca-se, nesta perspectiva, o papel da Rodovia Transamazônica como importante eixo desta ocupação.

Nos últimos trinta anos, vários projetos de investimento foram implantados na Amazônia propiciando a atração de grandes contingentes de população, que se estabeleceram em diversas localidades. Neste contexto, os municípios da Transamazônica serviram de ponto estratégico para a colonização, destacando-se a cidade de Altamira, que passou a ser espaço polarizador, em virtude de sua centralidade geográfica, disponibilidade de transporte, espaço de circulação de mercadorias, pessoas e serviços e oferta de serviços públicos diversos.

Na perspectiva da diversidade de grupos populacionais e respectivos modos de vida, foram identificadas diferenças substantivas entre os modos de vida das populações rurais e urbanas. No entanto, pode-se depreender uma morfologia social definida a partir de uma relação de complementaridade entre os modos de vida rurais e urbanos, especialmente, para os grupos que vivem nas localidades de “terra firme”. Em outros termos, embora seja quase sempre

ressaltada uma forte relação de dependência das populações das diversas localidades, especialmente em relação à Altamira, também é explicitada uma forte relação com o lugar de moradia, de trabalho, de vida comunitária, conforme confirmam vários depoimentos coletados durante a pesquisa sócio-econômica.

Outro aspecto importante reside na diferenciação dos modos de vida das populações tradicionais – ribeirinhos, pescadores e extrativistas -, que preservam seus modos de vida tradicionais e das populações que vivem em terra firme. Para as primeiras, o rio cumpre importante papel: é a referência para a construção das identidades coletivas, que o utiliza como via de transporte, de sustento – por meio da pesca - e para a realização de atividades domésticas. Nestas localidades, a carência de equipamentos e de infra-estrutura é grande, conforme evidenciado neste estudo.

Em relação aos grupos que vivem nas localidades de terra firme, a situação é um tanto diversa. Isto se deve, em grande parte, à localização de povoados, aglomerados e núcleos, à beira da Rodovia Transamazônica, criando condições para o estabelecimento de outros elementos para a auto-representação da população. Assim, as agrovilas, por exemplo, embora classificadas como rurais, possuem algumas características urbanas, como arruamentos e melhor infra-estrutura de serviços disponibilizados à população, como rede de abastecimento de água e energia elétrica, criando outras condições para a percepção do lugar onde moram.

Na realidade, a configuração dos modos de vida amazônicos por si só impõem formas específicas de sobrevivência e organização social, se considerados os “mundos” das águas, da várzea, da floresta e da terra firme e o conjunto de estratégias e práticas sociais dominantes. É interessante notar que, não obstante as diferenças, o diagnóstico apontou para a existência de fortes traços de identidade entre os modos e meios de vida das famílias residentes nas comunidades ribeirinhas e das famílias residentes ao longo das estradas vicinais/travessões. Isto porque o principal referencial organizador dessa identidade é o trabalho com a terra e sua relação com a natureza, isto é, as percepções sobre o lugar onde moram se dão de forma idêntica, a despeito das particularidades sócio-culturais das comunidades, onde quer que se situem: às margens do Rio Xingu ou ao longo das estradas e travessões.

Outro aspecto importante diz respeito à diferenciação quanto à estrutura produtiva e às atividades econômicas desenvolvidas na região, em que a dinâmica sócio-econômica é fortemente influenciada pela condição de “fronteira”, conforme visto anteriormente. As principais atividades desenvolvidas – a pecuária, as modalidades de agricultura (permanente e temporária), o extrativismo vegetal e mineral, a pesca – apresentam-se predominantemente em algumas áreas, tendo sido apresentada sua espacialização, segundo as subáreas rurais. O modo de apropriação do território combina a presença de médios e grandes estabelecimentos com a força de trabalho assalariada.

Embora o setor primário assuma o papel de estruturador da economia dos municípios da AID, o setor terciário também deve ser destacado, aparecendo como o segmento com maior PIB. Muitas das atividades comerciais e de prestação de serviços estão voltadas para dar suporte ao setor primário e para a comercialização da produção agropecuária e extrativista. Neste sentido, Altamira desempenha papel central como pólo de atração regional, dada a diversidade dos serviços que oferece, convergindo para sua área urbana os fluxos comerciais e financeiros da região. Deve-se destacar, ainda, que a cidade de Altamira ocupa a posição estratégica de intersecção dos eixos da Transamazônica e do Rio Xingu, o que a manteve como o principal eixo regional, conforme visto ao longo das análises.

Outra questão a ser considerada, quando da análise dos impactos em relação às localidades da AID diz respeito às condições identificadas em relação à saúde pública. Se, de um lado, a disponibilidade de leitos hospitalares na região é superior ao recomendado pelo Ministério da Saúde, por outro, há falta de equipamentos - postos de saúde – em várias localidades, destacando-se as subáreas rurais. Cumpre salientar que a análise relativa ao tema Saúde Pública foi considerada mais detalhadamente, pelo fato de que a área de estudo da AID é endêmica em relação a diversas doenças, particularmente a malária, tendo sido definido pelo Ibama a apresentação de um relatório específico referente ao potencial malarígeno.

Um último aspecto que merece destaque refere-se ao padrão de organização social e política existente na região, cuja compreensão deve passar pelas formas de ocupação, a partir dos projetos governamentais. Durante a pesquisa realizada, pôde-se observar que a agenda de lutas sociais e das manifestações públicas na região envolve mais de 100 entidades representativas das associações de pequenos agricultores, cooperativas de pequenos agricultores, sindicatos de trabalhadores rurais, demais sindicatos, movimentos de mulheres, entidades religiosas, organizações não-governamentais e movimentos ambientalistas.

Na zona rural os trabalhadores (as) agrícolas se organizam por meio dos sindicatos de trabalhadores rurais, das associações de pequenos produtores rurais, além dos partidos políticos. Em contrapartida, nas áreas urbanas a mobilização social dos trabalhadores é diversificada; têm-se as associações de bairro, movimentos de mulheres, organização sindical de professores e de servidores públicos, conselhos de direitos – de educação, saúde e o Conselho Tutelar. Deve-se destacar ainda, a forte atuação de movimentos mais amplos, que incorporaram representações de vários segmentos, como o MDTX e o FVPP, a forte presença da Prelazia do Xingu.

### 7.9.6 Referência Bibliográfica

ADEKOLU-JOHN, E. O. The probable impact of the proposed Jebba Dam on the health aspects of the river Niger basin Nigeria. **Public Health**. v. 94, n. 4, p. 235 - 242, 1980.

ALVAREZ EDO, M.; SANCHEZ COMPADRE, E. Biodemographic alterations derived from reservoir building in a rural settlement in Spain. **Journal of Biosocial Science**. v. 27, n. 1, p. 61 - 70, 1995.

AMARAL *et alii*. **Altamira – singularidade amazônica: a organização social influenciando a organização do espaço geográfico**. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – São José dos Campos, 2007.

ANATEL. Disponível em: <<http://sistemas.anatel.gov.br/sis/SistemasInterativos.asp>>. Acessado em 03/07/2008 às 9h59min.

ARAOYE, P. A. Manmade lakes, ecological studies and conservation needs in Nigeria.

**Revista de Biologia Tropical**. v. 50, n. 3 - 4, p. 857 - 864, 2002.

ARAÚJO COSTA, Fernanda, CALDARELLI, Solange. Programa de Estudos Arqueológicos na área do reservatório de Kararaô (PA). **Relatório de Viabilidade**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1988.

BASAHI, I. A. Marib Dam: the importance of environmental and health impact studies for development projects. **Eastern Mediterranean Health Journal**. v. 6, n. 1, p. 106 - 117, 2000.

BUNNAG, T.; SORNMANI, S.; PINITHPONGSE, S.; HARINASUTA, C. Surveillance of water-borne parasitic infections and studies on the impact of ecological changes on vector mosquitoes of malaria after dam construction. **Southeast Asian Journal of Tropical Medicine and Public Health**. v. 10, n. 4, p. 656 - 660, 1979.

CAPUTO, M. V.; RODRIGUES, R.; & VASCONCELOS, D. N. Litoestratigrafia da Bacia Amazônica. **Relatório Interno da Petrobras, RENOR**, n.4054, antigo 641<sup>a</sup>, 1971.

COLVIN, M. *et. al*. Health and safety in the Lesotho Highlands Dam and Tunnel Construction Program. **International Journal of Occupational and Environmental Health**. v. 4, n. 4, p. 231 - 235, 1998.

CONTROLADORIA Geral da União – CGE. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/convenios/DetalhaConvenio.asp?CodConvenio=543772>>. Acessado em 17/10/2008 às 21h:04min.

CORREIOS. Disponível em: <<http://www.correios.com.br/servicos/agencias/default.cfm>> Acessado em 12/10/2008 às 12h:00.

COSANPA. Disponível em: <[http://www.cosanpa.pa.gov.br/notas\\_detalhes.asp?Codigo=349](http://www.cosanpa.pa.gov.br/notas_detalhes.asp?Codigo=349)>. Acessado em 12/09/2008 às 13h34min.

COUTO, R. C. S. **Hidrelétricas e saúde na Amazônia: um estudo sobre a tendência da malária na área do lago da hidrelétrica Tucuruí, PA.** 1996. 135p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública. FIOCRUZ, Rio de Janeiro.

CPRM. Carta Geológica da folha SA.22-Y-D Altamira, escala 1:250.000, 2001.

CRAIG, J. F. **Large dams and freshwater fish biodiversity.** Cape Town: World Commission on Dams, 2000. 58p.

DEGALLIER, N. *et. al.* Modifications of arbovirus transmission in relation to construction of dams in Brazilian Amazonia. **Ciência e Cultura.** v. 44, n. 2/3, p. 124 - 135, 1992.

DEPARTAMENTO de Limpeza Urbana (2006). In: Revisão do Plano de Diretor de Altamira. A Cidade que temos – **Leitura Técnica.** Versão Preliminar, 2008.

DNIT – Mapa rodoviário do Pará – disponível no site <[dnit.gov.br/mapas\\_rodoviarios](http://dnit.gov.br/mapas_rodoviarios)>, acessado em 19/08/08, às 10h45'.

ELETRONORTE/ FADESP/ UFPA. Relatório Integrado do Meio Socioeconômico. Agosto de 2001. In Projectus Consultoria Ltda. e Prefeitura Municipal de Altamira. **Plano Diretor de Altamira**, V.1, p. 102, junho de 2003.

FARID, M. Environmental impacts of Brazil's Tucuruí dam: unlearned lessons for hydroelectric development in Amazonia. **Environmental Management.** v. 27, n. 3, p. 377 - 396, 2001.

FARID, M. **The Aswan High Dam Project.** Geneva: World Health Organization, 1972.

FEARNSIDE, P. M. Social impacts of Brazil's Tucuruí dam. **environmental management.** v. 24, n. 4, p. 483 - 495, 1999.

FERRADAS, C. **Report of social impacts of dams: distributional and equity issues – Latin American Region.** Cape Town: World Commission on Dams, 2000. 41p. **CADERNOS SAÚDE COLETIVA, RIO DE JANEIRO**, 14 (4): 575 - 596, 2006 – 589.

FIUSA LIMA J. T. Risco de urbanização da febre amarela no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, R.J. 1 (3): 377-384, jul/set, 1985.

FLORENTINO, L. G. Localidade fragmentada e novo vínculo social local: uma análise a partir das relações campo-cidade na Transamazônica (região de Altamira, PA). Agricultura Familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento, Belém do Pará, v.1, n.2, p.29-56, out. 1998. In Mota, Dalva Maria. Schmitz, Heribert. **Pertinência da Categoria Rural para Análise do Social.** Ciênc. agrotec., Lavras, v.26, n.2, p.392-399, mar./abr., 2002. Disponível em: <[http://www.editora.ufla.br/revista/26\\_2/art21.pdf](http://www.editora.ufla.br/revista/26_2/art21.pdf)>, acessado em 15/10/2008 às 21h:44min. FUNDAÇÃO Ambiental José Rebelo do Xingu. Documentário sobre o PROTAM em mídia CD – jan. 2008.

FUSER, Igor. Infra-estrutura a serviço do grande capital. In: **Le Monde Diplomatique.** Brasil, Ano 1, número 8, março 2008. Disponível em: [http://diplo.uol.com.br/\\_Igor-Fuser\\_](http://diplo.uol.com.br/_Igor-Fuser_). Acessado em 15/06/2008 às 15h06.

GOLDMAN, C. R. Ecological aspects of water impoundment in the tropics. **Revista de Biologia Tropical**. v. 24, n. 1 Supl, p. 87 - 112, 1976.

GORODNER, J.; ALONSO, J. M.; ZIBELMAN, O.; GALVÁN, M.; MERINO, D.; BALBACHAN, S. E.; MIRANDA, O. Impacto ambiental de modificações ecológicas realizadas em uma área subtropical. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**. v. 37, n. 2, p. 154 - 157, 2004.

GOVERNO do Pará. Disponível em: < <http://www.pa.gov.br/index.asp> acessado em 12/09/2008 as 14h:25min.

HARINASUTA, C. *et al.* Health problems and socioeconomic development: investigation on the pattern of endemicity of the diseases occurring following the construction of dams in northeast Thailand. **Southeast Asian Journal of Tropical Medicine and Public Health**. v. 4, p. 530 - 552, 1970.

HUNTER, J. M.; REY, L.; SCOTT, D. Man-made lakes and man-made diseases. **Social Science & Medicine**. v. 16, p. 1127 - 1145, 1982.

IBGE, **Setores Censitários de 2007**. Pesquisas Socioeconômicas (julho 2007 a julho 2008).

IBGE. Contagem da População 2007. **Agregado por Setores Censitários, capítulo 2** – Notas sobre a Contagem da População 2007 e sobre as variáveis, item 2.3 – Base Territorial.

IBGE. Dados obtidos no site [ibge.gov.br/cidadesat](http://ibge.gov.br/cidadesat), acessado em 22/08/08, às 9h30.

IBGE. **Metodologia do Censo Demográfico 2000**. Série Relatórios Metodológicos, volume 25, capítulo 6 – Desenho Conceitual, item 6.3.1.2 – Outras Áreas de Divulgação e Apuração.

IBGE. **Perfil dos Municípios Brasileiros 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/default.shtm>> Acessado em 12/10/2008 às 17h:38min.

IDESP (1993) in Ventura Fº, Raul da Silva. **A floresta urbanizada: a formação de núcleos urbanos na Transamazônica, trecho Altamira-Itaituba**. Belém, 2004.

INFRAERO Disponível em <[http://www.infraero.gov.br/aero\\_prev\\_home.php?ai=98](http://www.infraero.gov.br/aero_prev_home.php?ai=98)>. Acessado em 13/07/2008 às 17h40min.

INGLIS T. J. J *et al.* **Burkholderia pseudomallei** traced to water treatment plant in Australia. *Emerging Infectious Diseases* 2000; 6(1):56-59.

INGLIS TJ, MEE B, CHANG B. The environmental microbiology of melioidosis. **Rev Med Microbiol**, 2001; 12:13-20.

IPHAN. **Portaria do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - nº 230** de 17 de dezembro de 2002.

JORGE JOÃO, *et. al.*, Tomaz de Aquino Massoud (Org.). Altamira, folha AS.22-Y-D: Estado do Pará . Rio de Janeiro: CPRM, 2001. 1 CD-ROM, Escala 1:250.000. **Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil - PLGB.**

LABORATÓRIO Agroecológico da Transamazônica - Movimento Sindical de Altamira, Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Altamira, Anapu, Brasil Novo e Vitória do Xingu. **Diagnóstico da Agricultura em Quatro Municípios da Transamazônica: Altamira, Anapu, Brasil Novo e Vitória do Xingu** - Altamira, 2003. Disponível em: <[http://www.laet.org.br/diagnosticos/diagnostico\\_agricultura\\_em\\_quatro\\_municipios.pdf](http://www.laet.org.br/diagnosticos/diagnostico_agricultura_em_quatro_municipios.pdf)>. Acessado em 26/07/2008 às 8h:49min.

LANGANKE, K. H. Controle de doenças endêmicas na área de influência da usina hidroelétrica de Tucuruí. **Revista Brasileira de Malariologia e Doenças Tropicais**. Rio de Janeiro, v. 38, p. 129 - 135, 1986.

MALEK, E. A. Effect of the Aswan High Dam on prevalence of schistosomiasis in Egypt. **Tropical and Geographical Medicine**. v. 27, n. 4, p. 359 - 364, 1975.

MARQUES, A. C.; GUTIERREZ, H. C. Combate à malária no Brasil: evolução, situação atual e perspectivas. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**. v. 27, Supl. III, p. 91 - 108, 1994.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Calculado a partir de dados do MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade- SIM, Sistema de Informação de Nascidos Vivos - SINASC (Set/2008) e SESP/ Departamento de Epidemiologia - DEPI (Ago/ 2008).

MINISTÉRIO da saúde/ **Programa Nacional de Controle da Hanseníase** – PNCH (Set/2008) e SESP/ Departamento de Epidemiologia - DEPI (Ago/ 2008).

MINISTÉRIO DA SAÚDE/ SVS. Manual de Vigilância Epidemiológica de Febre Amarela. Brasília, 2004.

MINISTÉRIO DA SAÚDE/ SVS. Situação da Febre Amarela Silvestre no Brasil, 2007 e 2008, **Boletim SVS 04/04/2008**.

MINISTÉRIO da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento Social – MDA. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/programas\\_complementares/projovem/](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/programas_complementares/projovem/)> Acessado em 14/09/2008 às 18h:32min.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento Social (MDS) – **Programa Bolsa Família** - Disponível em: <[www.mds.gov.br/bolsafamilia](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia)>. Acessado em 20/06/2008, às 20hs.

MINISTÉRIO do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=497>>, acessado em 25/06/2008.

MODALIDADE de Estabelecimentos de Ensino, Segundo a Dependência Administrativa Disponível em: <[www.edutabrazil.inep.gov.br](http://www.edutabrazil.inep.gov.br)>. Acessado em 11/09/2008, às 11h:00.

MONDET B, ROSA A.P., VASCONCELOS P.F. **The risk of urban yellow fever aoubreaks in Brazil by dengue vectors. *Aedes aegypti* and *Aedes albopictus*.** PMID: 8924767 [PubMed – indexed for MEDLINE].

MOTA, Dalva Maria. Schmitz, Heribert. **Pertinência da Categoria Rural para Análise do Social.** Ciênc. agrotec., Lavras, v.26, n.2, p.392-399, mar./abr., 2002. Disponível em: [http://www.editora.ufla.br/revista/26\\_2/art21.pdf](http://www.editora.ufla.br/revista/26_2/art21.pdf), acessado em 15/10/2008 às 21h:44min

MOURA R. C. S. A Questão da Saúde na Amazônia. In: BARROS F. A. F. **Ciência e tecnologia no processo de desenvolvimento da região Amazônica.** Brasília: CNPq, 1990. 548p.

MOURA R. C. S. Dinâmica de aquisição de Imunidade à Malária *Falciparum* em Migrantes da Amazônia. **Tese de Mestrado em Medicina Tropical.** Universidade de Brasília, Brasília 1986.

N'GORAN, E. K.; DIABATE, S.; UTZINGER, J.; SELLIN, B. Changes in human schistosomiasis levels after the construction of two large hydroelectric dams in central Cote d'Ivoire. **Bulletin of World Health Organization.** v. 75, n. 6, p. 541 - 545, 1997.

OLIVEIRA F. A. S. *et. al.* Grandes represas e seu impacto em Saúde Pública I: efeitos a montante. **Cadernos Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 14 (4): 557 - 558, 2006

OLIVEIRA, F. A. S. *et. al.* Grandes represas e seu impacto em saúde pública: In: Efeitos a jusante - Impact of large dams on public health: In: **Dowstream effects Cadernos Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 15 (1): 9 - 26, 2006.

PAC – **4º Balanço, janeiro a abril de 2008**, p.29. Disponível em: <[http://www.brasil.gov.br/pac/.arquivos/relestadual\\_pa2.pdf](http://www.brasil.gov.br/pac/.arquivos/relestadual_pa2.pdf)>. Acessado em 14/09/2008 às 16h01min.

PARATURISMO. **Rota Pesque Xingu.** Disponível em <[http://www.paraturismo.pa.gov.br/images/mapas/ROTA\\_PESQUE\\_XINGU.jpg](http://www.paraturismo.pa.gov.br/images/mapas/ROTA_PESQUE_XINGU.jpg)> acessado em 20/08/2008 às 09h15.

PATZ, J. A *et. al.* Effects of environmental change on emerging parasitic diseases. **International Journal for Parasitology.** v. 30, n. 12/13, p. 1395 - 1405, 2000.

PDRS BR-163, **Anexos**, junho/2006 p.11-12. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/casacivil/arquivosPDF/BR163.pdf>>. Acessado em 12/07/2008 às 13h:04min.

PEREIRA, R. *et. al.* Ocorrência de esporos de fungos preservados em âmbar cretácico da Bacia do Amazonas, Formação Alter do Chão. In: **7º Simpósio do Cretáceo do Brasil e 1º Simpósio do Terciário do Brasil, 2006, Serra Negra. Boletim do 7º Simpósio do Cretáceo do Brasil e 1º Simpósio do Terciário do Brasil.** Rio Claro: UNESP, 2006. v1. p. 101-101.

PETTS, G. E. Regulation of large rivers: Problems and possibilities for environmentally sound river development in South America. **Interciencia.** v. 15, n. 6, p. 388 - 395, 1990.

PINHEIRO, F. P. *et. al.* Public health hazards among workers along the Trans-Amazon highway. **Journal of Occupational Medicine.** v. 19, p. 490 - 497, 1977.

PREFEITURA de Brasil Novo. Documentário sobre o turismo local em mídia CD – nov. 2006.

Prefeitura Municipal de Altamira. Site Oficial. Disponível em: <<http://www.altamira.pa.cnm.org.br/>>. Acessado em 12/10/2008 às 16h:46min.

Prefeitura Municipal de Brasil Novo, 1990. In Ventura (2004).

PRICE, L. I. Dentes de Theropoda num testemunho de sonda no estado do Amazonas. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, 1960.32 (1):79-84.

PROJECTUS Consultoria Ltda. e Prefeitura Municipal de Altamira. **Plano Diretor de Altamira**, V.1 a V.3, junho de 2003.

PROJECTUS Consultoria Ltda. e Prefeitura Municipal de Altamira. **Plano Diretor de Altamira**, V.1, p. 86, junho de 2003.

PROJECTUS Consultoria Ltda. e Prefeitura Municipal de Altamira. **Plano Diretor de Altamira**, V.1, p. 102, junho de 2003.

PROJECTUS Consultoria Ltda. e Prefeitura Municipal de Altamira. **Plano Diretor de Altamira**, V.1, p. 91, junho de 2003.

PROJECTUS Consultoria Ltda. e Prefeitura Municipal de Altamira. **Plano Diretor de Altamira**, V.1, p.87, junho de 2003.

PROJECTUS Consultoria Ltda. e Prefeitura Municipal de Altamira. **Plano Diretor de Altamira**, V.3, p. 20-22, junho de 2003.

PROJECTUS Consultoria Ltda. e Prefeitura Municipal de Altamira. **Plano Diretor de Altamira**, V.3, p. 23, junho de 2003.

REVISÃO do Plano de Diretor de Altamira. **A Cidade que temos – Leitura Técnica**. Versão Preliminar, 2008.

ROLIM, D. B. Estudo Epidemiológico do Primeiro Surto de Melioidose no Brasil, abril de 2004. **Dissertação de Mestrado** – Universidade Federal do Ceará – UFC.

RONDEROS, M. M.; GRECO, N. M.; SPINELLI, G. R. Diversity of biting midges of the genus *Culicoides* Latreille (Diptera: Ceratopogonidae) in the area of the Yacyreta Dam Lake between Argentina and Paraguay. **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**. v. 98, n. 1, p. 19 - 24, 2003.

SCHATZMAYR, H. G. Viroses emergentes e reemergentes. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 17, Supl., p. 209 - 213, 2001.

SECRETARIA de Estado de Saúde do Ceará. **Informe Ambiental Melioidose**, 19 Maio 2004.

SECRETARIA de Segurança Pública do Pará / Superintendência do Sistema Prisional, 2008.

SECRETARIA Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo. “**Histórico educacional do Município de Senador José Porfírio –PA**”. Senador José Porfírio, PA: agosto / 2007.

SECRETARIAS Municipais de Saúde e MS/ Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES - Julho/ 2008.

SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente. **Resolução nº 30 de 14/06/2005**. Disponível em <[http://www.sectam.pa.gov.br/COEMA\\_legisla.hph](http://www.sectam.pa.gov.br/COEMA_legisla.hph)>. Acessado em 25/08/2005 as 10h35.

SEPOF/DIEPI/GEDE, 2004.

SGPA/IPHAN. Disponível em: <[www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br)>. Acessado em 12/09/2008.

SINGH, N.; MEHRA, R. K.; SHARMA, V. P. Malaria and the Narmada-river development in India: a case study of the Bargi dam. **Annals of Tropical Medicine and Parasitology**. v. 93, n. 5, p. 477 - 488, 1999.

SIPAM, Casa Civil, 2004.

SORNMANI, S. *et al.* Study on the pattern of socioeconomic and health status in relation to parasitic diseases in the inhabitants around Ubolratana Dam in northeast Thailand. **The Southeast Asian Journal of Tropical Medicine and Public Health**. v. 4, n. 3, p. 421 - 434, 1973.

SOUZA FILHO, E. E. Geologia do sítio Kararaô, Monte Belo, PA. Eletronorte, **Produção Técnica**. 125 pp. 1988

SOW, S.; DE VLAS, S. J.; ENGELS, D.; GRYSSELS, B. Water-related disease patterns before and after the construction of the Diama dam in northern Senegal. **Annals of Tropical Medicine and Parasitology**. v. 96, n. 6, p. 575 - 586, 2002.

TADEI, W. P. *et al.* Ecologic observations on anopheline vectors of malaria in the Brazilian Amazon. **American Journal of Tropical Medicine and Hygiene**. v. 59, n. 2, p. 325 - 335, 1998.

TADEI, W. P.; MOURA, R. C. S. **Programa de vigilância entomológica - subprograma de monitoramento entomológico - resultados referentes ao período de setembro de 2001 a dezembro de 2002**. Documento pessoal do autor R.C.S.M., 2003.

TADEI, W. P.; SCARPASSA, V. M.; RODRIGUES, I. B. Evolução das populações de *Anopheles* e de *Mansonia*, na área de influência da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Pará). **Ciência e Cultura**. v. 43, Supl., p. 639 - 640, 1991.

TALLA, I. *et al.* Outbreak of intestinal schistosomiasis in the Senegal River Basin. **Annales de la Société Belge de Médecine Tropicale**. v. 70, p. 173 - 180, 1990.

TALLA, I.; KONGS, A.; VERLÉ, P. Preliminary study of the prevalence of human schistosomiasis in Richard-Toll (the Senegal river basin). **Transactions of the Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene**. n. 86, 1992. p. 132.

TAUIL P. L. Urbanização e ecologia do dengue. *Cadernos de Saúde Pública*, R. J. 17 (Suplemento): 99 - 102, 2001.

TEIXEIRA, M. G. *et. al.* Gastroenteritis epidemic in the area of the Itaparica Dam, Bahia, Brazil. **Bulletin of the Pan American Health Organization**. v. 27, n. 3, p. 244 - 253, 1993.

TETTEH, I. K.; FREMPONG, E.; AWUAH, E. An analysis of the environmental health impact of the Barekese Dam in Kumasi, Ghana. **Journal of Environmental Management**. v. 72, n. 3, p. 189 - 194, 2004.

TRAORE, M. Schistosomiasis in the Selingue dam area: the integrated approach. **Tropical Medicine and Parasitology**. v. 40, n. 2, p. 228 - 231, 1989.

TRAVASSOS DA ROSA, J. F. *et. al.* Characterization and antigenic relationship of 3 new Bunyaviruses in the group Anopheles A (Bunyaviridae) of arboviruses. **Revista de Saúde Pública**. São Paulo, v. 26, n. 3, p. 173 - 178, 1992.

TUBAKI, R. M. *et. al.* Studies on entomological monitoring: mosquito species frequency in riverine habitats of the Igarapava Dam, Southern Region, Brazil. **Revista do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo**. v. 46, n. 4, p. 223 - 229, 2004.

UNESCO. **Alfabetismo funcional en siete países de América Latina**. Santiago: UNESCO, 2000.

VASCONCELOS P. F. C. Febre amarela: reflexões sobre a doença, as perspectivas para o século XXI e o risco da reurbanização. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. vol.5 no.3 São Paulo Dec. 2002.

VASCONCELOS, P. F. C. *et. al.* *Aedes aegypti*, Dengue and Re-urbanization of Yellow Fever in Brazil and other South American Countries - Past and Present Situation and Future Perspectives- **WHO Dengue Bulletin**, Volume 23, December-1999.

VASCONCELOS, P. F. *et. al.* Clinical and ecoepidemiological situation of human arboviruses in Brazilian Amazonia. **Journal of the Brazilian Association for the Advancement of Science**. v. 44, n. 2/3, p. 117 - 124, 1992.

VASCONCELOS, P. F. *et. al.* Inadequate management of natural ecosystem in the Brazilian Amazon region results in the emergence and reemergence of arboviruses. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 17, Supl., p. 155 - 164, 2001.

VÁZQUEZ, C. E. Diagnóstico de salud del area del sistema hidrográfico aportante al embalse Daule, Peripa. **Revista Ecuatoriana de Higiene y Medicina Tropical**. v. 35, n. 1, p. 19 - 33, 1985.

VENTURA Fº, Raul da Silva. **A floresta urbanizada: a formação de núcleos urbanos na Transamazônica, trecho Altamira-Itaituba**. Belém, 2004, 239 p.

VENTURA Fº, Raul da Silva. **A floresta urbanizada: a formação de núcleos urbanos na Transamazônica, trecho Altamira-Itaituba**. Belém, 2004, p.216..

VITÓRIA DO XINGU. **Pousada Rio Xingu.** Disponível em <<http://www.pousadarioxingu.com.br>> acessado em 25/08/2008 as 10h35.

WADDY, B. B. Research into the health problems of man-made lakes with special reference to Africa. **Transactions of the Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene.** v. 69, n. 1, p. 39 - 50, 1975.

WALSH, J. F.; MOLYNEUX, D. H.; BIRLEY, M. H. Deforestation: effects on vectorborne disease. **Parasitology.** v. 106, Supl.: S55-S75, 1993.

WERNER, D. Psycho-social stress and the construction of a flood-control dam in Santa Catarina, Brazil. **Human Organization.** v. 44, n. 2, p. 161 - 167, 1985.

WHITE, G. Environmental effects of the High Dam at Aswan. **Environment.** v. 30, n. 7, p. 5 - 39, 1988.

WORLD COMMISSION ON DAMS. **Dams and development: a new framework for decisionmaking.** London and Sterling: Earthscan Publications, 2000.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Glossary of terms.** Disponível em: <<http://www.who.int/health-systemsperformance/docs/glossary.htm>>. Acessado em: mai. 2006.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Human health and dams: the World Health Organization's submission to the World Commission on Dams (WCD).** Geneva: World Health Organization, 2000. 39p.

YAMANA T. **The impacts of dams and reservoirs on Public Health.** Report nº. 1096. 2004. Disponível em: <[http://web.mit.edu/eltahir/www/Makana/ppt/merowe\\_health.ppt](http://web.mit.edu/eltahir/www/Makana/ppt/merowe_health.ppt)>. Acessado em: jul. 2006.

ZIMMERMAN, R. H. Wetlands and infectious diseases. **Cadernos de Saúde Pública.** Rio de Janeiro, v. 17, Supl., p. 127 - 131, 2001.